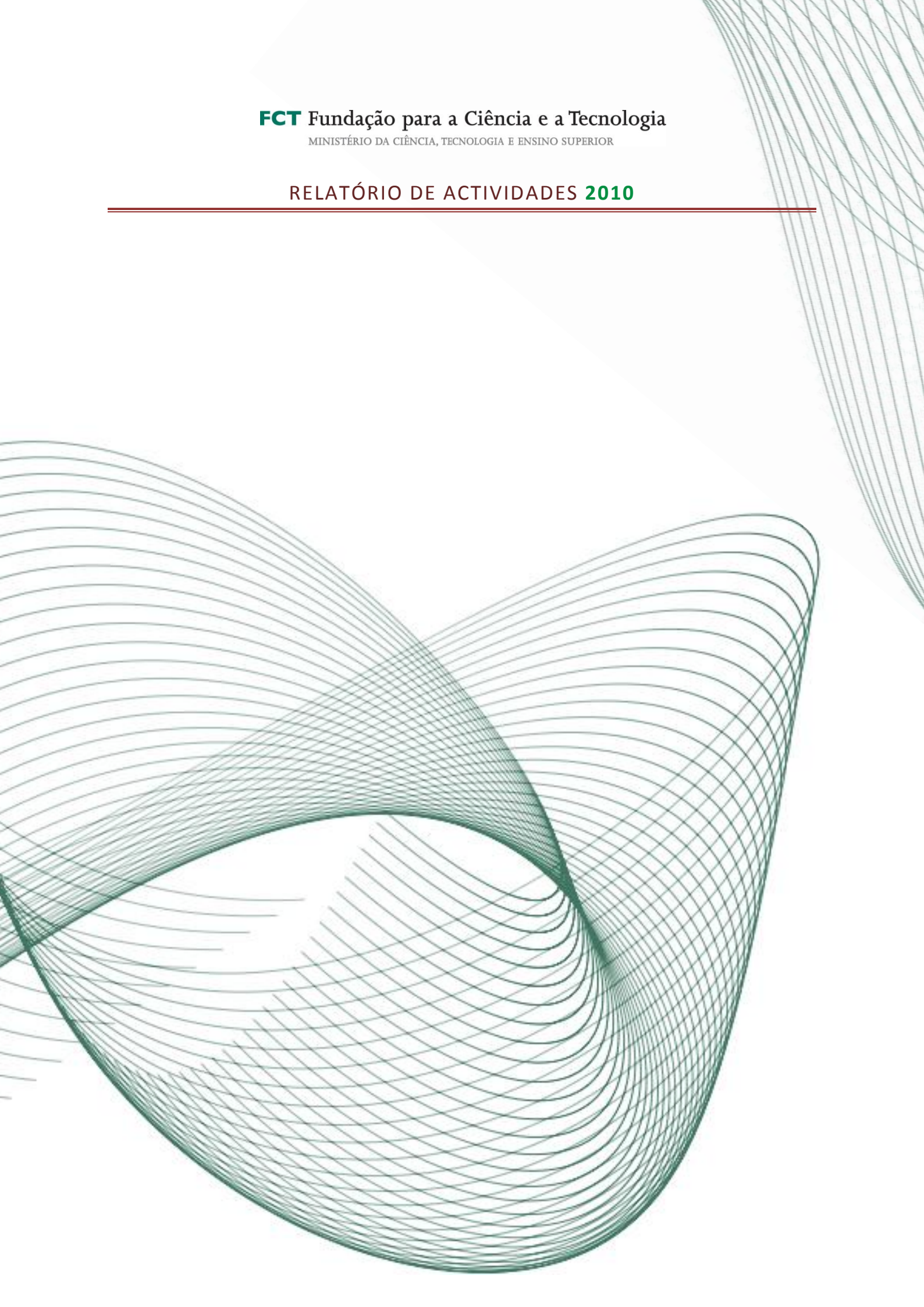


**FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES **2010**

---



Produzido por:

Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
Av. D. Carlos I, 126, 2º  
1249-074 Lisboa  
Portugal

<http://www.fct.pt/>  
Tel.: 213924300

Versões electrónicas de relatórios e planos de actividades estão disponíveis em  
<http://www.fct.pt/fct#documentos>

Contactos dos diversos serviços da FCT estão disponíveis em  
<http://www.fct.pt/contactos>



## ÍNDICE

<b>RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2010</b>	<b>0</b>
<b>ÍNDICE</b>	<b>1</b>
<b>ÍNDICE DE FIGURAS</b>	<b>4</b>
<b>ÍNDICE DE GRÁFICOS</b>	<b>5</b>
<b>ÍNDICE DE QUADROS</b>	<b>6</b>
<b>ÍNDICE DE TABELAS</b>	<b>7</b>
<b>1. A FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA, I. P. (FCT)</b>	<b>8</b>
<b>1.1. NOTA INTRODUTÓRIA</b>	<b>8</b>
<b>1.2. ACTIVIDADES EXTRAORDINÁRIAS EM DESTAQUE</b>	<b>8</b>
ENCONTRO NACIONAL CIÊNCIA-2010	8
LANÇAMENTO DO PORTAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	9
LANÇAMENTO DO SISTEMA ELECTRÓNICO DE GESTÃO DE ARQUIVO - SEGA	10
ARQUIVO HISTÓRICO DA FCT	10
<b>1.3. A FCT</b>	<b>10</b>
<b>1.4. AUDITORIA TEMÁTICA DA INSPECÇÃO GERAL DE FINANÇAS</b>	<b>15</b>
1.4.1. AUDITORIA DA IGF ÀS DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO NA ÁREA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - PROC. Nº 2010/88/A5/37	15
1.4.2. APOIOS À PROMOÇÃO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO	15
1.4.3. APOIOS AO REFORÇO NA FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E QUALIFICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO	16
1.4.4. APOIOS CONCEDIDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA REDE DE INSTITUIÇÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA.	19
1.4.5. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO	19
1.4.6. AS RECOMENDAÇÕES DA IGF E AS CONSIDERAÇÕES DA FCT APRESENTADAS EM SEDE DE CONTRADITÓRIO	22
<b>1.5. PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS</b>	<b>23</b>
<b>2. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS SEGUNDO AS PRINCIPAIS LINHAS DE ACTUAÇÃO DA FCT</b>	<b>24</b>
<b>2.1. REFORÇO DA FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO</b>	<b>24</b>
2.1.1. BOLSAS	24
2.1.2. ESTÍMULO À INSERÇÃO PROFISSIONAL DE DOUTORADOS NO SISTEMA CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NACIONAL	31
2.1.3. OBJECTIVOS DO DFRH	36
<b>2.2. DESENVOLVIMENTO DE UMA REDE MODERNA DE INSTITUIÇÕES DE I&amp;D</b>	<b>38</b>
2.2.1. UNIDADES DE I&D	38
2.2.2. LABORATÓRIOS ASSOCIADOS	39
2.2.3. ENCERRAMENTO DOS PERÍODOS DE FINANCIAMENTO 2000-2002 E 2003-2008	41

## FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

2.2.4. PROCESSO DE ACTUALIZAÇÃO DE EQUIPAS	44
2.2.5. REORGANIZAÇÃO DE UNIDADES DE I&D	45
2.2.6. SUBMISSÃO DOS RELATÓRIOS CIENTÍFICOS DE 2009	46
2.2.7. ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE INTEGRAÇÃO NA INVESTIGAÇÃO	46
2.2.8. EXECUÇÃO FINANCEIRA	47
2.2.9. FINANCIAMENTOS DE 2010 TRANSITADOS PARA 2011	48
2.2.10. INFRAESTRUTURAS DE C&T	49
2.2.11. PROGRAMA FUNDO DE APOIO À COMUNIDADE CIENTÍFICA (FACC)	54
2.2.12. OBJECTIVOS DO DSRICT	56
<b>2.3. PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA, DO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E DA INOVAÇÃO</b>	<b>61</b>
2.3.1. PROJECTOS DE INVESTIGAÇÃO EM EXECUÇÃO	61
2.3.2. EXECUÇÃO FINANCEIRA	69
2.3.3. ACTIVIDADES REALIZADAS	71
2.3.4. OUTRAS ACTIVIDADES NA ÁREA DE C&T	76
2.3.5. AVALIAÇÕES EFECTUADAS	79
2.3.6. REORGANIZAÇÃO DO MODELO DE FUNCIONAMENTO DO DPPICDT E PROCEDIMENTOS DE MELHORIA POSTOS EM PRÁTICA	87
2.3.7. RELATÓRIOS E ESTUDOS ELABORADOS NO ÂMBITO DAS ACTIVIDADES DO DEPARTAMENTO	90
2.3.8. ACÇÕES DE CONTROLO A PROJECTOS DE INVESTIGAÇÃO	91
2.3.9. OBJECTIVOS DO DPPICDT EM 2010 E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA OS RESULTADOS INSTITUCIONAIS	93
<b>2.4. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM C&amp;T</b>	<b>95</b>
2.4.1. RELAÇÕES EUROPEIAS	95
2.4.2. RELAÇÕES BILATERAIS	105
2.4.3. RELAÇÕES MULTILATERAIS	110
2.4.4. COOPERAÇÃO COM OS PAÍSES DA CPLP	120
2.4.5. COMISSÃO OCEANOGRÁFICA INTERSECTORIAL (COI-MCTES)	121
2.4.6. EXECUÇÃO FINANCEIRA	122
2.4.7. OBJECTIVOS DO DREBM	123
<b>2.5. GABINETE DE PROMOÇÃO DO PROGRAMA QUADRO (GPPQ)</b>	<b>126</b>
2.5.1. DIVULGAÇÃO DO 7ºPQ	126
2.5.2. APOIO AOS DELEGADOS NACIONAIS AOS COMITÉS DO 7ºPQ	128
2.5.3. RESULTADOS DA PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA NO 7ºPQ EM 2010	128
<b><u>3. ACCÕES DIRECTAMENTE COORDENADAS PELO CONSELHO DIRECTIVO</u></b>	<b><u>134</u></b>
<b>3.1. GABINETE DO ESPAÇO DA FCT</b>	<b>134</b>
3.1.1. REUNIÕES E EVENTOS PROMOVIDOS PELO GABINETE DO ESPAÇO DURANTE 2010	134
3.1.2. PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES DA ESA	137
3.1.3 PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES CONJUNTAS DA ESA E EC, SPACE COUNCILS, CONFERÊNCIAS E OUTROS EVENTOS INTERNACIONAIS	137
3.1.4. IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA ESPACIAL EUROPEIA	138
3.1.5. TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA	138
3.1.6. INDICADORES	138
<b>3.2. GESTÃO DOCUMENTAL</b>	<b>140</b>
CONCEPÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE UM MÓDULO DE GESTÃO DOCUMENTAL	140
<b>3.3. ORGANIZAÇÃO E TRATAMENTO DO ARQUIVO E PATRIMÓNIO DA FCT</b>	<b>141</b>
TRATAMENTO DE MASSAS ACUMULADAS E INVENTÁRIO DO ARQUIVO DA FCT	141
<b>3.4. PROCESSAMENTO DE INFORMAÇÃO</b>	<b>142</b>

3.4.1. INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÃO COM AS INSTITUIÇÕES O PORTAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	142
3.4.2. INFORMAÇÃO PÚBLICA, CONCURSOS	143
3.4.3. ACTUALIZAÇÃO DE TECNOLOGIA E MÉTODOS EM SISTEMAS DE CONCURSOS	143
3.4.4. OPTIMIZAÇÃO DO SISTEMA DE BASE DE DADOS CENTRAL	144
3.4.5. BASE DE DADOS DE AVALIADORES	144
3.4.6. INTERCÂMBIO DE DADOS COM O COMPETE/QREN	144
3.4.7. ACOMPANHAMENTO DE PROJECTOS EM OUTSOURCING	144
3.4.8. MANUTENÇÃO DE SOFTWARE E HARDWARE	144
3.4.9. METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO	145
<b>3.5. INTERACÇÃO COM O COMPETE</b>	<b>146</b>
3.5.1. APROVAÇÃO DO <i>COMPLIANCE ASSESMENT</i> DA FCT NO ÂMBITO DO COMPETE	146
3.5.2. A FCT COMO ORGANISMO PAGADOR DE FUNDOS FEDER DO COMPETE	146
3.5.3. SUBMISSÃO ELECTRÓNICA E ANÁLISE DE DESPESA	146

#### **4. RECURSOS NECESSÁRIOS** **147**

<b>4.1. RECURSOS HUMANOS</b>	<b>147</b>
4.1.1. COLABORADORES POR TIPO DE RELAÇÃO LABORAL	148
4.1.2. RECURSOS HUMANOS POR SEXO, CARGO E CARREIRA	148
4.1.3. RECURSOS HUMANOS POR ESCALÃO ETÁRIO	149
4.1.4. RECURSOS HUMANOS POR ESTRUTURA HABILITACIONAL	149
4.1.5. RECURSOS HUMANOS POR ANTIGUIDADE	150
4.1.6. FORMAÇÃO PROFISSIONAL	151
4.1.7. PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO	151
4.1.8. PRINCIPAIS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS	151
<b>4.2. RECURSOS FINANCEIROS EM 2010</b>	<b>153</b>
4.2.1. ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO	154
4.2.2. ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO (PIDDAC)	155

#### **ACTIVIDADES DOS CONSELHOS CIENTÍFICOS** **158**

CONSELHO CIENTÍFICO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES	158
CONSELHO CIENTÍFICO DAS CIÊNCIAS DA VIDA E DA SAÚDE	158
CONSELHO CIENTÍFICO DAS CIÊNCIAS NATURAIS E DO AMBIENTE	159
CONSELHO CIENTÍFICO DAS CIÊNCIAS EXACTAS E ENGENHARIAS	159

#### **ANEXOS** **160**

<b>ANEXO I PROGRAMA NACIONAL DE RE-EQUIPAMENTO CIENTÍFICO</b>	<b>160</b>
ANÁLISE DETALHADA DOS INDICADORES DE REALIZAÇÃO FÍSICOS E DE RESULTADOS	160
GRÁFICOS	163
<b>ANEXO II DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES EUROPEIAS, BILATERAIS E MULTILATERAIS</b>	<b>195</b>
LISTA DE ERA-NETS ACTIVAS EM 2010	195
ACORDOS DE COOPERAÇÃO BILATERAL EM C&T	196
<b>ANEXO III DEPARTAMENTO DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO: AQUISIÇÕES EM 2010</b>	<b>198</b>

## ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA Nº.: 1 - ORGANOGRAMA DA FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA EM 2010	14
FIGURA Nº.: 2 – PROJECTOS EM EXECUÇÃO POR DOMÍNIO CIENTÍFICO	62
FIGURA Nº.: 3 – PROJECTOS EM EXECUÇÃO POR FONTE DE FINANCIAMENTO	62
FIGURA Nº.: 4 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJECTOS EM EXECUÇÃO POR FONTE DE FINANCIAMENTO	63
FIGURA Nº.: 5 – PROJECTOS EM EXECUÇÃO EM TODOS OS DOMÍNIOS CIENTÍFICOS	64
FIGURA Nº.: 6 – FINANCIAMENTO CONCEDIDO A PROJECTOS EM TODOS OS DOMÍNIOS CIENTÍFICOS	64
FIGURA Nº.: 7 – TAXAS DE EXECUÇÃO DESPESA, PAGAMENTOS E TEMPORAL, À DATA DE 31/12/2010	65
FIGURA Nº.: 8 - MONTANTE MÉDIO DE FINANCIAMENTO CONCEDIDO POR PROJECTO, EM EXECUÇÃO, FINANCIADOS NO ÂMBITO DE PROGRAMAS DA UNIÃO EUROPEIA E MULTILATERAIS	67
FIGURA Nº.: 9 – EVOLUÇÃO DOS PAGAMENTOS EM 2010	70
FIGURA Nº.: 10 – DISTRIBUIÇÃO DAS CANDIDATURAS DO CONCURSO DE 2010 POR DOMÍNIO CIENTÍFICO	71
FIGURA Nº.: 11 – DISTRIBUIÇÃO DE CANDIDATURAS NO CONCURSO DE 2009 POR DOMÍNIO CIENTÍFICO	71
FIGURA Nº.: 12 - DISTRIBUIÇÃO DAS CANDIDATURAS POR CONCURSO ABERTO EM 2010 NO ÂMBITO DOS CONCURSOS TRANSNACIONAIS (PARCERIAS INTERNACIONAIS)	73
FIGURA Nº.: 13 – DESPESA APRESENTADA, ANALISADA E ELEGÍVEL (2010)	73
FIGURA Nº.: 14 – DESPESA ELEGÍVEL POR RUBRICAS ORÇAMENTAIS (2010)	74
FIGURA Nº.: 15 – PROJECTO CONCLUÍDO ≠ PROJECTO ENCERRADO	75
FIGURA Nº.: 16 – NÚMERO DE PROJECTOS ENCERRADOS POR DOMÍNIO CIENTÍFICO E POR TRIMESTRE	75
FIGURA Nº.: 17 – NÚMERO DE PROJECTOS CONCLUÍDOS E ENCERRADOS COM RELATÓRIO FINAL AVALIADO E RESPECTIVA TAXA DE ENCERRAMENTO POR DOMÍNIO CIENTÍFICO	76
FIGURA Nº.: 18 - CANDIDATURAS AVALIADAS, CANDIDATURAS FINANCIADAS E TAXA DE APROVAÇÃO	79
FIGURA Nº.: 19 – FINANCIAMENTO SOLICITADO, ATRIBUÍDO E TAXA DE APROVAÇÃO	80
FIGURA Nº.: 20 - NÚMERO DE AVALIADORES (CONCURSO 2009)	80
FIGURA Nº.: 21 – CANDIDATURAS SUBMETIDAS, PROJECTOS HOMOLOGADOS E TAXA DE APROVAÇÃO (PARCERIAS INTERNACIONAIS)	81
FIGURA Nº.: 22 - FINANCIAMENTO SOLICITADO E CONCEDIDO (EM MILHARES DE EUROS) E TAXA DE APROVAÇÃO	82
FIGURA Nº.: 23 - NÚMERO DE AVALIADORES POR CONCURSO NO ÂMBITO DAS PARCERIAS INTERNACIONAIS	82
FIGURA Nº.: 24 - NÚMERO DE CANDIDATURAS SUBMETIDAS, PROJECTOS APROVADOS E TAXA DE APROVAÇÃO	83
FIGURA Nº.: 25 - FINANCIAMENTO SOLICITADO E CONCEDIDO (EM MILHARES DE EUROS) E TAXA DE APROVAÇÃO	83
FIGURA Nº.: 26 – CANDIDATURAS AVALIADAS E RECLAMAÇÕES SUBMETIDAS	84
FIGURA Nº.: 27 – RECLAMAÇÕES SUBMETIDAS E RECOMENDADAS PARA FINANCIAMENTO	84
FIGURA Nº.: 28 - NÚMERO DE AVALIADORES (CONCURSO 2008)	84
FIGURA Nº.: 29 – CANDIDATURAS AVALIADAS E RECLAMAÇÕES SUBMETIDAS	86
FIGURA Nº.: 30 – PROJECTOS CONCLUÍDOS, RELATÓRIO FINAL CIENTÍFICO SUBMETIDO E AVALIADO	87
FIGURA Nº.: 31 – TAREFAS DOS NÚCLEOS DE COORDENAÇÃO	88
FIGURA Nº.: 32 - Nº PROJECTOS FINANCIADOS AO ABRIGO DOS ACORDOS CIENTÍFICOS POR PAÍS, EM 2010	107
FIGURA Nº.: 33 - DISTRIBUIÇÃO DE CANDIDATURAS, NÚMERO DE CANDIDATURAS APROVADAS E ESTÁGIOS EFECTIVAMENTE INICIADOS NA ESA (EXTRAÍDO E ADAPTADO DO RELATÓRIO <i>ESTÁGIOS TECNOLÓGICOS NO CERN, ESA E ESO</i> )	136
FIGURA Nº.: 34 - EVOLUÇÃO DO COEFICIENTE DE RETORNO INDUSTRIAL NA ESA PARA PORTUGAL ENTRE 2001 E 2010	139

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

---

GRÁFICO Nº.: 1 – DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS FINANCIADOS POR REGIÃO DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE	33
GRÁFICO Nº.: 2 - DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS FINANCIADOS POR DOMÍNIO CIENTÍFICO	34
GRÁFICO Nº.: 3 – DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS FINANCIADOS POR SEXO	34
GRÁFICO Nº.: 4 – DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS FINANCIADOS POR ESCALÃO ETÁRIO	35
GRÁFICO Nº.: 5 – DISTRIBUIÇÃO DOS MONTANTES FINANCIADOS	35
GRÁFICO Nº.: 6 – DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS FINANCIADOS POR TIPOLOGIA DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO	36
GRÁFICO Nº.: 7 - AVALIAÇÃO DE UNIDADES DE I&D 2007- PROCESSO DE REAPRECIAÇÃO/REAVALIAÇÃO A DISTRIBUIÇÃO POR REGIÃO DOS FINANCIAMENTOS PAGOS EM 2010 AOS LABORATÓRIOS ASSOCIADOS É APRESENTADA NO GRÁFICO Nº.: 8.	40
GRÁFICO Nº.: 9 – DISTRIBUIÇÃO DOS FINANCIAMENTOS PAGOS AOS LA'S POR REGIÃO	40
GRÁFICO Nº.: 10 – SALDOS COMUNICADOS A UNIDADES DE I&D E A SITUAÇÃO FINAL EM 31/12/2010	42
GRÁFICO Nº.: 11 – SALDOS COMUNICADOS A LABORATÓRIOS ASSOCIADOS E A SITUAÇÃO FINAL EM 31/12/2010	43
GRÁFICO Nº.: 12 – TAXA DE CRESCIMENTO DOS ETÍ'S NAS UNIDADES DE I&D E LA'S 2008-2009	45
GRÁFICO Nº.: 13 - EVOLUÇÃO DOS ETÍ'S POR ÁREA CIENTÍFICA NAS UNIDADES DE I&D E LABORATÓRIOS ASSOCIADOS	45
GRÁFICO Nº.: 14 – PARTICIPAÇÃO POR TIPO DE ENTIDADE	129
GRÁFICO Nº.: 15 - % FINANCIAMENTO POR TIPO DE ENTIDADE	129
GRÁFICO Nº.: 16 - % FINANCIAMENTO PT/UE (2007-2010)	130
GRÁFICO Nº.: 17 – ATRIBUÍDO A ENTIDADES PT EM CADA TEMA	130
GRÁFICO Nº.: 18 – PROJECTOS PT POR REGIÃO	131
GRÁFICO Nº.: 19 – FINANCIAMENTOS POR REGIÃO (M€)	131
GRÁFICO Nº.: 20 - Nº EFECTIVOS EM 2010, SEGUNDO O ESCALÃO ETÁRIO	149
GRÁFICO Nº.: 21 - Nº EFECTIVOS EM 2010, SEGUNDO O ESCALÃO ETÁRIO	150
GRÁFICO Nº.: 22 - Nº DE EFECTIVOS, SEGUNDO O NÍVEL DE ANTIGUIDADE	150
GRÁFICO Nº.: 23 - DESPESA	157



## ÍNDICE DE QUADROS

---

QUADRO Nº: 1 - BOLSAS DE DOUTORAMENTO	27
QUADRO Nº.: 2 - BOLSAS DE PÓS-DOUTORAMENTO	28
QUADRO Nº.: 3 - MONTANTES PAGOS EM 2010	48
QUADRO Nº.: 4 – COMPROMISSOS ASSUMIDOS TRANSITADOS	48
QUADRO Nº.: 5 – OUTROS APOIOS ATRIBUÍDOS	50
QUADRO Nº.: 6 - APOIOS FACC POR TIPO DE PEDIDO – 2010	55
QUADRO Nº.: 7 - FINANCIAMENTOS NO ÂMBITO DOS APOIOS ESPECIAIS - 2010	56
QUADRO Nº.: 8 - LISTA DE WP E TAREFAS LIDERADAS OU PARTICIPADAS PELA FCT	100
QUADRO Nº.: 9 – ACTIVIDADES LEVADAS A CABO NO ÂMBITO DAS ERA-NETS	101
QUADRO Nº.: 10 – CONCURSOS TRANSNACIONAIS REALIZADOS NO ÂMBITO DAS ERA-NETS EM 2010	102
QUADRO Nº.: 11 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS REDES ERA-NET	102
QUADRO Nº.: 12 – LISTA DE WP E TAREFAS LIDERADAS OU PARTICIPADAS PELA FCT	103
QUADRO Nº.: 13 – ACTIVIDADES LEVADAS A CABO NO ÂMBITO DAS INCO-NETS	103
QUADRO Nº.: 14 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL NAS INCO-NETS	104
QUADRO Nº.: 15 - ACTIVIDADES LEVADAS A CABO NO ÂMBITO DAS ITCS	104
QUADRO Nº.: 16 -OBJECTIVOS	124
QUADRO Nº.: 17 - SESSÕES PÚBLICAS DE FORMAÇÃO E DE DIVULGAÇÃO	126
QUADRO Nº.: 18 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PARTICIPANTES NAS ACÇÕES DE DISSEMINAÇÃO DO GPPQ DURANTE 2010	127
QUADRO Nº.: 19 - REUNIÕES E EVENTOS PROMOVIDOS PELO GABINETE DO ESPAÇO DA FCT	134
QUADRO Nº.: 20 - REUNIÕES EM EMPRESAS E INSTITUTOS DE I&D DO SECTOR ESPACIAL NACIONAL	134
QUADRO Nº.: 21 - PRINCIPAIS INICIATIVAS DA ESA E DA COMISSÃO EUROPEIA	137
QUADRO Nº.: 22 - TRABALHADORES EM FUNÇÕES PÚBLICAS	148
QUADRO Nº.: 23 - CARGOS E CARREIRAS POR GÉNERO	148
QUADRO Nº.: 24 - EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO GLOBAL: FUNCIONAMENTO E INVESTIMENTO, POR FONTES DE FINANCIAMENTO	153
QUADRO Nº.: 25 – ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO (DOTAÇÕES INICIAIS)	154
QUADRO Nº.: 26 - EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO POR FONTES DE FINANCIAMENTO	154
QUADRO Nº.: 27 - REPARTIÇÃO DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO POR AGRUPAMENTO ECONÓMICO	155
QUADRO Nº.: 28 – ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO (DOTAÇÕES INICIAIS)	155
QUADRO Nº.: 29 - SÍNTESE DA EXECUÇÃO DO PIDDAC POR FONTES DE FINANCIAMENTO	156
QUADRO Nº.: 30 - SÍNTESE DA EXECUÇÃO DE 2010 POR ÁREAS DE INTERVENÇÃO	156

## ÍNDICE DE TABELAS

---

TABELA Nº.: 1 - BOLSAS DE DOUTORAMENTO VS DOUTORAMENTOS	17
TABELA Nº.: 2 – CÁTEDRAS CONVIDADAS	32
TABELA Nº.: 3 – Nº DE CANDIDATURAS RECEBIDAS POR PAÍS DE NACIONALIDADE DO CANDIDATO	36
TABELA Nº.: 4 – DISTRIBUIÇÃO DOS LA'S POR PAINEL DE AVALIAÇÃO	40
TABELA Nº.: 5 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJECTOS EM EXECUÇÃO E FINANCIAMENTO CONCEDIDO	63
TABELA Nº.: 6 - PROJECTOS EM EXECUÇÃO FINANCIADOS NO ÂMBITO DE PROGRAMAS DA UNIÃO EUROPEIA E MULTILATERAIS	67
TABELA Nº.: 7 - RESUMO DOS CONCURSOS CERN/FÍSICA DAS PARTÍCULAS	68
TABELA Nº.: 8 – EXECUÇÃO FINANCEIRA TOTAL	69
TABELA Nº.: 9 - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO FEDER EM 2010 POR PROJECTO ORÇAMENTAL	70
TABELA Nº.: 10 - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS RNA EM 2010 POR PROJECTO ORÇAMENTAL	70
TABELA Nº.: 11 - MEDALHAS DE HONRA L'ORÉAL PORTUGAL PARA AS MULHERES NA CIÊNCIA 2010	77
TABELA Nº.: 12 – REUNIÕES DOS CONSELHOS CIENTÍFICOS	78
TABELA Nº.: 13 – PARTICIPAÇÃO DO DREBM EM COMITÉS E OUTROS EVENTOS	96
TABELA Nº.: 14 – IPC EXISTENTES E O ENVOLVIMENTO DA FCT	97
TABELA Nº.: 15 – PARTICIPAÇÕES DA FCT NAS INICIATIVAS ERA-NET, INCO-NET, ITC E ART. 185 EM 2010	98
TABELA Nº.: 16 – CALENDÁRIO DE ABERTURA DOS ACORDOS CIENTÍFICOS BILATERAIS EM 2010 E RESPECTIVAS COMISSÕES MISTAS	106
TABELA Nº.: 17 - ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NA PREPARAÇÃO DE CIMEIRAS E VISITAS OFICIAIS	110
TABELA Nº.: 18 - RESUMO DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS E FINANCIAMENTO ATRIBUÍDO PELA FCT PARA A ESF	113
TABELA Nº.: 19 - PARTICIPAÇÃO DE PORTUGAL NO CERN - PRINCIPAIS INDICADORES	117
TABELA Nº.: 20 – PARTICIPAÇÃO DE PORTUGAL NA EMBC- PRINCIPAIS INDICADORES	118
TABELA Nº.: 21 - PARTICIPAÇÃO DE PORTUGAL NO EMBL - PRINCIPAIS INDICADORES	119
TABELA Nº.: 22 - PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA NO ESO – PRINCIPAIS INDICADORES	119
TABELA Nº.: 23 - PARTICIPAÇÃO DE PORTUGAL NO ESRF - PRINCIPAIS INDICADORES	120
TABELA Nº.: 24– PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA NO 7º PQ EM 2010	129
TABELA Nº.: 25 - RESULTADOS DA PARTICIPAÇÃO NACIONAL EM 2010 – PROGRAMA COOPERAÇÃO E <i>JTI</i>	132
TABELA Nº.: 26 - RESULTADOS DA PARTICIPAÇÃO NACIONAL EM 2010 (CONT.) – PROGRAMAS IDEIAS, PESSOAS, CAPACIDADES E EURATOM (FISSÃO APENAS)	133

## 1. A FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA, I. P. (FCT)

---

### 1.1. NOTA INTRODUTÓRIA

---

Na elaboração do presente Relatório de Actividades (RA) visa-se “relatar o percurso efectuado, apontar os desvios, avaliar os resultados e estruturar informação relevante para o futuro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.”, seguindo o estipulado no Decreto-Lei nº 183/96, de 27 de Setembro, conjugado com o disposto na alínea e) do nº1 do artº 8º da Lei nº 66- B/2007 de 28 de Dezembro.

Como instrumento de gestão, o RA encontra-se sujeito aos princípios da participação e da divulgação, sendo que o seu cumprimento é garantido através da:

- (i) Participação das unidades orgânicas da FCT na sua elaboração.
- (ii) Após a respectiva homologação, proceder-se-á à divulgação do relatório junto de todos os trabalhadores do organismo e de todos os potenciais interessados através da sua disponibilização no sítio da FCT na Internet.

Os seguintes documentos relativos a 2010 constituem parte integrante do presente relatório, e encontram-se publicados no sítio da FCT da internet: QUAR de 2010; Relatório de Auto-avaliação 2010 e o Balanço Social 2010.

### 1.2. ACTIVIDADES EXTRAORDINÁRIAS EM DESTAQUE

---

Durante 2010, a FCT, para além das actividades decorrentes da natureza plurianual dos programas que financia, nomeadamente no âmbito da Formação Avançada de Recursos Humanos, do Emprego Científico, dos Projectos de I&D, do Suporte à rede de Instituições Científicas, do apoio à promoção da Cultura Científica, da participação em Organismos internacionais que se encontram descritas em detalhe neste relatório, desenvolveu um outro conjunto de actividades que pela sua importância merecem ser salientadas nesta introdução ao Relatório.

---

#### ENCONTRO NACIONAL CIÊNCIA-2010

---

A exemplo do que aconteceu em 2007, 2008 e 2009, realizou-se em 2010 mais uma edição do Encontro Nacional de Ciência, organizado pela FCT em conjunto com o Conselho dos Laboratórios Associados (CLA) e com a colaboração da Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica - Ciência Viva.

Esta reunião, que é a mais importante e diversificada reunião de cientistas de diferentes disciplinas e instituições que se realiza em Portugal, teve lugar durante 4 dias, de 3 a 7 de Julho, no Centro de Congressos de Lisboa (Praça das Indústrias, à Junqueira) tendo a sessão de abertura sido presidida pelo Primeiro-Ministro, José Sócrates, acompanhado do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, José Mariano Gago.

O Encontro Ciência 2010 juntou cientistas de todas as áreas, assim como empresas, responsáveis por instituições de investigação públicas e privadas, instituições de ensino superior, e outras entidades implicadas no desenvolvimento científico e tecnológico do País, e ainda cientistas e instituições estrangeiras especialmente convidadas. O Encontro foi ainda aberto a jovens estudantes envolvidos em actividades de investigação.

Inscreveram-se nas mais de 100 sessões de trabalho agendadas, mais de 1500 participantes. Os trabalhos reuniram também centena e meia de instituições de investigação, a que se juntaram mais de 60 empresas. Quatro centenas de estudantes apresentaram posters sobre o seu trabalho de investigação.

Estes encontros visam o conhecimento mútuo, a colaboração entre instituições, o estabelecimento de redes de investigação e a identificação de novas oportunidades para a actividade científica, assim como a emergência de novos consórcios ou projectos de investigação entre disciplinas ou instituições, a criação de empresas e a criação ou reorientação de programas de formação pós-graduada. Promove-se ainda a cooperação internacional e a participação portuguesa em instituições e programas europeus ou internacionais.

O encontro de 2010 decorreu num período de grande aceleração do sistema Científico Nacional. Com uma fracção de investigadores na população activa (7,2 por mil) superior à média europeia (correspondendo a cerca de 40.000 investigadores ETI), e uma despesa total em I&D de 1,5% do PIB (i.e. cerca de 2.500 milhões de Euros) e, portanto superior à de Espanha e da Irlanda, metade da qual executada pelas empresas, Portugal emerge finalmente como um País que superou o seu atraso científico crónico, e portanto com responsabilidades novas.

A Ciência deixou de ser apenas uma promessa longínqua pondo-se agora com maior acuidade algumas perguntas: que frutos traz a sua acção à sociedade? como transmitir, aos diferentes grupos sociais e profissionais, o que faz, o que procura, o que se lhe pode pedir? como reforçar as redes ainda incipientes que a ligam à economia e à sociedade?

O Encontro pôde assim contribuir, como já acontecera no encontro Ciência 2009, para o reforço e a diversificação dos debates temáticos sobre a actividade científica em curso nas várias áreas científicas, mas acrescentar-lhe um programa de debate prospectivo sobre o futuro da Ciência em Portugal, nas suas várias dimensões, centrado nas contribuições recebidas e nos debates anteriormente realizados.

O Encontro foi transmitido em directo pela Internet, e as gravações das sessões abertas ficaram disponíveis para consulta ulterior.

Ver <http://www.ciencia2010.pt/gravacoes/>

---

## LANÇAMENTO DO PORTAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

---

### DELEGAÇÃO DE ACESSOS E SUBMISSÃO ELECTRÓNICA DE DESPESAS

---

Durante o primeiro semestre de 2010 foram especificadas, desenvolvidas e implementadas as funcionalidades de delegação de acessos e de submissão electrónica de despesas através do Portal de Ciência e Tecnologia (PCT). Nos três primeiros meses de utilização pelas entidades beneficiárias, foi submetida e lacrada despesa no montante de 4,5M€ correspondente a 14681 linhas de despesa, sem que tivessem sido identificadas grandes dificuldades ou resistências fortes por parte das instituições beneficiárias. Este facto resultou da qualidade da funcionalidade disponibilizada e também do apoio célere que, através de um endereço próprio de e-mail, foi dado aos beneficiários. Foram escritos e disponibilizados manuais de apoio às funcionalidades lançadas. O desempenho de toda a equipa de informática foi, aqui, um factor decisivo de sucesso.

---

## SISTEMA DE ANÁLISE DE DESPESAS DE FINANCIAMENTOS

---

Durante 2010 foi completamente especificada a aplicação que permitirá fazer a análise de despesas submetidas electronicamente.

Foram concluídas as funcionalidades de submissão e de análise de despesa do PCT, de elevada complexidade e integralmente desenvolvidas com as capacidades internas da FCT, que continuam a ser deficitárias em recursos humano na área de informática para a dimensão, diversidade e qualidade das aplicações que é necessário implementar e manter.

---

## LANÇAMENTO DO SISTEMA ELECTRÓNICO DE GESTÃO DE ARQUIVO - SEGA

---

Deve também referir-se a continuidade do trabalho relativo à gestão documental, nomeadamente de implementação de um Sistema Electrónico de Gestão de Arquivo (SEGA), que visa armazenar, preservar e recuperar os documentos de arquivo produzidos e recebidos na Fundação, e cujo arranque se prevê no início de 2011. O SEGA apresenta as seguintes funcionalidades: tratamento do expediente, circulação documental, classificação e avaliação documental.

---

## ARQUIVO HISTÓRICO DA FCT

---

Relativamente ao tratamento do arquivo histórico, concluiu-se o trabalho de identificação e avaliação dos fundos documentais à guarda da Fundação, que representam cerca de 3500 metros lineares, culminando com a eliminação de 500 metros de documentação sem valor arquivístico. Seguidamente, iniciou-se o trabalho de descrição da documentação de conservação permanente, em aplicação informática normalizada *DigitArq*. Este trabalho é o ponto de partida para a elaboração do inventário do Arquivo Histórico da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Foram descritos cerca de 20 000 processos de financiamento de projectos de investigação e de apoios outorgados no âmbito do designado Fundo de Apoio à Comunidade Científica (FACC).

---

### 1.3. A FCT

---

A Fundação para a Ciência e a Tecnologia é a entidade executora da política do governo para o sector da Ciência e da Tecnologia, tendo a sua actividade orientada, a nível nacional, pelo enquadramento expresso nos seguintes diplomas:

**Programa do XVIII Governo Constitucional**, consubstanciado no Capítulo II.3 – “Renovar o Compromisso com a Ciência” de Novembro de 2009.

Ver [http://www.portugal.gov.pt/pt/GC18/Documentos/Programa\\_GC18.pdf](http://www.portugal.gov.pt/pt/GC18/Documentos/Programa_GC18.pdf)

**Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN)** – Resolução do Conselho de Ministros nº 86/2007, de 3 de Julho.

Ver [http://www.qren.pt/item3.php?lang=0&id\\_channel=34&id\\_page=202](http://www.qren.pt/item3.php?lang=0&id_channel=34&id_page=202)

As Grandes Opções do Plano para 2010-2013 – Lei nº 3-A de 28 de Abril.

Ver <http://www.min-financas.pt/informacao-economica/informacao-economica-diversa/grandes-opcoes-do-plano-2010/>

A Fundação para a Ciência e a Tecnologia é um instituto público integrado na administração indirecta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio.

Trata-se de um organismo central, com sede em Lisboa, com jurisdição sobre todo o território nacional e que prossegue as atribuições do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, sob superintendência e tutela do respectivo Ministro.

As actividades da FCT,IP são enquadradas pelo seguinte conjunto de diplomas:

**Lei Orgânica do MCTES** – Decreto-Lei nº 214/2006, de 27 de Outubro;

**Lei Orgânica da FCT** – Decreto-Lei nº 152/2007, de 27 de Abril;

**Estatutos da FCT** – Portaria nº 550/2007, de 30 de Abril;

**Lei-Quadro dos Institutos Públicos** – Lei 3/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, pelos Decretos-lei n.os 200/2006, de 25 de Outubro, e 105/2007, de 3 de Abril e pela Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro.

A Lei Orgânica da FCT fixa as formulações da Missão e das Atribuições do serviço, nos seguintes termos:

#### A MISSÃO DA FCT

---

*“A FCT, I. P., tem por missão o desenvolvimento, financiamento e avaliação de instituições, redes, infra-estruturas, equipamentos científicos, programas, projectos e recursos humanos em todos os domínios da ciência e da tecnologia, assim como o desenvolvimento da cooperação científica e tecnológica internacional”.*

#### AS ATRIBUIÇÕES DA FCT

---

- a) Promover e apoiar a realização de programas e projectos, nos domínios da investigação científica e do desenvolvimento tecnológico;
- b) Promover e apoiar a investigação, desenvolvimento e inovação empresarial em áreas chave e a participação de empresas portuguesas e de associações empresariais em programas e projectos internacionais;
- c) Financiar ou co-financiar os programas e projectos aprovados e acompanhar a respectiva execução, bem como financiar ou co-financiar acções de formação e qualificação de investigadores, nomeadamente através da atribuição de bolsas de estudo no País e no estrangeiro e de subsídios de investigação;
- d) Promover e apoiar a criação e modernização de infra-estruturas de apoio às actividades de investigação científica e de desenvolvimento tecnológico;
- e) Celebrar contratos-programa ou protocolos e atribuir subsídios a instituições que promovam ou se dediquem à investigação científica ou ao desenvolvimento tecnológico;
- f) Avaliar a actividade da ciência e da tecnologia nacional sob todas as suas formas;
- g) Promover a cultura científica e tecnológica e a difusão e a divulgação do conhecimento científico e técnico e do ensino da ciência e da tecnologia;
- h) Promover a transferência de conhecimento a nível nacional e internacional, designadamente através da concessão de subsídios a conferências, colóquios, jornadas, seminários, encontros e, em geral, quaisquer projectos, programas ou eventos de interesse científico ou tecnológico, bem como da concessão de apoio financeiro a publicações científicas;
- i) Promover e apoiar a participação da comunidade científica, tecnológica e de inovação nacional em projectos internacionais relevantes, quer em termos de criação, absorção e difusão de conhecimento, quer propiciadoras do acesso a equipamentos científicos altamente sofisticados;

## FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

- j) Assegurar a cooperação internacional nos domínios da ciência e da tecnologia, sem prejuízo da coordenação exercida pelo Gabinete de Planeamento Estratégico, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) e das atribuições próprias do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- k) Assegurar a inventariação, gestão e preservação do património científico e tecnológico nacional;
- l) Propor ao membro do Governo responsável pela área da ciência, tecnologia e ensino superior o reconhecimento da actividade de entidades públicas ou privadas como de interesse científico ou tecnológico.”

Em 2010 foi definido o mapa estratégico da organização, integrando a Missão, nos termos já referidos, a Visão, os Valores e os Objectivos estratégicos.

Na sua **VISÃO**, a FCT aspira ser, não só uma instituição de referência nacional, como afirmar-se ao nível europeu e internacional enquanto agência pública de avaliação, financiamento, acompanhamento e promoção da ciência e da tecnologia, correspondendo às necessidades e expectativas da comunidade científica e da sociedade portuguesa e europeia.

Os **VALORES** reflectem-se nas acções da FCT e pautam-se em geral por princípios culturais, éticos e intelectuais, de rigor na aplicação dos fundos públicos, de independência e transparência nos processos de decisão, de repúdio pela discriminação nas suas várias formas, e suportam-se numa cultura organizacional de responsabilização.

Decorrente da implementação da Lei nº 66-B/2007, de 28 de Setembro, foi também definido o **QUAR – Quadro de Avaliação e Responsabilização para 2010**, um documento que recolhe os compromissos da instituição em termos de objectivos estratégicos e operacionais com determinadas metas e indicadores e de que apresentará resultados no final do ciclo de gestão. Do confronto entre os objectivos assumidos e os resultados alcançados resultou a avaliação do desempenho dos serviços suportado pelo Relatório de Auto-avaliação. Na definição dos objectivos, prevalece o alinhamento com as políticas sectoriais, com a carta de missão do dirigente máximo e com o mapa estratégico.

O QUAR de 2010 encontra-se disponível no sítio da FCT na internet.

Ver <http://www.fct.pt/QUAR/QUAR-FCT%20IP-2010.pdf>

### OS ÓRGÃOS DA FCT

---

O D.L. nº 152/2007, de 27 de Abril estabeleceu os seguintes órgãos na FCT:

**Conselho Directivo**, composto por um Presidente e dois vogais.

**Conselho Coordenador**: órgão colegial plenário, de articulação transversal;

**Conselhos Científicos**: em número de quatro, têm natureza consultiva e de apoio à actividade;

**Fiscal Único**: Tem as suas competências e é nomeado nos termos previstos na Lei N.O. 3/2004, de 15 de Janeiro.

### O MODELO ORGANIZACIONAL DA FCT

---

A organização interna dos serviços da FCT obedece a um modelo misto, de estrutura matricial e estrutura hierarquizada.

De notar que, da derrogação da orgânica anterior da FCT, constante do Decreto-Lei nº 188/97, de 28 de Julho, resulta a manutenção do nº 2 do artº 11º e o artº 30º, este último referente ao funcionamento de **equipas de projecto**.

A estrutura hierarquizada da FCT integra cinco unidades operacionais, a saber:

- Departamento de Gestão e Administração (DGA)
- Divisão de Gestão de Recursos Humanos (DGA/dor)
- Departamento de Formação dos Recursos Humanos em Ciência e Tecnologia (DFRH)
- Departamento de Programas e Projectos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico (DPPICDT)
- Departamento de Suporte à Rede de Instituições Científicas e Tecnológicas (DSRICT)
- Departamento das Relações Europeias, Bilaterais e Multilaterais (DREBM).

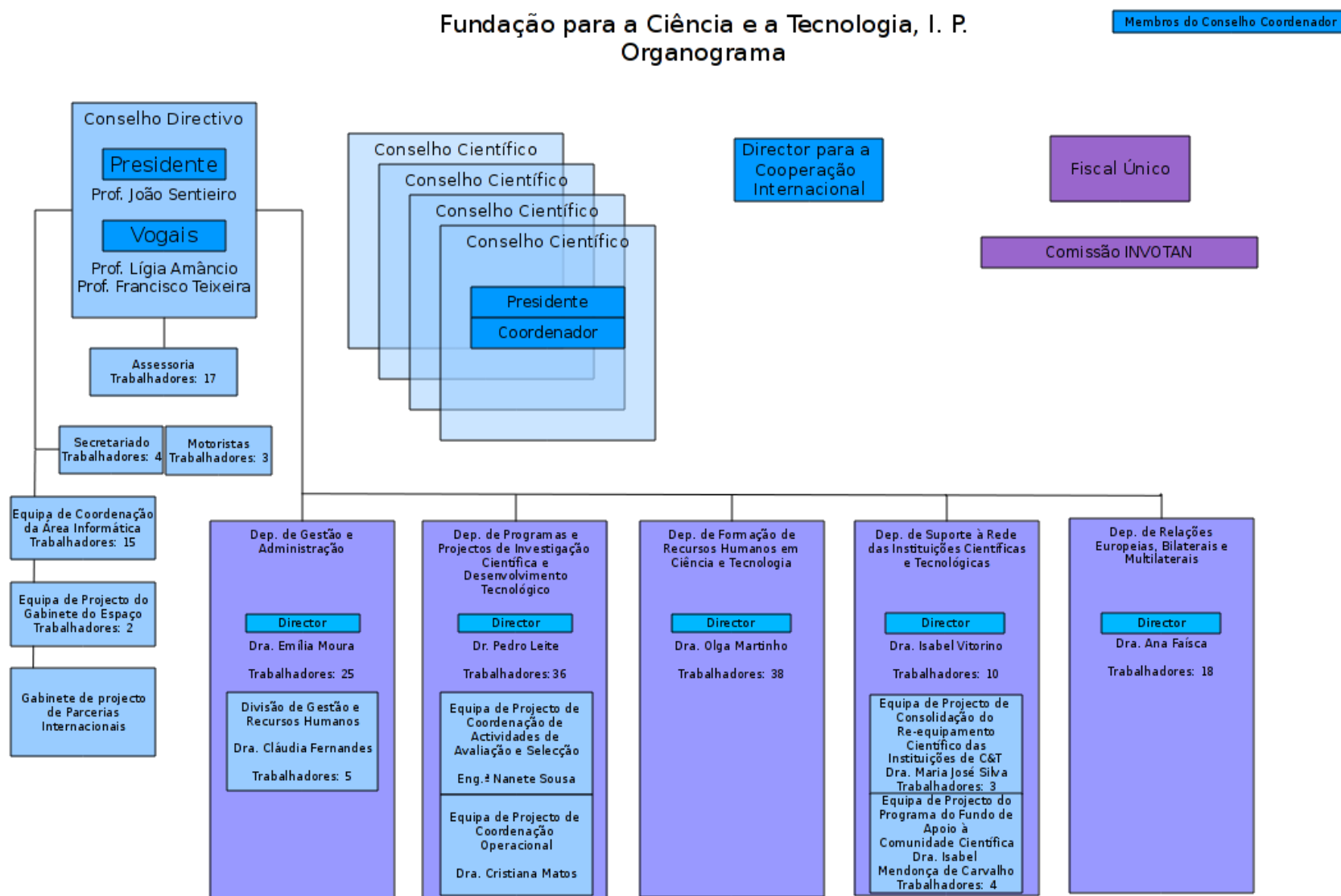
As competências e atribuições das unidades funcionais da FCT encontram-se definidas nos respectivos Estatutos, aprovados pela já referida Portaria nº 550/2007 e pelo Despacho nº 21530/2009, de 24 de Setembro.

A actividade da FCT desenvolve-se segundo uma lógica de gestão por objectivos.

A seguir, a Figura 1 apresenta o **organograma** que traduz a organização da Fundação para a Ciência e a Tecnologia em 2010.



## Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P. Organograma



Fonte: DGRH, Dezembro 2010

Figura nº.: 1 - Organograma da Fundação para a Ciência e a Tecnologia em 2010

#### 1.4. AUDITORIA TEMÁTICA DA INSPECÇÃO GERAL DE FINANÇAS

---

No âmbito das frequentes auditorias realizadas à Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) pelas instituições de controlo nacionais e comunitárias, procedeu a Inspeção Geral de Finanças (IGF) a uma auditoria à FCT tendo por objectivo

- (i) apreciar o sistema de informação contabilística, de gestão e de prestação de contas e
- (ii) avaliar o controlo operacional instituído. Para o efeito a análise incidiu essencialmente sobre o ano de 2009 embora o objectivo anunciado fosse o biénio 2007/2008.

A auditoria, que decorreu durante os meses de Março, Abril e Maio de 2010, originou um conjunto de conclusões e recomendações a que a FCT reagiu em sede de contraditório e que são detalhadas na secção seguinte:

---

##### 1.4.1. AUDITORIA DA IGF ÀS DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO NA ÁREA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - PROC. Nº 2010/88/A5/37

---

No cumprimento do Despacho do Senhor Ministro do Estado e das Finanças de 20 de Novembro de 2009, e ao abrigo do disposto no nº 2 do artº 2º do Decreto – Lei nº 79/2007, de 29 de Março, a Inspeção - Geral de Finanças (IGF), realizou uma auditoria às despesas de investigação na área da ciência e tecnologia, levadas a efeito pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, IP, fundamentalmente as reportadas ao ano económico de 2009.

No projecto de Relatório presente à FCT para efeitos de contraditório destacam-se essencialmente questões relativas aos seguintes grandes sectores/departamentos e Sistemas:

- (i) Apoios à promoção de produção científica, desenvolvimento tecnológico e inovação – Departamento de Programas e Projectos de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (DPPICDT);
- (ii) Apoios ao reforço na formação de recursos humanos e qualificação para o desenvolvimento tecnológico e inovação – Departamento de Formação dos Recursos Humanos em Ciência e Tecnologia (DFRHCT).
- (iii) Apoios concedidos para o desenvolvimento de uma rede de instituições de Ciência e Tecnologia – Departamento de Suporte à Rede de Instituições de Ciência e Tecnologia (DSRICT).
- (iv) Sistema de Controlo Interno

Nas secções seguintes abordaremos as questões levantadas pela IGF relativamente a estes sectores e apresentaremos os argumentos que aduzimos em sede de contraditório.

---

##### 1.4.2. APOIOS À PROMOÇÃO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO

---

Neste sector, é com particular agrado que se verifica que a apreciação ao desempenho do Departamento de Programas e Projectos de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (DPPICDT), é positiva, não tendo sido detectadas, da análise efectuada aos processos seleccionados, situações não conformes com a regulamentação vigente.

---

### 1.4.3. APOIOS AO REFORÇO NA FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E QUALIFICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO

---

Neste domínio, e no que refere às bolsas de doutoramento, o projecto de relatório da IGF levanta um conjunto de questões que se podem organizar em dois tipos principais, a saber:

- a) *Acompanhamento e controlo deficiente da conclusão com sucesso das teses de doutoramento realizadas no âmbito de bolsas concedidas pela FCT (página 14);*
- b) *Ausência de penalização financeira dos bolseiros que desistem da bolsa, antes da conclusão do trabalho de doutoramento conducente ao grau de doutor (página 15).*

De seguida abordam-se cada um destes tipos e apresentam-se os argumentos que a FCT apresentou em sede de contraditório, enriquecidos com informação que foi sendo obtida com o decorrer do tempo.

---

#### ACOMPANHAMENTO E CONTROLO DEFICIENTE DA CONCLUSÃO COM SUCESSO DAS TESES DE DOUTORAMENTO REALIZADAS NO ÂMBITO DE BOLSAS CONCEDIDAS PELA FCT

---

A propósito da análise feita a uma amostra constituída por 4731 bolsas atribuídas no período 2000-2005, considera a IGF:

*“...poder-se-á considerar, de acordo com a informação que a FCT dispõe, que, no período 2000-2005, em apenas 68% dos financiamentos concedidos se pode afirmar que foram alcançados os objectivos propostos inicialmente (obtenção de grau académico).*

*Nos restantes 32 % não existe evidência destes objectivos terem sido atingidos, estimando-se que o gasto público atingiu uma cifra na ordem dos M€ 97,2 (considerando o valor total pago no período e o número de bolsas atribuídas sem terem sido apresentadas as respectivas teses)”.*

Claro que a informação disponível na FCT na altura não podia conduzir à conclusão tirada, e a inferência feita pela equipa da IGF apenas revela que a metodologia simplista que usou não modela rigorosamente o processo, uma vez que para além de não entrar em linha de conta com os casos extremos como a morte dos bolseiros ou a doença grave (num universo tão lato não são infelizmente tão excepcionais como possa parecer) e outros<sup>1</sup>, também não acomoda os atrasos inerentes ao facto de uma vez concluída a redacção da tese (frequentemente ao fim de 4 anos), a mesma ter de ser analisada e validada pelo orientador e entregue na Universidade onde a escolha e nomeação do júri e marcação de data para as provas pode demorar vários meses, nalguns casos perto de um ano ou mais.

Acresce ainda o facto de haver bolsas suspensas durante vários meses, possibilidade prevista no regulamento, fazendo com que a data de conclusão prevista de 4 anos se prolongue, de tal modo que ainda em 2009 se pagou um número significativo destas bolsas – 476 (10% do número total de bolsas em estudo).

Por fim, os valores estimados pela IGF não eram compatíveis com o controlo sistemático exercido sobre a actividade dos bolseiros de doutoramento quer directamente pela FCT, quer especialmente, pelo respectivo orientador e pela instituição de acolhimento. Nenhuma bolsa é renovada sem a

---

<sup>1</sup> Licença de parto, doença temporariamente incapacitante, mudança entre tipo de bolsas, obtenção de emprego na carreira docente (que implica cancelamento de bolsa ou interrupção), etc.

## FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

confirmação escrita inequívoca destas entidades, com base em relatórios escritos e validados por orientadores e instituições responsáveis.

Segundo os números apurados de forma sistemática pela FCT, cobrindo o período de 1994 a 2005, e apresentados na Tabela nº.: 1, sabe-se à data que apenas relativamente a 12,1% dos bolseiros de doutoramento não existe ainda evidência de que tenham obtido o grau de doutor. Relativamente a estes a FCT tem em curso diligências junto dos seus orientadores afim de esclarecer cabalmente a sua situação.

<b>BOLSAS DE DOUTORAMENTO vs DOUTORAMENTOS</b>								
Ano 1º Pagamento	Bolsas de doutoramento (total)	Doutoramentos concluídos	Doutoramentos não concluídos com justificação enviada à FCT (*)	Bolsas de Doutoramento com financiamento concluído e sem tese ou qualquer outra informação enviada à FCT (*)	Bolsas de Doutoramento em curso	Bolsas de Doutoramento suspensas	Bolseiros falecidos ou reprovados	Processos de Doutoramento não reconhecidos pelas universidades
1994	493	439	8	31			3	12
1995	758	656	23	58			4	17
1996	259	227	10	20				2
1997	865	733	46	65			9	12
1998	695	572	39	73			1	10
1999	657	544	36	69			2	6
2000	790	666	24	89			1	10
2001	683	583	21	76				3
2002	821	670	36	112				3
2003	860	706	41	108				5
2004	947	703	44	191		1	4	4
2005	660	483	31	136	1	3	1	5
<b>1994-2005</b>	<b>8488</b>	<b>6982</b> <b>82,30%</b>	<b>359</b> <b>4,20%</b>	<b>1028</b> <b>12,10%</b>	<b>1</b> <b>0,00%</b>	<b>4</b> <b>0,00%</b>	<b>25</b> <b>0,30%</b>	<b>89</b> <b>1,00%</b>
Fonte: Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Conselho Directivo, à data de 8 de Julho de 2011 e GPEARL.								
(*) Nas respostas das universidades, 182 destes processos de doutoramento foram considerados dentro do prazo. Destes, 18 são "Doutoramentos não concluídos com justificação enviada à FCT" e 164 são "Bolsas de Doutoramento com financiamento concluído e sem tese ou qualquer outra informação enviada à FCT".								

TABELA Nº.: 1 - BOLSAS DE DOUTORAMENTO VS DOUTORAMENTOS

Mesmo assim, e no quadro de medidas de reforço do controlo, a FCT apresentou ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior um conjunto de propostas, visando o reforço da avaliação e do sistema de controlo dos financiamentos de bolsas, projectos ou instituições científicas.

Convém acentuar que o próprio relatório da Inspeção Geral de Finanças, assim como as avaliações do Tribunal de Contas a que a FCT foi sujeita recentemente, elogiam o sistema de financiamento público da actividade científica, o qual é hoje possivelmente o mais bem avaliado e controlado.

A avaliação, totalmente independente, segundo as melhores práticas internacionais, o direito de recurso, os controlos científicos assim como administrativos, são garantes deste vector fundamental para o progresso do País que a FCT procura constantemente melhorar.

#### AUSÊNCIA DE PENALIZAÇÃO FINANCEIRA DOS BOLSEIROS QUE DESISTEM DA BOLSA, ANTES DA CONCLUSÃO DO TRABALHO DE DOUTORAMENTO CONDUCENTE AO GRAU DE DOUTOR

Relativamente à análise que conduziu ao período de 2000 a 2009 a IGF refere que:

*“No período 2000-2009, identificou-se a desistência de 37 bolseiros”.*

Não refere, no entanto, o relatório da IGF, que estes 37 bolseiros viram os seus pagamentos anulados e tiveram de devolver todos os montantes recebidos, pois foi considerado que houve não cumprimento dos objectivos ou verificado que a actividade de investigação nem sequer tinha sido iniciada.

Assim, ainda a propósito da análise feita à amostra constituída por 4731 considera a IGF no projecto de Relatório:

*“No decurso da análise efectuada aos processos individuais de bolseiros identificados na amostra seleccionada, constatou-se que a desistência por parte dos bolseiros não tem nenhuma penalização financeira associada, uma vez que todos os subsídios mensais anteriormente recebidos se consideram justificados pela mera apresentação de um relatório das actividades desenvolvidas até essa data.”*

Na mesma página, no entanto, reconhece a IGF que:

*“Apesar da entidade financiadora ter o direito de exigir a restituição das importâncias atribuídas em caso de incumprimento grave e reiterado por parte do bolseiro, não se considera abrangido nessa situação a desistência por parte do bolseiro, desde que notificada à entidade financiadora até 30 dias antes da pretendida cessação (vd. n.º 3 do art.º 18º da Lei n.º 40/2004, de 18 Ago)”.*

Ou seja a própria IGF reconhece que a não penalização financeira constatada resulta afinal da aplicação pela FCT da Lei 40/2004 da Assembleia da República. Assim, parece poder afirmar-se, que a responsabilidade pelo prejuízo financeiro que possa advir para o Estado resultante da ausência da penalização financeira constatada, não pode ser assacada à FCT.

No entanto, adiantamos que, apesar da tolerância permitida pela Lei, a FCT, na defesa da boa gestão do erário público, sempre que existe um pedido de cancelamento antecipado da bolsa, questiona o bolseiro sobre as razões que o levam a solicitar tal pedido. Por outro lado, também lhe solicita o parecer do supervisor relativo ao pedido de cancelamento da bolsa e sobre as actividades desenvolvidas desde o último pedido de renovação, uma vez que os 48 meses de bolsa não são atribuídos de uma só vez, mas sim de 12 em 12 meses.

Deste modo, a FCT consegue saber quais as razões que levam ao pedido de cancelamento da bolsa, se, apesar do cancelamento o Doutoramento, vai continuar (embora a um ritmo mais lento no caso de início de actividades profissionais), ou se o bolseiro obteve algum outro financiamento alternativo (até da própria FCT – nos casos em que a evolução das actividades de investigação aconselha a substituição de uma bolsa no país por uma bolsa mista ou no estrangeiro, o que implica uma nova bolsa com um número de referência distinto).

Por outro lado, e como se pode constatar em quadro em anexo, o número de BDs que foram encerradas com apenas um Relatório de Actividades é de 0,63% porque nestes casos foi considerado que não houve incumprimento por parte dos bolseiros e que houve trabalho científico significativo (foram 30 BD em 4731 BD atribuídas).

No fim da secção sobre bolsas de formação é referido pela IGF em conclusão:

*“Em conclusão, parece-nos que o não cumprimento dos objectivos estabelecidos, os quais se consubstanciam, em rigor, na não obtenção de grau ou diploma académico, deveria traduzir-se numa penalização de natureza financeira (v.g. restituição total ou parcial dos montantes da bolsa percebidos). A não ocorrer esta circunstância, o Estado dá permissão para um cidadão usufruir de um subsídio estatal mensal até ao limite de 48 meses, ainda que não se concretizem os objectivos subjacentes à sua concessão e não exigindo sequer uma justificação mínima e plausível para tal ocorrência.”*

Embora a alteração da Lei 40/2004 seja responsabilidade do Parlamento, a FCT vai, em sede de Regulamento de Bolsas de Formação avançada, introduzir cláusulas que limitem e minimizem o risco de prejuízo financeiro para o erário público.

---

### 1.4.4. APOIOS CONCEDIDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA REDE DE INSTITUIÇÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

---

Na página 19 do projecto de Relatório da IGF afirma-se:

*“Não se procedeu no período compreendido entre 2005/2007 à avaliação intermédia dos LA, conforme previsto na legislação....Desta forma, os montantes do financiamento programático pagos em 2009 não tiveram por base a efectiva e necessária avaliação dos LA, relativa ao 2º quinquénio do contrato.”*

Convém esclarecer que à data se encontravam já concluídas as avaliações de 20 LAs de um total de 25 dando cumprimento cumulativamente ao nº6 do artº 6º e ao artº 3 do artº 7º ambos do DL 125/99, de 20 de Abril. Espera-se que a avaliação dos restantes 5 Laboratórios esteja concluída até ao fim do ano de 2010.

Esta avaliação veio confirmar os resultados já obtidos na avaliação intercalar de acompanhamento realizada em 2004/2005 para todos os Laboratórios Associados. Pelos resultados obtidos nesta avaliação intercalar realizada em 2004/2005 não se revelou necessário efectuar alterações aos contratos/acordos celebrados com os Laboratórios Associados. Após homologação dos resultados da presente avaliação, a FCT irá proceder à renovação ou não do estatuto de LA, negociação de novos contratos, ou à alteração dos termos do contrato, de acordo com os pareceres dos painéis de avaliação.

---

### 1.4.5. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

---

A este propósito, na página 23 do projecto de relatório, a IGF comenta:

*“Esta falta de integração das diferentes bases de dados num sistema único, impossibilita, por exemplo, conhecer, de uma forma imediata, a totalidade dos apoios concedidos a uma determinada instituição beneficiária, sendo necessário, para esse efeito, recolher junto de cada um dos departamentos os apoios efectivamente atribuídos, não estando salvaguardada, no limite, a acumulação de apoios para o mesmo fim”.*

Tal não é correcto na medida em que o Sistema de Gestão Integrada Administrativa e Financeira (GIAF) da FCT tem um número de identificação para todas as entidades (bolseiros e instituições) que recebem apoios da FCT.

Portanto, fazendo procura no GIAF através desse número de identificação, obtém-se imediatamente a totalidade de apoios que a entidade em causa recebeu.

Ainda na mesma página afirma-se:

*“A actual estrutura orgânica da FCT não contempla nenhuma actividade com responsabilidades específicas ao nível do controlo interno tendo em consideração a dimensão do orçamento gerido pela FCT e a necessidade de um maior acompanhamento dos dinheiros públicos aplicados no investimento em ciência e tecnologia....consideramos não estar garantido um tratamento análogo nos procedimentos de análise de despesa nos diferentes departamentos em resultado de inexistência de normas e manuais de procedimentos que regulam a actividade de cada um destes departamentos.”*

Neste ponto há que esclarecer o seguinte: O apoio a projectos de investigação científica e tecnológica, a sistematização da gestão técnica, administrativa e financeira dos projectos, a melhoria dos processos de avaliação de candidaturas, a sistematização da organização de concursos para apresentação de propostas, e a introdução de um sistema de candidatura, avaliação e gestão electrónica de projectos foram assumidos como aspectos essenciais para o progresso científico e tecnológico, tendo sido, para tal, efectuado um esforço no sentido de disponibilização de manuais de procedimentos associados às diferentes fases do processo de financiamento, nomeadamente de Projectos de Investigação.

Porque a especificidade e normas aplicáveis às diferentes tipologias de apoio da FCT obrigam à existência de manuais específicos para cada tipo de apoio foram, assim, criados e encontram-se disponíveis, no que respeita os Projectos de Investigação, os seguintes manuais que se constituem como importantes instrumentos de apoio à gestão:

- Guião para a elaboração e submissão de propostas de projectos de IC&DT;
- Guião de Avaliação;
- Guidelines para validação de despesa;
- Manual de Procedimentos dirigido a novos colaboradores do DPPICDT.

Por outro lado, o enquadramento regulamentar aplicável ao financiamento de Projectos é constituído por regulamentação comunitária, regulamentação específica e orientações técnicas e de gestão.

Há, assim, a salientar a existência de normas de execução associadas ao acompanhamento e gestão dos projectos financiados, documentos que estabelecem os princípios que regulam a actividade de financiamento deste tipo de apoio pela FCT, concretamente:

- Normas de Execução Financeira;
- Normas para Atribuição de Bolsas no âmbito de Projectos de Investigação.

De referir que o actual enquadramento do financiamento de projectos de I&D no QREN obriga a uma reformulação das normas e procedimentos do DPPICDT no sentido da sua adaptação às exigências regulamentares aplicáveis e aos procedimentos do COMPETE – Programa Operacional factores de Competitividade, pelo que o Departamento continua a envidar esforços no sentido de disponibilização de novos manuais de procedimentos adaptados a esta nova realidade.

Em coordenação com o Departamento de Suporte à Rede de Instituições Científicas e Tecnológicas (DSRICT), o DPPICDT encontram-se, actualmente, em elaboração os seguintes documentos:

- Normas de Execução Financeira de Projectos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico (actualização)

A actualização das normas de execução financeira decorre da necessidade de adaptação aos Regulamentos de Acesso a Financiamento de Projectos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico mais recentes e de transmitir esclarecimentos que se têm vindo a revelar importantes, nomeadamente ao nível da elegibilidade e justificação de despesas, contabilidade específica e aposição de carimbos, relatórios de progresso e final, acompanhamento e controlo, encerramento de projectos e informação e publicidade.

- Manual de Financiamento e Gestão de Projectos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico.

Trata-se de um documento único a disponibilizar aos beneficiários, que compilará um conjunto de informações e orientações dispersas, pretendendo responder às questões mais relevantes que podem ocorrer durante todas as fases do ciclo de vida de um projecto, desde a submissão da candidatura, avaliação e selecção, contratualização, gestão da execução e encerramento.

A elaboração destes documentos em colaboração estreita entre o DPPICT e o DSRICT, permitirá garantir, sempre que possível, um tratamento análogo nos procedimentos e critérios de análise de despesa nos diferentes departamentos, atendendo a que a elegibilidade e justificação de despesas serão aí abordadas de uma forma detalhada.

No âmbito do Programa de Financiamento Plurianual de Unidades de I&D estão publicados no site da FCT os seguintes documentos, devidamente autorizados superiormente e que regem a atribuição dos financiamentos às Unidades de I&D e aos Laboratórios Associados:

- Regulamento do Financiamento Plurianual de Unidades de I&D;
- Critérios de Avaliação;
- Normas de Execução Financeira;
- Normas para atribuição de Bolsas no âmbito de Unidades de I&D;
- Orientações para o processo de Actualização de equipas realizado anualmente.

Encontra-se em preparação um Manual de Procedimentos que reúna toda a informação (normas, regulamentos, etc), no âmbito do Programa de Financiamento Plurianual, para consulta interna, dirigido nomeadamente aos colaboradores que têm a seu cargo a gestão.

Compete-nos também referir o papel do Fiscal Único como órgão responsável pelo controlo da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira e patrimonial da FCT, tendo sido nomeado Fiscal Único da FCT, através do Despacho nº 12880/2009, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Martins Pereira & Associados, SROC.

Conforme previsto no ponto 1 do Artigo 28º da Lei n.º 3/2004 de 15 de Janeiro, são competências do Fiscal Único:

- a) Acompanhar e controlar com regularidade o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis, a execução orçamental, a situação económica, financeira e patrimonial e analisar a contabilidade;
- b) Dar parecer sobre o orçamento e suas revisões e alterações, bem como sobre o plano de actividades na perspectiva da sua cobertura orçamental;
- c) Dar parecer sobre o relatório de gestão de exercício e contas de gerência, incluindo documentos de certificação legal de contas;



- d) Dar parecer sobre a aquisição, arrendamento, alienação e oneração de bens imóveis;
- e) Dar parecer sobre a aceitação de doações, heranças ou legados;
- f) Dar parecer sobre a contratação de empréstimos, quando o instituto esteja habilitado a fazê-lo;
- g) Manter o conselho directivo informado sobre os resultados das verificações e exames a que proceda;
- h) Elaborar relatórios da sua acção fiscalizadora, incluindo um relatório anual global;
- i) Propor ao ministro da tutela ou ao conselho directivo a realização de auditorias externas, quando isso se revelar necessário ou conveniente;
- j) Pronunciar-se sobre os assuntos que lhe sejam submetidos pelo conselho directivo, pelo Tribunal de Contas e pelas entidades que integram o controlo estratégico do sistema de controlo interno da administração financeira do Estado.

De referir que o recurso à contratação externa por parte da FCT, referido no relatório como uma forma de colmatar a inexistência de uma unidade com competências a nível da auditoria, visa essencialmente assegurar o cumprimento de uma tarefa a cargo do DPPICT que consiste na análise e validação da despesa apresentada pelas entidades beneficiárias.

---

#### 1.4.6. AS RECOMENDAÇÕES DA IGF E AS CONSIDERAÇÕES DA FCT APRESENTADAS EM SEDE DE CONTRADITÓRIO

---

*“Promova a alteração do clausulado dos contratos celebrados no âmbito do Estatuto do Bolseiro, no sentido da responsabilização associada à desistência do bolseiro ou à não concretização dos objectivos iniciais, assim como o papel do orientador na renovação da bolsa, tendo em vista uma melhor optimização dos recursos públicos envolvidos.”*

Apesar da tolerância permitida pela Lei 40/2004, a FCT irá introduzir no Regulamento de Bolsas de Formação Avançada cláusulas que limitem e minimizem o risco de prejuízo financeiro para o erário público, envolvendo de forma mais responsável os orientadores e as Instituições que concedem os graus.

*“Institua mecanismos de acompanhamento e controlo sistemáticos que garantam o efectivo cumprimento, por parte dos bolseiros, das obrigações a que estão vinculados, nos termos do Estatuto do Bolseiro, em especial quanto ao envio das teses de doutoramento aprovadas, despoletando, nos casos de não observância, a restituição integral ou parcial do financiamento público concedido”.*

A FCT irá providenciar as alterações possíveis dadas as restrições contidas na Lei 40/2004, no sentido de garantir a melhor gestão dos fundos públicos.

*“Desenvolva as políticas necessárias ao alargamento da celebração de contratos programa com empresas e outras instituições privadas (integradas no SCTN), tendo em vista a promoção da inserção profissional de investigadores doutorados, a exemplo dos celebrados com as instituições de ensino superior, a fim de dar cumprimento aos objectivos da linha de apoio de envolver as entidades privadas.”*

Os Contratos-Programa decorrem de concursos públicos abertos a todo o SCTN (instituições de ensino superior, empresas e outras instituições privadas). Se as empresas não se candidatarem não é possível à FCT celebrar com elas Contratos-Programa (trata-se de um princípio de transparência e rigor na atribuição dos fundos públicos que faz parte da cultura e da prática da FCT).

*“Concretize a avaliação dos Laboratórios Associados, de modo a suportar adequadamente os montantes pagos ao nível da componente do financiamento programático, adoptando, se necessário, as medidas previstas no nº 6 do artº 6º do DL nº 125/99, de 20/Abr.”*

Está em fase de conclusão.

## FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

*“Pondere a eventual criação de unidade orgânica (no âmbito do nº 4 do artº 1 da Portaria nº 550/2007, de 30/Abr) com competências específicas a nível da auditoria interna, tendo em consideração a dimensão do orçamento gerido pela FCT e a necessidade de um maior acompanhamento dos dinheiros públicos aplicados no investimento em ciência e tecnologia.”*

Também aqui reiteramos os considerandos anteriores reportados ao Fiscal Único, órgão da FCT, como tal previsto na alínea d) do nº 1 do artigo 4º da orgânica da FCT.

*“Proceder à elaboração de manuais de procedimentos e de controlo interno, que definam as normas e critérios a observar, em especial no desenvolvimento da sua actividade financiadora.”*

Esta recomendação foi já refutada anteriormente.

*“Promova melhorias na interligação dos sistemas informáticos no sentido de suprir a necessidade de reintrodução manual de dados, uma vez que este procedimento acarreta uma maior probabilidade de erro, garantindo, deste modo, a fiabilidade, fidedignidade e integridade da informação e eventuais duplicações ou a concorrência de apoios com o mesmo objecto”.*

Também esta recomendação se encontra já analisada anteriormente.

### 1.5. PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

Prevenir e combater a corrupção, mais do que um desígnio político ou uma incumbência do sistema judicial, é um dever de cidadania que recai sobre todos os portugueses. A Administração Pública, enquanto conjunto de serviços e organismos que visam exclusivamente a prossecução do interesse público, tem particulares deveres de imparcialidade, igualdade e justiça, devendo a sua actuação ser especialmente criteriosa e transparente. Só assim se pode reforçar a confiança dos cidadãos nos órgãos da Administração Pública, garantindo que o Estado está apenas ao serviço do interesse colectivo, evitando e repudiando toda e qualquer tentativa de desvio para prossecução de outros interesses que não os legalmente previstos.

O Conselho para a Prevenção da Corrupção (CPC), entidade administrativa independente a funcionar junto do Tribunal de Contas, formulou aos organismos públicos a Recomendação N.º 1/2009, que foi publicada na 2.ª Série do Diário da República, n.º 140, de 24 de Julho, através da qual os referidos destinatários eram convidados a elaborar os respectivos Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

A Fundação para a Ciência e a Tecnologia é o organismo da administração pública com responsabilidades no financiamento público aplicado à investigação científica e desenvolvimento tecnológico no país, área que tem estado, nos últimos anos, no centro das prioridades públicas, movimentando por isso consideráveis verbas nacionais e comunitárias. Por essa razão, tem sido prioridade do Conselho Directivo da FCT assegurar que a actividade deste organismo se desenvolve no respeito da mais estrita prossecução do interesse público, minimizando todo e qualquer risco de corrupção, infracção económico-financeira ou desvio de atribuições.

A FCT não pode deixar de responder ao desafio lançado pelo CPC, tendo elaborado em 2010 o seu Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

Ver [http://alfa.fct.mctes.pt/legal/plano\\_anti\\_corrupcao\\_2010.pdf](http://alfa.fct.mctes.pt/legal/plano_anti_corrupcao_2010.pdf)

## 2. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS SEGUNDO AS PRINCIPAIS LINHAS DE ACTUAÇÃO DA FCT

---

### 2.1. REFORÇO DA FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO

---

#### 2.1.1. BOLSAS

---

#### REFORÇO DA FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO

---

Durante o ano de 2010, no âmbito do Programa Operacional Potencial Humano POPH do QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional (Portugal 2007-2013), e do Programa de Formação Avançada de Recursos Humanos (FARH), Programa de fundos exclusivamente nacionais, decorreram várias acções de formação destinadas a Doutores, Mestres, Licenciados ou Técnicos nelas envolvidos, de acordo com os requisitos pré-definidos nos Programas e nos respectivos Regulamentos para cada tipo de bolsa, tendo a formação sido realizada por Instituições nacionais ou estrangeiras onde decorreram as actividades de investigação, nomeadamente Instituições do Ensino Superior Universitário ou Politécnico, Laboratórios Associados, Laboratórios de Estado, Unidades de I&D, Instituições privadas sem fins lucrativos, empresas ou organismos públicos que desenvolvam actividades de I&D.

Os concursos foram divulgados através de [editais](#) publicados na internet e na imprensa, nos quais eram indicadas as condições de acesso.

Ver <http://alfa.fct.mctes.pt/apoios/bolsas/concursos/index.phtml.pt>

Durante o ano de 2010 estiveram abertos em permanência os concursos para Bolsas de Doutoramento em Empresas (BDE), para Bolsas de Formação Científica Visando a Requalificação de Diplomados com Sólida Experiência Docente Anterior no Ensino Superior, Bolsas de Licença Sabática (BSAB) e Apoio à Execução Gráfica de Teses de Doutoramento e obtenção de Certificados do Grau de Doutor (PAEGTD).

---

Durante o ano de 2010 continuaram a ser financiadas nove bolsas atribuídas anteriormente através dos concursos abertos em 2007 e em 2009 no âmbito do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu para Bolsas de Mestrado (BM), de Doutoramento (BD), de Pós-Doutoramento (BPD) e de Licença Sabática (BSAB) nas áreas das Ciências Biológicas, do Mar, do Ambiente e da Saúde, com o intuito de promover a mobilidade entre Portugal e os países da EEA/EFTA - Islândia, Liechtenstein ou Noruega. Em 2010 foram financiadas 1 BM, 6 BD e 2 BPD.

---

Em 2 de Março de 2010 terminou o período de candidaturas (aberto em 30 de Dezembro de 2009) ao Programa de Apoio à Formação Avançada de Docentes do Ensino Superior Politécnico (PROTEC) 2009, cuja avaliação foi também da responsabilidade deste Departamento, embora o financiamento dos subsídios a atribuir aos Institutos Politécnicos, após a avaliação, fosse da responsabilidade dos

próprios Institutos. Das 566 candidaturas submetidas foi recomendada a atribuição de 453 subsídios a conceder pelos Institutos Politécnicos.

---

Em 2010 continuaram a ser financiadas 1 BM e 4 BD atribuídas a estudantes Luso-Venezuelanos no âmbito do Concurso aberto em 2009.

---

Ainda no âmbito do Concurso para Formação Avançada em Investigação Clínica para Internos–Doutorandos, no âmbito de um protocolo de colaboração com o Ministério da Saúde, foram financiados 28 Médicos do Internato de Especialidade.

Ver <http://alfa.fct.mctes.pt/apoios/intdoutorando/index.phtml.pt>

---

Durante o ano de 2010 foi aberto um concurso a nível nacional, em todas as áreas científicas, para Doutoramentos e Pós-Doutoramentos.

Ver <http://alfa.fct.mctes.pt/apoios/bolsas/concursos/individuais2010.phtml.pt>

O período de candidatura decorreu entre 3 de Maio e 6 de Setembro de 2010, com dois ciclos de avaliação:

- o 1º ciclo para as candidaturas lacradas entre 3 de Maio e as 17 horas de 17 de Junho de 2010;
- o 2º ciclo para as candidaturas lacradas entre o prazo anterior e as 17 horas de 6 de Setembro de 2010.

As bolsas concedidas no âmbito do 1º ciclo de avaliação poderiam ter início em data não anterior a 1 de Outubro de 2010; as bolsas concedidas no âmbito do 2º ciclo de avaliação poderiam iniciar-se em data não anterior a 1 de Janeiro de 2011.

Cada candidato apenas poderia submeter uma única candidatura, tanto em termos de área científica como de ciclo de avaliação.

Neste concurso foram submetidas e lacradas 5 111 candidaturas, que foram submetidas a avaliação (1 928 no 1º ciclo e 3 183 no 2º ciclo), das quais 3706 a BD e 1405 a BPD (1504 a BD e 424 a BPD no 1º ciclo e 2202 a BD e 981 a BPD no 2º ciclo).

Todos estes processos de candidatura foram avaliados entre 19 de Julho e 30 de Julho, relativamente ao 1º ciclo, e 11 de Outubro e 22 de Outubro, relativamente ao 2º ciclo.

Tendo em conta a área científica indicada pelos candidatos, foram constituídos Painéis de Avaliação, um para cada uma das 35 áreas científicas.

Esses [Painéis de Avaliação](#) foram constituídos por Professores Universitários, peritos nas respectivas áreas científicas, que foram expressamente convidados para neles participarem. O número de investigadores convidados rondou os 400 em cada ciclo de avaliações. Por uma questão de homogeneidade envidaram-se todos os esforços para que os painéis de avaliação de cada área científica fossem constituídos pelos mesmos peritos nos dois ciclos de avaliação.

Ver <http://alfa.fct.mctes.pt/apoios/bolsas/concursos/index.phtml.pt#individuais2010>

Os critérios definidos para a avaliação das candidaturas foram, de acordo com o Regulamento, os méritos do candidato, do programa de trabalhos e das condições de acolhimento. A cada um dos avaliadores foi dado acesso a um Guião de Avaliação.

Ver <http://alfa.fct.mctes.pt/apoios/bolsas/concursos/guiao2007.pdf>

Neste concurso (ainda sem as bolsas a conceder em Recurso, que nesta data estão em avaliação) as taxas de concessão foram as seguintes:

BD	42,04%	1558 bolsas
BPD	49,04%	689 bolsas
Total	43,96%	2247 bolsas

O número de candidaturas, de bolsas concedidas e as taxas de concessão por área científica encontram-se nos quadros seguintes.

ÁREA CIENTÍFICA	BOLSAS DE-DOUTORAMENTO						
	Linha de Corte	Cand.submetidas	Bolsas Concedidas	%	País	Mistas	Estrangeiro
Matemática	4,100	63	24	38,10%	10	—	14
Física	4,170	86	37	43,02%	11	15	11
Química	4,100	100	45	45,00%	36	7	2
Ciências Biológicas	4,200	150	71	47,33%	32	24	15
Ciências da Terra e do Espaço	3,700	49	25	51,02%	14	4	7
Ciências do Mar	3,700	78	34	43,59%	12	20	2
Ciências do Ambiente	4,100	131	56	42,75%	37	16	3
Ciências Agrárias e Florestais	3,900	87	36	41,38%	24	9	3
Ciência Animal e Ciências Veterinárias	4,000	72	28	38,89%	17	8	3
Ciências da Saúde	3,900	339	151	44,54%	60	57	34
Ciências do Desporto	3,900	93	27	29,03%	21	6	—
Ciências e Engenharia de Materiais	3,745	97	52	53,61%	37	13	2
Engenharia Mecânica	3,600	98	42	42,86%	36	4	2
Engenharia Civil e de Minas	4,000	106	41	38,68%	25	13	3
Engenharia Química	4,200	49	24	48,98%	20	4	—
Engenharia Bioquímica e Biotecnologia	4,510	67	30	44,78%	17	9	4
Engenharia Electrotécnica e Informática	3,900	385	180	46,75%	149	17	14
Economia e Gestão	3,800	179	52	29,05%	33	2	17
Ciências Jurídicas	4,100	57	28	49,12%	24	3	1
Ciência Política	4,000	63	18	28,57%	6	4	8
Sociologia e Demografia	4,000	103	43	41,75%	30	10	3
Antropologia	3,900	47	16	34,04%	6	6	4
Geografia	3,900	40	20	50,00%	11	6	3
Psicologia	3,900	174	80	45,98%	55	16	9
Ciências da Comunicação	3,900	91	24	26,37%	20	2	2
Linguística	3,800	46	18	39,13%	17	—	1
Ciências da Educação	4,300	184	85	46,20%	70	9	6
Arquitectura, Urbanismo e Design	3,900	190	69	36,32%	46	15	8
História e Arqueologia	4,000	117	46	39,32%	39	5	2
História da Ciência	4,100	15	8	53,33%	7	1	—
Filosofia	3,900	51	16	31,37%	14	1	1
Estudos Literários	4,000	81	28	34,57%	21	5	2
Estudos Artísticos	4,600	187	89	47,59%	62	19	8
Estudos Africanos	3,800	20	10	50,00%	6	1	3
PACT - Promoção e Administração de Ciência e Tecnologia	3,700	11	5	45,45%	2	3	—
<b>TOTAIS</b>		<b>3706</b>	<b>1558</b>	<b>42,04%</b>	<b>1027</b>	<b>334</b>	<b>197</b>

QUADRO Nº: 1 - BOLSAS DE DOUTORAMENTO

ÁREA CIENTÍFICA	BOLSAS DE PÓS-DOCTORAMENTO						
	Linha de Corte	Cand.submetidas	Bolsas Concedidas	%	País	Mistas	Estrangeiro
Matemática	4,600	58	27	46,55%	25	2	
Física	4,250	100	55	55,00%	48	7	
Química	4,300	137	68	49,64%	59	7	2
Ciências Biológicas	4,400	128	66	51,56%	45	17	4
Ciências da Terra e do Espaço	4,200	42	21	50,00%	14	7	
Ciências do Mar	3,870	61	29	47,54%	22	6	1
Ciências do Ambiente	4,400	53	22	41,51%	19	3	
Ciências Agrárias e Florestais	3,925	61	28	45,90%	20	8	
Ciência Animal e Ciências Veterinárias	4,300	14	9	64,29%	6	2	1
Ciências da Saúde	4,250	141	74	52,48%	59	13	2
Ciências do Desporto	4,350	10	5	50,00%	3	2	
Ciências e Engenharia de Materiais	3,925	74	30	40,54%	24	4	2
Engenharia Mecânica	3,800	31	13	41,94%	12	1	
Engenharia Civil e de Minas	4,090	17	7	41,18%	7		
Engenharia Química	4,325	43	21	48,84%	17	4	
Engenharia Bioquímica e Biotecnologia	4,350	48	27	56,25%	20	7	
Engenharia Electrotécnica e Informática	4,150	48	22	45,83%	17	4	1
Economia e Gestão	4,100	14	9	64,29%	6	2	1
Ciências Jurídicas	4,200	4	3	75,00%	3		
Ciência Política	4,160	17	9	52,94%	6	3	
Sociologia e Demografia	4,400	26	10	38,46%	6	4	
Antropologia	4,350	23	11	47,83%	6	4	1
Geografia	4,180	10	5	50,00%	4	1	
Psicologia	4,300	32	15	46,88%	9	5	1
Ciências da Comunicação	4,000	13	6	46,15%	6		
Linguística	4,000	7	3	42,86%	1	2	
Ciências da Educação	4,500	20	7	35,00%	3	4	
Arquitectura, Urbanismo e Design	4,000	16	7	43,75%	2	5	
História e Arqueologia	4,300	44	22	50,00%	18	3	1
História da Ciência	4,500	11	6	54,55%	6		
Filosofia	4,000	29	13	44,83%	9	4	
Estudos Literários	4,200	22	11	50,00%	8	3	
Estudos Artísticos	4,700	38	22	57,89%	15	6	1
Estudos Africanos	4,300	7	3	42,86%	2	1	
PACT - Promoção e Administração de Ciência e Tecnologia	4,200	6	3	50,00%	1	2	
<b>TOTAIS</b>		<b>1405</b>	<b>689</b>	<b>49,04%</b>	<b>528</b>	<b>143</b>	<b>18</b>

QUADRO Nº.: 2 - BOLSAS DE PÓS-DOCTORAMENTO

Destas bolsas, as elegíveis no âmbito do POPH do QREN, serão financiadas por aquele Programa. As restantes serão financiadas pelo PIDDAC nacional – Programa FARH.

O impacto financeiro destas bolsas apenas em 2011 se fará sentir, já que a maior parte delas só terá início naquele ano. Sendo assim a grande maioria das bolsas financiadas em 2010 resulta de atribuições em concursos anteriores, já que, na generalidade, as suas durações são plurianuais.

O Regulamento aplicável a estas bolsas está disponível no sítio web da FCT

Ver <http://alfa.fct.mctes.pt/apoios/bolsas/regulamento2010.phtml.pt>

---

Assim em 2010 foram financiadas no âmbito dos vários Programas de Financiamento 11 271 bolsas (8636 BD, 13 BM, 2044 BPD e 578 bolsas dos restantes tipos). Destas 11271 bolsas, 7204 foram para o País, 1454 para o estrangeiro e 2613 mistas. O montante dos pagamentos efectuados em 2010 directamente a todos estes bolseiros totalizou cerca de 146 M€.

Nestas bolsas estão incluídas ainda algumas bolsas que transitaram dos QCA II e QCA III, as bolsas dos concursos abertos em permanência, bem como as bolsas atribuídas pela Agência de Inovação no âmbito dos seus vários concursos (CERN, ESA e ESO), as bolsas atribuídas no âmbito dos Programas Gulbenkian de Doutoramento em Biologia Computacional, em Biomedicina Integrativa e em Neurociências, do Programa GABBA da Universidade do Porto e do Programa Graduado de Doutoramento do Centro de Neurociências da Universidade de Coimbra, da Escola de Ciências da Saúde da Universidade do Minho e as bolsas atribuídas no âmbito das Parcerias Internacionais - Programas MIT – Portugal, CMU – Portugal e UT Austin – Portugal.

Foram ainda efectuados os pagamentos de subsídios ao Programa GABBA da Universidade do Porto e ao Programa Graduado de Doutoramento do Centro de Neurociências da Universidade de Coimbra, no valor respectivamente de 50 000 € e de 35 000 €, que se destinam à gestão destes Programas para formação de doutorandos.

Foram também pagos os Custos de Formação – inscrição, matrícula e propinas – devidos às instituições nacionais que conferem os graus de Mestre ou de Doutor aos bolseiros. Os montantes pagos ascenderam a 12,9 M€. Os restantes, no valor de cerca de 2,1 M€, tiveram de deslizar para 2011, por dificuldades orçamentais.

Foram ainda efectuados pagamentos relativos aos custos das Avaliações e do Seguro de Acidentes Pessoais que abrange obrigatoriamente todos os bolseiros.

Todos os pagamentos efectuados no âmbito de cada bolsa são determinados pela aplicação dos Regulamentos e do Estatuto do Bolseiro.

---

O acompanhamento e controlo das acções faz-se através dos seguintes mecanismos:

- verificação da elegibilidade do formando;
- verificação dos documentos comprovativos da formação anterior, necessária à aceitação na acção;
- verificação da aceitação do formando por parte da entidade responsável pela formação;



- exames dos relatórios de actividades e certificados oficiais comprovativos das diversas operações, incluindo pareceres dos investigadores directamente responsáveis pela formação.

A avaliação das acções processa-se a diversos níveis e é feita pelos orientadores científicos dos formandos e pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

A avaliação do progresso dos formandos é feita pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia tomando como base os relatórios de progresso, as informações dos seus orientadores científicos e os certificados oficiais de aproveitamento. Esta avaliação é peça determinante na renovação da bolsa no final de cada um dos períodos. Se a avaliação for negativa, a bolsa não é renovada no final do período em questão.

---

Todos os pagamentos aos bolseiros são efectuados, pelo menos, uma vez por mês por transferência bancária, via “home banking”, das contas da Fundação para a Ciência e a Tecnologia na Direcção Geral do Tesouro para as contas pessoais de cada um deles. Essa transferência efectua-se no último dia do mês de modo a que a quantia devida a cada bolseiro possa estar na conta respectiva no primeiro dia útil do mês a que o pagamento respeita.

Considerando os 12 meses de cada ano e a totalidade dos pagamentos efectuados directamente aos bolseiros em 2010, o valor mensal em média anual dos pagamentos foi o seguinte:

146 M€/12 = 12,16 M€ por mês.

#### UM COMPROMISSO COM A CIÊNCIA PARA O FUTURO DE PORTUGAL

---

Neste documento eram assumidas cinco grandes orientações, uma das quais era

“Apostar nos Recursos Humanos e na Cultura Científica e Tecnológica”

Para a concretização destas orientações, era anunciada a seguinte medida:

“Aumento em 60% do número de novas bolsas de doutoramento e pós-doutoramento”

#### Bolsas de doutoramento e pós-doutoramento financiadas por ano

2006	2007	2008	2009	2010
<b>6 035</b>	<b>7 341</b>	<b>8 662</b>	<b>9 682</b>	<b>10 680</b>

Poderemos então constatar que de 2006 para 2010 houve um aumento de 4 645 bolsas de doutoramento e de pós-doutoramento, ou seja, um aumento de 76,97 % relativamente aos valores de 2006 e assim o compromisso assumido foi amplamente concretizado.

---

### 2.1.2. ESTÍMULO À INSERÇÃO PROFISSIONAL DE DOUTORADOS NO SISTEMA CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NACIONAL

---

A aposta na formação avançada de recursos humanos, que tem permitido que o número de investigadores (ETI) em relação à população activa em Portugal tenha vindo a convergir com a média europeia, foi acompanhada por políticas pró-activas no domínio do emprego científico que visam o reforço das oportunidades de emprego existentes bem como a criação de mecanismos de atracção e inserção profissional de investigadores doutorados.

Neste âmbito, durante o ano de 2010, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, prosseguiu no estímulo à inserção profissional de doutorados no Sistema Científico e Tecnológico Nacional. Para tal contou com três programas de apoio: Cátedras Convidadas, Contratação de Doutorados para o Sistema Científico e Tecnológico Nacional e o recente Welcome II.

---

#### CÁTEDRAS CONVIDADAS

---

A criação de Cátedras convidadas tem como objectivo atrair para Portugal investigadores de elevado reconhecimento internacional e consequentemente apoiar as instituições no seu esforço de internacionalização e no estabelecimento de parcerias.

Tendo o primeiro contrato-programa, após homologação do Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, sido celebrado em 2009, durante o ano de 2010 prosseguiu-se a celebração dos respectivos memorandos de entendimento e contratos-programa.

Até ao momento, têm patrocínio assegurado, as cátedras constantes da seguinte tabela:

TABELA Nº.: 2 – CÁTEDRAS CONVIDADAS

Designação da Cátedra	Área de Investigação	Entidade Proponente	Entidades participantes
Cátedra Alcatel-Lucent Portugal,	Tecnologias de Informação e Comunicação.	Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNL	Instituto de Telecomunicações; Centro de Tecnologia e Sistemas - CCTS/Uninova
Cátedra Atsutoshi Nishida,	Produção de conteúdos digitais e utilização da tecnologia no contexto da educação	Universidade do Algarve	Toshiba Portugal; FCT
Cátedra BES - Biodiversidade	Biodiversidade,	Universidade do Porto.	BES
Cátedra Camões	Difusão da Língua e da Cultura Portuguesa	Universidade de Macau	Fundação Oriente; BNU; Centro Científico e Cultural de Macau, IP
Cátedra de Investigação Microsoft em tecnologias e sistemas de informação e comunicação área da Saúde.	Sistemas de informação e comunicação área da Saúde	Universidade de Aveiro.	Microsoft
Cátedra "Rui Nabeiro",	Biodiversidade,	Universidade de Évora.	Delta Cafés
Cátedra EDP-Biodiversidade,	Biodiversidade,	Universidade do Porto.	EDP - Energias de Portugal
Cátedra em Energias Renováveis UMA-Santander	Energias Renováveis,	Universidade da Madeira.	Banco Santander Totta, SA
Cátedra em Nanotecnologias UMA-Santander,	Nanotecnologias,	Universidade da Madeira.	Banco Santander Totta, SA
Cátedra em Políticas Públicas e Sociais	Políticas Públicas e Sociais,	ISCTE - IUL.	Instituto de Emprego e Formação Profissional IP; Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
Cátedra em Teoria das Cordas,	Teoria das Cordas	Instituto Superior Técnico.	
Cátedra GlaxoSmithKline Invited Chair - Colloids and Interfaces,	Biological Colloids.	Faculdade de Ciências e Tecnologia - UC	Glaxo Smith & Kline
Cátedra Martifer,	Energias Renováveis,	Universidade de Aveiro.	
Cátedra MILLENNIUM BCP	Finanças Empresariais,	Universidade Católica Portuguesa.	Fundação MILLENNIUM BCP
Cátedra Nokia-Siemens,	Telecomunicações,	Universidade de Aveiro.	Nokia-Siemens
Cátedra Odebrecht - Capistrano de Abreu,	História do Brasil e Portugal,	Universidade do Algarve.	Fundação Odebrecht;
Cátedra REFER - Biodiversidade,	Biodiversidade,	Universidade do Porto.	REFER
Cátedra Santander	Ciências da Comunicação,	Universidade da Beira Interior.	Banco Santander Totta, SA

### CONTRATAÇÃO DE DOUTORADOS PARA O SCTN

Conforme definido no “Compromisso com a Ciência”, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, durante o ano de 2010, continuou a apoiar o reforço da massa crítica das instituições do Sistema Científico e Tecnológico Nacional - SCTN através do financiamento de mais do que 1000 investigadores doutorados.

Para tal, o programa Contratação de Doutorados para o SCTN, que se iniciou em Julho de 2006, através do lançamento do concurso público para a celebração de contratos-programa com instituições do SCTN, permitiu, de acordo com as recomendações do [Código de Conduta para o Recrutamento de investigadores da Comissão Europeia](#), a celebração de mais do que mil contratos individuais de trabalho.

Ver <http://www.europa.eu.int/eracareers/europeancharter>

No âmbito da implementação dos procedimentos inerentes ao Programa em análise e nos termos do Quadro de Referência Estratégico Nacional, Programa Operacional Potencial Humano, Tipologia 4.2 – Promover o Emprego Científico, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia é o Organismo Responsável pela Execução de Políticas Públicas – OREPP.

### FINANCIAMENTO DOS CONTRATOS-PROGRAMA EM EXECUÇÃO

Durante o ano de 2010 foram financiados 1198 contratos individuais de trabalho, cuja distribuição pela região onde a sede da instituição proponente se localiza é a seguinte:

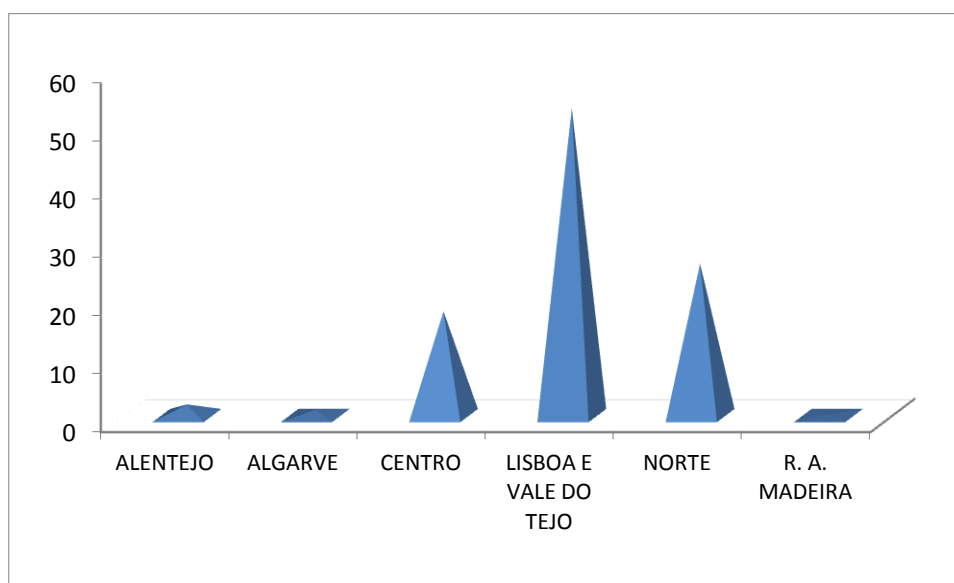


GRÁFICO Nº.: 1 – DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS FINANCIADOS POR REGIÃO<sup>2</sup> DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE

<sup>2</sup> As regiões identificadas correspondem às unidades de nível II da NUTS.

Quanto ao domínio científico temos a seguinte afectação:

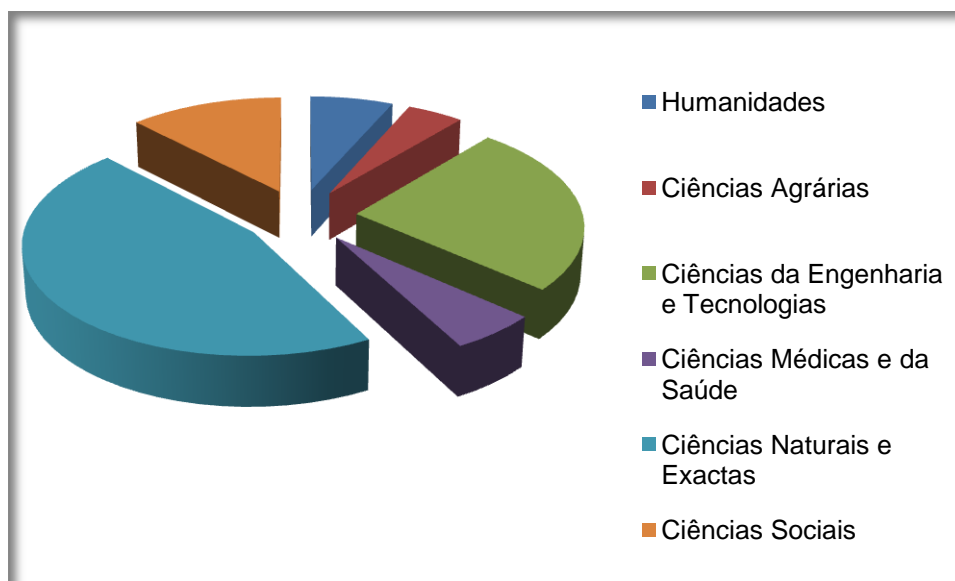


GRÁFICO Nº.: 2 - DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS FINANCIADOS POR DOMÍNIO CIENTÍFICO<sup>3</sup>

Quanto ao sexo predomina o masculino com 56% do total dos investigadores financiados durante o ano de 2010.

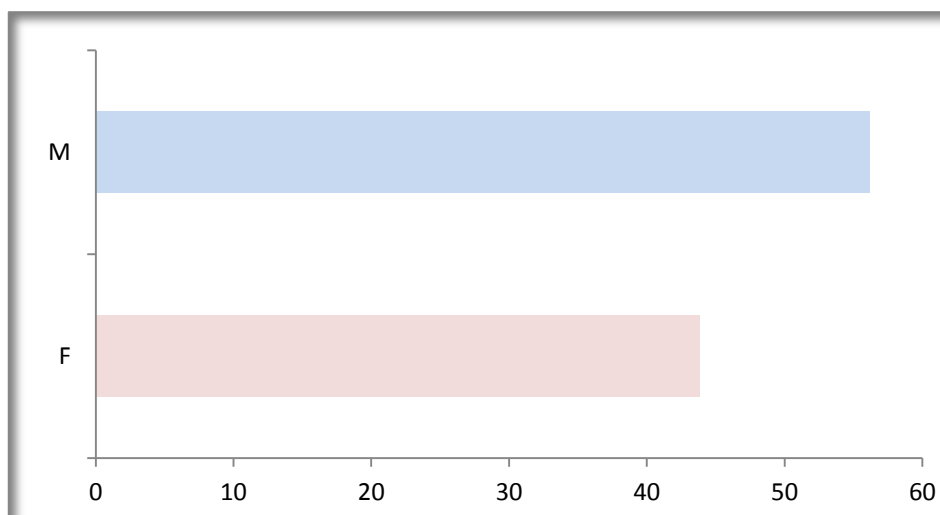


GRÁFICO Nº.: 3 – DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS FINANCIADOS POR SEXO

A repartição por grupo etário permite aferir que predominam os investigadores cuja idade está compreendida entre os 35 e os 40 anos.

<sup>3</sup> De acordo com a classificação FOS do Manual de Frascati / OCDE (revisão de Fevereiro de 2007).

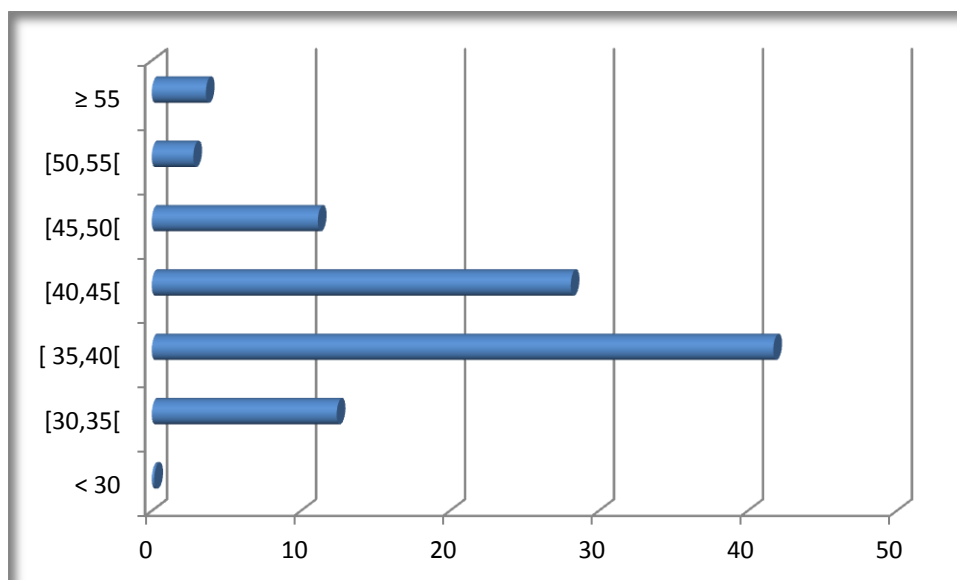


GRÁFICO Nº.: 4 – DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS FINANCIADOS POR ESCALÃO ETÁRIO

O Financiamento dos 1198 contratos individuais de trabalho representou um esforço financeiro de 52 milhões de euros.

A distribuição dos encargos financeiros pela região onde a sede da instituição proponente se localiza permite a seguinte afectação:

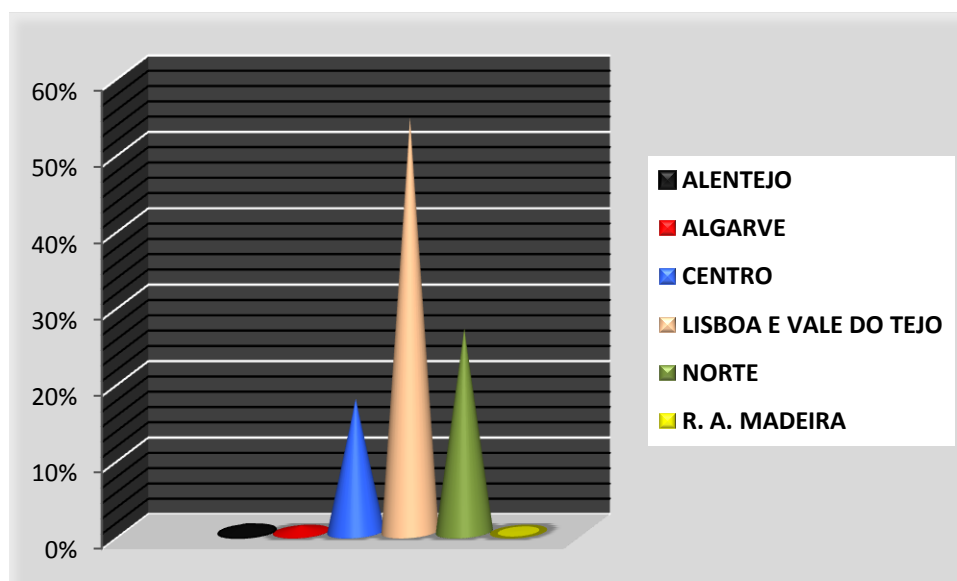


GRÁFICO Nº.: 5 – DISTRIBUIÇÃO DOS MONTANTES FINANCIADOS

No que concerne à tipologia das instituições de acolhimento, 61% dos lugares financiados estão afectos a investigadores que desenvolvem as suas actividades em unidades de I&D acreditadas pela FCT, 29% a Laboratórios Associados, 9% a Laboratórios de Estado e finalmente aproximadamente 1% a outras entidades, como se poderá constatar no gráfico seguinte:

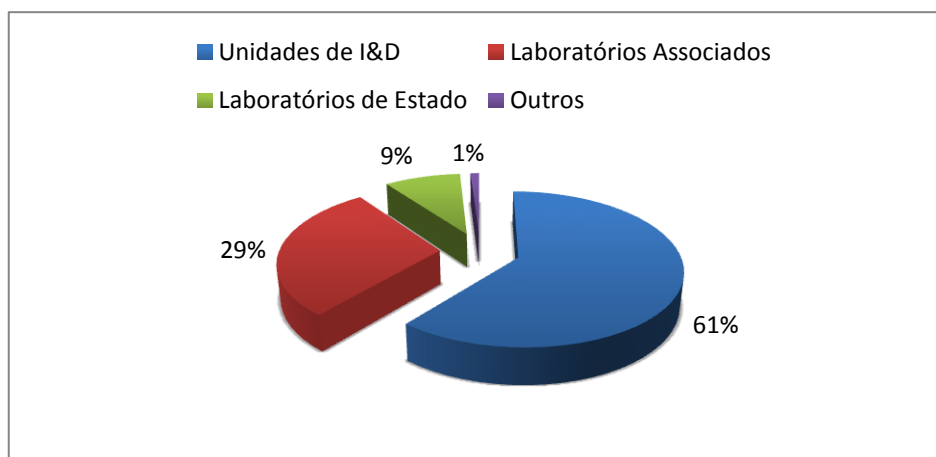


GRÁFICO Nº.: 6 – DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS FINANCIADOS POR TIPOLOGIA DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO

### WELCOME II

Na sequência da aprovação, em 2008, da candidatura apresentada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia ao 7º Programa Quadro, a qual foi classificada em 1º lugar, a FCT procedeu à abertura, a 15 de Dezembro, do concurso para a selecção dos investigadores europeus que pretendendo vir a trabalhar em instituições de investigação em Portugal tenham estado a trabalhar por um período igual ou superior a três anos em países terceiros.

No âmbito das 67 candidaturas lacradas, o programa Welcome II conseguiu captar candidatos de 11 nacionalidades (em que predominam os portugueses com 57% do total de candidaturas, seguido do Reino Unido com 8 candidatos, da Espanha, Itália e França com 4 cada um deles e da Sérvia com 3 candidatos) como consta na tabela seguinte:

País de Nacionalidade	Nº de Candidaturas	%
Alemanha	2	3
Espanha	4	6
França	4	6
Holanda	1	1
Hungria	1	1
Italia	4	6
Portugal	38	57
Reino Unido	8	12
Sérvia	3	4
Suécia	1	1
Suíça	1	1
<b>Total</b>	<b>67</b>	<b>100</b>

TABELA Nº.: 3 – Nº DE CANDIDATURAS RECEBIDAS POR PAÍS DE NACIONALIDADE DO CANDIDATO

### 2.1.3. OBJECTIVOS DO DFRH

No âmbito do SIADAP 2010, foram definidos para o Departamento de Formação de Recursos Humanos (DFRH) os seguintes objectivos:

Objectivos de Qualidade e Serviço

- Implementar três funcionalidades para interação com a comunidade científica:
  - prazo de implementação de todas as FAQs em resultado do lançamento do Concurso Welcome II;
  - prazo de implementação e utilização de um processo automático de emissão de declarações relativas a Custos de Formação, para as Instituições que conferem o Grau de Doutor, em simultâneo com o envio aos bolseiros dos contratos assinados pelas duas partes;
  - prazo de disponibilização de uma funcionalidade que permita às Instituições a simplificação da forma de prestação de contas no âmbito da Contratação de Doutorados.
- Implementar três procedimentos administrativos de melhoria:
  - prazo de implementação da identificação com código de barras dos processos da Contratação de Doutorados;
  - prazo de implementação de um procedimento de envio de "alertas" para a necessidade de proceder à renovação de todas as bolsas, à excepção das renovações das BPD para o 2º triénio.
  - prazo de implementação de um procedimento de envio de "alertas" para informação sobre a emissão das Declarações solicitadas pelos bolseiros.

OBJECTIVOS DE PRODUÇÃO E EFICIÊNCIA OPERACIONAL

- Garantir o pagamento de 9 250 bolsas individuais assegurando a implementação de todos os procedimentos necessários.
- Disponibilizar toda a informação para o portal EURAXESS em português e em inglês.

OBJECTIVOS DE EFICIÊNCIA ECONÓMICO-FINANCEIRA

- Reduzir o prazo de resposta aos pedidos de renovação de todas as Bolsas, à excepção das renovações das BPD para o 2º triénio, apresentados devidamente documentados até 1 mês antes da data da renovação.

OBJECTIVOS DE RECURSOS HUMANOS

- Elaborar a proposta do plano de qualificação dos colaboradores em 2011.

Todos estes Objectivos, que se reflectiram nos Objectivos de todos os Colaboradores do Departamento, foram sendo acompanhados e monitorizados ao longo do ano, tendo sido objecto de vários relatórios elaborados por cada um dos colaboradores, fazendo o ponto de situação sobre o cumprimento dos Objectivos Individuais de cada um deles.

Seguindo esta metodologia, todos os Objectivos fixados para este Departamento foram atingidos, tendo sido tal facto comunicado a quem de direito.



## 2.2. DESENVOLVIMENTO DE UMA REDE MODERNA DE INSTITUIÇÕES DE I&D

Ao Departamento de Suporte à Rede das Instituições Científicas e Tecnológicas (DSRICT) cabe a gestão corrente dos apoios concedidos a Unidades de I&D e a Laboratórios Associados e a preparação dos trabalhos de avaliação de candidaturas a financiamento no âmbito do Programa de Financiamento Plurianual a Instituições I&D. É também da responsabilidade do DSRICT a promoção e organização das acções que concernem à avaliação da actividade das Instituições de I&D assegurando, nomeadamente, o apoio especializado à constituição e funcionamento dos painéis internacionais de avaliação independente.

A estrutura do DSRICT acolhe duas sub-unidades que desenvolvem pontos específicos das suas atribuições. Trata-se do Sector de Infraestruturas, que se dedica à área da “Reforma dos Laboratórios do Estado e criação de consórcios” e à gestão do “Programa Nacional de Re-equipamento Científico (PNRC)”, e ao Sector FACC, que faz a gestão do programa específico “Fundo de Apoio à Comunidade Científica”.

### 2.2.1. UNIDADES DE I&D

#### PROCESSO DE AVALIAÇÃO DAS UNIDADES DE I&D

No seguimento do processo de avaliação das 378 Unidades de I&D iniciado em 2007 no âmbito do Programa de Financiamento Plurianual de Unidades de I&D e dos pedidos de reapreciação da avaliação submetidos pelos coordenadores das Unidades, de acordo com o disposto no ponto 4 do art. 9º do Regulamento deste Programa, três de um total de 25 áreas foram reavaliadas por peritos distintos do painel de avaliação inicial: Engenharia Electrónica e Informática, Ciências e Políticas da Educação e Engenharia Mecânica. Os resultados da reavaliação das duas primeiras áreas foram homologados e publicados em 2010. Transitou para 2011 apenas a homologação dos resultados da reavaliação de 4 Unidades na área da Engenharia Mecânica.

O Gráfico nº.: 7 resume o processo de reapreciação/reavaliação das Unidades de I&D: número de pedidos de reapreciação solicitados e o número de Unidades que foram reclassificadas após aprovação das propostas apresentadas pelos painéis iniciais ou por painéis de reavaliação.

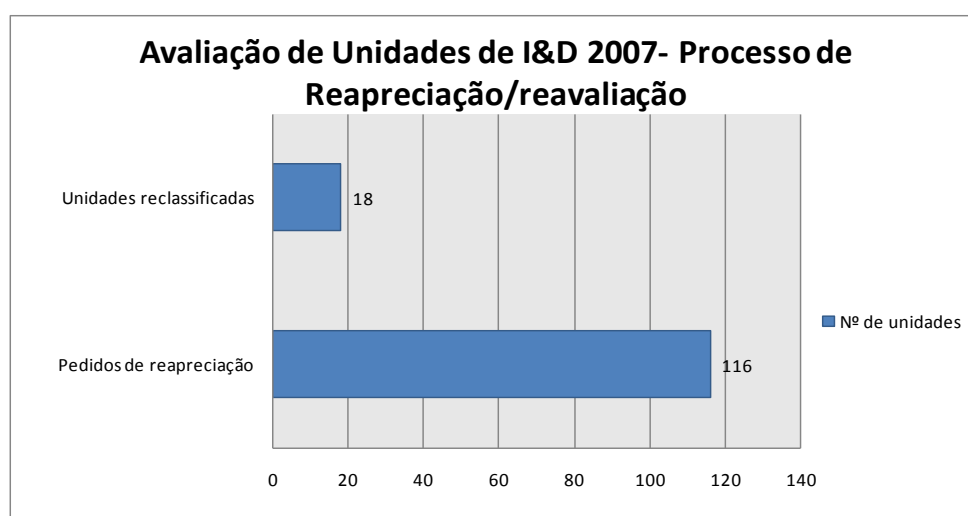


GRÁFICO Nº.: 7 - AVALIAÇÃO DE UNIDADES DE I&D 2007- PROCESSO DE REAPRECIAÇÃO/REAVALIAÇÃO

De modo a retratar todo o processo de avaliação das Unidades de I&D - 2007 foram elaborados os seguintes relatórios:

- *Relatório Global*, que visa documentar o exercício de avaliação das Unidades de I&D 2007 com as várias peças que estiveram na base de todo o processo, fornecer indicadores relevantes para todas as áreas científicas, bem como uma perspectiva histórica comparando os vários exercícios de avaliação desde 1996 a 2007;
- *Relatórios de avaliação das áreas científicas* agrupados em seis volumes, correspondendo cada volume a uma grande área científica do conhecimento, de acordo com a seguinte descrição: Volume I - Ciências Exactas; Volume II - Ciências Naturais; Volume III - Ciências da Saúde; Volume IV - Ciências da Engenharia e Tecnologia; Volume V - Ciências Sociais; e Volume VI - Artes e Humanidades. Nestes relatórios são analisados os resultados deste exercício de 2007 comparativamente aos exercícios anteriores, apresentados os relatórios da avaliação de todas as Unidades de I&D e os respectivos painéis internacionais.

---

### FINANCIAMENTO DE UNIDADES DE I&D

---

Em 2010, o volume de financiamento total no âmbito do Programa de Financiamento Plurianual de Unidades de I&D ascendeu a **€ 34.905.135**. Neste montante estão incluídos os pagamentos efectuados ainda em 2010 referentes a anos anteriores, no total de **€ 7.236.235**.

---

### 2.2.2. LABORATÓRIOS ASSOCIADOS

---

---

#### PROCESSO DE AVALIAÇÃO DOS LABORATÓRIOS ASSOCIADOS

---

Em 2010 foi dada continuidade à avaliação dos Laboratórios Associados iniciada em 2009. Após a submissão dos Relatórios de Actividades, referente ao período 2003-2007, pelos Directores dos Laboratórios Associados, e o convite da FCT a cientistas internacionais das áreas científicas para avaliarem os respectivos laboratórios, foi preparada e enviada toda a informação necessária aos avaliadores de modo a procederem à elaboração de um relatório fundamentado contendo informação pormenorizada sobre o desempenho dos LA's, incluindo recomendações, que seguiram as linhas de orientação constantes do guião de avaliação.

De acordo com os relatórios de avaliação elaborados pelos painéis internacionais foram homologados os resultados de mais 16 LA's, a adicionar aos 7 já aprovados em 2009. Desta avaliação resultará a renovação ou não do estatuto de Laboratório Associado, de acordo com o estipulado nos artigos 6º e 7º do Decreto-lei nº 125/99. Apenas um Laboratório Associado não reuniu as condições necessárias para ser proposta a renovação do seu estatuto.

Até ao final deste ano foram recebidos relatórios finais de avaliação de 23 Laboratórios Associados, dos 25 em avaliação de acordo com a seguinte distribuição por painel de avaliação:

Painel	Nº de Laboratórios	Nº de Avaliadores
Ciência dos Materiais, Nanociências e Nanotecnologias	3	6
Ciências da Vida e da Saúde	5	10
Física	2	4
Química, Bioquímica, Biologia e Biotecnologia	5	10
Ciências Sociais e Humanidades	2	4
Ciências Naturais e do Ambiente	3	6
Ciências Exactas e da Engenharia	5	10

TABELA Nº.: 4 – DISTRIBUIÇÃO DOS LA'S POR PAINEL DE AVALIAÇÃO

### FINANCIAMENTO DOS LABORATÓRIOS ASSOCIADOS

O volume de financiamento total pago em 2010 aos 25 Laboratórios Associados ascendeu a € **43.528.142**. Deste montante a verba correspondente a pagamentos do Financiamento de 2010 correspondeu a € **37.327.714**. Foram ainda efectuados pagamentos referentes a anos anteriores, que totalizaram € **6.200.428**.

A distribuição por região dos financiamentos pagos em 2010 aos Laboratórios Associados é apresentada no Gráfico nº.: 8.

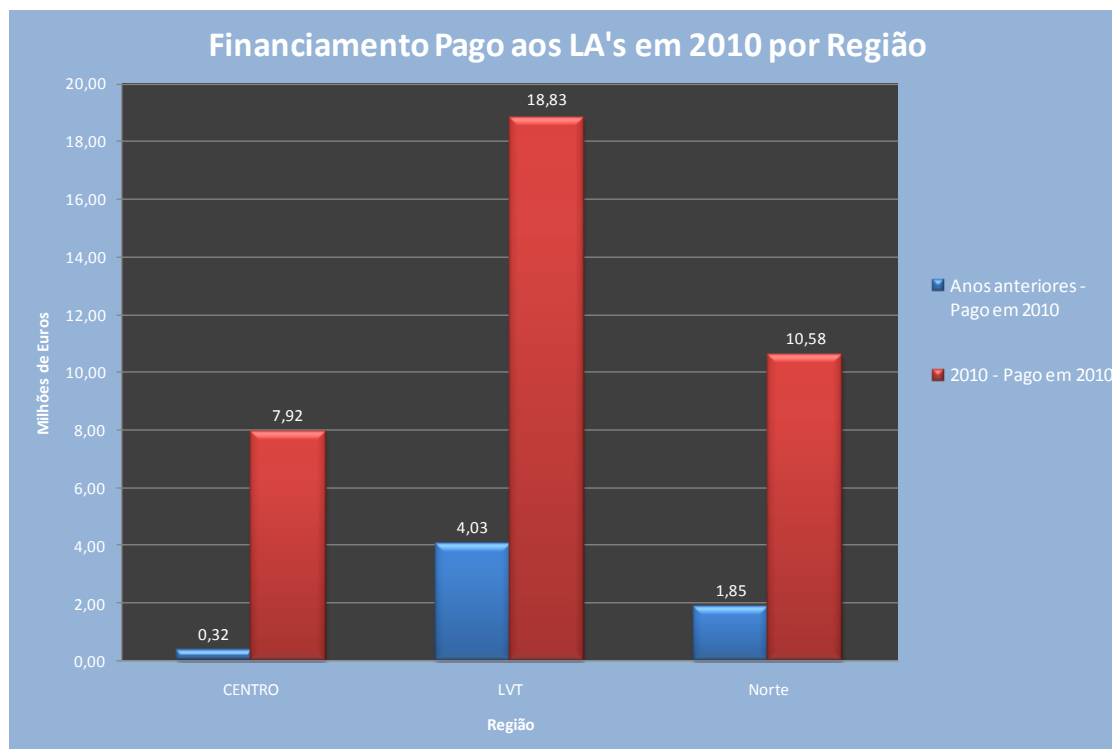


GRÁFICO Nº.: 9 – DISTRIBUIÇÃO DOS FINANCIAMENTOS PAGOS AOS LA'S POR REGIÃO

---

### 2.2.3. ENCERRAMENTO DOS PERÍODOS DE FINANCIAMENTO 2000-2002 E 2003-2008

---

#### AUDITORIAS

---

No âmbito da validação de despesas realizadas pelas Instituições beneficiárias do Financiamento Plurianual foi lançado o Concurso Público CP/02/2010/AS para a selecção da entidade que procederá à realização de uma auditoria técnico-financeira por amostragem, às despesas realizadas pelos destinatários finais dos apoios concedidos pela FCT. A despesa a auditar ascendeu aos € 105.000.000,00 e o objecto do concurso foi dividido em três Lotes:

Lote 1 - Unidades da região de Lisboa e Vale do Tejo

Lote 2 - Unidades fora da região de Lisboa e Vale do Tejo

Lote 3 - Laboratórios Associados

O concurso foi lançado no 2º semestre de 2010 e os primeiros dez relatórios foram recepcionados em Dezembro de 2010.

#### PROCESSO DE ENCERRAMENTO DOS PERÍODOS DE FINANCIAMENTO 2000-2002 E 2003-2008.

---

Em 2010 foi continuado o trabalho de encerramento dos financiamentos concedidos pela FCT no âmbito do Programa Plurianual, no período 2000-2002, e foi iniciado o processo de encerramento do período 2003-2008. Para a realização deste encerramento foi contabilizada a execução das Unidades e Laboratórios Associados apresentada até 31/12/2009, prazo limite de prorrogação da execução das verbas do período 2003-2008. A maior parte da despesa realizada até ao final do 1º semestre de 2008 encontra-se auditada, a restante despesa de 2008 e do ano de 2009 foi objecto de auditorias atrás mencionadas, iniciadas no ano de 2010 e a concluir em 2011.

Considerando a existência de despesas não certificadas incluídas no apuramento da situação dos financiamentos do período 2003-2008, os saldos apurados e comunicados em 2010 às entidades beneficiárias do Programa de Financiamento Plurianual, serão em 2011 objecto de revisão após a finalização das auditorias em curso.

#### UNIDADES DE I&D

---

Em 2010, foram enviadas a 350 Unidades de I&D ofícios a comunicar a situação dos financiamentos no âmbito do Programa Plurianual, concedidos no período 2000-2008. Estes ofícios incluíram a informação, que já havia sido comunicada em 2009, relativa ao período 2000-2002. Os saldos comunicados foram apurados com base nos pagamentos efectuados pela FCT, no âmbito dos financiamentos concedidos no período em causa, e na despesa apresentada para justificação desses financiamentos.

No conjunto das Unidades de I&D oficiadas, 137 justificaram a totalidade dos financiamentos concedidos, em alguns casos apresentaram despesa de valor superior ao financiamento aprovado e pago.

A 213 Unidades de I&D foram comunicados os saldos de verbas pagas e não justificadas. Este conjunto de Unidades beneficiou de financiamentos pagos no período 2000-2008 no valor total de € 111.757.192, dos quais € 8.544.326, 7,6%, não foram justificados ou as despesas apresentadas foram consideradas não elegíveis.

Para supressão da dívida junto da FCT foi indicado às Unidades Inactivas e/ou Instituições de Gestão, no total de 81, que estas deveriam devolver as verbas não executadas através de depósito na conta da FCT, sendo concedido um prazo máximo de 15 dias úteis contado a partir da data de recepção do ofício. Foram igualmente solicitadas devoluções em alguns casos particulares de Unidades de I&D com financiamentos em curso (Activas).

Às Unidades com financiamentos a decorrer, no total de 128 Unidades, foi indicado que a FCT iria efectuar o desconto do saldo na totalidade ou em parte na verba que a Unidade teria a receber relativa ao financiamento de 2010. Para 55 Unidades foi possível efectuar o desconto da totalidade da verba. Em 64 casos apenas foi possível descontar parte do saldo, uma vez que o montante de pagamentos a realizar em 2010 era inferior ao valor em dívida, ficando o saldo remanescente para dedução em financiamentos do ano 2011. Para 9 Unidades a dedução do saldo será efectuado integralmente em 2011.

No caso particular de 4 Unidades foi solicitada a devolução das verbas do saldo do período 2000-2002 e foi efectuada a dedução em 2010 dos saldos referentes ao período 2003-2008.

As 85 devoluções solicitadas em 2010 ascenderam a saldos de verbas não justificadas no valor total de 1.988.111 Euros. Foram devolvidos € 784.173, por 46 Unidades, o que representa 39% das verbas com devolução pedida.

Do conjunto das 213 Unidades de I&D, às quais foram comunicados saldos de verbas pagas e não justificadas, no final de 2010, 99 Unidades apresentavam saldo nulo ou por devolução das verbas ou por dedução no financiamento a receber.

O Gráfico nº.: 9 representa o nº de saldos nulos e positivos comunicados em 2010 a Unidades de I&D, e a situação final em 31/12/2010, após a devolução das verbas ou dedução em financiamentos relativos a 2010.

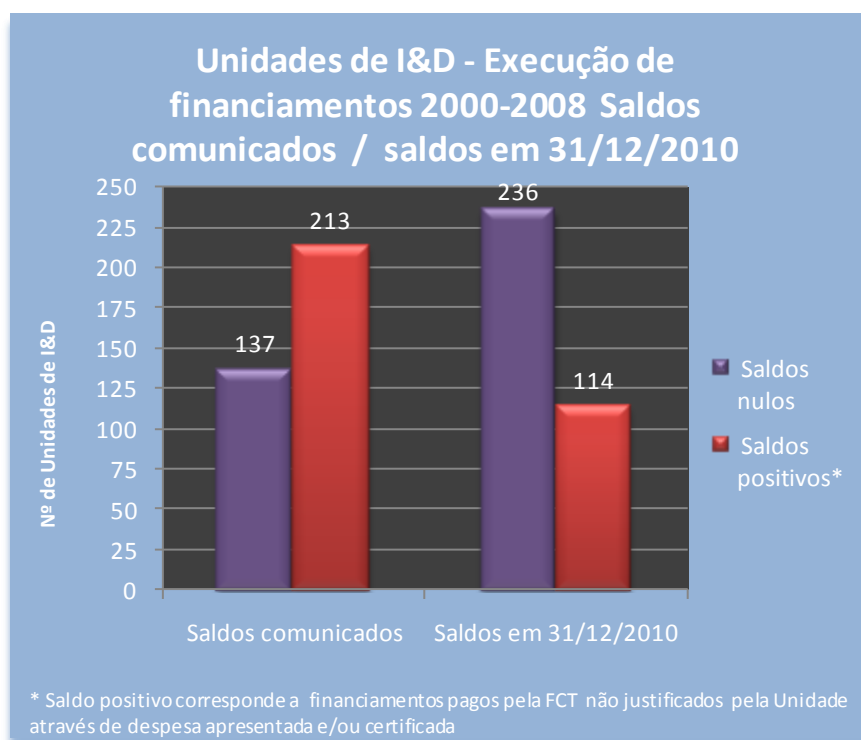


GRÁFICO Nº.: 10 – SALDOS COMUNICADOS A UNIDADES DE I&D E A SITUAÇÃO FINAL EM 31/12/2010

## LABORATÓRIOS ASSOCIADOS

Em 2010, foram efectuadas comunicações a 19 Unidades que integraram 6 Laboratórios Associados entre 2005 e 2008, sobre a situação dos financiamentos no âmbito do Programa Plurianual, concedidos no período 2000-2008. Nos casos em que os financiamentos não se encontravam justificados na totalidade foram solicitadas as devoluções das verbas do saldo.

Foram também enviados ofícios sobre a situação dos financiamentos do período 2000-2008 ou 2003-2008, de acordo com cada caso, a 24 Unidades líderes de Laboratórios Associados.

No conjunto dos ofícios enviados, 10 Unidades integradas em Laboratórios e 11 Laboratórios Associados justificaram a totalidade dos financiamentos concedidos, em alguns casos apresentaram despesa de valor superior ao financiamento aprovado e pago.

A 9 Unidades de I&D integradas em Laboratórios e a 13 Unidades líderes de Laboratórios Associados foram comunicados saldos de verbas pagas e não justificadas. Este conjunto de Unidades/Laboratórios Associados beneficiou de financiamentos, no período 2000-2008, no valor total de 101.176.711 Euros, dos quais € 6.510.689, 6,4%, não foram justificados ou as despesas apresentadas foram consideradas não elegíveis.

De acordo com o anteriormente referido foram solicitadas devoluções a 11 Unidades integradas em Laboratórios Associados, no valor total de € 575.885. As verbas devolvidas totalizaram € 54.178.

As 22 situações de saldos de verbas pagas e não justificadas foram reduzidas para 18 em 31/12/2010.

O Gráfico nº.: 10 representa o nº de saldos nulos e positivos comunicados em 2010 no âmbito de financiamentos a Laboratórios Associados, e a situação final em 31/12/2010, após a devolução das verbas ou dedução em financiamentos relativos a 2010.

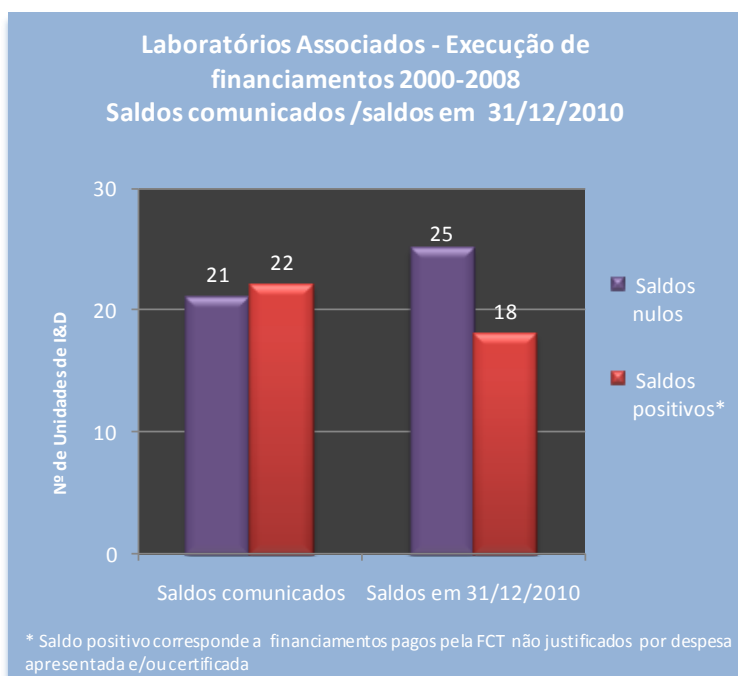


GRÁFICO Nº.: 11 – SALDOS COMUNICADOS A LABORATÓRIOS ASSOCIADOS E A SITUAÇÃO FINAL EM 31/12/2010

---

#### 2.2.4. PROCESSO DE ACTUALIZAÇÃO DE EQUIPAS

---

O processo de actualização das equipas das Unidades de I&D (UI's) e Laboratórios Associados (LA's) é realizado anualmente tendo como referência a data de 31 de Dezembro do ano anterior, com vista ao apuramento do total de Elegíveis Equivalentes a Tempo Integral - EETI's em cada UI/LA. Deste exercício fizeram parte 308 Unidades de Investigação e 25 Laboratórios Associados.

De acordo com os critérios vigentes no âmbito deste processo de submissão electrónica, os Coordenadores/Directores das UI's/LA's validaram os membros da equipa com o estatuto de colaborador ou integrado, utilizando as suas chaves de associação.

Na actualização de equipas referente a 31 de Dezembro de 2009, foram validados pelos Coordenadores/Directores das respectivas UI's/LA's, 31.808 investigadores/membros, dos quais 19.205 foram validados como estatuto de membros integrados. A todos os membros integrados foi solicitado, através do envio de e-mails automáticos, que confirmassem, na plataforma informática FCT/SIG, a sua integração nas respectivas equipas de investigação. Aos membros colaboradores foram enviados e-mail automáticos a informar a sua inclusão.

Após a conclusão do processo foi feita uma verificação interna, através dos documentos enviados em suporte electrónico, do cumprimento dos critérios relativamente a um conjunto de 31 UI's (10,03% do número total de Unidades) e 6 LA's (24% do número total de LA's), que serviram de amostragem relativamente ao Universo em questão.

A constituição da amostra aleatória foi sujeita a algumas correcções, de forma a garantir representatividade em termos das seguintes características: (1) número de Investigadores, (2) tipo de Instituição de Gestão, (3) Região e (4) Área científica.

Dentro da amostra foram identificados 10 investigadores em situação anómala. Foram efectuados contactos com os Coordenadores/Directores das respectivas UI's/LA's no sentido de esclarecer e/ou normalizar estas situações.

Foram apurados no total do Universo visado, 12.616 Elegíveis Equivalentes a Tempo Integral – EETI's, dois quais 9.558 pertencentes a UI's e 3.058 pertencentes a Laboratórios Associados.

No Gráfico nº.: 11 é apresentada a taxa de crescimento conjunta dos EETI's referentes às UI's e LA's, entre 2008 e 2009. De salientar as taxas de crescimento acima de 10% nas áreas de Ciências de Comunicação (12%), Ciências Jurídicas e Políticas (14%), Sociologia, Antropologia, Demografia e Geografia (15%), Ciência e Políticas da Educação (18%) e de Estudos Artísticos (20%). O decréscimo de EETI's registou-se nas áreas das Ciências da Terra e do Espaço (-18%) e Engenharia Química e Biotecnologia (-18%), Ambiente (-8%), Estudos Africanos (-5%), Ciências Biológicas (-4%) e Estudos Literários (-2%). No Gráfico nº.: 12 pode-se visualizar a evolução do nº de EETI's por área científica entre o ano de 2008 e 2009.

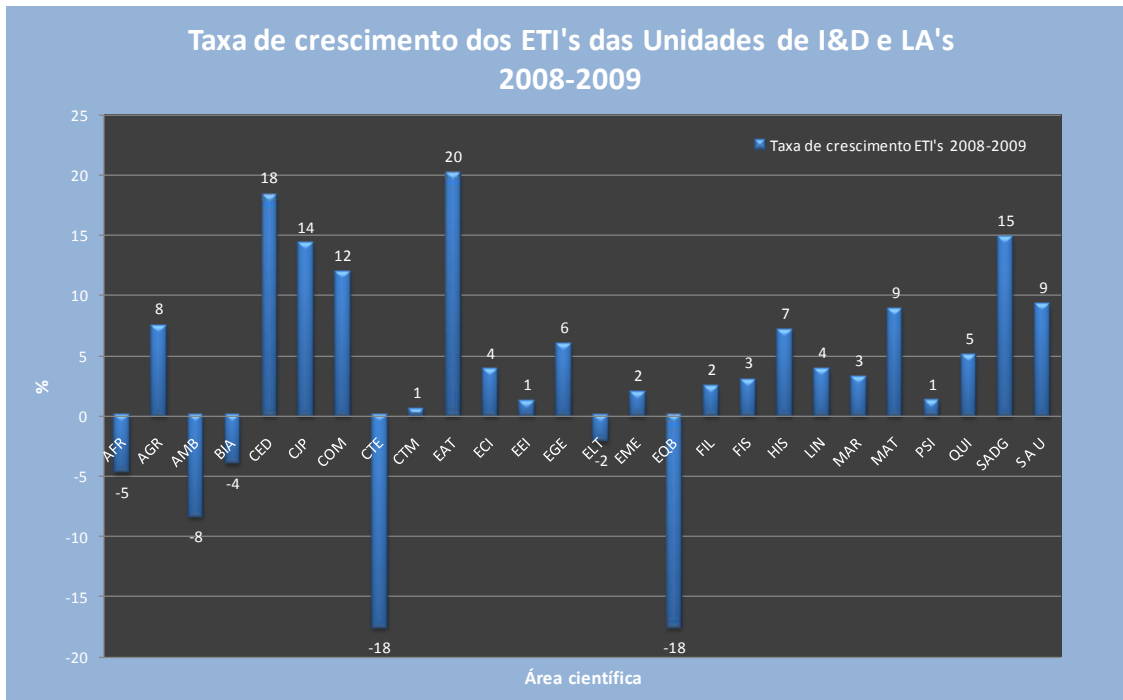


GRÁFICO Nº.: 12 – TAXA DE CRESCIMENTO DOS ETI’S NAS UNIDADES DE I&D E LA’S 2008-2009

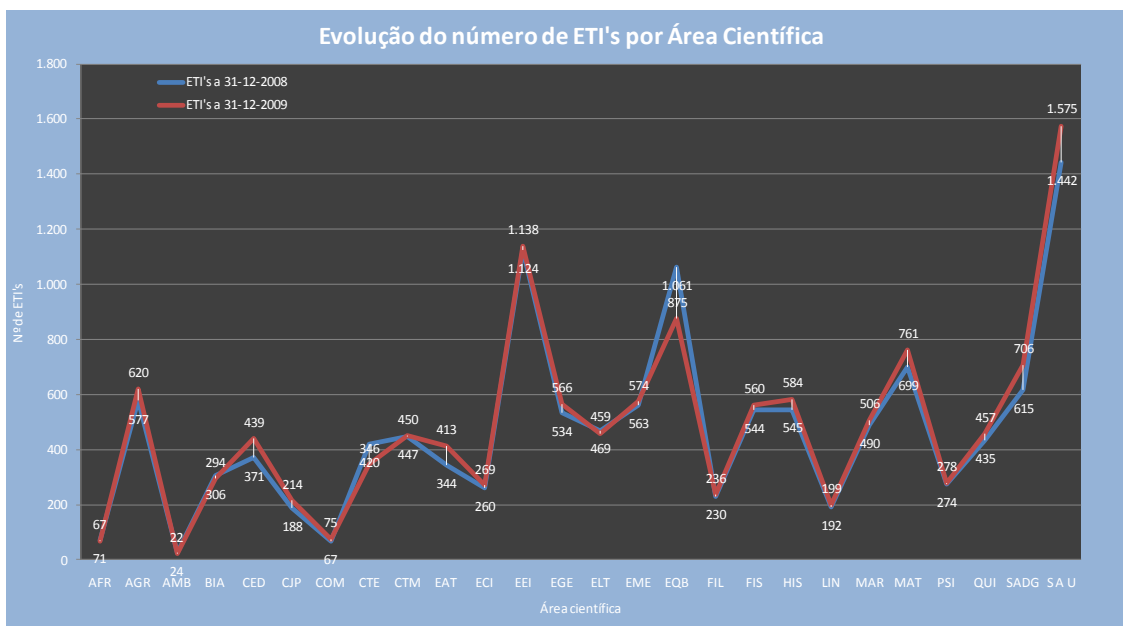


GRÁFICO Nº.: 13 - EVOLUÇÃO DOS ETI’S POR ÁREA CIENTÍFICA NAS UNIDADES DE I&D E LABORATÓRIOS ASSOCIADOS

### 2.2.5. REORGANIZAÇÃO DE UNIDADES DE I&D

Ainda na sequência do processo de avaliação das Unidades de I&D de 2007 e tendo em vista uma melhor organização interna de acordo com as actividades científicas em curso, quer de Unidades quer de Laboratórios Associados, foram apresentados à FCT vários pedidos de reestruturações durante o ano de 2010.



Dos pedidos de reorganização interna de grupos de investigação referentes a 21 UI's e 6 LA's, foram concretizados respectivamente 14 nas UI's e 3 nos LA's, tendo ficado os restantes pedidos a aguardar o envio da documentação de suporte requerida.

Foram também recepcionadas propostas que não se limitaram a reorganizações internas, envolvendo desta forma mais do que uma Unidade (integrações/fusões). Destas propostas, acompanhadas dos pareceres dos respectivos Conselhos Científicos e Comissões Externas de Acompanhamento, foram concretizadas:

- a) 3 fusões de 6 UI's que resultaram na criação de 3 novas Unidades;
- b) a integração de uma Unidade noutra Unidade;
- c) a integração de 3 grupos provenientes de uma Unidade em 3 outras Unidades.

---

#### 2.2.6. SUBMISSÃO DOS RELATÓRIOS CIENTÍFICOS DE 2009

---

Os Relatórios Científicos das Unidades de I&D e Laboratórios Associados são apresentados anualmente, através de submissão electrónica, visando descrever as actividades desenvolvidas, objectivos alcançados, o financiamento recebido, indicadores e a produtividade dos grupos e linhas de investigação. O respectivo formulário tem por base o modelo adoptado aquando da última avaliação das UI's e LA's (em 2007 e 2008 respectivamente).

O universo do processo de submissão dos Relatórios Científicos de 2009 compreendeu um total de 308 Unidades de I&D e 25 Laboratórios Associados activos, ou seja com financiamentos em curso.

Para além destas Instituições, foi igualmente solicitado o preenchimento e submissão do Relatório Científico de 2009 às seguintes Unidades que, apesar de no decorrer do ano terem ficado inactivas, ainda executaram despesas por conta do financiamento recebido no âmbito do Plurianual:

- 40 UIs que ficaram inactivas, atendendo a que não se apresentaram à avaliação;
- 5 UIs que na sequência do exercício de avaliação não obtiveram classificação suficiente para serem financiadas;
- 10 UIs que não se candidataram a financiamento por terem integrado Laboratórios Associados.

---

#### 2.2.7. ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE INTEGRAÇÃO NA INVESTIGAÇÃO

---

Na sequência do Compromisso com a Ciência assumido pelo Governo e nos termos do Regulamento de Formação Avançada e Qualificação de Recursos Humanos, a FCT convidou as Instituições do Sistema Científico e Tecnológico Nacional a abrirem concurso entre Maio e Outubro de 2008 e numa segunda fase entre Abril e Junho de 2009, para atribuição de bolsas de Integração na Investigação (BII).

Os destinatários deste concurso foram as Instituições de I&D avaliadas pela FCT, nomeadamente as Unidades de Investigação e os Laboratórios Associados, e ainda os Laboratórios de Estado, bem como empresas e outras Instituições públicas ou privadas com actividade de I&D reconhecida. Os beneficiários das BII foram estudantes de 1º ciclo (preferencialmente) do ensino superior público ou privado.

## FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

A avaliação e selecção dos candidatos às bolsas BII foram da responsabilidade das Instituições, pelo que os avisos de abertura de concurso que atribuem as bolsas foram efectuados pelas mesmas de acordo com o estipulado no edital.

Atendendo a restrições orçamentais, em 2010 não se procedeu à abertura de concurso para novas bolsas. Três Unidades solicitaram à FCT a atribuição de bolsas de Integração na Investigação a título excepcional e, nesta sequência, foram atribuídas 35 novas bolsas, totalizando 3 279, valor global desta iniciativa do Compromisso com a Ciência, que teve um impacto fortemente positivo na comunidade científica.

Neste ano em análise tratou-se da gestão corrente dos processos de bolsas, nomeadamente: desistências, pedidos de devolução de verba, emissão dos novos Termos de Aceitação e gestão financeira. Estes procedimentos passaram a ser efectuados numa base de Dados em FileMaker Pro, criada especificamente para o efeito em consequência da impossibilidade de funcionamento e actualização de dados na plataforma inicial.

O volume de financiamento pago, em 2010, às Instituições destinado a Bolsas de Integração na Investigação ascendeu a **€ 3.240.888**. O financiamento contemplou, para além do valor do Subsídio de Manutenção Mensal (€ 140) da bolsa, a atribuição de um subsídio anual (equivalente a 20% do valor anual da bolsa) à Instituição de Acolhimento, destinado a despesas associadas à integração do bolseiro.

Ao longo do ano foram efectuadas devoluções pelas Instituições, resultantes de desistências de bolseiros, no total de **€ 22 848**.

---

### 2.2.8. EXECUÇÃO FINANCEIRA

---

Durante o ano de 2010 foram realizados pagamentos de honorários a avaliadores no âmbito do processo de reavaliação das Unidades da área científica de Ciências e Políticas da Educação e de uma Unidade de Ciências da Terra e do Espaço, bem como aos membros dos painéis internacionais de avaliação dos Laboratórios Associados das áreas avaliadas em 2010. O montante total envolvido com avaliações foi de **€ 34.586**.

Os trabalhos de auditorias técnico-financeira realizados pelas empresas de auditoria seleccionadas para a validação de despesa no âmbito do POCI 2010 e POS\_C originaram, ainda em 2010, o pagamento das tranches finais de acordo com os contratos celebrados com a FCT, ascendendo a **€ 43.405** o montante total pago.

Na sequência da atribuição de receitas consignadas pelo MCTES foram executadas transferências, no valor total de **€ 3.493. 483**, para as seguintes Instituições:

- Inspeção Geral do MCTES,
- Instituto de Investigação Científica e Tropical,
- Centro Científico e Cultural de Macau,
- Instituto de Meteorologia,
- Academia das Ciências de Lisboa,
- Instituto Tecnológico Nuclear,
- Agência para a Sociedade do Conhecimento – UMIC,
- Secretaria-Geral do MCTES,
- Complexo Interdisciplinar (UL).

Foram ainda efectuadas transferências decorrentes da atribuição de Bolsas de Integração na Investigação a Instituições financiadas pela FCT, no valor de **€ 3.240.888**.

No âmbito do Programa de Financiamento Plurianual foram efectuados pagamentos às Instituições de I&D, referentes ao ano de 2010 e a montantes remanescentes de anos anteriores, correspondendo respectivamente o valor de **€ 34.905.135** ao financiamento de Unidades de I&D e **€ 43.528.142** a Laboratórios Associados.

Em 2010 deu-se continuidade ao financiamento das actividades da Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica - Ciência Viva, tendo sido transferido o montante total de **€ 12.638.809**. A verba foi transferida para o Ciência Viva com os seguintes objectivos:

- Incentivar a cooperação entre diversas Instituições, sendo neste momento a rede de centros Ciência Viva constituída 20 centros.
- Promover o contacto com Investigadores e educadores, através da realização de diversas iniciativas.
- Promover a Ciência e Tecnologia junto da população através de campanhas nacionais, nomeadamente a semana de Ciência e Tecnologia realizada em Novembro de 2010.

Para o Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologias foi transferido o montante de **€ 8.000.000**, de acordo com o compromisso assumido pelo Estado Português para a instalação deste laboratório internacional em Braga.

No Quadro nº.: 3 são apresentados os financiamentos totais transferidos pelo DSRICT em 2010 através dos projectos do PIDDAC 6817 e 6820, no total de **€ 105.884.449**.

Tipo de Financiamento	Montante pago (€)
Avaliações	34.586
Despesas com a realização de auditorias	43.405
Receitas consignadas	3.493.483
Bolsas de Integração na Investigação	3.240.888
Financiamento Plurianual de Unidades de I&D	34.905.135
Financiamento Plurianual de Laboratórios Associados	43.528.142
Ciência Viva	12.638.809
Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologias	8.000.000
<b>Total</b>	<b>105.884.449</b>

QUADRO Nº.: 3 - MONTANTES PAGOS EM 2010

### 2.2.9. FINANCIAMENTOS DE 2010 TRANSITADOS PARA 2011

O orçamento disponível de 2010 revelou-se insuficiente para o pagamento da totalidade do financiamento concedido no âmbito do Programa de Financiamento Plurianual de Unidades de I&D e Laboratórios Associados. Assim transitaram para 2011 compromissos assumidos que ascendem a **€ 2.383.889** (Quadro nº.: 4).

Instituições	Compromissos assumidos transitados para 2011 (€)
Unidades de I&D	1.473.321
Laboratórios Associados	910.569
<b>Total</b>	<b>2.383.889</b>

QUADRO Nº.: 4 – COMPROMISSOS ASSUMIDOS TRANSITADOS

## 2.2.10. INFRAESTRUTURAS DE C&T

---

Durante 2010, a equipa de Infra-estruturas de Ciência e Tecnologia, desenvolveu diversas acções, em particular, no âmbito do QREN<sup>4</sup>, do acompanhamento da execução de subsídios concedidos no período 2005/2010 e do Programa Nacional de Re-equipamento Científico.

As acções no âmbito do QREN decorrem da nomeação, pelo MCTES, da FCT enquanto organismo responsável, no que respeita à emissão de pareceres conclusivos e na participação na avaliação dos critérios de apreciação de mérito das operações cuja tipologia se refira a “infra-estruturas físicas de PCT” e “infra-estruturas científicas”<sup>5</sup>.

### ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS E RECURSOS UTILIZADOS

---

#### REFORMA DOS LABORATÓRIOS DO ESTADO

No âmbito do Programa de Apoio à Reforma dos Laboratórios do Estado e outras acções em Instituições Públicas ou de Interesse Público de Investigação, foi dado seguimento ao acompanhamento e análise da execução financeira do projecto designado por MODSISNAC, da responsabilidade do Instituto de Meteorologia, I.P. (IM). O projecto do MODSISNAC ficou concluído.

#### PROGRAMA NACIONAL DE RE-EQUIPAMENTO CIENTÍFICO

O Programa Nacional de Re-equipamento Científico (PNRC) financiou projectos de renovação, actualização e expansão de equipamentos científicos. Está em fase de conclusão. O financiamento atribuído teve como objectivos, entre outros:

- o reforço das condições infra-estruturais para actividades científicas de elevada qualidade e para a cooperação científica nacional e internacional;
- a prática institucionalizada da partilha de recursos;
- a disponibilização de equipamentos científicos de uso comum para uso alargado da comunidade científica.

O financiamento concedido teve como fontes de financiamento o POCI 2010 – Programa Operacional Ciência e Inovação 2010<sup>6</sup> e o Projecto Nacional “Reequipamento Científico”.

#### COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS

O financiamento total aprovado no âmbito do Programa Nacional de Re-equipamento Científico cifrou-se em € 91 820 500,40 (78,4% reporta-se a “projectos não integrados em Rede” e 21,6% a “projectos integrados em Rede”), a que corresponde um total de 241 projectos financiados, dos

---

<sup>4</sup> QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional (2007/2013)

<sup>5</sup> Regulamentos Específicos dos “Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia (PCT) e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica” e “Sistema de Apoio a infra-estruturas Científicas e Tecnológicas”, no âmbito do Eixo I – Competitividade, Inovação e Conhecimento dos Programas Regionais do Continente (Norte, Centro e Alentejo)

<sup>6</sup> III Quadro Comunitário de Apoio, Eixos Prioritários II: Medidas II.2 – “Organizar uma Matriz Coerente de Equipamentos Científicos” e IV – Ciência e Ensino Superior, Medida IV.5 – “Equipamentos da Ciência”

quais 214 são “projectos não integrados em Rede” e 27 projectos estão integrados em Redes Nacionais.

O financiamento aprovado teve a seguinte origem 59,1% foi co-financiado por fundos comunitários FEDER (a taxa média de financiamento FEDER foi de 53,8 % sendo o remanescente suportado por financiamento nacional) e 40,9% foi financiado exclusivamente por verbas nacionais (OE).

A distribuição do financiamento aprovado, por região, é a seguinte Norte (25,8%), Centro (21,3%), Lisboa e Vale do Tejo (37,2%), Alentejo (0,9%), Algarve (2,1%), Região Autónoma dos Açores (0,3%) e Região Autónoma da Madeira (0,3 %) e “Não Regionalizáveis” (12,1%).

A repartição do financiamento aprovado, por área científica, é a que consta do Gráfico A, do Anexo I.

A distribuição do financiamento aprovado para as Redes Nacionais de Computação Avançada (RNCA), Espectrometria de Massa (RNEM), Microscopia Electrónica (RNME), Ressonância Magnética Nuclear (RNRMN), Geofísica (RNG) e Imagiologia Funcional Cerebral (RNIFC), está representada no Gráfico B, do Anexo I.

### OUTROS APOIOS ATRIBUÍDOS

Foram atribuídos diversos financiamentos no âmbito dos Contratos-Programa Plurianuais e outros apoios concedidos a acções para aquisição e/ou renovação de equipamento infra-estrutural científico (ver Quadro nº.: 5).

Designação do Projecto/Acção	Designação da(s) Instituição(ões) Executora(s)	Total Pago em 2010 (€)
Contrato-Programa Plurianual, FCT-RNEM	Instituições de Acolhimento dos Nós da RNEM	60.148,16
Contrato-Programa Plurianual, FCT-RNME	Instituições de Acolhimento dos Pólos da RNME	186.030,00
Contrato-Programa Plurianual, FCT-RNIFC	Associação Nacional de Imagiologia Funcional Cerebral (ANIFC)	314.478,29
<b>Sub-total Financiamento Redes</b>		<b>560.656,45</b>
Outros Apoios Infra-estruturais de C&T		412.000,00
<b>Total Apoios Atribuídos em 2010</b>		<b>972.656,45</b>

QUADRO Nº.: 5 – OUTROS APOIOS ATRIBUÍDOS

### EXECUÇÃO MATERIAL E FINANCEIRA

#### EXECUÇÃO DE CONTRATOS

Do financiamento total aprovado no âmbito do Programa Nacional de Re-equipamento Científico foi liquidado às Entidades Beneficiárias, no período de 2005 a 2010, o montante de € 89 180 929,41 (97,1%), dos quais, € 38 641,31 foram pagos em 2010 (0,04%).

Dos 241 projectos financiados, foram concluídos com Relatório Final validado e aprovado pela FCT até finais de 2010, 234 projectos que correspondem a 97% do total de projectos financiados, 92,4 % do total do investimento global previsto e 91,7 % do financiamento total máximo atribuído.

A distribuição regional do financiamento atribuído aos 234 projectos concluídos (Gráfico E) que se cifra em 84 220 987,72 € é a seguinte: Norte (27,4%), Centro (22%), Lisboa e Vale do Tejo (35%), Alentejo (1%), Algarve (2,1%), Região Autónoma da Madeira (0,4%), Região Autónoma dos Açores (0,3%) e Não regionalizáveis (12%).

## FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

No que se reporta à distribuição do financiamento atribuído por área científica (Gráfico F), verifica-se que 71% do mesmo está repartido pelas seguintes áreas: Ciências Biológicas (11%), Ciências e Engenharia dos Materiais (11%), Ciências do Mar (10%), Ressonância Magnética Nuclear (8%), Química (7%), Física (7%), Ciências da Saúde (6%), Engenharia Electrotécnica e Informática (6%) e Engenharia Civil (5%), sendo que as restantes áreas registam valores inferiores a 5% do total.

Encontram-se por concluir/encerrar 7 projectos, dos quais 6 se localizam na Região de Lisboa e Vale do Tejo e um na Região Centro.

### INDICADORES DE REALIZAÇÃO FÍSICOS E DE RESULTADOS (RELATÓRIOS FINAIS VALIDADOS)

Os Indicadores de Realização Físicos e de Resultados foram obtidos a partir dos dados fornecidos pelos Investigadores Responsáveis nos Relatórios Finais Validados (234 projectos concluídos até finais de 2010).

No que se reporta à análise dos Indicadores de Realização dos projectos concluídos pode inferir-se:

#### INDICADORES FÍSICOS

Uma descrição detalhada destes indicadores encontra-se no Anexo I. No entanto pode adiantar-se, Gráficos H e I, que os equipamentos adquiridos com custo unitário situado no intervalo:

[500 000, +∞[ € constituem um número reduzido de peças (16 de um total de 2873) e localizam-se no Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo e Não Regionalizáveis e o seu custo global representa 17,3% do custo total dos equipamentos adquiridos;

[0, 100 000] € constituem 92 % das peças de equipamento, e o seu custo global representa 38% do custo total dos equipamentos;

[100 000, 250 000] € constituem 6% de peças de equipamento e representam 28% do custo total dos equipamentos.

Em síntese, o custo das peças de equipamento com um custo unitário compreendido nos intervalos [0, 100 000] € e [100 000, 250 000] €, representam 98% das peças do equipamento adquirido e constituem 65,5 % do investimento em equipamento.

Podemos, assim, concluir que o PNRC foi essencialmente um programa de renovação e actualização de equipamentos de médio porte, com excepção das Redes de Espectrometria de Massa, Imagiologia Funcional Cerebral, Microscopia Electrónica e Ressonância Magnética Nuclear.

No Anexo I a análise do investimento / financiamento atribuído no PNRC entra em linha de conta com o número de peças de equipamento e o seu custo, mas analisa também a sua afectação regional e por área científica.

#### INDICADORES DE RESULTADOS: EMPREGO E FORMAÇÃO

Importa mencionar o número de postos de trabalho mantidos (330) e criados (197) decorrentes da execução dos projectos e o impacto na Formação Avançada, em particular, no número de Alunos de Mestrado e Doutoramento (8008) e de Pós-Doutoramento (1692) abrangidos pelo apetrechamento efectuado nas instalações.

No que concerne aos “Postos de Trabalho criados”, a distribuição regional e por área científica é a seguinte (Gráfico K): Norte (36%), Lisboa e Vale do Tejo (43%), Centro (15%), que representa 94% dos

197 novos postos de trabalho, distribuindo-se o remanescente por: Algarve (1%), Região Autónoma da Madeira (1%) e Não Regionalizáveis (4%).

Estes postos de trabalho foram criados nas seguintes Áreas Científicas (Gráfico L): Ciências Biológicas (17%), Ciências da Saúde (8%), Engenharia Electrónica e Informática (8%), Física (8%), Ciências e Engenharia dos Materiais (7%), Química (7%), Engenharia Química e Biotecnologia (6%), Ciências da Terra e do Espaço (5%) e Rede Nacional de Espectrometria de Massa (5%), o que representa 71% do total.

No que se reporta ao impacto do PNRC, dos projectos concluídos, na Formação Avançada (Gráfico M), o número total de alunos abrangidos pelo re-equipamento efectuado nas instalações é de 9700, dos quais 83% são Alunos de Mestrado e Doutoramento e 17% Alunos de Pós-Doutoramento.

Por área científica (Gráfico N), a repartição dos Alunos de Mestrado e Doutoramento tem expressão em Engenharia Civil (15%), Ciências Biológicas (14%), Engenharia Mecânica (12%), Ciências Sociais e Humanas (10%), Engenharia Electrotécnica e Informática (6%), Ciências e Engenharia dos Materiais (6%), Ciências da Saúde (6%) e Química (5,5%).

Os Alunos de Pós-Doutoramento inserem-se nomeadamente em: Ciências Biológicas (19%), Rede Nacional de Espectrometria de Massa (19%), Ciências da Saúde (11%), Química (8%), Ciências e Engenharia dos Materiais (6,5%), Ressonância Magnética Nuclear (6,3%).

#### CONTRATOS-PROGRAMA PLURIANUAIS DAS REDES NACIONAIS

O Programa Nacional de Re-equipamento Científico foi criado com o objectivo de apoiar financeiramente “projectos de renovação, actualização e expansão de equipamentos científicos” e de “promover parcerias e a partilha de equipamentos entre instituições de investigação científica e tecnológica”.

Dando cumprimento a este último objectivo, foram constituídas seis (6) Redes envolvendo grandes equipamentos, definidas com base nas propostas recomendadas para financiamento pelos Painéis de avaliação e no conhecimento das necessidades e capacidades das instituições nacionais, e obedecendo a condições de contratualização, utilização e acompanhamento específicas.

A Proposta de criação de cada uma das Redes prevê que seja estabelecido um Contrato Programa Plurianual com as instituições de acolhimento dos equipamentos que a integram e instituições aderentes, em função dos equipamentos que trouxeram para a Rede e dos serviços que prestarem no seu âmbito.

No âmbito do Contrato Programa (Plurianual) com as instituições de acolhimento dos equipamentos definir-se-á a comparticipação das despesas inerentes ao funcionamento da Rede como um serviço aberto à comunidade científica em geral e serão estabelecidas as obrigações institucionais correspondentes.

Na fase final de aquisição e instalação dos equipamentos, em 2006/2007, os Investigadores Responsáveis das Entidades de acolhimento dos equipamentos em colaboração com as Infra-estruturas da FCT elaboraram um Protocolo de Colaboração e o Modelo de Gestão das Redes.

Em 2010, não estavam ainda reunidas as condições necessárias para a aprovação da Proposta de Contrato-Programa da Rede Nacional de Computação Avançada (RNCA), e os quesitos mínimos para a apresentação de uma Proposta de Contrato-Programa da Rede Nacional de Geofísica (RNG) não estavam satisfeitos.



PRINCIPAIS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

Em 2010, a equipa de Infra-estruturas de Ciência e Tecnologia procedeu, nomeadamente à realização das seguintes tarefas :

- Encerramento dos dossiers de suporte dos projectos concluídos física e financeiramente com Relatórios Finais validados.
- Pagamento de Saldos Finais às Entidades Executoras.
- Análise dos Pedidos de Pagamento apresentados à FCT (Análise e verificação da elegibilidade e legalidade da despesa apresentada e verificação do suporte documental dos procedimentos utilizados para aquisição dos “equipamentos” financiados pela FCT e das despesas financiadas pelo co-financiamento das Entidades Beneficiárias/Executoras dos projectos aprovados para financiamento.
- Análise das alterações propostas pelas Entidades Beneficiárias/Executoras no que se reporta, em especial, à natureza e valor do investimento previsto nos contratos e preparação das Informações internas correspondentes com vista à decisão superior.
- Acompanhamento/Monitorização da execução dos projectos em curso de execução.
- Análise e validação de Relatórios Finais do PNRC.
- Acompanhamento da execução material e financeira da RNEM (Ano II), da RMME (Ano I e II), RNIFC (Ano I) e RNRMN (Ano I).
- Análise da execução material e financeira da RNEM (Ano II) e da RNIFC (Ano I) .
- Foram desencadeados os mecanismos para promover o acompanhamento e análise de subsídios concedidos no período 2005/2009.
- Actualização e disponibilização à comunidade científica, em articulação com a Assessoria Informática da FCT, da “Base de Dados Nacional dos projectos financiados no âmbito do PNRC”, incluindo a criação de uma Base de Dados de Equipamentos Científicos.
- Realização das acções necessárias para a emissão dos “Pareceres Conclusivos” relativamente às operações submetidas nos concursos dos Parques de Ciência e Tecnologia e Infra-estruturas Científicas, realizados pelas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Norte, Centro e Alentejo.
- No caso do PO Norte a FCT participou ainda na avaliação do mérito das candidaturas apresentadas ao concurso de Infra-estruturas Científicas.
- No que se reporta ao PO “Mais Centro” elaboração dos Pareceres Conclusivos e participação na avaliação do mérito no quadro das operações apresentadas ao concurso “Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas” submetidas pelas Universidades de Aveiro, Coimbra e Beira Interior e outras entidades.
- No que se reporta ao PO “INALENTEJO”, elaboração do Parecer Conclusivo no que concerne ao Programa Estratégico, designado por “Sistema Regional de Transferência de Tecnologia (SRTT)”.
- Elaboração de diversos “Pareceres” solicitados pela Direcção da FCT, em particular, no quadro de apoios a conceder a acções para a aquisição e/ou renovação de equipamento infra-estrutural científico.
- Participação nas acções de Formação Aprovadas em 2010.
- Apresentação de uma Proposta de Formação dos Recursos Humanos das Infra-estruturas de C&T para 2011.
- Coordenação das diversas actividades desenvolvidas no âmbito do PNRC e de outras acções a cargo das Infra-estruturas de Ciência e Tecnologia.



## RECURSOS HUMANOS AFECTOS

As diferentes tarefas de gestão e acompanhamento técnico encontram-se a cargo da equipa Infra-estruturas de Ciência e Tecnologia/DSRICT da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), constituída por: (4) Técnicos Superiores.

A coordenação esteve a cargo da Técnica Superior, Maria José Mateus e Silva, em articulação e colaboração com o Presidente da FCT, Professor João Sentieiro.

## CONDICIONALISMOS

Alguns dos condicionalismos sentidos pela equipa e que afectaram o seu desempenho durante o ano de 2010 são comuns a outros serviços da FCT, tais como:

- Verificação exaustiva dos procedimentos de contratação pública e a análise de todos os documentos de despesa que suportam os Pedidos de Pagamento.
- Número insuficiente de “Recursos Humanos” para as tarefas a executar.
- Incumprimento da programação acordada no que respeita às “obrigações” por parte das Entidades Executoras, em particular, a submissão atempada de contas e Relatórios à FCT e apresentação da informação insuficientemente documentada e/ou carecendo de sucessivas correcções.

---

### 2.2.11. PROGRAMA FUNDO DE APOIO À COMUNIDADE CIENTÍFICA (FACC)

---

O Fundo de Apoio à Comunidade Científica é um programa específico da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) que se destina a apoiar as actividades regulares da comunidade científica e das suas instituições e a promover o seu desenvolvimento e internacionalização e que não possam ser apoiadas através de programas específicos da FCT, com os quais actua de forma complementar e articulada, nomeadamente:

- Organização de reuniões científicas em Portugal;
- Edição de publicações periódicas de natureza científica;
- Funcionamento de sociedades científicas ou de outras instituições científicas da mesma natureza;
- Edição de publicações não periódicas de natureza científica;
- Participação de doutorados ou estudantes de pós-graduação em reuniões científicas no estrangeiro;
- Estadia de curta duração em Portugal de cientistas residentes no estrangeiro.

O concurso para apresentação de candidaturas ao Programa FACC encontra-se aberto em permanência devendo ser respeitados os prazos estipulados no Regulamento para cada tipo de apoio.

Em 2010 foram apresentados 1.496 pedidos, tendo sido apoiados 1.047, de acordo com a seguinte distribuição por tipos e respectivo financiamento:

Tipos	Nº pedidos	Pedidos apoiados		Financiamento Concedido (€)
		Nº	%	
T1	541	454	84%	853.525
T2	85	64	75%	78.500
T3	50	39	78%	56.550
T4	215	166	77%	170.350
T5	556	319	57%	238.960
T6	49	5	10%	4.400
Total	1.496	1.047	70%	1.402.285

QUADRO Nº.: 6 - APOIOS FACC POR TIPO DE PEDIDO – 2010

- T1** - Organização de Reuniões Científicas em Portugal
- T2** - Edição de Publicações Periódicas de Natureza Científica
- T3** - Funcionamento de Sociedades Científicas
- T4** - Edição de Publicações Não Periódicas de Natureza Científica
- T5** - Participação de doutorados ou estudantes em Reuniões Científicas no Estrangeiro
- T6** - Estadia de Curta Duração de Cientistas Residentes no Estrangeiro

### FINANCIAMENTO

Para além das acções atrás mencionadas a FCT procede ainda ao financiamento selectivo de iniciativas de índole geral da comunidade científica portuguesa, reconhecidas pelo mérito e impacto no plano nacional e internacional, e que contemplem a promoção de actividades de I&D e/ou de transmissão de conhecimento em qualquer área científica.

No ano de 2010, foram apoiadas as iniciativas constantes do Quadro nº.: 7:

TIPO DE APOIO	INSTITUIÇÕES	MONTANTES (€)
Quotas e contribuições nacionais	IBET	119.500
	ILTEC	25.000
	LISPOLIS	2.500
	Sociedade de Geografia de Lisboa	24.102
Protocolos	FCT/Museu Nacional do Azulejo (base artstor)	350
	FCT/Fundação Calouste Gulbenkian (Textos Universitários em Ciências Sociais e Humanas)	100.000
	Despesas de avaliação dos Textos Universitários	32.079
	FCT/Eurocean rp	30.000
	FCT/Fundação António Quadros	15.000
Prémios	Prémio ISEG	2.500
	Prémio Pulido valente	5.000
	Prémio Igualdade	4.000
	Prémio Sedas Nunes de Ciências Sociais	15.000
Acções de Apoio à C&T	Programa Polar Português	4.400
	Academia das Ciências - Projecto de Informatização, Digitalização e Divulgação do Arquivo Histórico, Científico e Académico da ACL	15.000

	Jill R. Dias (acervo documental, bibliográfico e fotográfico)	3.000
	Projecto inserção profissional de investigadores doutorados	26.944
	Conselho de Laboratórios Associados Highlights 2010	10.000
	Conferência de Física da Comunidade de Países de Língua Portuguesa	10.000
<b>TOTAL</b>		<b>444.375</b>

QUADRO Nº.: 7 - FINANCIAMENTOS NO ÂMBITO DOS APOIOS ESPECIAIS - 2010

### COLECÇÃO TEXTOS UNIVERSITÁRIOS

Através de um Protocolo estabelecido com a Fundação Calouste Gulbenkian (FCG), é apoiada a edição de monografias na área das Ciências Sociais e Humanas, sendo as obras seleccionadas posteriormente publicadas na série “Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas FCT/FCG”.

São admitidos trabalhos originais com a forma de monografias científicas, elaboradas no quadro de ensino superior ou de instituições a estas associadas, incluindo as que revestem a natureza de teses de doutoramento. Não são admitidos trabalhos no âmbito de licenciaturas e mestrados. Apenas são seleccionados trabalhos redigidos em língua portuguesa ou com compromisso de tradução para a publicação.

As obras submetidas a concurso são objecto de duas avaliações, sendo a primeira da responsabilidade da FCT e a segunda da FCG.

Em 2010 foram apresentados 91 pedidos, dos quais 3 foram recusados. Foram objecto de avaliação por parte da FCT 88 candidaturas.

Das 88 candidaturas sujeitas a avaliação, 43 foram recusadas, 2 candidatos desistiram, 1 candidatura ficou a aguardar parecer do avaliador e foram enviadas para a FCG as 42 candidaturas que obtiveram a avaliação mais favorável.

Após avaliação da FCG foram recusadas 22 e aprovadas para publicação 20 obras.

#### 2.2.12. OBJECTIVOS DO DSRICT

Nesta secção pretende-se dar a conhecer os objectivos definidos para o DSRICT no âmbito do SIADAP e o seu grau de cumprimento perante as metas estabelecidas para o ano em análise.

**Objectivo 1** - Colaborar na transformação dos processos de submissão electrónica a concursos do FACC de maneira à imediata integração dos dados, nas bases de dados centrais da FCT e o seu processamento posterior minimizando a inserção manual de informação

**Indicador:** Prazo de execução da modelação do processo actual e estrutura de dados criada em novo ambiente até 31/12/2010

**Meta:** Entre 15 e 31 de Dezembro

Objectivo superado

A 17.MAR.10 foi apresentada pela SkySoft a primeira proposta de migração dos sistemas FileMaker (utilizado pelo FACC) para SQL Server. Durante 2010 foram efectuadas diversas reuniões no sentido de prestar informação sobre as necessidades deste Programa, tentando manter todas as potencialidades que a actual base de dados do FACC faculta. Terminada esta fase, aguarda-se a sua

## FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

implementação e posterior possibilidade de submissão electrónica das candidaturas do FACC, que são da responsabilidade da Equipa de Coordenação da Área de Informática.

**Objectivo 2** - Definição das especificações e estrutura de dados tendo em vista a disponibilização dos dados on-line e em tempo real sobre financiamentos, pagamentos e execução, no âmbito do Financiamento Plurianual, às Instituições (dirigentes e gabinetes de gestão)

**Indicador:** Prazo de execução da definição das especificações e estrutura de dados até 31/12/2010

**Meta:** Entre 15 e 31 de Dezembro

Objectivo superado

Tendo como objectivo a melhoria de funcionalidades de interacção com a comunidade científica, no âmbito do Financiamento Plurianual, foi elaborado um documento com as especificações e estrutura de dados tendo em vista a disponibilização dos dados on-line e em tempo real sobre financiamentos, pagamentos e execução, às Instituições (dirigentes e gabinetes de gestão). O documento foi entregue em 9/12/2010.

Foram igualmente definidas as especificações para a área de gestão de dados das Instituições (BackOffice e FrontOffice), bem como para a disponibilização de uma aplicação tendo em vista a actualização permanente de equipas. Aguarda-se a implementação destas funcionalidades pela Equipa de Coordenação da Área de Informática.

**Objectivo 3** - Cumprir o prazo para análise das candidaturas devidamente instruídas no âmbito do Programa FACC

**Indicador:** Prazo após a recepção das candidaturas devidamente instruídas

**Meta:** 80% = 1 mês

Objectivo superado

Este Programa encontra-se aberto em permanência, sendo apenas exigido o cumprimento dos prazos para apresentação de candidaturas estipulados no Regulamento do FACC. Todos os colaboradores envolvidos na análise das candidaturas superaram este objectivo pois as decisões foram comunicadas aos proponentes num prazo inferior a 1 mês, desde que dos processos recebidos constassem todos os documentos exigidos.

**Objectivo 4** - Promover o lançamento do concurso de projectos estratégicos

**Indicador:** Elaboração de propostas de Regulamento dos projectos estratégicos e Edital do concurso

**Meta:** Entre 15 e 31 de Dezembro

Objectivo cumprido

Foram elaboradas com base na informação disponível à data de 22/12/2010 das propostas de Regulamento dos projectos estratégicos de interesse público promovidos por Unidades de I&D e Laboratórios Associados e o respectivo Edital para ser aprovado pelo MCTES e pela Autoridade de Gestão do POFC – COMPETE.

**Objectivo 5** - Promover a avaliação dos Laboratórios Associados (Ind 8 do QUAR). Universo = 25 LA's

**Indicador:** Nº de Relatórios Finais apresentados

**Meta:** Entre 12 e 18 relatórios

Objectivo Superado

A avaliação dos Laboratórios Associados foi concluída para 23 LA's, tendo sido apresentados pelos painéis internacionais os respectivos Relatórios Finais.

**Objectivo 6** - Promover o acompanhamento da execução das Redes Nacionais com financiamentos plurianuais aprovados

**Indicador:** Nº de relatórios de execução submetidos atempadamente e devidamente instruídos à FCT

**Meta:** nº de relatórios = 2

Objectivo Superado

No âmbito do financiamento plurianual aprovado para as Redes Nacionais, as Redes designadas por RNEM – Rede Nacional de Espectrometria de Massa, RNME – Rede Nacional de Microscopia Electrónica e RNIFC – Rede Nacional de Imagiologia Funcional Cerebral apresentaram Relatórios de Execução Material e Financeira, assim como Pontos de Situação, de acordo com os compromissos assumidos com a FCT.

**Objectivo 7** - Promover o acompanhamento da execução de subsídios concedidos no período 2005/2009

**Indicador:** Nº de relatórios de execução submetidos atempadamente e devidamente instruídos à FCT

**Meta:** Entre 6 e 12 relatórios

Objectivo Superado

No quadro do objectivo estabelecido, foi possível acompanhar a execução de 21 dos subsídios atribuídos, em particular, no que se refere ao cumprimento dos objectivos subjacentes à atribuição dos mesmos e a apresentação e análise do investimento executado.

**Objectivo 8** - Encerrar os dossiers dos projectos por concluir em 31/12/2009 (PNRC)

**Indicador:** Nº de relatórios validados a 30/11/2010

**Meta:** entre 75 e 90%

Objectivo cumprido

No âmbito do PNRC – Programa Nacional de Re-equipamento Científico, dos 33 dossiers de projecto por concluir, em 31 de Dezembro de 2009, foi possível proceder ao encerramento de 26 (79%).

**Objectivo 9** - Conclusão da apreciação das Propostas de Contrato-Programa devidamente instruídas e submetidas atempadamente à FCT pelas Entidades Executoras das Redes Nacionais e celebrar os respectivos Contratos

**Indicador:** Nº de Propostas apresentadas dentro do prazo e respectivos contratos

**Meta:** 2

Objectivo eliminado

Tendo presente o Objectivo definido e os esforços desenvolvidos para o cumprimento do mesmo, verificou-se que factores exteriores à FCT impediam o seu cumprimento.

Deste modo, foi proposto e autorizado pelo Presidente da FCT a reformulação/eliminação deste Objectivo para o ano em curso.

**Objectivo 10** - Concluir o processo de encerramento dos financiamentos atribuídos no período 2003 - 2008 no âmbito do Financiamento Plurianual. Universo = 437 Instituições

**Indicador:** Nº de processos encerrados à data de 31/12/2010

**Meta:** entre 50 e 75%

Objectivo Superado

O número de processos encerrados para os quais foi enviada comunicação dos saldos decorrentes do financiamento do período 2003-2008 situou-se nos 380, o que representa uma percentagem de 87% relativamente ao universo das Instituições.

**Objectivo 11** - Concluir o processo de actualização de equipas e Relatório Científico de 2009 das Unidades e LA's financiados. Universo = 308 Unidades + 25 LA's = 333

**Indicador:** Nº de fichas de equipas recebidas a 31/07/2010

**Meta:** entre 75 e 90%

Objectivo Superado

Após o encerramento do processo de actualização de equipas com a conseqüente lacragem dos formulários, procedeu-se à monitorização da recepção dos Termos de Responsabilidade (fichas) enviados pelas Instituições à FCT. À data de 31 de Julho tinham sido recepcionadas 317 Termos, correspondendo a 95% do universo.

**Objectivo 12** - Disponibilizar o Manual de Procedimentos do Programa de Financiamento Plurianual

**Indicador:** Prazo de execução

**Meta:** entre 15 e 31 de Outubro

Objectivo superado

Com o objectivo de munir os colaboradores de informação relevante sobre os procedimentos de gestão e acompanhamento do Programa de Financiamento Plurianual, foi elaborado o Manual de Procedimentos deste programa, tendo sido entregue em 14 de Outubro. Este Manual descreve os procedimentos em vigor até 31 de Dezembro de 2010.

**Objectivo 13** - Elaborar documento que reúna recomendações recolhidas dos Relatórios Finais de auditorias técnico-financeiras úteis à FCT e às Instituições beneficiárias

**Indicador:** Prazo de execução

**Meta:** entre 15 e 31 de Julho

Objectivo superado

A fim de dar cumprimento à recomendação do Tribunal de Contas foi elaborado o seguinte documento que reúne recomendações recolhidas dos Relatórios Finais de auditorias técnico-financeiras: “Estudo síntese sobre os relatórios das auditorias de Acompanhamento realizadas no ano de 2009”. O documento foi entregue em 14 de Julho.

**Objectivo 14** - Contribuir para a implementação do processo de Gestão Documental no DSRICT

**Indicador:** Prazo de entrega do documento com a contribuição do DSRICT

**Meta:** entre 1 e 15 de Dezembro

Objectivo superado

No âmbito do processo de Gestão Documental foi elaborado um documento com o intuito de contribuir para a implementação deste processo no DSRICT. O documento sistematiza conceitos e descreve, de acordo com a organização interna das 3 áreas funcionais, as pastas e os grupos de trabalho a criar no sistema. É uma ferramenta de ajuda aos colaboradores que irão trabalhar mais de perto com este sistema na sua fase inicial (Responsável de Arquivo e Administrador de Site). Foi entregue ao CD no dia 26/11/2011.

**Objectivo 15** - Elaborar proposta de plano de formação para 2011

**Indicador:** Prazo de execução

**Meta:** entre 15 e 30 de Novembro

Objectivo superado

Este objectivo foi superado atendendo a que o Plano de Formação do DSRICT foi entregue ao Conselho Directivo em 10/11/2010.

## 2.3. PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA, DO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E DA INOVAÇÃO

---

### 2.3.1. PROJECTOS DE INVESTIGAÇÃO EM EXECUÇÃO

---

No âmbito da missão da FCT, e em cumprimento das atribuições que lhe foram cometidas, cabe à instituição “promover e apoiar a realização de programas e projectos nos domínios da investigação científica e do desenvolvimento tecnológico” e ainda “financiar ou co-financiar os programas e projectos aprovados e acompanhar a respectiva execução”. A concretização destas acções é da responsabilidade do DPPICDT.

Efectivamente, constitui prioridade da política de Ciência e Tecnologia nacional o crescimento, reforço e consolidação do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN), tornando-o mais competitivo no contexto nacional e internacional, agilizando a articulação entre os centros de saber e as empresas.

Neste âmbito, assume particular relevância a promoção e reforço de competências das instituições científicas e tecnológicas, através da participação das suas equipas de investigação em projectos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico (IC&DT) em todos os domínios científicos.

No ano de 2010, o DPPICDT foi responsável pela gestão de 3926 projectos de investigação em todos os domínios científicos e em áreas estratégicas definidas como fundamentais para o desenvolvimento económico-social da sociedade portuguesa.

Seguidamente, irá ser realizada uma distribuição por Domínio Científico, por Fonte de Financiamento e por Região dos projectos considerados activos.

Especificamente, serão abordados os Concursos com maior relevância no DPPICDT, com especial incidência nos Concursos em Todos os Domínios Científicos e nos Projectos decorrentes da participação de equipas de investigação nacionais em Programas Internacionais pela sua importância crescente e contribuição para a internacionalização da ciência.

#### DISTRIBUIÇÃO POR DOMÍNIO CIENTÍFICO

---

O Domínio Científico que apresenta um maior número de projectos em execução é o das Ciências Exactas e Engenharia (1599 projectos). O das Ciências Naturais e do Ambiente é, por outro lado, aquele, cuja representatividade é menor, pois representa apenas 16% do conjunto de todos os Domínios Científicos.



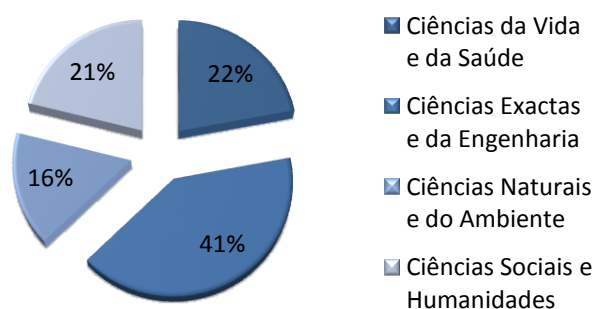


FIGURA Nº.: 2 – PROJECTOS EM EXECUÇÃO POR DOMÍNIO CIENTÍFICO

### DISTRIBUIÇÃO POR FONTES DE FINANCIAMENTO

Relativamente às Fontes de Financiamento, 2566 projectos são financiados exclusivamente por fundos nacionais, sendo 1360 projectos co-financiados através do programa COMPETE.

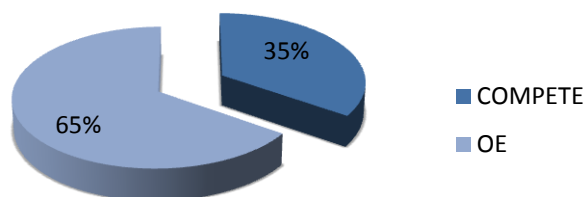


Figura nº.: 3 – Projectos em Execução por Fonte de Financiamento

Saliente-se que, durante o ano a que reporta o presente Relatório, projectos do Concurso em Todos os Domínios Científicos de 2006 e de outros Concursos Específicos, anteriormente financiados apenas por Orçamento de Estado, passaram a ser co-financiados pelo programa COMPETE ao abrigo das disposições transitórias, tendo o DPPICDT informado os respectivos beneficiários dos novos regulamentos, normas e procedimentos a seguir ao longo da execução dos projectos.

### DISTRIBUIÇÃO REGIONAL

Os projectos com Instituição Proponente localizada nas Regiões NUT II de Lisboa, Algarve e Regiões Autónomas são integralmente financiados por fundos nacionais através do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES).

Os Projectos com Instituição Proponente localizada nas Regiões NUT II do Objectivo Convergência (Norte, Centro e Alentejo) podem ser co-financiados com verbas do COMPETE - Programa

## FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

Operacional Factores de Competitividade, sendo que, nestes casos, as Instituições Participantes localizadas em regiões fora do Objectivo Convergência são financiadas por fundos nacionais, através do MCTES.

O número de projectos activos em 2010, como vimos anteriormente, é de 3926. Das zonas integradas no Objectivo de Convergência, verificamos que a Região Norte domina relativamente ao número de projectos e financiamento concedido quando comparada com a Região Centro ou Alentejo.

Região	Nº de projectos	Financiamento Concedido
Alentejo	73	7.103.778,75 €
Algarve	110	13.713.154,58 €
Centro	632	71.850.954,41 €
Lisboa e Vale do Tejo	2149	203.594.610,77 €
Norte	931	104.603.756,71 €
Região Autónoma da Madeira	16	1.917.191,00 €
Região Autónoma dos Açores	15	1.778.178,00 €
TOTAL	3926	404.561.624,22 €

TABELA Nº.: 5 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJECTOS EM EXECUÇÃO E FINANCIAMENTO CONCEDIDO

Quanto aos projectos financiados exclusivamente por Fundos Nacionais, Lisboa é a região que apresenta mais projectos (2149).

Considerando que o Primeiro Eixo de Intervenção do COMPETE *Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico* pretende actuar de forma integrada, concluímos, no entanto, que as zonas integradas neste objectivo quando comparadas sobretudo com a região de Lisboa e Vale do Tejo, apresentam, ainda, uma divergência territorial em matéria de I&D.

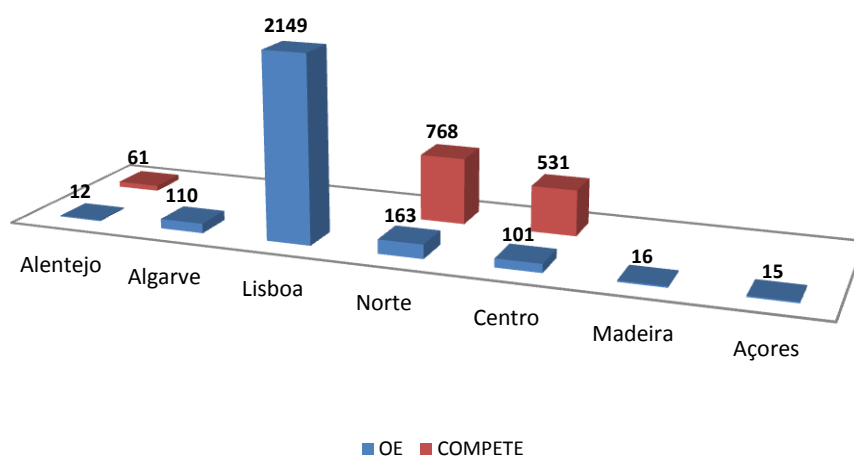


FIGURA Nº.: 4 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJECTOS EM EXECUÇÃO POR FONTE DE FINANCIAMENTO

## PROJECTOS EM TODOS OS DOMÍNIOS CIENTÍFICOS

No âmbito dos concursos abertos a todas as áreas científicas, actualmente de periodicidade anual, o número de projectos activos em 2010 ascende a 3480, envolvendo um financiamento total concedido de 353.917.331,00 €, cuja redistribuição é a que se segue:

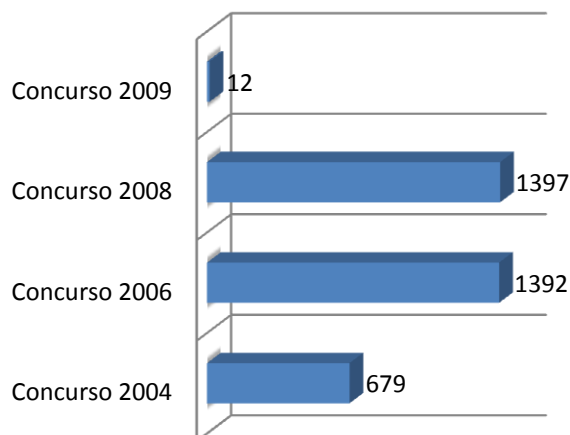


FIGURA Nº.: 5 – PROJECTOS EM EXECUÇÃO EM TODOS OS DOMÍNIOS CIENTÍFICOS

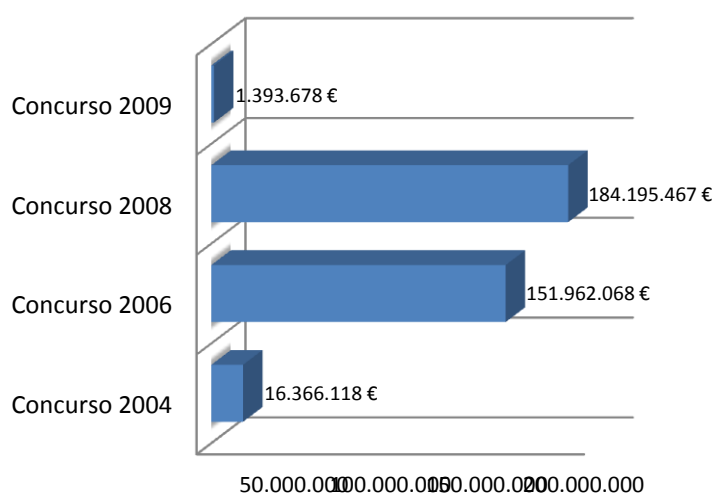


FIGURA Nº.: 6 – FINANCIAMENTO CONCEDIDO A PROJECTOS EM TODOS OS DOMÍNIOS CIENTÍFICOS

Note-se que, no que respeita ao Concurso de 2009, apenas são considerados 12 projectos, atendendo a que foram os únicos que iniciaram a sua execução ainda em 2010. Importa referir, também, que em 2010 foi homologado o financiamento de 730 projectos deste Concurso em Todos os Domínios Científicos, correspondente ao valor global de 87.437.427,00€. Estes projectos terão início nos primeiros meses de 2011, com excepção dos 12 anteriormente referidos.

Seguidamente, apresenta-se um resumo das taxas de execução dos projectos activos em 2010, em termos de despesa, pagamentos e execução temporal.

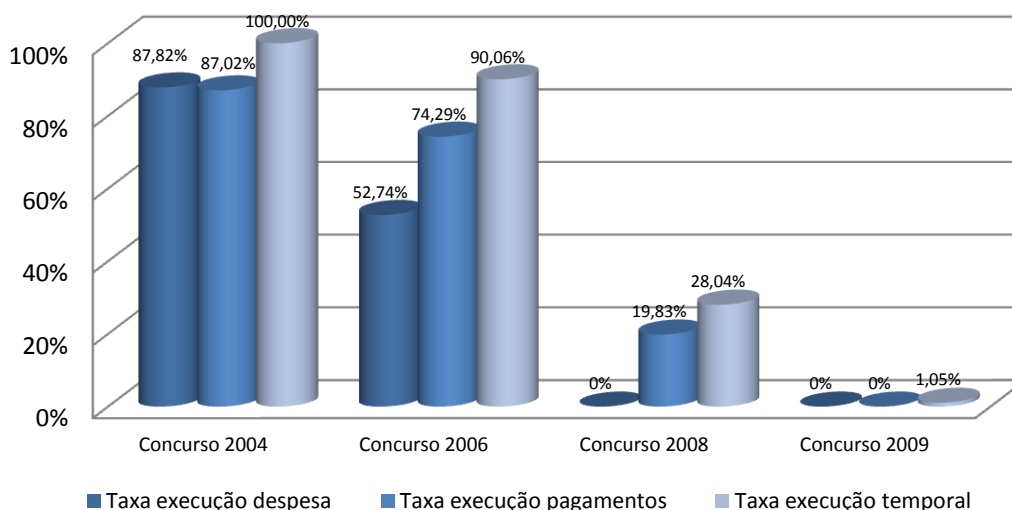


FIGURA Nº.: 7 – TAXAS DE EXECUÇÃO DESPESA, PAGAMENTOS E TEMPORAL, À DATA DE 31/12/2010

### PROJECTOS DE COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL

Os projectos de cooperação transnacional financiados pela FCT têm como objectivo incentivar a participação da comunidade científica portuguesa em Programas Multilaterais e Redes Científicas, em Organizações Internacionais, bem como em projectos ou realizações conjuntas, integrados em acordos e convénios de cooperação científica e tecnológica ou ainda em acordos culturais de natureza bilateral celebrados entre Portugal e outros países ou instituições.

Seguidamente, caracteriza-se a situação dos projectos geridos pelo DPPICDT no âmbito destes Programas.

### PROGRAMAS DA UNIÃO EUROPEIA E MULTILATERAIS

O financiamento no âmbito destes programas exige a articulação interdepartamental entre o Departamento de Relações Europeias, Bilaterais e Multilaterais (DREBM), o DPPICDT, a Equipa de Informática e o Departamento de Formação de Recursos Humanos em Ciência e Tecnologia (DFRHCT), num esforço conjunto de adaptação interna a fim de garantir a eficiência e rigor processual, mas também a cooperação interinstitucional, quer a nível nacional quer a nível transnacional.

As fases de candidatura e avaliação destes projectos regem-se pelas regras e calendarização definidas nos editais dos Concursos internacionais no âmbito dos Programas/Redes promotores, sendo que o DPPICDT assume a sua gestão após a conclusão da fase negocial, conduzida pelo DREBM.

O DPPICDT gere estes projectos de acordo com esquemas de financiamento específicos que variam entre o Joint Pot - que implica que cada agência financiadora nacional suporte integralmente a participação das suas equipas de investigação de acordo com as regras de financiamento nacionais - e a comparticipação financeira – que define diferentes taxas de financiamento atribuídas pelos Programas/Redes.

O número de projectos de I&DT transnacionais, em execução em 2010, reflecte as prioridades estratégicas da política de C&T implementadas a nível europeu, designadamente no âmbito do 6º e 7º Programas-Quadro de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico da União Europeia.

A análise da situação actual não é alheia a um contexto que, em retrospectiva, aponta para uma evolução positiva do número de projectos transnacionais financiados desde 2001. De facto, entre 2001 e 2006 a FCT, I.P atribuiu financiamento a equipas de investigação portuguesas integradas em 6 projectos colaborativos no âmbito de dois sub-programas temáticos EUROCORES- o EUROMARGINS e o S3T da European Science Foundation.

A partir de 2006, a proliferação de concursos transnacionais em várias temáticas, em resultado da implementação de instrumentos estratégicos que visam apoiar activamente a construção do Espaço Europeu de Investigação criado em 2000 por ocasião do Conselho Europeu de Lisboa, designadamente, as redes ERA-NET, as Iniciativas Tecnológicas Conjuntas (ITCs) e as iniciativas ao abrigo do Artº 185 (ex artigo 169) do Tratado de Funcionamento da União Europeia, conduziu a um aumento exponencial do número de projectos de cooperação internacional integrados por equipas portuguesas que obtiveram financiamento nacional para a prossecução das suas actividades de investigação.

A FCT é membro da European Science Foundation - ESF cujo objectivo é promover a investigação científica de alta qualidade a nível europeu. A ESF está empenhada em facilitar a cooperação e a colaboração na ciência europeia para benefício das organizações que a compõem e da comunidade científica europeia apoia a participação das equipas portuguesas nos seus sub-programas de investigação do programa EUROCORES. Actualmente, o DPPICDT gere o financiamento da participação portuguesa nalguns sub-programas EUROCORES da ESF.

O Programa *Ambient Assisted Living* (AAL JP) insere-se no Artº 185 (ex Artº 169) do Tratado de Funcionamento da União Europeia e tem como objectivo financiar projectos europeus de I&D, na área da vida assistida por ambientes inteligentes apoiados nas TIC. O DPPICDT faz a gestão financeira dos projectos com participação portuguesa no âmbito desta iniciativa, estando a gestão nacional do Programa a cargo da UMIC requerendo assim a cooperação e articulação interinstitucional, quer a nível nacional quer a nível transnacional.

No âmbito da Cooperação Bilateral e Multilateral, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da República Portuguesa e o Ministério da Educação e Ciência do Reino de Espanha estabeleceram um Memorando de Entendimento para o desenvolvimento de planos de cooperação científicos e tecnológicos específicos, com vista ao reforço mútuo das capacidades de intervenção internacional. No âmbito deste MOU a FCT gere projectos de Investigação e Desenvolvimento nos seguintes temas de Nanotecnologia:

- Nanomedicina
  - Sistemas de Diagnóstico
  - Aplicações Terapêuticas e "Drug Delivery".
- Nanotecnologia para
  - Controlo Ambiental
  - Segurança e Qualidade Alimentar

A FCT participa também na iniciativa EULANEST - European-Latin american Network for Science and Technology que tem como objectivo a promoção e a coordenação da cooperação entre os Estados Membros Europeus e os países da América Latina contribuindo para reforçar o impacto nos

programas nacionais europeus da cooperação internacional em ciência e tecnologia com a América Latina nas áreas das energias renováveis e nanociências.

Ilustra-se, seguidamente, a distribuição dos projectos no âmbito de Programas da União Europeia e Multilaterais por instrumento de financiamento.

Programa /Rede	Nº de Projectos Financiados	Montante Financiados
Cooperação Bilateral e Multilateral	13	1.861.380,00 €
Programa EUROCORES (ESF)	17	2.292.363,40 €
ERA-NET	53	5.284.453,10 €
Iniciativas ao abrigo do artigo 169º	2	500.000,00 €
Iniciativas Tecnológicas Conjuntas	7	1.309.285,90 €
<b>TOTAL</b>	<b>92</b>	<b>11.247.482,40 €</b>

TABELA Nº.: 6 - PROJECTOS EM EXECUÇÃO FINANCIADOS NO ÂMBITO DE PROGRAMAS DA UNIÃO EUROPEIA E MULTILATERAIS

O financiamento global atribuído aos 92 projectos de Cooperação no âmbito de programas da União Europeia e Multilaterais, em execução em 2010, é de € 11.247.482,40 distribuído da seguinte forma:

Os projectos financiados no âmbito de concursos transnacionais ERA-NET representam 58% da totalidade de projectos transnacionais em execução e o seu financiamento corresponde a 47% do financiamento global atribuído a projectos desta índole.

Embora com maior expressividade numérica, os projectos ERA-NET são, contudo, aqueles que apresentam um financiamento médio mais reduzido, em contraposição com os projectos financiados no âmbito das ITCs ou do AAL JP, conforme abaixo discriminado:

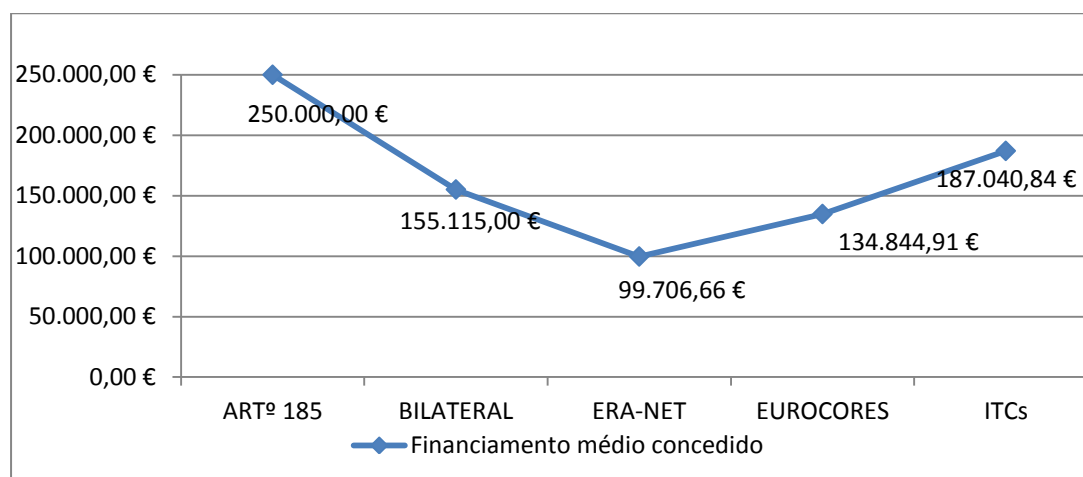


FIGURA Nº.: 8 - MONTANTE MÉDIO DE FINANCIAMENTO CONCEDIDO POR PROJECTO, EM EXECUÇÃO, FINANCIADOS NO ÂMBITO DE PROGRAMAS DA UNIÃO EUROPEIA E MULTILATERAIS

O enquadramento específico dos projectos de cooperação internacional exige a reprogramação financeira, temporal e física dos projectos ao longo do seu ciclo de vida, motivada quer pela necessidade de adaptação às regras nacionais, quer por alterações ao nível do projecto colaborativo e do próprio consórcio, razão pela qual apresentam uma taxa média de execução financeira de 22 %, variável por programa e fase dos projectos.

## PARCERIAS INTERNACIONAIS

O reconhecimento da cooperação internacional é uma mais-valia para a promoção e avanço do conhecimento científico e desenvolvimento tecnológico. Este facto tem conduzido à celebração de vários acordos de cooperação entre a FCT e instituições internacionais de referência como a Harvard Medical School (HMS), o Massachusetts Institute of Technology (MIT), a Carnegie Mellon University (CMU) e a University of Texas at Austin (UTAustin). Estes acordos de cooperação levaram à abertura de Concursos para Financiamento de Projectos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico com periodicidade anual e que envolvem a avaliação de mérito de candidaturas.

O financiamento de projectos no âmbito destas parcerias exige a articulação entre o DPPICDT e o Gabinete de Parcerias Internacionais que gerem todos os programas no âmbito destas parcerias num esforço conjunto de eficiência e rigor processual.

No âmbito dos concursos 2008 e 2009 das Parcerias Internacionais, cuja gestão se encontra a cargo do DPPICDT, foram financiados 70 projectos, envolvendo o montante global de € 17.027.412,84.

A execução financeira dos projectos das parcerias internacionais em curso é ainda reduzida, devido ao facto de muitos deste projectos terem tido início apenas em 2010.

### PROGRAMA DE COOPERAÇÃO ENTRE PORTUGAL E O CERN

Na sequência do Acordo assinado em Genebra em 15 de Fevereiro de 1952 e do Acordo Suplementar assinado em Paris em 30 de Junho de 1953, foi concluída, em 1 de Julho de 1953, uma convenção para a criação da Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear (CERN), incluindo a fundação de um laboratório internacional.

Fundado no ano de 1984, o Laboratório Europeu de Física das Partículas inclui actualmente 20 Estados Membros e tem por objectivo levar a cabo um programa de investigação de carácter puramente científico e fundamental respeitante às partículas de alta energia.

Em 11 de Dezembro de 1984, Portugal manifesta a sua intenção de se tornar membro do CERN. No acordo de adesão fica definido que, durante um período de transição de 10 anos, com início em 1 de Janeiro de 1986, a quota real a pagar ao CERN seria uma fracção linearmente crescente (10%) da quota nominal, obrigando-se Portugal a investir a diferença no desenvolvimento da física das partículas e áreas afins.

O Programa CERN surge, pois, na sequência do acordo de adesão de Portugal e traduz-se, para além do pagamento de uma quota anual, na disponibilização de um montante financeiro para apoiar projectos e infra-estruturas de ciência e tecnologia.

Em cumprimento deste acordo, têm sido abertos concursos para financiamento de projectos, apresentando-se no quadro seguinte uma síntese da execução em 2010 dos projectos CERN.

Ano Concurso	Despesa Apresentada	Despesa Analisada	Despesa Elegível	Pago Total
2008	282.783,37 €	270.964,93 €	241.592,60 €	167.402,03 €
2009	245.984,20 €	-	-	343.000,00 €

TABELA Nº.: 7 - RESUMO DOS CONCURSOS CERN/FÍSICA DAS PARTÍCULAS

## FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

Por norma, os projectos CERN são anuais, havendo, no entanto, a registar a ocorrência de sistemáticos pedidos de prorrogação de prazo, situação que implica que, em 2010, se encontre em execução um considerável número de projectos (58).

No concurso de 2008, foram recomendados para financiamento 28 projectos, sendo que 27 Investigadores Responsáveis aceitaram executar os mesmos, envolvendo um investimento elegível de €1.620.000,00.

No concurso de 2009, foram financiados 31 projectos, envolvendo um financiamento global de €1.715.000,00.

Refira-se que a avaliação dos Concursos CERN é precedida de sessões de apresentação pública, por posters, onde os Investigadores Responsáveis pelas candidaturas dialogam com os avaliadores de forma a esclarecer questões relacionadas com as mesmas.

---

### 2.3.2. EXECUÇÃO FINANCEIRA

---

O grupo de Gestão Financeira do Departamento de Programas e Projectos (DPPICDT) da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) tem por missão assegurar a boa execução dos projectos do Programa de Investimentos de Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) cuja gestão lhe está afectada.

No decurso de 2010, foram três os projectos PIDDAC geridos por este departamento, a saber:

- 3599 - Promover a Produção Científica, o Desenvolvimento Tecnológico e a Inovação
- 5876 - Promover a Produção Científica, o Desenvolvimento Tecnológico e a Inovação
- 6879 – Apoio à Gestão do Financiamento de Projectos de I&D (AT/QREN)

Em conjunto, estes projectos permitiram concretizar a missão da FCT através da concessão de financiamento na sequência da avaliação do mérito de propostas de equipas de investigação financiadas no âmbito de concursos que visam o incrementar e consolidar o Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN).

Caracterizando-se por uma duração plurianual, as dotações orçamentais destes projectos viabilizaram não apenas a abertura de novos concursos, como também a assunção dos compromissos transitados de anos anteriores, suportando ainda as inerentes despesas de gestão, avaliação, acompanhamento e divulgação.

O espelho da execução das dotações disponibilizadas é apresentado nas tabelas seguintes.

Fundos Recebidos Total	Execução Financeira Total	Taxa de Execução
83.861.111,00	83.583.414,00	100%

TABELA Nº.: 8 – EXECUÇÃO FINANCEIRA TOTAL



Desagregando, e tomando como referência a Fonte de Financiamento (OE, FEDER e RNA), verifica-se o seguinte:

Projecto Orçamental	Orçamento Inicial (€)	Orçamento Corrigido (€)	Fundos Recebidos (€)	Execução Avaliações (€)	Execução Projectos (€)	Execução Total (€)	Taxa de Execução
3599 - OE	40.515.300	30.553.511	27.299.736	1.500.105	25.766.063	27.266.168	100%
5876 - OE	23.666.976	14.748.526	7.705.047	810.894	6.804.997	7.615.890	99%
6879 - OE	255.000	151.698	125.000	69.354	N/A	69.354	55%
Total OE	64.437.276	45.453.735	35.129.783	2.380.352	32.571.060	34.951.412	99%

Tabela 5 - Execução Orçamental do OE em 2010 por Projecto Orçamental

Projecto Orçamental	Orçamento Inicial (€)	Orçamento Corrigido (€)	Fundos Recebidos (€)	Execução Avaliações (€)	Execução Projectos (€)	Execução Total (€)	Taxa de Execução
5876 FEDER	78.442.735	42.352.243	26.403.186	N/A	26.367.941	26.367.941	100%
6879 FEDER	757.264	603.680	429.100	371.087	N/A	371.087	86%
Total FEDER	79.199.999	42.955.923	26.832.286	371.087	26.367.941	26.739.028	100%

TABELA Nº.: 9 - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO FEDER EM 2010 POR PROJECTO ORÇAMENTAL

Projecto Orçamental	Orçamento Inicial (€)	Orçamento Corrigido (€)	Fundos Recebidos (€)	Execução Avaliações (€)	Execução Projectos (€)	Execução Total (€)	Taxa de Execução
3599 - RNA	50.000	22.598.985	21.227.441	N/A	21.224.658	21.224.658	100%
5876 - RNA	5.113.618	700.000	671.601	N/A	668.316	668.316	100%
Total RNA	5.163.618	23.298.985	21.899.042	N/A	21.892.974	21.892.974	100%

TABELA Nº.: 10 - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS RNA EM 2010 POR PROJECTO ORÇAMENTAL

Muito embora o ano de 2010 tenha sido homogéneo no que concerne à distribuição dos pagamentos efectuados, podemos observar que o 2º trimestre do ano registou o maior volume de transferências efectuadas para projectos de investigação aproximando-se dos 23 milhões de euros. Este valor trimestral mais elevado justifica-se por ter sido, precisamente, no 2º trimestre do referido ano que foram pagos cerca de 54% dos adiantamentos iniciais aos projectos de investigação financiados no âmbito do Concurso de 2008 (figura 8).

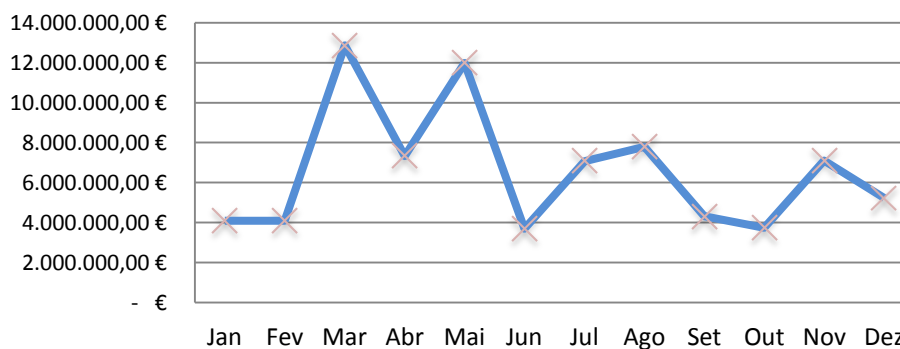


FIGURA Nº.: 9 – EVOLUÇÃO DOS PAGAMENTOS EM 2010

### 2.3.3. ACTIVIDADES REALIZADAS

#### 2.3.3.1. CONCURSOS ABERTOS

##### CONCURSO DE PROJECTOS EM TODOS OS DOMÍNIOS CIENTÍFICOS

À semelhança do ano anterior, a FCT voltou a dar oportunidade aos investigadores de submeterem candidaturas a projectos de investigação científica. Neste sentido, assume particular relevância a promoção e reforço de competências das instituições científicas e tecnológicas, através da participação das suas equipas de investigação em Projectos de IC&DT em Todos os Domínios Científicos.

Contrariamente ao que seria expectável, dada a regularidade anual de abertura para a submissão de candidaturas neste âmbito, verificou-se que relativamente a 2009 o número de candidaturas submetidas em 2010 foi superior (figuras 8 e 9). Foram submetidas, no total, 4591 candidaturas. Apenas o Domínio das Ciências Exactas e Engenharia apresentou menos candidaturas comparativamente a 2009.



FIGURA Nº.: 10 – DISTRIBUIÇÃO DAS CANDIDATURAS DO CONCURSO DE 2010 POR DOMÍNIO CIENTÍFICO

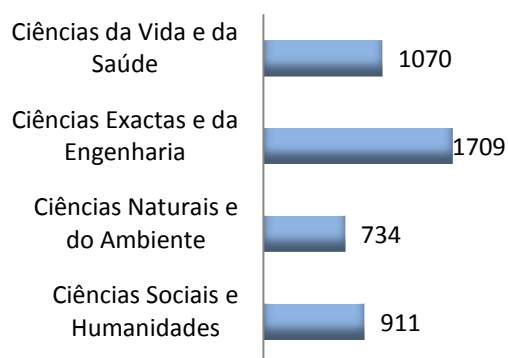


FIGURA Nº.: 11 – DISTRIBUIÇÃO DE CANDIDATURAS NO CONCURSO DE 2009 POR DOMÍNIO CIENTÍFICO

Considerando que o referido Concurso decorreu entre 30/12/2010 a 24/02/2011, apenas será possível fazer referência ao número de candidaturas submetidas por Domínio Científico.

##### CONCURSOS TRANSNACIONAIS

No âmbito dos Concursos Transnacionais, verificou-se a abertura dos seguintes concursos entre entidades do **Sistema Científico e Tecnológico Nacional** e equipas da **Harvard Medical School**:

**PROJECTOS DE INVESTIGAÇÃO CLÍNICA (MODALIDADE SÉNIOR) – EXTENSÃO DE 2009 (PIC – S 2009)** [18.01.2010 A 01.02.2010](#)

**CONCURSO DE PROJECTOS DE INVESTIGAÇÃO CLÍNICA - MODALIDADE SÉNIOR (PIC-S)**  
[06.09.2010 A 28.10.2010](#)

O objectivo específico dos projectos de investigação clínica, modalidade Sénior, consiste em reforçar a capacidade nacional de produzir novos conhecimentos relevantes para a Saúde, através de um estímulo ao desenvolvimento de projectos de investigação clínica, em que o investigador responsável deve obrigatoriamente conciliar actividades de investigação, simultaneamente com a sua actividade clínica. Este concurso visa estimular a concepção e desenvolvimento de projectos de investigação

clínica por Médicos em fases avançadas da sua carreira clínica. Cada projecto será desenvolvido em rede, envolvendo colaboração entre o Médico que se responsabiliza pela candidatura e equipas de investigação de entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional e equipas da Harvard Medical School.

**CONCURSO PARA PROJECTOS DE I&D PARA A PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS MÉDICOS E INFORMAÇÃO MÉDICA (PPCMIM) [06.09.2010 A 28.10.2010](#)**

O objectivo específico destes projectos de investigação consiste em desenvolver conteúdos médicos novos e utilizar tecnologias de informação e metodologias de comunicação para os transmitir a diferentes populações alvo. Essas populações alvo devem incluir:

- público geral sem conhecimento técnico sobre a área;
- público especialista: profissionais de saúde e estudantes.

**CONCURSO DE PROJECTOS DE INVESTIGAÇÃO CLÍNICA - MODALIDADE JÚNIOR (PIC-J) [06.09.2010 A 28.10.2010](#)**

O objectivo específico dos projectos de investigação clínica, de tipologia Júnior, consiste em reforçar a capacidade nacional de produzir novos conhecimentos relevantes para a Saúde, através de um estímulo ao desenvolvimento de projectos de investigação clínica, em que o/a Investigador/a Responsável deve obrigatoriamente conciliar actividades de investigação simultaneamente com a sua actividade clínica. Este concurso visa estimular a concepção e desenvolvimento de projectos de investigação clínica por médicos em fases iniciais da sua carreira clínica. Cada projecto será desenvolvido em rede, envolvendo colaboração entre o médico que se responsabiliza pela candidatura e equipas de investigação de entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional e equipas da Harvard Medical School.

**CONCURSO DE PROJECTOS DE INVESTIGAÇÃO CLÍNICA E DE TRANSLACÇÃO (PICT) [06.09.2010 A 28.10.2010](#)**

O objectivo específico destes projectos de investigação consiste em reforçar a capacidade nacional de produzir novos conhecimentos relevantes para a Saúde. Cada projecto será desenvolvido em rede, envolvendo colaboração entre equipas de diferentes entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional e equipas da Harvard Medical School.

Entre os diversos Concursos Transnacionais de 2010, aqueles que apresentaram o maior número de candidaturas submetidas foram os direccionados para os Projectos de Investigação Clínica e de Translaccção (PICT) e para os Projectos de Investigação Clínica – Modalidade Júnior (PIC – J) com 21 e 12 candidaturas submetidas, respectivamente.

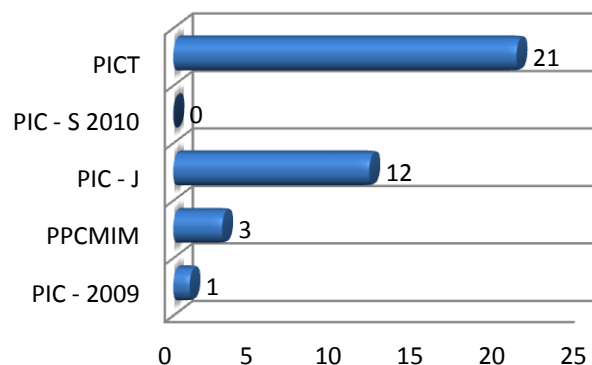


FIGURA Nº.: 12 - DISTRIBUIÇÃO DAS CANDIDATURAS POR CONCURSO ABERTO EM 2010 NO ÂMBITO DOS CONCURSOS TRANSNACIONAIS (PARCERIAS INTERNACIONAIS)

**PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NO ÂMBITO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE PORTUGAL E O CERN**

O Concurso para Financiamento de Projectos de Investigação Científica e Tecnológica no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e o European Laboratory for Particle Physics – CERN 2010, aberto de 6 de Setembro a 13 de Outubro de 2010, teve como objectivos e prioridades o financiamento de projectos de investigação científica e tecnológica no domínio da Física de Altas Energias e outros domínios afins relevantes para a participação Portuguesa no European Laboratory for Particle Physics (CERN), associados às colaborações científicas oficiais ou reconhecidas pelo CERN, bem como a projectos de base tecnológica no domínio das ciências aplicadas em colaboração com actividades apoiadas pelo mesmo Laboratório.

Seriam igualmente privilegiadas as acções que potenciassessem a transferência de tecnologia gerada no CERN, ou que visassem a prospecção e execução de projectos de investigação e desenvolvimento experimental, com participação empresarial, em colaboração com o CERN.

Foram apresentadas 33 candidaturas, sendo que apenas 32 reuniram condições de elegibilidade tendo sido solicitado o montante total de €3.434.495,00.

**2.3.3.2. VALIDAÇÃO DE DESPESA**

A validação de despesa realizada no âmbito de projectos de investigação é uma das actividades relevantes a cargo do DPPICDT, encontrando-se espelhada na figura 11 a distribuição da despesa apresentada, analisada e considerada elegível durante o ano de 2010, por domínio científico.

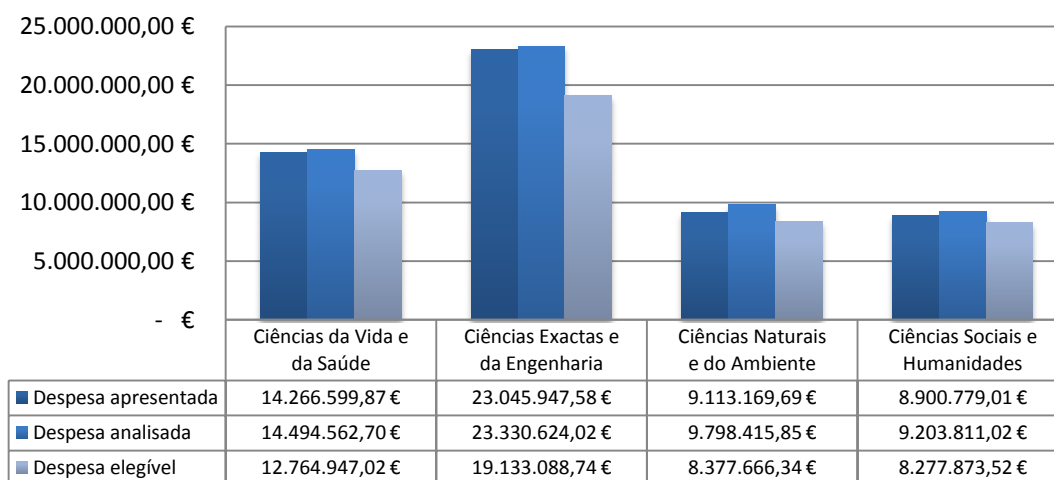


FIGURA Nº.: 13 – DESPESA APRESENTADA, ANALISADA E ELEGÍVEL (2010)

Durante o ano a que reporta o presente relatório, as Instituições Beneficiárias apresentaram à FCT despesa realizada no âmbito de projectos de investigação, no montante global de € 55.326.496,15 (correspondente a 7.299 pedidos de pagamentos), sendo os projectos dos domínios das Ciências Exactas e da Engenharia, seguidos dos das Ciências da Vida e da Saúde, os que mais contribuíram para esse valor.

Relativamente à despesa analisada durante o ano de 2010, a mesma ascendeu a € 56.827.413,59 (correspondente a 8.295 pedidos de pagamentos verificados em 2010). Note-se que estes valores

são superiores aos respeitantes à despesa apresentada em 2010, uma vez que foram, ainda, analisados pedidos de pagamento entrados em 2009. Uma vez mais, são os projectos dos domínios das Ciências Exactas e da Engenharia, seguidos dos das Ciências da Vida e da Saúde, os que apresentam um maior peso em termos de despesa analisada e, conseqüentemente, de despesa considerada elegível.

Dos € 56.827.413,59 analisados, cerca de 85% dessa despesa foi considerada elegível, com a seguinte repartição por rubricas:

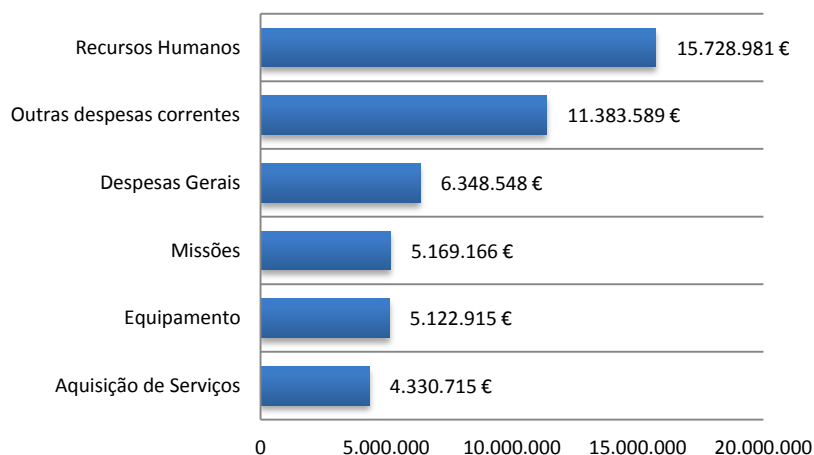


FIGURA Nº.: 14 – DESPESA ELEGÍVEL POR RUBRICAS ORÇAMENTAIS (2010)

Importa salientar, também, que dos 8.295 pedidos de pagamento vistos, 3.184 incluem “Gastos Gerais”, tendo sido consideradas elegíveis despesas gerais no valor de € 6.348.548,49 dos cerca de 8,5 M€ apresentados. Atendendo à especificidade da análise das despesas desta rubrica, a mesma encontra-se afecta ao Grupo de Gastos Gerais que, no ano de 2010, procedeu, ainda, à aprovação de metodologias de imputação de mais seis Entidades Beneficiárias, encontrando-se, no final do ano, cerca de 250 Instituições com chave de imputação de gastos gerais aprovada pela FCT.

Atendendo às diversas actividades desenvolvidas pelos técnicos do DPPICDT e ao volume de despesa envolvida, tornou-se indispensável a continuação do recurso à aquisição de serviços externos de validação de despesa efectuada no âmbito de projectos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico.

Deste modo, conforme estabelecido no Código dos Contratos Públicos, a FCT procedeu, em 23 de Abril de 2010, à abertura do concurso público para aquisição de serviços de validação de despesa, no valor estimado de 50 milhões de euros, no âmbito de projectos de investigação – 2010. Saliente-se que, este processo foi coordenado pelo DPPICDT e acompanhado, pela primeira vez, numa plataforma electrónica de contratação pública (Construlink).

A empresa adjudicada iniciou os trabalhos na FCT em 12 de Julho de 2010, tendo analisado a elegibilidade das despesas (directas e indirectas) apresentadas pelas Instituições Beneficiárias em Pedidos de Pagamento, inserido, no sistema de gestão e informação da FCT, os montantes de despesa considerados elegíveis, não elegíveis e de elegibilidade duvidosa e justificado, adequadamente, as decisões de não elegibilidade ou de elegibilidade duvidosa.

No âmbito deste contrato, a empresa seleccionada analisou, até ao final de 2010, despesa apresentada no montante global de € 33.192.873,45.

2.3.3.3. ENCERRAMENTO DE PROJECTOS

O encerramento de Projectos de Investigação constitui umas das tarefas inerentes do Departamento e, neste contexto, importa distinguir 2 conceitos fundamentais: Projecto Concluído e Projecto Encerrado (Figura nº.:15). Assim, um projecto, apesar de concluído, pode não estar encerrado.

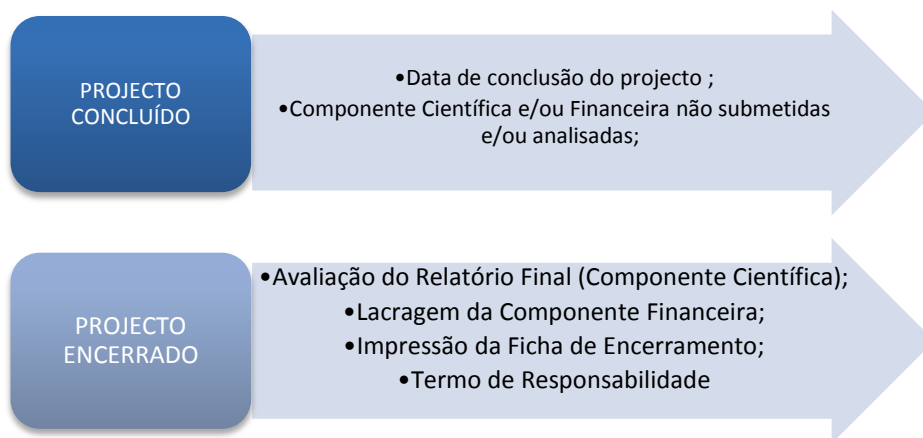


FIGURA Nº.: 15 – PROJECTO CONCLUÍDO ≠ PROJECTO ENCERRADO

Em 2010, o DPPICDT procedeu ao encerramento de 700 projectos no universo de 1312 projectos concluídos. O último trimestre é aquele que apresenta o maior número de projectos encerrados, uma vez que muitos projectos terminaram a 30-09-2010. O domínio das Ciências Sociais e Humanidades é o que apresenta a maior taxa de encerramento (29%) em oposição ao Domínio das Ciências Naturais e do Ambiente que apresenta a menor taxa de encerramento (20%).

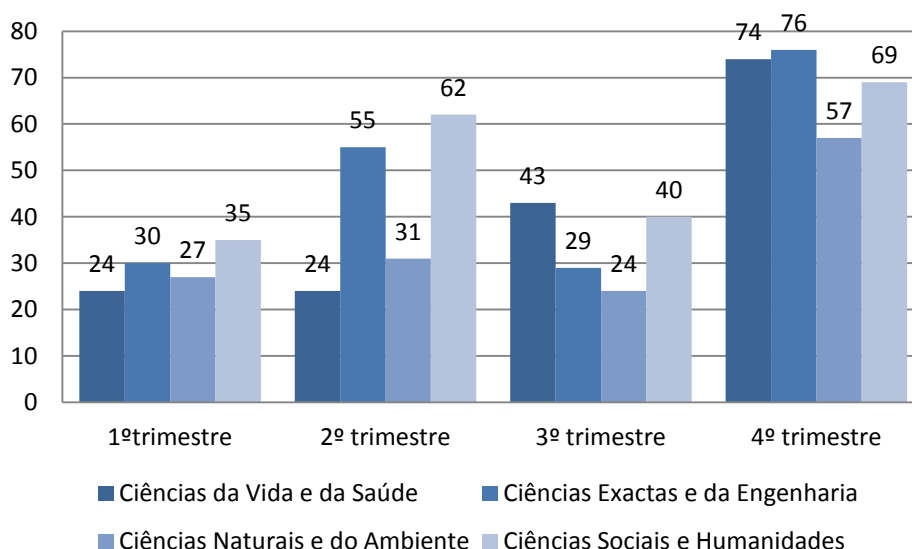


FIGURA Nº.: 16 – NÚMERO DE PROJECTOS ENCERRADOS POR DOMÍNIO CIENTÍFICO E POR TRIMESTRE

Face ao exposto, 612 projectos encontram-se concluídos, mas não encerrados, pelo que a taxa de encerramento é de 53%. Vejamos, agora, qual a relação entre o número de projectos concluídos e encerrados com Relatório Final Avaliado e respectiva Taxa de Encerramento por Domínio Científico:

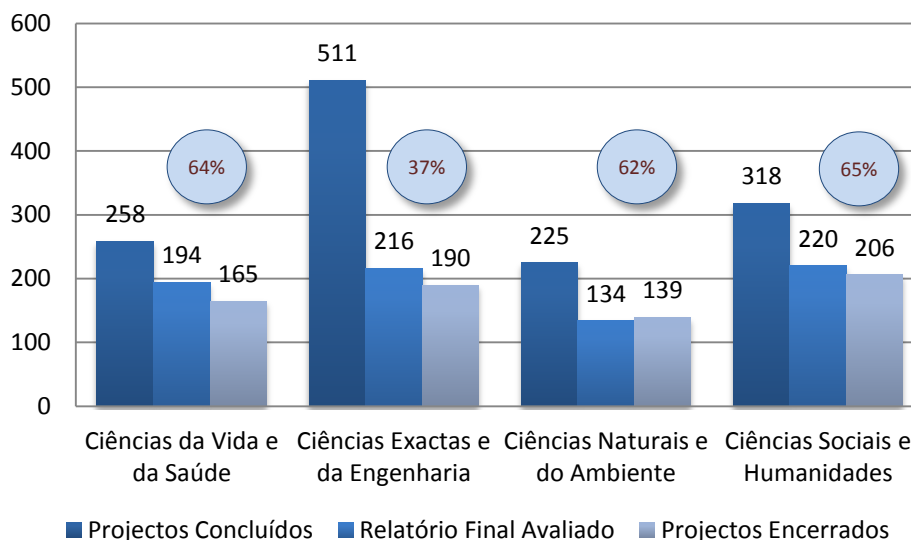


FIGURA Nº.: 17 – NÚMERO DE PROJECTOS CONCLUÍDOS E ENCERRADOS COM RELATÓRIO FINAL AVALIADO E RESPECTIVA TAXA DE ENCERRAMENTO POR DOMÍNIO CIENTÍFICO

O Domínio Científico das Ciências Exactas e Engenharia apresenta uma percentagem de projectos concluídos face aos encerrados claramente inferior a todos os grandes domínios.

Os principais factores que contribuíram para que apenas 53% dos projectos concluídos em 2010 terem sido encerrados são os seguintes:

- Projectos concluídos em 30-11-2010, cujo prazo para submissão da componente científica do Relatório Final e apresentação da última listagem de despesas foi 31-12-2010, impossibilitando o encerramento dos mesmos no ano da sua data de conclusão.
- Projectos co-financiados pelo COMPETE, relativamente aos quais não se encontram ainda definidos os respectivos procedimentos de encerramento;
- Taxas de imputação das despesas de Gastos Gerais cuja periodicidade não permite o encerramento financeiro dos projectos numa data próxima ao término dos mesmos;
- Projectos terminados no último trimestre de 2010 e cuja despesa foi submetida electronicamente e, como tal, encontra-se sujeita aos novos procedimentos de análise.

#### 2.3.4. OUTRAS ACTIVIDADES NA ÁREA DE C&T

##### MEDALHAS DE HONRA L'ORÉAL PORTUGAL PARA AS MULHERES NA CIÊNCIA 2010

A iniciativa Medalhas de Honra L'Oréal Portugal para as Mulheres na Ciência foi criada pela L'Oréal Portugal, em conjunto com a Comissão Nacional da UNESCO (CNU) e com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT, I.P), com o objectivo de promover a participação das mulheres na Ciência, incentivando as mais jovens e promissoras cientistas, em início de carreira, a realizarem estudos avançados na área das Ciências da Vida. O design do concurso foi alterado em 2010, tendo sido decidido alargar o seu âmbito às Ciências do Ambiente.

O concurso para atribuição das Medalhas de Honra L'Oréal Portugal para as Mulheres na Ciência 2010 encontrou-se aberto entre 1 de Julho e 30 de Setembro, tendo sido recepcionadas 67 candidaturas, maioritariamente nas áreas “ Ciências da Saúde” e “ Ciências Biológicas”.

O Júri de avaliação, coordenado pelo Professor Alexandre Quintanilha e composto pelos Professores Nuno Ferrand de Almeida, Helena Freitas, Cecília Arraiano e Cláudia Pereira, reuniu nas instalações da FCT, em 29 de Novembro de 2010, deliberando atribuir, por unanimidade, as três Medalhas às seguintes candidatas:

Candidata	Designação do projecto	Área científica do projecto	Instituição de acolhimento
<b>Cristina Joana Moreira Marques</b>	Epigenetic regulators of pluripotency in mouse embryonic (ES) and induced pluripotent (iPS) stem cells	Ciências Biológicas	FMUP
<b>Liliana Inácio Bernardino</b>	Histamine as a promising therapeutic tool for neural stem cell-based brain repair strategies	Ciências da Saúde	CNC
<b>Sílvia Alexandra Alves Barbeiro</b>	Modelos matemáticos multi-escala para remodelação óssea com aplicações em medicina dentária	Engenharia Biomédica	FCTUC

TABELA Nº.: 11 - MEDALHAS DE HONRA L'ORÉAL PORTUGAL PARA AS MULHERES NA CIÊNCIA 2010

A cerimónia para entrega das Medalhas de Honra L'Oréal Portugal para as Mulheres na Ciência 2010 decorreu na Academia das Ciências de Lisboa no dia 18 de Janeiro de 2011.

#### PRÉMIO PULIDO VALENTE CIÊNCIA – 2010 “INFLAMAÇÃO E IMUNIDADE”

O Prémio Pulido Valente Ciência, criado conjuntamente pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e pela Fundação Professor Francisco Pulido Valente (FPFPV), visa distinguir o melhor trabalho publicado no domínio das Ciências Biomédicas, que descreva a investigação executada por investigadores, com idades inferiores a 35 anos, em laboratórios nacionais. O prémio, a atribuir anualmente, é no montante de 10 000 Euros, a compartilhar, em partes iguais, pelas duas instituições promotoras.

O concurso da edição 2010 do PPVC, na área *Inflamação e Imunidade* esteve aberto entre 1 de Junho e 30 de Setembro de 2010, tendo sido recepcionadas dezasseis (16) candidaturas.

As candidaturas foram avaliadas pelo Júri constituído pelos Professores Caetano Reis e Sousa (Presidente), Miguel Soares, Bruno Silva-Santos, João Lobo Antunes e João Monjardino.

O Júri deliberou distinguir, por unanimidade, o artigo *Pathological role of interleukin 17 in mice subjected to repeated BCG vaccination after infection with Mycobacterium tuberculosis*, publicado no Journal of Experimental Medicine, da autoria de Andrea Cruz do Instituto de Investigação em Ciências da Vida e da Saúde da Universidade do Minho.

#### PRÉMIO INTERNACIONAL FERNANDO GIL 2010

O Prémio Internacional Fernando Gil para a Filosofia da Ciência foi anunciado pelo Governo português em 2006, por ocasião do falecimento deste iminente filósofo, no intuito de homenagear a obra de um dos nomes maiores do pensamento e do ensino filosófico português no séc. XX. De facto, a obra do autor de *Mimésis e Negação* e o *Tratado da Evidência*, estende-se da epistemologia à estética, passando pela filosofia moral e política. A filosofia de Fernando Gil visa “não obscurecendo descontinuidades, buscar as ligações entre os vários planos do pensar humano” (Paulo Tunhas).



A parceria firmada entre a Fundação Calouste Gulbenkian e a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P viabilizou o lançamento, em Março de 2010, da 1ª edição desta iniciativa que pretende honrar a memória do filósofo Fernando Gil e contribuir para o desenvolvimento da Filosofia da Ciência promovendo a sua aproximação à Ciência.

Trata-se de um Prémio internacional, anual, ao qual está associado o montante de € 125.000,00, destinado a galardoar uma obra de particular excelência, no domínio da Filosofia da Ciência, da autoria dum(a) investigador(a) de qualquer nacionalidade ou afiliação profissional, publicada nos três anos anteriores ao ano de atribuição do Prémio.

O 1º concurso do Prémio Internacional Fernando Gil encerrou no dia 15 de Julho de 2010 tendo sido admitidas para a fase de avaliação 29 das 33 obras nomeadas por 45 proponentes.

O processo de selecção foi concretizado por um Júri internacional composto por filósofos de reconhecido mérito, designados pelas entidades instituidoras sob proposta de instituições académicas de referência no domínio da Filosofia da Ciência, cuja composição foi publicada no Edital do concurso.

No decurso da reunião final do Júri que se realizou nos dias 20 e 21 de Setembro, o Júri congratulou-se com a excelente qualidade de várias obras nomeadas, tendo deliberado atribuir o Prémio à obra *Patterns of Change, Linguistic Innovations in the Development of Classical Mathematics*, da autoria de Ladislav Kvasz, professor da Charles University em Praga, República Checa.

A originalidade e a solidez teórica da obra conduziram o júri a atribuir-lhe o Prémio Internacional Fernando Gil para a Filosofia da Ciência 2010.

Na sua obra, Ladislav Kvasz descreve a forma como a matemática se desenvolve e formula três padrões importantes de mudança: recodificação, relativização e reformulação, sendo os dois primeiros inteiramente novos. O autor não se limita, contudo, a enunciar novos conceitos, demonstrando, concomitantemente, a sua tese com inúmeros exemplos da história da matemática e analisando a forma como se desenvolvem novas linguagens simbólicas a partir de novos conceitos, o que confere à obra um interesse que vai além da matemática em questões gerais da linguagem e do pensamento.

A sessão pública para entrega do Prémio Fernando Gil 2010 teve lugar na Fundação Calouste Gulbenkian no dia 17 de Março de 2011.

### CONSELHOS CIENTÍFICOS

No âmbito das competências do Departamento, o DPPICDT acompanhou as reuniões dos Conselhos Científicos, órgãos consultivos previstos na Lei Orgânica da FCT.

No decurso de 2010, realizaram-se as seguintes reuniões:

Conselho Científico	Ciências da Vida e da Saúde	Ciências Naturais do Ambiente	Ciências Exactas e das Engenharias	Ciências Sociais e Humanidades
1º trimestre	✓ 18 Janeiro	✗	✓ 22 Fevereiro	✗
2º trimestre	✓ 7 Maio	✗	✓ 19 Maio	✗
3º trimestre	✓ 22 Julho	✗	✗	✓ 8 Julho
4º trimestre	✓ 19 Novembro	✓ 26 Outubro	✗	✓ 23 Setembro

TABELA Nº.: 12 – REUNIÕES DOS CONSELHOS CIENTÍFICOS

O DPPICDT assegurou os trabalhos inerentes à organização das referidas reuniões, responsabilizando-se pelo apoio às actividades relativas às temáticas em análise no contexto das suas atribuições.

### 2.3.5. AVALIAÇÕES EFECTUADAS

Este ponto do Relatório procura traduzir as seguintes actividades desenvolvidas:

- Avaliação de Candidaturas;
- Análise de Alegações Contrárias submetidas em sede de Audiência Prévia;
- Relatórios Finais.

#### 2.3.5.1. CANDIDATURAS

##### CONCURSO DE PROJECTOS DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO EM TODOS OS DOMÍNIOS CIENTÍFICOS (2009)

No âmbito do Concurso de Projectos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico em Todos os Domínios Científicos – 2009, aberto de 18 de Setembro a 16 de Dezembro de 2009, foram apresentadas 4.424 candidaturas distribuídas por 31 áreas científicas.

Em cumprimento do “Regulamento de acesso a financiamento de projectos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico — 2008”, o Departamento de Programas e Projectos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico (DPPICDT) procedeu à verificação dos requisitos formais de enquadramento no concurso, tendo-se concluído que 152 candidaturas não reuniam condições de admissibilidade pelo facto de não terem sido cumpridos os requisitos regulamentares estabelecidos.

Nesta conformidade, prosseguiram para o processo de avaliação 4.272 candidaturas envolvendo um financiamento solicitado de € 625.620.380,00, das quais foram propostas para financiamento 738 candidaturas (17,28%) envolvendo um financiamento global de € 88.578.059,00, correspondendo a 14,19% do financiamento total solicitado.

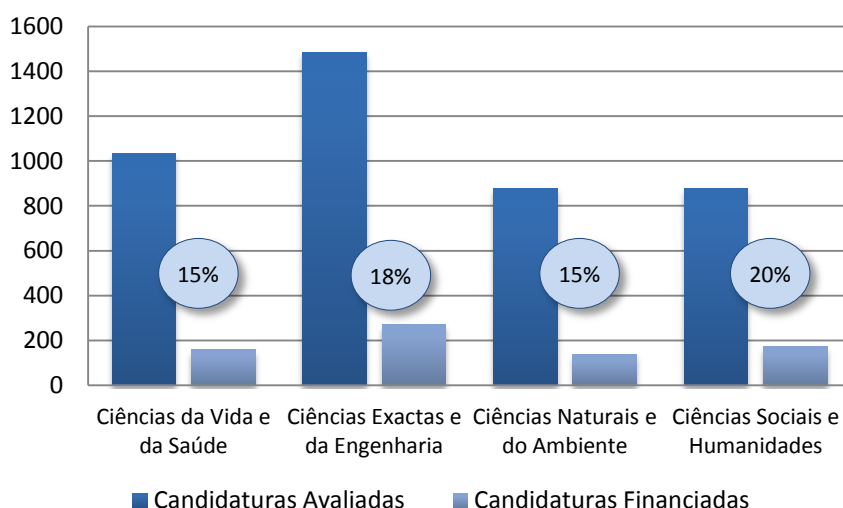


FIGURA Nº.: 18 - CANDIDATURAS AVALIADAS, CANDIDATURAS FINANCIADAS E TAXA DE APROVAÇÃO

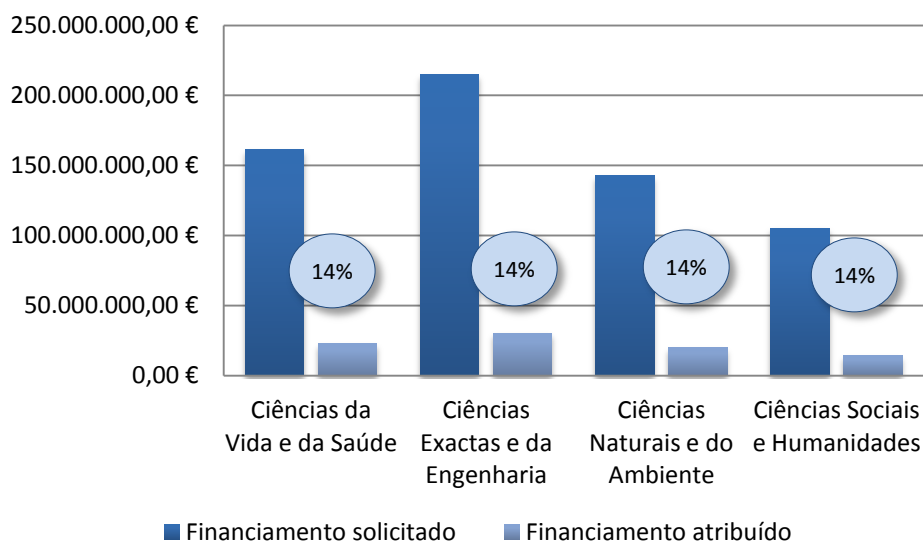


FIGURA Nº.: 19 – FINANCIAMENTO SOLICITADO, ATRIBUÍDO E TAXA DE APROVAÇÃO

A avaliação das candidaturas foi efectuada por 31 Painéis de Avaliação e Selecção Internacionais e de reconhecido mérito e idoneidade, envolvendo, no total, 239 avaliadores. Atendendo à especificidade das candidaturas submetidas a concurso, cerca de 70% dos Painéis de Avaliação e Selecção recorreram também ao auxílio de um total de 942 Peritos Externos.

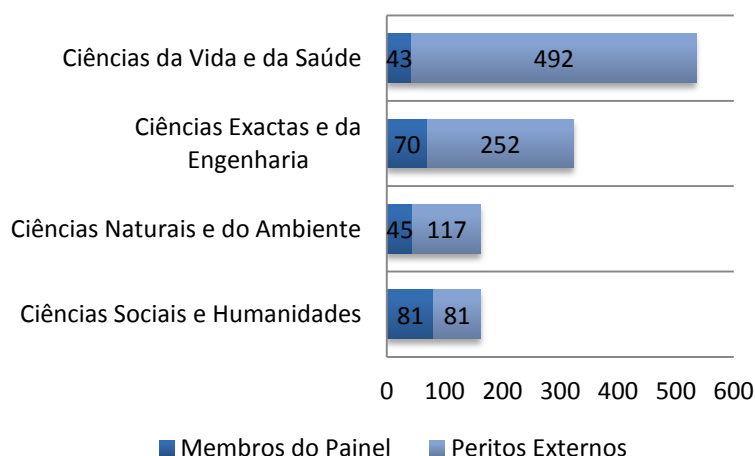


FIGURA Nº.: 20 - NÚMERO DE AVALIADORES (CONCURSO 2009)

O processo de avaliação das candidaturas decorreu durante os primeiros sete meses do ano de 2010, sendo que as reuniões presenciais dos 31 Painéis de avaliação e Selecção tiveram lugar em Lisboa, nas instalações da FCT, entre os dias 20 de Maio e 25 de Julho de 2010.

A metodologia de selecção e hierarquização das candidaturas baseou-se no indicador de mérito do projecto que assenta nos critérios e factores estabelecidos no Edital do Concurso de 2009 e no Regulamento aplicável:

- A. Mérito científico e carácter inovador do projecto numa óptica internacional;
- B. Mérito científico da equipa de investigação;

C. Exequibilidade do programa de trabalhos e razoabilidade orçamental;

D. Contributo para a acumulação de conhecimento e competências do Sistema Científico e Tecnológico Nacional.

As 4.272 propostas de decisão de financiamento ou não financiamento das candidaturas, onde constam os respectivos pareceres dos Painéis de Avaliação, foram comunicadas aos Investigadores Responsáveis por email entre os dias 31 de Agosto e 2 de Setembro de 2010.

### CONCURSOS DE COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL: PARCERIAS INTERNACIONAIS

Durante o ano de 2010, abriram, no total, 5 Concursos entre equipas de diferentes entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional e equipas da Harvard Medical School:

- Projectos de Investigação Clínica (Modalidade Sénior) – continuidade de 2009 (PIC-S 2009)
- Projectos de de I&D para a Produção de Conteúdos Médicos e Informação Médica (PPCMIM)
- Projectos de Investigação Clínica (Modalidade Júnior) – (PIC -J)
- Projectos de Investigação Clínica (Modalidade Sénior) – (PIC – S 2010)
- Projectos de Investigação Clínica e de Translação – (PICT)

Na figura que se segue será possível identificar a relação entre as candidaturas submetidas/avaliadas e os projectos homologados.

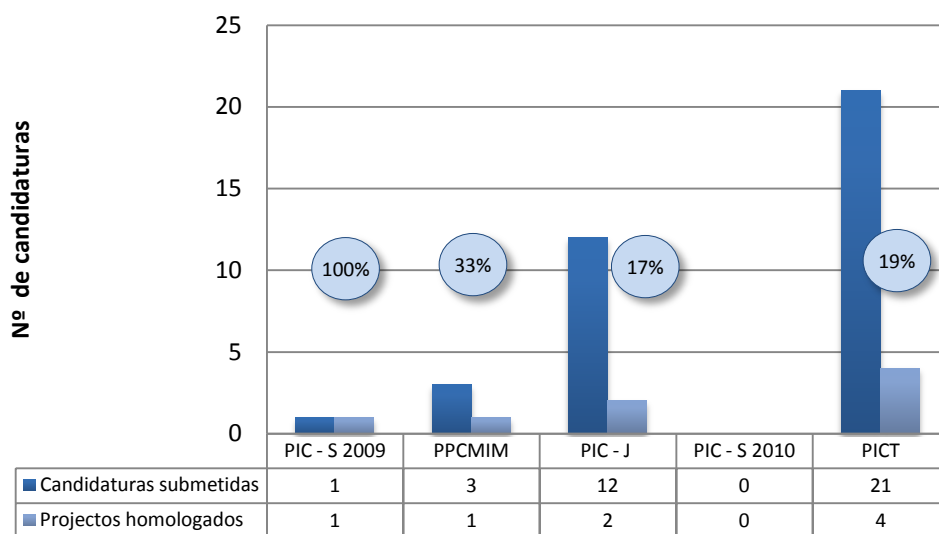


FIGURA Nº.: 21 – CANDIDATURAS SUBMETIDAS, PROJECTOS HOMOLOGADOS E TAXA DE APROVAÇÃO (PARCERIAS INTERNACIONAIS)

Relativamente à taxa de aprovação entre o financiamento solicitado e concedido, verificamos que, na sequência dos projectos aprovados, o único Projecto de Investigação Clínica – Modalidade Sénior (2009) submetido e aprovado foi financiado na sua totalidade. Já os PIC – J e PICT apresentam uma taxa de aprovação de 15% e 14%.

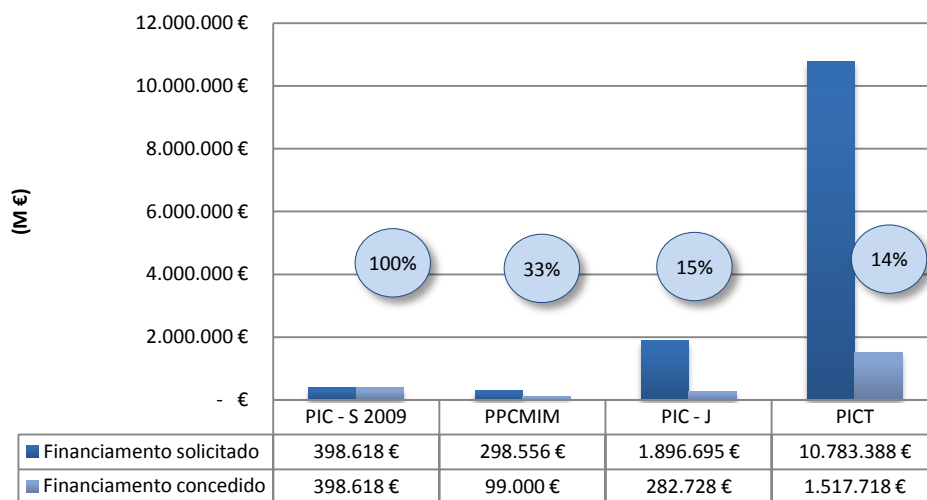


FIGURA Nº.: 22 - FINANCIAMENTO SOLICITADO E CONCEDIDO (EM MILHARES DE EUROS) E TAXA DE APROVAÇÃO

Quanto à composição dos Painéis de Avaliação, o número de avaliadores revela ser proporcional ao número de candidaturas analisadas, à excepção do Concurso PPCMIM que, com 3 candidaturas submetidas, teve 7 avaliadores (Figura nº.:23).

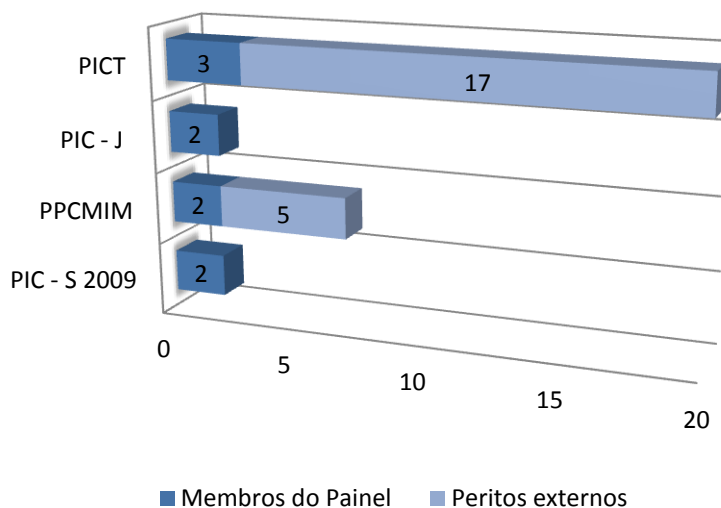


FIGURA Nº.: 23 - NÚMERO DE AVALIADORES POR CONCURSO NO ÂMBITO DAS PARCERIAS INTERNACIONAIS

### ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE PORTUGAL E O EUROPEAN LABORATORY FOR PARTICLE PHYSICS – CERN 2010

O Concurso para Financiamento de Projectos de Investigação Científica e Tecnológica no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e o European Laboratory for Particle Physics – CERN 2010, aberto de 6 de Setembro a 13 de Outubro de 2010, teve como objectivos e prioridades o financiamento de projectos de investigação científica e tecnológica no domínio da Física de Altas Energias e outros domínios afins relevantes para a participação Portuguesa no European Laboratory for Particle Physics (CERN), associados às colaborações científicas oficiais ou reconhecidas pelo CERN, bem como a projectos de base tecnológica no domínio das ciências aplicadas em colaboração com actividades apoiadas pelo mesmo Laboratório.

## FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

Foram apresentadas 33 candidaturas, sendo que apenas 32 reuniram condições de elegibilidade tendo sido solicitado o montante total de €3.434.495,00.

Foram recomendados para financiamento 30 projectos envolvendo um financiamento global de €1.500.000,00.

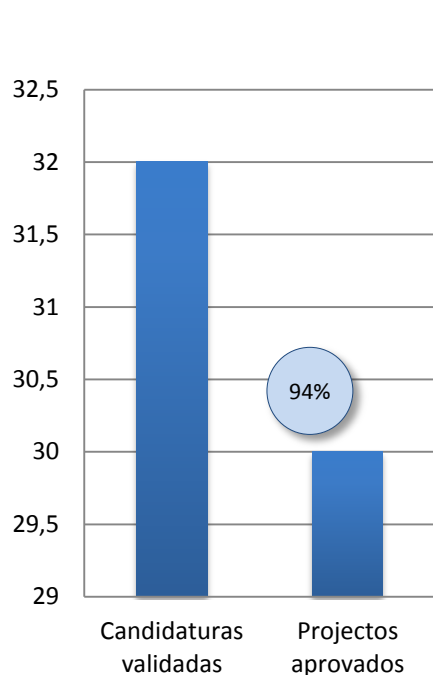


FIGURA Nº.: 24 - NÚMERO DE CANDIDATURAS SUBMETIDAS, PROJECTOS APROVADOS E TAXA DE APROVAÇÃO

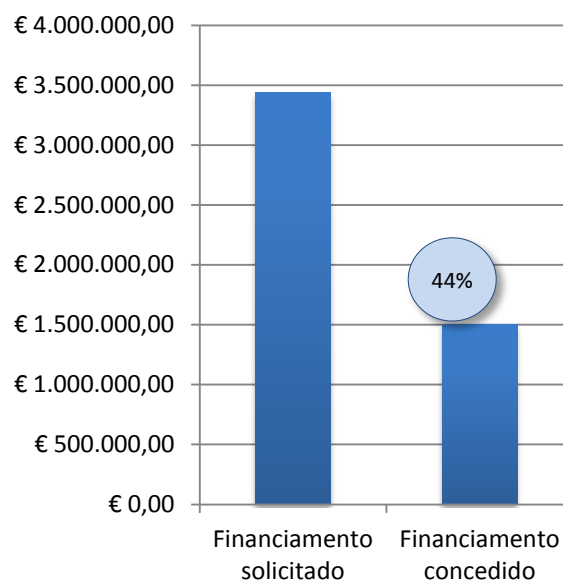


FIGURA Nº.: 25 - FINANCIAMENTO SOLICITADO E CONCEDIDO (EM MILHARES DE EUROS) E TAXA DE APROVAÇÃO

O Painel de Avaliação e Selecção, por sua vez, foi constituído por 5 avaliadores, não tendo sido necessária a colaboração de Peritos Externos.

### 2.3.5.2. ALEGAÇÕES CONTRÁRIAS

#### CONCURSO DE PROJECTOS DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO EM TODOS OS DOMÍNIOS CIENTÍFICOS (2008)

Conforme estabelecido no Regulamento de Acesso a Financiamento de Projectos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico, os comentários apresentados pelos Investigadores Responsáveis à proposta de decisão, devidamente fundamentados, são apreciados:

- Nos aspectos administrativos ou processuais pela FCT;
- Nos aspectos técnicos ou científicos por painéis de peritos independentes.
- No ano de 2010, procedeu-se à análise de 793 reclamações em sede de audiência prévia, representando cerca de 18% do total de candidaturas avaliadas (figura 24). Foram recomendadas para financiamento 33 candidaturas, correspondendo a cerca de 5% do total de reclamações submetidas. O financiamento total recomendado soma o valor de 3.688.304,00 €.

Salienta-se que área científica das Ciências Biológicas se encontra representada no Domínio das Ciências Naturais e do Ambiente, tendo em conta que as reclamações apresentadas nesta área foram avaliadas por esse Painel de Peritos.

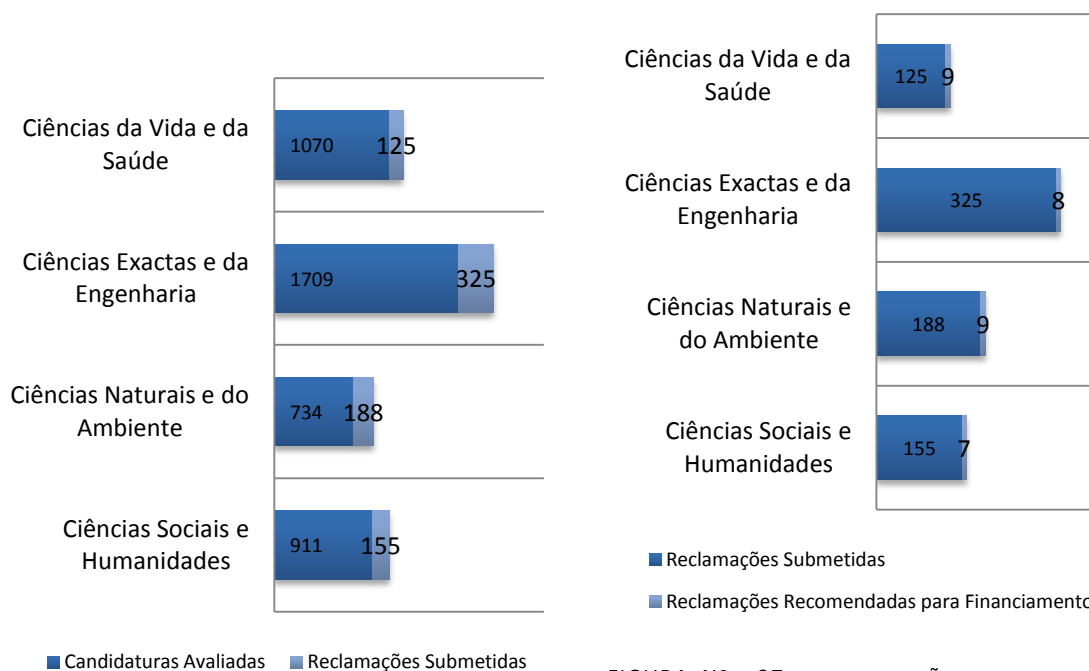


FIGURA Nº.: 26 – CANDIDATURAS AVALIADAS E RECLAMAÇÕES SUBMETIDAS

FIGURA Nº.: 27 – RECLAMAÇÕES SUBMETIDAS E RECOMENDADAS PARA FINANCIAMENTO

Refira-se que, as 3 reclamações referentes ao Acordo de Cooperação entre Portugal e o European Laboratory for Particle Physics – CERN foram avaliadas pelos Painéis de Peritos constituídos no âmbito do Concurso em Todos os Domínios de 2008, inserindo-se no domínio das Ciências Exactas e Engenharia.

Estas reclamações foram analisadas por Painéis de Peritos constituídos por Domínio Científico em número de 4 como se pode observar na figura abaixo.

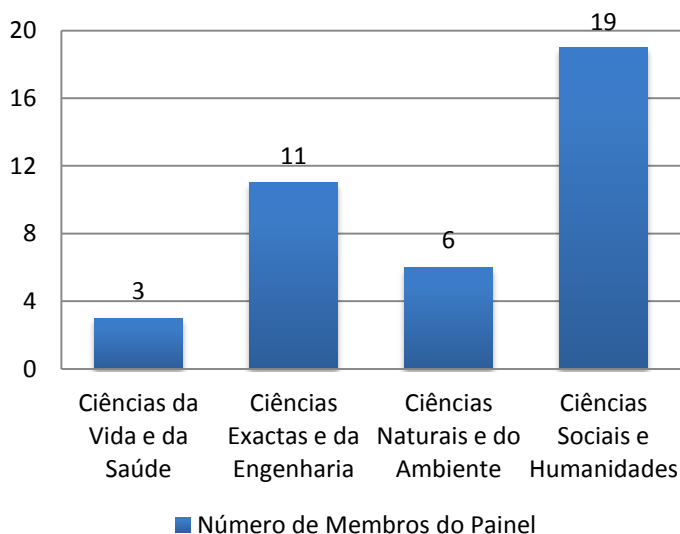


FIGURA Nº.: 28 - NÚMERO DE AVALIADORES (CONCURSO 2008)





### CONCURSO DE PROJECTOS DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO EM TODOS OS DOMÍNIOS CIENTÍFICOS (2009)

O processo de análise dos comentários apresentados pelos Investigadores Responsáveis à proposta de decisão do Concurso de 2009, foi iniciado em 2010, o qual se prevê estar concluído antes do final primeiro semestre de 2011. Foram submetidas, no total, 295 reclamações, representando cerca de 7% do total de candidaturas avaliadas.

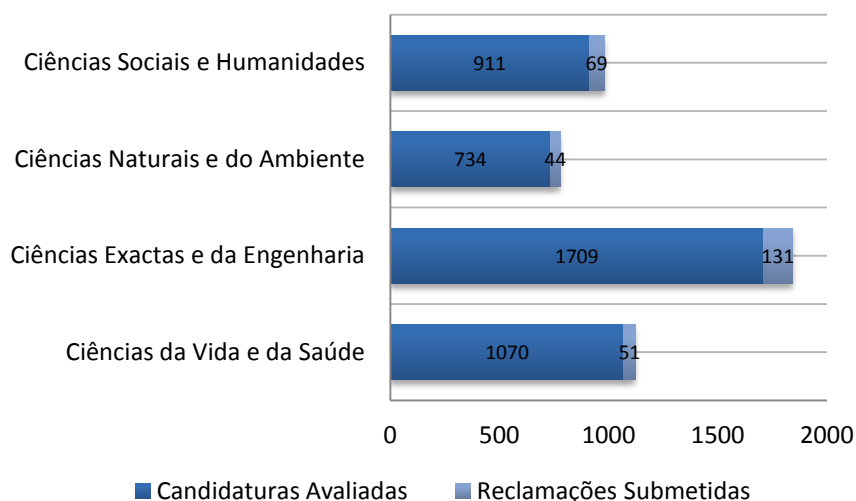


FIGURA Nº.: 29 – CANDIDATURAS AVALIADAS E RECLAMAÇÕES SUBMETIDAS

A análise das 12 reclamações de carácter exclusivamente administrativo ou processual foi comunicada aos Investigadores Responsáveis a 25 de Novembro de 2010 a qual, em cumprimento com o previsto no regulamento, foi efectuada pela FCT, não tendo havido reversão de nenhuma das decisões dos Painéis de Avaliação e Selecção.

As observações de carácter técnico ou científico serão analisadas por 4 Painéis de Peritos referentes aos mesmos domínios científicos já considerados aquando da análise das reclamações submetidas em sede de audiência prévia do Concurso de 2008, onde a área das Ciências Biológicas é considerada no domínio das Ciências Naturais e do Ambiente.

#### 2.3.5.3. RELATÓRIOS FINAIS

Os Relatórios Finais dos projectos, submetidos electronicamente no sitio da FCT na internet, são apreciados:

- Na componente científica, por Comissões de Avaliação constituídas por elementos da Comunidade Científica nomeados para o efeito;
- Na componente financeira, pelos serviços da FCT.

Durante o ano de 2010, foram avaliados, pelas diversas Comissões de Avaliação constituídas para o efeito, 763 Relatórios Finais Científicos, cuja distribuição por domínio científico se encontra na figura seguinte:

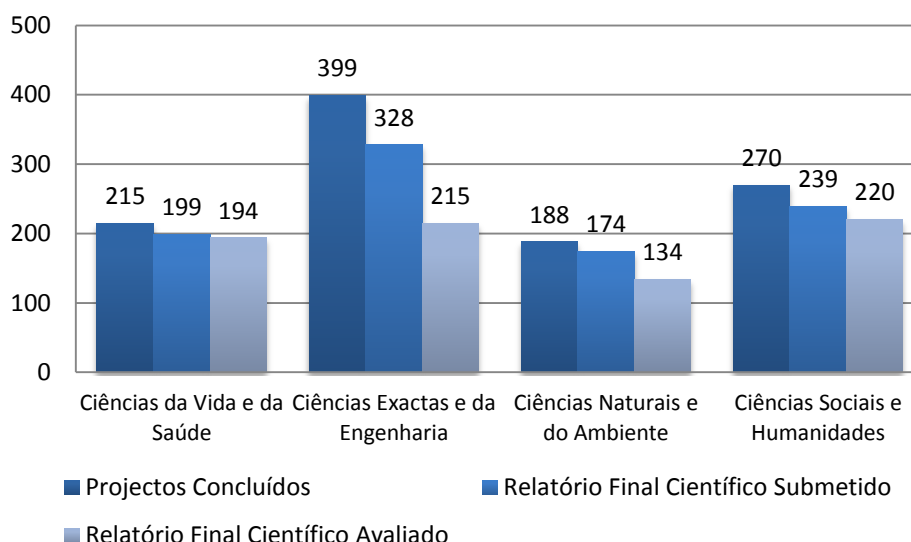


FIGURA Nº.: 30 – PROJECTOS CONCLUÍDOS, RELATÓRIO FINAL CIENTÍFICO SUBMETIDO E AVALIADO

### 2.3.6. REORGANIZAÇÃO DO MODELO DE FUNCIONAMENTO DO DPPICDT E PROCEDIMENTOS DE MELHORIA POSTOS EM PRÁTICA

#### REORGANIZAÇÃO DO MODELO DE FUNCIONAMENTO DO DPPICDT CONTRIBUINDO PARA O REFORÇO DE COMPETÊNCIAS E CAPACIDADE DE COORDENAÇÃO

Tendo em consideração o crescimento acentuado do número de projectos de investigação financiados pela FCT e a dimensão do DPPICT, em 2010 foi repensado o modelo de funcionamento do Serviço, com vista à sua adequação ao garante do seu funcionamento. Mais do que o reforço dos Recursos Humanos disponíveis, o reforço das capacidades de coordenação assumiu-se como o factor prioritário ao bom funcionamento do Departamento.

Neste contexto, atendendo a que as actividades do Departamento se focam essencialmente na avaliação e selecção de candidaturas e na posterior gestão da execução financeira e material dos Projectos de IC&DT financiados, foram criadas 2 Equipas de Projecto responsáveis por 2 núcleos distintos:

- um directamente relacionado com o lançamento e acompanhamento dos Processos de Avaliação, denominado **Coordenação de Avaliações**;
- e outro responsável pelo Acompanhamento da Execução dos Projectos financiados, com implicações em todas as tarefas daí decorrentes, denominado **Coordenação Operacional**.

As principais tarefas associadas a cada um dos núcleos são as que a seguir se indicam:

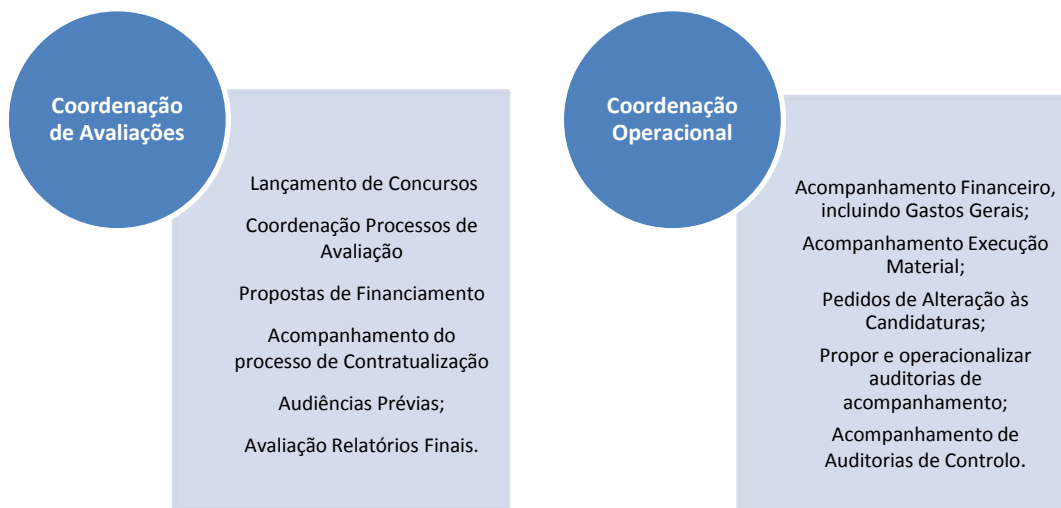


FIGURA Nº.: 31 – TAREFAS DOS NÚCLEOS DE COORDENAÇÃO

Não obstante a criação destas Equipas de Projecto, manteve-se a organização de sub-divisão de responsabilidades por área científica de cada Técnico Gestor.

O reforço das capacidades de coordenação do Departamento constituiu-se como um importante procedimento de melhoria, tendo contribuído de forma bastante positiva para a concretização da missão do DPPICDT e resultados alcançados em 2010.

#### PROCEDIMENTOS DE MELHORIA POSTOS EM PRÁTICA

Dando continuidade às prioridades definidas para o Departamento em 2009, o objectivo “Implementar novos procedimentos de melhoria administrativa” voltou a integrar o TB do DPPICDT para 2010.

Reconhecida a importância em simplificar procedimentos com vista à melhoria dos processos de gestão, foi definida como meta para o Departamento a implementação de dois a três procedimentos de melhoria administrativa, tendo o objectivo sido superado na medida em que o número de procedimentos implementados excedeu a meta estabelecida.

Uma importante acção implementada, com vista a uniformizar e padronizar normas e procedimentos, foi a divulgação pelos Técnicos do Departamento, em Outubro de 2010, de um documento contendo as principais “Linhas de Orientação para Análise de Pedidos de Reprogramação”.

Trata-se de um documento auxiliador e clarificador das competências dos Técnicos onde é apresentada uma descrição dos pedidos de reprogramação mais frequentes no âmbito do financiamento de Projectos de Investigação, bem como dos procedimentos exigíveis em sede de análise e competências associadas ao processo de tomada de decisão. O principal objectivo foi o de agilizar os procedimentos garantindo a coerência no tratamento dos pedidos apresentadas no âmbito dos diferentes domínios científicos.

Em 2010 foi, ainda, instituído o procedimento de comunicação mensal aos Técnicos de um relatório com informação sobre a despesa analisada e por analisar, por forma a permitir e promover o

## FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

acompanhamento e controlo da execução financeira por área científica e o encetamento das acções necessárias com vista à boa gestão e execução dos processos.

Tendo por objectivo a melhoria e promoção da celeridade do processo de verificação da admissibilidade e elegibilidade das candidaturas apresentadas a concurso foi, ainda, elaborado um relatório sobre o processo de verificação da admissibilidade e elegibilidade das candidaturas apresentadas ao Concurso para Financiamento de Projectos em Todos os Domínios Científicos 2009, no âmbito do qual foram identificados os principais constrangimentos e propostas de alteração, com vista à simplificação de alguns procedimentos.

Ainda no domínio das actividades de avaliação, foram alterados os procedimentos de pagamento aos avaliadores e divulgadas, pelos colaboradores do Departamento, as orientações a seguir no âmbito destes processos, facilitando a sua concretização e permitindo uma redução significativa dos prazos de pagamento.

Outra importante inovação foi o desenvolvimento das Plataformas de submissão e análise electrónica de despesa.

Coube ao DPPICDT traçar as validações a efectuar pela plataforma de submissão de despesa e definir as especificações da plataforma de análise de despesa efectuada no âmbito de projectos de investigação, objectivo que foi cumprido em 30 de Junho de 2010.

Em fase anterior à entrada em funcionamento da nova metodologia de submissão de despesas, o DPPICDT colaborou na realização de vários testes à plataforma de submissão electrónica, bem como na elaboração do Manual de Submissão de Listagens de Despesas destinado a ajudar as Entidades Beneficiárias no novo processo de apresentação de despesas.

Na sequência do lançamento do Portal de Ciência e Tecnologia (PCT) da FCT em 27 de Setembro de 2010, o qual também integra a funcionalidade de submissão electrónica de despesa, as despesas realizadas no âmbito de projectos de investigação passaram a ser submetidas electronicamente, permitindo, assim, cumprir o previsto nos novos Regulamentos de Acesso a Financiamento de Projectos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico e os procedimentos aplicáveis aos projectos financiados através do COMPETE.

A nova metodologia de submissão de despesas, implicou alterações ao nível da instrução dos processos de Pedidos de Pagamento, das quais se destacam as seguintes:

- Deixaram de ser enviadas cópias autenticadas de todos os documentos de despesa (despesas directas) constantes de um Pedido de Pagamento, tendo apenas de ser remetidas à FCT cópias autenticadas dos documentos de despesa e quitação relativos a uma amostra aleatória de 5% das despesas declaradas em cada pedido, para projectos cujo custo total elegível aprovada seja inferior ou igual a 200.000€;
- Cada despesa apresentada numa listagem de despesas passou a ser certificada por um TOC ou, no caso de Entidades da Administração Pública, pelo respectivo Responsável Financeiro.

A partir de 1 de Novembro de 2010 deixaram mesmo de ser considerados os Pedidos de Pagamento apresentados à FCT em versão papel.

Foi também em 2010, que o DPPICDT iniciou o desenvolvimento de uma Página da Intranet que disponibiliza um conjunto de informações sobre as actividades do Departamento e importantes indicadores acerca da execução dos projectos. A sua efectiva implementação veio a ocorrer no início

de 2011, constituindo-se como um relevante instrumento de apoio às actividades de Departamento e do próprio Conselho Directivo.

Em 2010, foram igualmente elaboradas pelo DPPICDT e aprovadas pelo Conselho Directivo da FCT, as “Normas para a Atribuição e Gestão de Bolsas no âmbito de Projectos e Instituições de I&D”, bem como as FAQ associadas.

Foram, ainda, criadas as “Normas de Informação e Publicitação de Apoios para Beneficiários”, com objectivo de munir os Investigadores e as Instituições Beneficiárias com um instrumento de apoio à divulgação e publicitação do financiamento concedido no âmbito de Projectos de Investigação Científica e de Desenvolvimento Tecnológico, financiados por fundos nacionais através do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) ou co-financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE - Programa Operacional Factores de Competitividade (POFC).

Concomitantemente à implementação destes procedimentos de melhoria foram elaborados, no âmbito do Departamento, vários outros relatórios e estudos que se constituem como importantes instrumentos de reflexão e de apoio à gestão. Pela sua importância, os mesmos serão abordados no capítulo seguinte do presente Relatório.

O esforço na implementação de mais e melhores processos de melhoria administrativa, constituiu em 2010 uma prioridade do DPPICDT, tendo em vista a promoção de um serviço público ágil, transparente e, sobretudo, comprometido com os resultados institucionais.

---

### 2.3.7. RELATÓRIOS E ESTUDOS ELABORADOS NO ÂMBITO DAS ACTIVIDADES DO DEPARTAMENTO

---

Em 2010, o Departamento viu-se envolvido na elaboração de vários relatórios e estudos que se constituíram como importantes instrumentos de reflexão e apoio às actividades do Departamento e que se identificam no presente capítulo do Relatório de Actividades.

Começamos por salientar que, no âmbito do SIADAP 3, cada um dos Técnicos Gestores elaborou um relatório sobre o financiamento de Projectos de Investigação pela FCT nos domínios científicos que se encontravam sob a sua responsabilidade, tendo sido tratados os seguintes elementos:

- Número de Projectos em execução e montante de financiamento concedido;
- Número de projectos encerrados em 2010 e taxa média de execução;
- Regularidade na apresentação de relatórios de progresso pelos IRs;
- Número médio de Pedidos de Pagamento apresentados e montante de despesa justificada;
- Tipificação das solicitações apresentadas pela comunidade científica e tempo médio de resposta;
- Pontos fortes e Dificuldades encontradas no acompanhamento dos projectos;
- Outros dados considerados de interesse pelo Técnico.

Ainda no âmbito do SIADAP 3, foram definidos objectivos partilhados que resultaram na elaboração dos relatórios/estudos que a seguir se discriminam:

- Especificidades aplicáveis ao financiamento pela FCT de Projectos de Investigação decorrentes da participação de equipas portuguesas em parcerias internacionais;

- Estudo sobre as percentagens de dedicação dos elementos das equipas de investigação a projectos apoiados pela FCT;
- Estudo sobre o Financiamento de Bolsas no âmbito de Projectos de Investigação;
- Manual de Procedimentos de Gestão Financeira do DPPICDT;
- Relatório sobre o sistema de gestão documental com propostas de alteração face às especificidades do Departamento e às ferramentas disponíveis à data.

Para além dos documentos atrás referidos, elaborados pelos colaboradores do Departamento no âmbito do SIADAP, em 2010 o DPPICDT elaborou ou contribuiu para a elaboração e/ou revisão de Manuais de Procedimentos e de Controlo Interno, a saber:

- Guião para a Elaboração e Submissão de Propostas de Projectos de IC&DT (revisão da versão anterior do documento face à abertura de novos concursos públicos pela FCT para financiamento de Projectos de Investigação e à aprovação de um novo Regulamento);
- Guião de Avaliação (à semelhança do anterior Guião - revisão da versão anterior deste documento face à abertura de novos concursos públicos para financiamento de Projectos de Investigação e à aprovação de um novo Regulamento);
- Manual de submissão electrónica de listagens de despesas por parte das Entidades Beneficiárias de Projectos de Investigação (criação de um manual de procedimentos associados à submissão electrónica de despesas face à entrada em funcionamento do Portal de Ciência e Tecnologia da FCT);
- Linhas de orientação para análise de pedidos de reprogramação às candidaturas (manual interno dirigido aos Técnicos do Departamento de Programas e Projectos da FCT);
- Guia de informação e publicidade para Beneficiários;
- Manual de acompanhamento e controlo de Projectos de Investigação não co-financiados.

Como se pode verificar, o DPPICDT viu-se fortemente envolvido, em 2010, na criação de novos documentos de apoio às suas actividades e revisão/melhoria de outros já existentes.

Estes documentos tiveram a grande vantagem de se constituírem como instrumentos auxiliares das actividades dos colaboradores do Departamento e possibilitar uma reflexão sobre as tarefas desenvolvidas e estado do financiamento de cada uma das áreas científicas, como foi o caso dos relatórios elaborados no âmbito do SIADAP 3.

Por outro lado, os novos documentos divulgados junto da comunidade científica tiveram como objectivo principal auxiliar e clarificar a aplicação de normas e procedimentos associados ao ciclo de vida dos projectos.

---

### 2.3.8. ACÇÕES DE CONTROLO A PROJECTOS DE INVESTIGAÇÃO

---

De acordo com o estabelecido na alínea v) do nº1 do artigo 45º do DL nº312/2007 de 17 de Setembro (republicado pelo DL 74/2008, de 22 de Abril e alterado pelo DL nº99/2009 de 28 de Abril), bem como nos termos previstos nos protocolos de delegação de competências celebrados com a FCT, a Autoridade de Gestão do COMPETE, no âmbito do Plano de Controlo Interno para 2010 realizou uma acção de controlo às operações co-financiadas pelo POFC centrada ao nível da supervisão das funções delegadas nos Organismos Intermédios.

As auditorias foram realizadas com recurso a auditores externos, os quais foram acompanhados por Técnicos da Autoridade de Gestão do COMPETE e do DPPICDT tendo decorrido inicialmente na FCT e

posteriormente nos beneficiários, cujas visitas acabaram por ocorrer já em 2011 (meses de Janeiro e Fevereiro).

Decorrente desta acção de controlo, em Novembro de 2010 foram remetidas ao POFC cópias das listagens dos pedidos de pagamento e respectiva análise referente a 5 projectos de investigação seleccionados por amostra.

Para além desta acção de controlo inserida no plano de controlo interno para 2010, em Dezembro de 2010 foram seleccionados, pela Autoridade de Gestão do COMPETE, 26 projectos de investigação que constituíram a amostra para efeitos do exercício de verificação da despesa dos projectos aprovados ao abrigo das Disposições Transitórias do SAESCTN.

Este exercício de controlo envolveu a análise dos dossiers de projecto, com especial incidência nas despesas apresentadas pelos beneficiários, implicando o preenchimento de uma “Check list” por parte da equipa de trabalho do POFC.

O Departamento viu-se, assim, envolvido em mais esta acção de controlo, que implicou uma análise completa a todos os dossiers de projecto por forma a garantir a sua conformidade com os requisitos regulamentares aplicáveis e um apoio directo à equipa de trabalho do POFC no esclarecimento de dúvidas e prestação dos esclarecimentos considerados necessários.

Para além das duas acções de controlo atrás referidas, promovidas pela Autoridade de Gestão do COMPETE, no decurso de 2010 decorreu uma auditoria da Inspeção-Geral de Finanças (IGF) às Despesas de Investimento na área da Ciência e Tecnologia. Esta auditoria foi realizada em cumprimento do despacho do Senhor Ministro de Estado e das Finanças de 20 de Novembro de 2009, que aprovou o Plano de Actividades para 2010 da IGF e ao abrigo do disposto no nº2 do artigo 2º do Decreto-Lei nº 79/2007 de 29 de Março.

O projecto de Relatório da Auditoria deu entrada na FCT no dia 12 de Maio de 2010, tendo o DPPICDT elaborado a sua contribuição para o contraditório.

De referir que, da análise às observações emitidas em sede de relato de auditoria, se conclui que a apreciação ao desempenho do DPPICDT foi bastante positiva, não tendo sido detectadas, da análise efectuada aos processos seleccionados, situações não conformes com a regulamentação vigente.

Salienta-se ainda, no contexto deste capítulo, a aprovação, em 8 de Abril de 2010, do Relatório Final da Auditoria realizada à FCT pelo Tribunal de Contas no ano de 2009, cujas conclusões reflectem a qualidade do trabalho da FCT, a dedicação dos seus funcionários, o rigor da sua gestão financeira e o importante serviço público que a instituição tem vindo a prestar à sociedade portuguesa.

Por fim, de referir a aprovação pela Comissão Europeia, em Setembro de 2010, da Descrição do Sistema de Gestão e Controlo do POFC relativo à FCT, resultante da elaboração de uma Adenda ao documento, que contou com a contribuição do DPPICDT, na sequência das recomendações da IGF e da visita realizada por esta Instituição à FCT em Abril de 2010.

Em jeito de conclusão, as acções de controlo realizadas em 2010 envolveram significativamente o Departamento quer ao nível da disponibilização de informação, acompanhamento e prestação de esclarecimentos, quer na análise de relatórios e contribuição para os processos de contraditório.

Por fim, e como última nota deste capítulo, destaca-se a definição pelo DPPICDT e aprovação pelo Conselho Directivo da FCT em 13 de Dezembro de 2010, de uma metodologia de suporte à realização de acções de acompanhamento a Projectos de Investigação não co-financiados, a ser implementada

no decurso de 2011, e que se constituiu como um dos objectivos definidos no âmbito do “Tableau de Bord” do Departamento relativo a 2010.

---

### 2.3.9. OBJECTIVOS DO DPPICDT EM 2010 E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA OS RESULTADOS INSTITUCIONAIS

---

A avaliação do desempenho dos serviços é feita, em regra, pelos próprios, em regime de auto-avaliação, constando do seu Relatório de Actividades e resultando, em suma, da análise do grau de realização dos resultados obtidos na prossecução dos objectivos fixados.

É também nesta perspectiva que o DPPICDT apresenta o seu relatório das actividades de 2010, dando conta do nível de execução e grau de cumprimento dos objectivos previamente definidos.

---

#### OBJECTIVO 1: LANÇAR NOVOS CONCURSOS PÚBLICOS PARA FINANCIAMENTO DE PROJECTOS DE INVESTIGAÇÃO APÓS DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DIRECTIVO DA FCT

---

*Meta: Abertura de 6 concursos públicos*

*Objectivo superado*

Este objectivo integra o QUAR da FCT e foi superado atendendo à abertura, em 2010, de 7 concursos públicos sendo 1 concurso para financiamento de projectos em todas as áreas científicas e 6 concursos dirigidos a investigação orientada em domínios ou temas específicos e decorrentes de acordos internacionais.

A abertura destes concursos foi considerada de grande importância para a comunidade científica, permitindo o desenvolvimento das actividades de várias equipas de investigação e a formação de jovens investigadores.

---

#### OBJECTIVO 2: ENCERRAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DAS CANDIDATURAS SUBMETIDAS AO CONCURSO PARA FINANCIAMENTO DE PROJECTOS DE INVESTIGAÇÃO EM TODOS OS DOMÍNIOS CIENTÍFICOS 2009 (CUJO PRAZO ENCERROU A 16/12/2009)

---

*Meta: Entre 70% a 80% encerrado até 31/07/2010*

*Objectivo superado*

O objectivo foi superado (a última sessão de avaliação ocorreu em 25/07/2010), implicando o envolvimento do Departamento num processo complexo de avaliação internacional de 4272 candidaturas submetidas a concurso.

Salienta-se o esforço que tem vindo a ser envidado no sentido de redução dos prazos de análise das candidaturas apresentadas a concurso contribuindo a FCT de forma activa, no âmbito do que tem vindo a ser a sua linha de actuação, para a promoção de um processo coerente e transparente, cuja qualidade tem sido elogiada pelos cientistas estrangeiros que nele têm participado.

---

#### OBJECTIVO 3: DEFINIR E APROVAR UMA METODOLOGIA DE SUPORTE À REALIZAÇÃO DE ACÇÕES DE ACOMPANHAMENTO A PROJECTOS DE INVESTIGAÇÃO NÃO CO-FINANCIADOS

---

*Meta: metodologia aprovada entre 15 e 30 de Dezembro*

*Objectivo superado*



O objectivo integra o QUAR da FCT e foi superado atendendo a que a metodologia de suporte à realização de acções de acompanhamento a Projectos de Investigação não co-financiados foi submetida e aprovada pelo Conselho Directivo.

**OBJECTIVO 4: REORGANIZAR O MODELO DE FUNCIONAMENTO DO DPPICDT,  
CONTRIBUINDO PARA O REFORÇO DE COMPETÊNCIAS E CAPACIDADE DE COORDENAÇÃO**

---

*Meta: reorganização efectuada entre 15 e 30 de Junho*

*Objectivo superado*

Este objectivo, que integra igualmente o QUAR da FCT, foi superado na medida em que o Departamento foi objecto de reorganização através da criação de duas Equipas de Projecto, designadas por Equipa de Projecto de Coordenação de Actividades de Avaliação e Selecção e Equipa de Projecto de Coordenação Operacional, conforme Despacho nº8/PCD/2010 de 24 de Março de 2010.

O reforço das capacidades de coordenação revelou-se um importante factor no desempenho das actividades a cargo do Departamento.

**OBJECTIVO 5: IMPLEMENTAR NOVOS PROCEDIMENTOS DE MELHORIA ADMINISTRATIVA**

---

*Meta: entre 2 a 3 procedimentos implementados*

*Objectivo superado*

Reconhecida a importância em atenuar a carga burocrática a que alguns procedimentos se encontravam sujeitos, foi definida como meta para o Departamento a implementação de dois a três procedimentos de melhoria administrativa, tendo o objectivo sido superado na medida em que o número de procedimentos implementados excedeu a meta estabelecida.

Pela importância de que se revestem, os procedimentos de melhoria implementados em 2010 pelo DPPICDT foram abordados num capítulo específico do Relatório de Actividades do Departamento.

**OBJECTIVO 6: DEFINIÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES DO NOVO SISTEMA DE ANÁLISE DE  
DESpesas DE PROJECTOS DE INVESTIGAÇÃO (BACK-OFFICE), APRESENTADAS ATRAVÉS DA  
PLATAFORMA DE SUBMISSÃO ELECTRÓNICA, DECORRENTE DOS PROCEDIMENTOS  
APLICÁVEIS AO QREN**

---

*Meta: documento apresentado entre Julho e Setembro*

*Objectivo superado*

Este objectivo foi superado na medida em que o documento foi concluído a 30 de Junho de 2010.

Salienta-se a importância de que este processo se reveste e a contribuição do DPPICDT para a sua implementação.

**OBJECTIVO 7: ELABORAR PROPOSTA DE FORMAÇÃO DO PESSOAL DO DPPICDT PARA 2011**

---

*Meta: proposta apresentada na 2ª quinzena de Novembro*

*Objectivo superado*

Este objectivo foi superado na medida em que a proposta de formação do pessoal do DPPICDT para 2011 foi apresentada ao Conselho Directivo da FCT a 15/11/2010.

A frequência de Acções de Formação profissional por parte dos colaboradores é considerada, pelo Departamento, um importante factor visando a aquisição de competências técnicas e pessoais que permitam um desempenho profissional adaptável, eficiente e actualizado.

Em suma, constata-se que o balanço da execução do TB do DPPICDT é bastante positivo, comprovando os resultados alcançados uma forte dedicação e empenhamento de todos os colaboradores no cumprimento dos objectivos traçados.

---

### 2.4. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM C&T

---

Ao DREBM compete, de acordo com os Estatutos da FCT, o acompanhamento das actividades de cooperação internacional em Ciência e Tecnologia (C&T) levadas a cabo no seio da União Europeia (UE), no quadro das organizações internacionais de que Portugal ou a FCT são membros e no âmbito dos Acordos de Cooperação Científica Bilateral negociados com outros países.

As actividades desenvolvidas assumem fundamentalmente duas características, a saber:

- Acções de apoio aos processos políticos de tomada de decisão (negociação de instrumentos de cooperação científica internacional, aprovação de programas quadro comunitários de investigação, etc.);
- Acções de carácter operacional conducentes a apoiarem a participação da Comunidade Científica nacional em projectos ou realizações conjuntas resultantes de Acordos de Cooperação Bilateral ou resultantes de programas lançados no quadro das Organizações Internacionais de que a FCT é parceiro.

Para além das actividades atrás referidas, o DREBM assegura a representação nacional ainda em vários comités e grupos de trabalho da UE e das Organizações Internacionais, garantindo ainda a representação da FCT nas Comissões Mistas dos Acordos de Cooperação Científica Bilateral, onde são seleccionados os projectos conjuntos a financiar.

---

#### 2.4.1. RELAÇÕES EUROPEIAS

---

##### CONSELHO MINISTROS DA COMPETITIVIDADE DA UNIÃO EUROPEIA

---

O DREBM participou activamente no acompanhamento e na preparação técnica das reuniões formais e informais dos seis Conselhos da Competitividade realizados em 2010. Este apoio técnico traduziu-se na preparação de pareceres sobre os vários assuntos agendados, na recolha e tratamento de informação relativamente à política nacional e comunitária de I&DT para apoio à tomada de decisão nas várias instâncias envolvidas no processo de decisão comunitário, e por fim na preparação de todas as Pastas para apoio às intervenções do Senhor MCTES nos referidos Conselhos.

Neste âmbito foi mantida uma estreita colaboração com a Direcção-Geral dos Assuntos Europeus do Ministério de Negócios Estrangeiros (DGAE-MNE) e com a Representação de Portugal junto da UE, REPER, bem como com outros organismos relevantes para os assuntos propostos nas agendas dos referidos Conselhos.

O DREBM assegurou ainda a representação de Portugal no Grupo de Investigação (grupo do Conselho responsável pela preparação da componente de investigação do Conselho da Competitividade), em caso de indisponibilidade da REPER.

### ESPAÇO EUROPEU DE INVESTIGAÇÃO

A prioridade atribuída à construção do Espaço Europeu de Investigação (EEI) foi reforçada com a nova agenda estratégica europeia adoptada até 2020 (Estratégia UE 2020), passando também a componente da Inovação a ser um elemento a ter em conta na sua realização. Nesse sentido, foi revisto o mandato do Comité de Investigação Científica e Técnica (CREST), que passou a adoptar a designação de *European Research Area Committee* (ERAC), e foram reforçados os trabalhos das suas várias formações (recursos humanos - SGHRM, programação conjunta - GPC, transferência de tecnologia – KT WG, e cooperação internacional - SFIC).

Assim o DREBM, em paralelo com a preparação dos trabalhos do ERAC e a participação em algumas das reuniões, assegurou a presença ou deu apoio à participação nacional nos grupos supramencionados, assegurando ainda a representação da FCT noutros eventos relacionados.

Em 2010, o DREBM continuou apoiar a delegação nacional ao ESFRI, tendo também acompanhando os processos de participação nacional nos projectos de infraestruturas do seu *Roadmap*. Assim, foi assegurado pelo DREBM a participação em reuniões nacionais e/ou internacionais relativas às infraestruturas europeias em que houve manifestação de interesse nacional em participar (*'CESSDA - Council of European Social Science Data Archives'* e *'CLARIN – Common Language Resources and Technology Infrastructure'*), bem como em reuniões internacionais dos projectos de futuras infraestruturas em que existe envolvimento da FCT, a saber, os projectos *'ESS – European Social Survey'* e *'SHARE – Survey of Health, Ageing and Retirement in Europe'*.

No quadro da Iniciativa Emblemática «União da Inovação» da Estratégia UE 2020, foi proposto o lançamento de Parcerias Europeias de Inovação - PEI para acelerar a investigação, o desenvolvimento e a chegada das inovações ao mercado, enfrentando deste modo os grandes desafios societais. Para analisar a visibilidade e eventual impacto destas novas iniciativas o DREBM acompanhou os trabalhos iniciais, tendo participado na primeira conferência para *stakeholders* organizada pela Comissão sobre a primeira experiência piloto das PEI, na área do envelhecimento activo e saudável.

Âmbito	Eventos	Nº de reuniões
ERAC	Reuniões do Comité ERAC	2
	Organização do <i>'Peer Learning Activities on World Class Excellence'</i> , Lisboa, 2 e 4 de Maio	1
Programação Conjunta	Reuniões GPC	4
	Workshop <i>"Framework Condition Guidelines for Joint Programming Finalization Phase"</i> , Bruxelas, 15 de Setembro	1
	<i>Joint Programming Conference</i> , Bruxelas, 18 e 19 de Outubro	1
Parcerias Europeias de Inovação	<i>Stakeholders Consultation Conference – PEI piloto sobre Envelhecimento Activo e Saudável</i> , Bruxelas, 26 Novembro	1

TABELA Nº.: 13 – PARTICIPAÇÃO DO DREBM EM COMITÉS E OUTROS EVENTOS

Merecem ainda referência particular o acompanhamento pelo DREBM das actividades decorrentes dos trabalhos do GPC, a saber, as novas Iniciativas de Programação Conjunta (IPC) que foram adoptadas em vários domínios (desafios societais), numa 1ª fase (1ª Vaga de IPC) e posteriormente (2ª Vaga de IPC).

Iniciativas de Programação Conjunta		
	IPC	ENVOLVIMENTO DA FCT
1ª Vaga de IPC	JPND - Neurodegenerative Disease Research (Alzheimer)	Membro - a Coordenadora do Conselho Científico das Ciências da Vida e da Saúde da FCT faz parte do <i>Management Board</i> desta IPC
	FACCE - Agriculture, Food Security and Climate Change	Observador
	Cultural Heritage and Global Change: a new challenge for Europe	Observador
	A Healthy Diet for a Healthy Life	-
2ª Vaga de IPC	Antimicrobial Resistance - The microbial challenge	Observador
	Clík'EU - Connecting Climate Knowledge for Europe	-
	Healthy and Productive Seas and Oceans	Membro - participação nas reuniões realizadas e colaboração na preparação do <i>Vision Paper</i>
	More Years, Better Lives - The Potential and Challenges of Demographic Change	-
	Urban Europe	-
	Water challenges for a changing world	Membro - participação nas reuniões realizadas e colaboração na preparação do <i>Vision Paper</i>

TABELA Nº.: 14 – IPC EXISTENTES E O ENVOLVIMENTO DA FCT

A realização do EEI é prosseguida também através de vários mecanismos operacionais do Programa Quadro, a saber as *European Research Area Networks* (ERA-NETs), as Iniciativas Tecnológicas Conjuntas (ITCs), as *International Cooperation Networks* (INCO-NETS). Neste âmbito, o DREBM participou em 24 ERA-NETS, e associou-se ao concurso transnacional da NetBiome (Biodiversidade nas Regiões ultra-periféricas) bem como operacionalizou a participação da comunidade científica nacional nos concursos transnacionais das referidas redes (Anexo II). No que se refere às INCO-NETS, o DREBM colaborou na definição de estratégias de cooperação internacional entre a UE e as regiões alvo (África, América do Sul e Região Mediterrânica). O DREBM participou ainda em 2 ITCs no quadro das quais operacionalizou a participação da comunidade científica nacional nos respectivos concursos transnacionais.

Em todas estas iniciativas o DREBM garantiu a representação de Portugal nos órgãos de administração e decisão, bem como o envolvimento de cientistas portugueses nos conselhos científicos das várias iniciativas.

Tipo de Iniciativa	Envolvimento da FCT	Nº Reuniões
ERA-NET	Membro do conselho directivo e/ou executivo e/ou administração	76
INCO-NET	Membro do conselho directivo e/ou executivo e/ou administração	6
ITCs	Membro do conselho directivo e do Conselho das Autoridades Públicas	12
Artigo 185 (EDCTP)	Membro da Assembleia Geral	1

TABELA Nº.: 15 – PARTICIPAÇÕES DA FCT NAS INICIATIVAS ERA-NET, INCO-NET, ITC E ART. 185 EM 2010

Seguidamente descrevem-se as actividades levadas a cabo pelo DREBM, no âmbito dos mecanismos / iniciativas acima enunciadas.

### ERA-NETS

As redes ERA-NET são instrumentos que visam promover a cooperação entre agências de financiamento de investigação científica e ministérios na Europa, e também entre esta e regiões alvo, com o objectivo de promover a cooperação e internacionalizar as equipas de investigação nacionais.

No âmbito destas redes várias foram as actividades em que o DREBM esteve activamente envolvido e, em muitos casos, coordenou tarefas (*workpackages* – WP) (Ex: Gestão dos concursos transnacionais conjuntos; Comunicação e divulgação; Monitorização/avaliação dos trabalhos da rede; Secretariado do concurso transnacional) e/ou liderou várias tarefas, como se pode constatar na Tabela 4.

A concretização das tarefas atrás descritas envolveu, igualmente, a participação e/ou a organização de várias reuniões e *workshops* quer em Portugal quer nos países parceiros (Tabela 5) e ainda a elaboração de planos estratégicos para as actividades futuras, documentos de suporte para reuniões, redacção de relatórios de actividade, relatórios financeiros e relatórios para a concretização/finalização das tarefas e WP em que a FCT esteve envolvida.

FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

ÁREA	REDE	Responsabilidade da FCT	Caracterização dos trabalhos desempenhados
FÍSICA E MATEMÁTICA	ASPERA 2	Co-liderança de tarefa e participação em outras Tarefas	Concepção de um questionário e análise dos resultados; Acompanhamento do concurso conjunto (documentação, apoio aos investigadores, elegibilidade); Apoio à participação de peritos portugueses no Forum da rede.
	COMPLEXITY-NET	Participação em várias tarefas	Acompanhamento do concurso transnacional conjunto; partilha de informação sobre investigação e programas nacionais na área da rede e envolvimento da industria.
ENERGIA	FENCO	Coordenação de WP e participação em várias tarefas	Liderança do WP de Disseminação e Comunicação. Acompanhamento do concurso transnacional conjunto; partilha de informação sobre investigação e programas nacionais na área da rede.
AMBIENTE	CIRCLE 2	Co-liderança de tarefa e participação nos WPs	Participação na definição da Agenda Estratégica de Investigação da rede. Discussão de temas para actividades conjuntas. Articulação e potencial colaboração com as Iniciativas de Programação Conjunta.
	IWRM	Participação em Tarefas	Acompanhamento do concurso conjunto (documentação, apoio aos investigadores, elegibilidade). Apoio às posições do conselheiro científico da rede.
	Biodiversa2	Coordenação de WP; Liderança de tarefa	Fortalecer e expandir a rede: integração de novos parceiros e melhoramento dos processos; Gestão comum do programa.
	Net Biome	Coordenação de WP	Secretariado do Concurso transnacional
	ARIMNet	Co-coordenação com o Egipto (ARC) de WP. Lider de 2 tarefas.	Implementação de actividades conjuntas
CIÊNCIAS DO MAR	SEAS-ERA	Coordenação de WP; Liderança de Tarefas; Co-liderança de tarefas;	Desenvolvimento do portal electrónico da rede (actividade desenvolvida pela EUROOCEAN; Preparação de versões provisórias da estratégia de disseminação da rede e da "capacity building" na região do Atlântico.
MATERIAIS E NANOTECNOLOGIAS	ERA-COBUILD	Liderança de Tarefa e participação em outros WP	Análise sobre a continuidade das actividades da rede após o fim do contrato da Comissão (redacção de deliverable).
	MNT-ERA.NET II	Participação em tarefas	Acompanhamento do concurso conjunto 2010 (documentação, elegibilidade, avaliação nacional, decisão, negociação); Análise da execução técnica e financeira da rede; Definição de temas para o concurso 2011.
	NanoSciE-+	Participação nos diversos trabalhos	Acompanhamento da rede.

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO	E-Infranet	Participação em tarefas	Acompanhamento dos trabalhos da rede.
AERONÁUTICA	AIR-TN 2	Participação em várias tarefas	Acompanhamento do concurso transnacional conjunto; partilha de informação sobre investigação e programas nacionais na área da rede.
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E BIOTECNOLOGIA	ERA-IB	Coordenação de WP; Liderança de Tarefas	Monitorização/avaliação dos trabalhos da rede; Selecção dos tópicos de investigação para a cooperação transnacional; Acompanhamento do concurso conjunto (documentação, apoio aos investigadores, elegibilidade).
CIÊNCIAS DA SAÚDE	EuroNanoMed	Coordenação de WP	Análise/Avaliação dos concursos transnacionais; Acompanhamento do concurso conjunto (documentação, apoio aos investigadores, elegibilidade).
	PathoGenoMics	Coordenação de WP; Liderança de 2 Tarefas.	Avaliação dos trabalhos da rede; Acompanhamento do concurso conjunto (documentação, apoio aos investigadores, elegibilidade).
	E-Rare 2	Coordenação de WP; Liderança de 1 Tarefa; Liderança de 1 sub-Tarefa.	Coordenação do WP de Monitorização/avaliação dos trabalhos da rede; Selecção dos tópicos de investigação para os concursos de tópico focalizado.
	HIVERA	Coordenação de WP; Liderança de 3 Tarefas.	Coordenação do <i>Workpackage</i> da gestão dos concursos transnacionais conjuntos; Preparação da documentação para os Concursos transnacionais; Mapeamento das actividades de investigação nos países da rede; Participação nos diversos trabalhos da rede.
CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES	NORFACE II	Liderança de Tarefa e participação em várias tarefas	Exploração de oportunidades e desafios na colaboração com Economias Emergentes e em Desenvolvimento; Acompanhamento do concurso transnacional conjunto.
	HERA	Participação em várias tarefas	Acompanhamento do concurso transnacional conjunto.
	URBAN-NET	Participação em várias tarefas	Acompanhamento do concurso transnacional conjunt; partilha de informação sobre investigação e programas nacionais na área da rede.
PAÍSES TERCEIROS	New INDIGO	Coordenação de WP; participação em várias tarefas.	Análise de estudos estratégicos; Mapeamento de actividades; Acompanhamento do concurso transnacional conjunto.
	EULANEST	Coordenação de WP; participação em várias tarefas.	Acompanhamento do concurso transnacional conjunto.
	ERÁfrica	Participação em várias tarefas	Acompanhamento da rede.

QUADRO Nº.: 8 - LISTA DE WP E TAREFAS LIDERADAS OU PARTICIPADAS PELA FCT

FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

TIPO	NOME	OBJECTIVO	Nº participadas pela FCT
Conselho Directivo /Executivo/ Administrativo	Preparação de proposta para nova rede	Discutir e preparar a proposta a ser submetida à Comissão Europeia	1
	Lançamento da rede	Dar início aos trabalhos da rede;discutir e planear os trabalhos a levar a cabo.	6
	Reunião dos Conselhos gestores da rede	Discutir dos trabalhos da rede; Preparar concursos conjuntos; Apresentar e validar os relatórios; Preparar as diversas actividades conjuntas (ex.: <i>PhD awards</i> , selecção tópicos por especialistas científicos)	29
	Conselho das Autoridades Públicas	Discutir e aprovar a documentação e projectos	8
	Reunião Anual	Fazer ponto de situação dos trabalhos	3
	Reunião Final da Rede	Concluir os trabalhos da rede; fazer ponto de situação e balanço.	1
	Reunião dos parceiros responsáveis pelo <i>Workpackage</i>	Fazer o ponto de situação do trabalho inserido no <i>workpackage</i> ;	3
	Reunião dos parceiros líderes dos <i>workpackages</i>	Progresso/ponto de situação; Coordenar o trabalho realizado nos diferentes <i>workpackages</i> .	1
Avaliação	Conselho de Acompanhamento do Concurso /Secretariado Concurso	Gerir concurso/ Decidir quais as propostas a serem financiadas.	8
	Painel de Avaliação	Seleccionar as pré-propostas que devem prosseguir concurso; Discutir/Avaliar as propostas a concurso.	6
	Avaliação intermédia	Avaliar a meio-termo as propostas seleccionadas em determinado concurso; Avaliar progresso dos trabalhos da rede.	1
Workshops	Negócios, Indústria e Governação - Ciência e novas tecnologias para melhoramento de políticas	Compreender como é que as novas tecnologias e abordagem de sistemas podem ser integradas em processos de tomada de decisão.	1
	Biotecnologia Industrial para a Europa: uma abordagem integrada	Para os investigadores se conhecerem, estabelecerem parcerias e formarem consórcios transnacionais.	1
	Pataforma-EEI de ERA-Nets relacionadas com a ERA-IB e KBBE	Partilhar experiências entre redes: sustentabilidade, melhores procedimentos para concursos.	1
	<i>Partnering Workshop</i>	Estabelecer conctatos entre os investigadores (ou investigadores e industria) de modo a promover cooperação transnacional e formação de consórcios	2
Outras	Lançamento de projectos	Início formal dos projectos seleccionados de financiamento; Apresentação dos projectos pelos coordeneadores do concurso	1
	<i>Status seminar</i>	Avaliar o progresso dos trabalhos dos consórcios seleccionados nos concuros transnacionais.	1
	Reunião Informação Concurso	Informar os investigadores sobre as regras/temas do concurso transnacional	1
	Reunião Interessados	Dar a conhecer os trabalhos da rede/concursos transnacionais conjuntos	1
<b>Total</b>			<b>76</b>

QUADRO Nº.: 9 – ACTIVIDADES LEVADAS A CABO NO ÂMBITO DAS ERA-NETS



No âmbito das ERA-NETs, em 2010 a FCT participou em 15 concursos transnacionais, na sequência dos quais foram seleccionadas para financiamento 24 propostas com participação portuguesa, o que corresponde a uma taxa de sucesso de 30% e a um montante estimado de financiamento de 2.168.223 € (Tabela 6), por um período de 3 anos. A elevada participação portuguesa nestes concursos, que ascendeu a 86 propostas, é demonstrativa da atractividade que as ERA-NETs têm para a comunidade científica nacional.

	REDES	Concursos Transnacionais			Nº Propostas submetidas		Nº Propostas Financiadas				Montante Atribuído pela FCT/ 3 anos
		Iniciou em 2010	Finalizou em 2010	FCT não participou	PT	Total	Portugal	Espanha	Alemanha	Total	
<b>TOTAL</b>	<b>26</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>86</b>	<b>290</b>	<b>24</b>	<b>27</b>	<b>35</b>	<b>81</b>	<b>2.168.223,00 €</b>

QUADRO Nº.: 10 – CONCURSOS TRANSNACIONAIS REALIZADOS NO ÂMBITO DAS ERA-NETs EM 2010

As coordenações das ERA-NETs são financiadas pela UE para permitir às várias agências, ministérios e outros, a realização das diferentes actividades conjuntas (Quadro nº.: 8 e Quadro nº.: 9), descritas nos programas de trabalhos. Durante o período de 2010, da verba atribuída à FCT para a gestão das 24 redes activas foram executados 262.546 € em despesas com recursos humanos, consultores científicos, deslocações, material informático, organização de eventos, etc. (Quadro nº.: 11). Este valor corresponde a 62% do valor atribuído à FCT.

Orçamento versus Execução					
	Nº REDES	Recursos Humanos	Deslocações	Outros (auditorias, trabalhos especializados, etc.)	Total
Valor Atribuído	24	106.965,79 €	194.003,08 €	120.261,70 €	421.230,57 €
Valor dispendido	24	89.307,00 €	120.033,00 €	70.330,00 €	262.546,00 €
<b>Taxa de execução</b>		<b>83 %</b>	<b>62 %</b>	<b>58 %</b>	<b>62 %</b>

QUADRO Nº.: 11 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS REDES ERA-NET

O DREBM colaborou ainda na preparação de candidaturas de 10 novas ERA-NET.

### INCO-NETs - INTERNATIONAL COOPERATION NETWORKS

As INCO-NETs são instrumentos do 7º PQ que visam catalisar a cooperação em C&T entre a UE e as várias regiões do mundo.

Em 2010 a FCT participou em três redes INCO-NET, CAAST-Net, EULARINET, e MIRA destinadas a promover a coordenação e cooperação entre a UE e a África sub-sariana, UE e América Latina, UE e região mediterrânica, respectivamente. No âmbito destas redes várias foram as actividades em que o DREBM esteve activamente envolvido e, em duas redes, coordenou *workpackages* (Ex:

Fortalecimento da participação de África no 7º PQ e Actividade de disseminação e sensibilização da cooperação UE-América Latina em C&T e/ou liderou várias tarefas (Quadro nº.: 12).

REDE	Responsabilidades da FCT	Caracterização dos trabalhos desempenhados
CAAST-Net	Coordenação de WP; liderança de 3 tarefas.	Fortalecer a participação de África no FP7: mapeamento e sensibilização regional; Prestar informação e serviços de aconselhamento às Comunidades Económicas Regionais; Sessões africanas em Conferências ou feiras Científicas Europeias.
EULARINET	Coordenação de WP; participação em várias tarefas.	Actividades de disseminação e de sensibilização. Diálogo bi-regional
MIRA	Participação em várias tarefas	Diálogo bi-regional; Identificação de bases para a coordenação de programas nacionais e análise de viabilidade de lançamento de ERA-NETs envolvendo países mediterrânicos.

QUADRO Nº.: 12 – LISTA DE WP E TAREFAS LIDERADAS OU PARTICIPADAS PELA FCT

A concretização das tarefas atrás descritas no âmbito destas redes envolveu, igualmente, a participação e/ou a organização de várias reuniões e *workshops* quer em Portugal quer em Países terceiros (Tabela 9) e ainda a elaboração de planos estratégicos para as actividades futuras, documentos de suporte para reuniões, redacção de relatórios de actividade, relatórios financeiros e relatórios para a concretização/finalização das tarefas e WP em que a FCT esteve envolvida.

TIPO	NOME	OBJECTIVO	Nº participadas pela FCT
Conselho Directivo / Executivo/ Administrativo	Reunião da Assembleia Geral	Discutir os trabalhos da rede; Apresentar e validar os relatórios; Preparar as diversas actividades conjuntas.	2
Workshops	Workshop de coordenadores de projectos de cooperação em Ciência e Tecnologia entre a União Europeia-África	Promover a cooperação científica e tecnologia entre UE e África	1
	Workshop de Peritos em mitigação das alterações climáticas e adaptação	Determinar temas e tópicos para abertura de acções específicas de cooperação internacional (SICA) entre a Europa e a América Latina.	1
OUTRAS	Metodologias para Diálogo Inter-regional	Promover a cooperação entre agências de financiamento e/ou ministérios das regiões alvo e Europa.	1
	Forum de Cooperação Europa-África		1
<b>Total</b>			<b>6</b>

QUADRO Nº.: 13 – ACTIVIDADES LEVADAS A CABO NO ÂMBITO DAS INCO-NETS

Durante o período de 2010, da verba atribuída à FCT para a gestão das 3 redes activas foram executados 26.192 € em despesas com recursos humanos, deslocações de gestores e peritos nacionais (Quadro nº.: 14). Este valor corresponde a apenas 15% do valor atribuído à FCT. Esta taxa

de execução ficou a dever-se em grande parte às dificuldades de concretização de tarefas com os parceiros das regiões alvo, bem como à reestruturação de duas das redes em 2010, que provocaram um adiamento de alguns dos trabalhos previstos.

	Nº REDES	Recursos Humanos	Deslocações	Outros (ex. auditorias, trabalhos especializados)	Total
Valor Atribuído	3	62.374,08 €	50.410,06 €	59.763,09 €	172.547,23 €
Valor dispendido	3	15.118,00 €	11.074,00 €	0,00 €	26.192,00 €
<b>Taxa de execução</b>		<b>24</b>	<b>22</b>	<b>0</b>	<b>15</b>

QUADRO Nº.: 14 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL NAS INCO-NETS

### INICIATIVAS TECNOLÓGICAS CONJUNTAS

As ITCs são parcerias público-privadas a longo prazo (10 anos), criadas no âmbito do do 7º PQ, em que os Estados-membros e a UE co-financiam e apoiam a estratégia desenvolvida pela indústria. Estas iniciativas foram implementadas através de entidades legais denominadas Empresas Comuns (Joint Undertaking - JU) e resultaram essencialmente do trabalho desenvolvido pelas plataformas tecnológicas europeias (PTE).

Em 2010 a FCT foi parceira em 2 ITCs na área dos Materiais e Nanotecnologias, ENIAC JU e ARTEMIS JU, dedicadas à Nanoelectrónica e Sistemas Embebidos. Várias foram as actividades levadas a cabo pela FCT no âmbito destas iniciativas entre as quais se destacam: i) Elaboração e aprovação do programa anual dos trabalhos, do plano Estratégico Multi-anual e do plano de Implementação anual; ii) Acompanhamento do concurso conjunto (documentação, apoio aos investigadores, elegibilidade, avaliação, decisão e negociação). A FCT participou ainda em órgãos de decisão no âmbito desta rede, nomeadamente, no conselho das autoridades públicas e conselho administrativo (Quadro nº.:15).

TIPO	NOME	OBJECTIVO	Participadas pela FCT
Conselho	Reuniões dos Conselhos gestores da rede	Discutir dos trabalhos da rede; Preparar concursos conjuntos; Apresentar e validar os relatórios; Preparar as diversas actividades conjuntas	3
	Conselho das Autoridades Públicas	Discutir e aprovar a documentação e projectos	8
Workshops	Procedimentos no âmbito dos acordos Administrativos	Discussão de procedimentos administrativos e preparação de documentação	1
<b>Total</b>			<b>12</b>

QUADRO Nº.: 15 - ACTIVIDADES LEVADAS A CABO NO ÂMBITO DAS ITCS

## FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

A FCT participou no único concurso transnacional da JU ENIAC do qual foram seleccionadas 2 propostas com participação portuguesa, o que corresponde a um financiamento total estimado de 478.790 € por um período de 3 anos.

A FCT participou também no único concurso transnacional da JU ARTEMIS. O processo de selecção dos projectos ainda não está finalizado.

### REPRESENTAÇÃO EM INSTÂNCIAS NACIONAIS DE COORDENAÇÃO DOS ASSUNTOS EUROPEUS

---

O DREBM garantiu a representação do MCTES em reuniões nacionais inter-ministeriais, coordenadas pela DGAE-MNE, com vista ao acompanhamento de assuntos em debate no quadro comunitário em que há necessidade de uma tomada de decisão concertada a nível nacional.

Neste âmbito, o DREBM contribuiu para a preparação dos Conselhos Europeus, nas temáticas da sua competência, destacando-se a preparação do Conselho Europeu de 04 de Fevereiro de 2011, dedicado à Inovação, para a qual foi mantida estreita relação com a DGAE e REPER.

---

### 2.4.2. RELAÇÕES BILATERAIS

---

#### ACORDOS E CONVÉNIOS

---

Em 2010, o DREBM continuou a apoiar activamente a participação da comunidade científica portuguesa em projectos ou realizações conjuntas com instituições de outros países resultantes de Acordos de Cooperação Bilateral nas áreas da C&T (Anexo II) ou, ainda, decorrentes de Acordos Culturais estabelecidos com diversos países, tendo assegurado a participação nas respectivas Comissões Mistas.

Pretendeu-se, assim, fomentar e apoiar o intercâmbio regular de investigadores ao abrigo daqueles mecanismos.

Foram abertos 11 concursos para financiamento de novos projectos conjuntos anuais e bienais cujo início ocorrerá em 2011 e realizadas as respectivas reuniões de Comissão Mista com vista à sua selecção, conforme demonstrado na Tabela nº.: 16:

ACORDOS	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Candidaturas	Data Comissão Mista
Programa PESSOA	1		17								70	Nov 2010
DAAD (Alemanha)		15		6							18	Nov 2010
Convénio CAPES					1		30				139	Jan 2011
Convénio CNPq							10	15			62	Mar 2011
República Checa								15	15		9	Mar 2011
CNRS				1			15				27	Mar 2011
Polónia			17				2				14	Jan 2011
CNR (Itália)						1	30				27	Jan 2011
Sérvia								20	30		26	Mai 2011
Eslovaquia					9		10				22	Fev 2011
Espanha: acções mobilidade em e-science					1-29						14	Out 2010
Total											428	

TABELA Nº.: 16 – CALENDÁRIO DE ABERTURA DOS ACORDOS CIENTÍFICOS BILATERAIS EM 2010 E RESPECTIVAS COMISSÕES MISTAS

Na sequência da abertura dos concursos acima referidos, procedeu-se à avaliação das 428 candidaturas recebidas. O processo de avaliação foi efectuado em estreita colaboração com os Conselhos Científicos da FCT, que apoiaram o DREBM na selecção dos diferentes peritos especializados nos respectivos domínios a quem foram afectadas as candidaturas para parecer.

Nas Comissões Mistas dos Acordos Científicos procedeu-se à comparação dos pareceres elaborados pelos avaliadores portugueses e estrangeiros e à harmonização dos resultados das avaliações de cada uma das Partes. As candidaturas foram seleccionadas para financiamento tendo ainda em conta a complementaridade das acções propostas, bem como os valores solicitados, no quadro do orçamento anual previamente definido por cada Parte para o Programa.

Em 2010 foram seleccionados para financiamento 203 projectos, distribuídos de acordo com a Figura nº.:32:

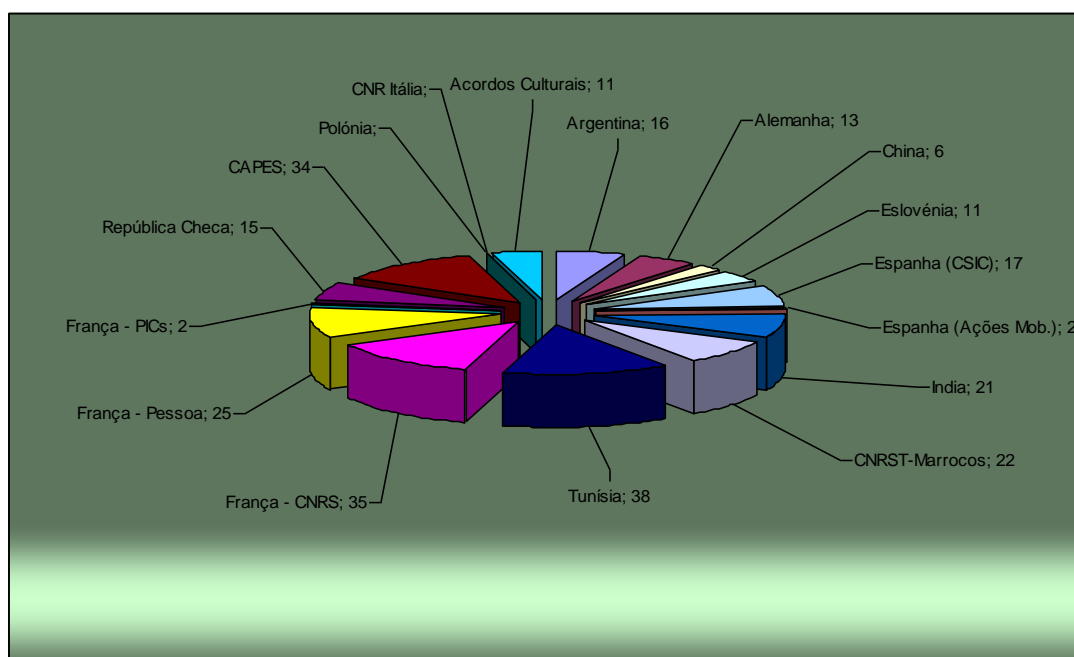


FIGURA Nº.: 32 - Nº PROJECTOS FINANCIADOS AO ABRIGO DOS ACORDOS CIENTÍFICOS POR PAÍS, EM 2010<sup>7</sup>

Ao abrigo dos Acordos Científicos, foi ainda dada continuidade financeira aos 111 projectos bienais aprovados na sequência das respectivas Comissões Mistas realizadas em 2008 com o DAAD da Alemanha, o CSIC da Espanha, o Programa Hubert Curien PHC - PESSOA e o CNRS de França, o CNR de Itália, o OMFB da Hungria, a Polónia e o MINCyT da Argentina.

Em síntese, em 2010 foram financiados 314 projectos conjuntos, novos e renovações, no quadro dos Acordos Científicos em vigor, totalizando um montante de 845.700 €.

O DREBM esteve igualmente envolvido na elaboração de relatórios de balanço, no período compreendido entre 2005-2010, sobre a participação nacional ao abrigo dos seguintes Acordos de cooperação: Tunísia, Marrocos, CAPES e CNPq do Brasil, China, Índia e Hungria.

Durante 2010 foram implementados dois novos acordos, a saber, com a Sérvia e a Eslováquia; teve ainda lugar um incremento da cooperação bilateral com Espanha ao ser acordado a abertura do leque dos domínios a apoiar, neste caso, *e-science*.

O DREBM esteve também activo na preparação e negociação dos textos de novos Acordos, Protocolos de Cooperação Científica e Tecnológica e Memorandos de Entendimento (MoU), nomeadamente com África do Sul, Chipre, Israel, Grécia, França e Espanha. Com este último país foi realizada, a 12 de Abril de 2010, em Madrid, a Primeira Reunião da Comissão Científica de Acompanhamento do MoU para a participação conjunta em Investigação Polar entre Portugal e Espanha, com vista a definir as modalidades de cooperação neste domínio.

<sup>7</sup> As candidaturas da Polónia e do CNR Itália serão apenas avaliadas em 2011.

Na sequência da assinatura de uma Declaração Conjunta para o reforço da cooperação nos domínios da Investigação Científica e da Tecnologia na Reunião de Alto Nível Portugal-França realizada em Maio de 2010 em Paris, que previa a sua concretização através de acções conjuntas, nomeadamente, através da abertura recíproca de concursos nacionais pela FCT e pela ANR (Agence Nationale de la Recherche) em domínios científicos de interesse comum, o DREBM esteve também envolvido na preparação dos procedimentos para assinatura de um MoU entre a FCT e a ANR, que inclui os termos e as condições de abertura do referido concurso.

No que diz respeito aos Acordos Culturais, apesar de não terem sido abertos concursos no ano em apreço, financiaram-se 11 missões nos seguintes países: México (2), Grécia (3), Bulgária (2) e Eslováquia (4). O montante atribuído a estas missões ascende a 8.400 €.

#### OUTRAS ACTIVIDADES DE COOPERAÇÃO BILATERAL

---

Na componente Bilateral, o DREBM garantiu também a representação do MCTES nas reuniões de coordenação Ministeriais organizadas pelo MNE para a preparação de várias Cimeiras/Reuniões de Alto Nível realizadas em Portugal ou no país parceiro<sup>8</sup>. Para o efeito foram preparados pontos de situação e elaboradas pastas para apoio aos representantes do Governo que nelas participaram, e assegurada a preparação das visitas do Senhor MCTES a vários países.

Este trabalho implicou também o activo envolvimento do DREBM em processos de consulta às Unidades de Investigação portuguesas, Laboratórios de Estado e Laboratórios Associados sobre a cooperação conjunta existente ou com interesse futuro com os seguintes países: Tunísia, Chile, Angola e Argélia.

Importa ainda aqui destacar que, em 2010, Portugal procurou reforçar a sua cooperação com os Estados Unidos da América, nomeadamente através do fortalecimento dos trabalhos da Comissão Bilateral Permanente (CBP) no quadro do Acordo de Cooperação e Defesa em vigor entre os dois países.

O DREBM, como representante do MCTES, manteve o acompanhamento e o apoio àquela Comissão designadamente preparando a sua intervenção ao nível da sub-Comissão Científica.

No intuito de dar a conhecer às autoridades norte-americanas a colaboração existente entre os dois países no âmbito da C&T, e procurando apoiar a sua participação nas duas reuniões da CBP realizadas, respectivamente, em Janeiro, em Washington e em Maio em Lisboa (ambas importantes para a preparação da Cimeira da NATO e da visita oficial do Presidente Obama ao nosso país em Novembro de 2010) o DREBM organizou uma ampla consulta junto da comunidade científica no seu todo, bem como recolheu informação actualizada sobre as parcerias internacionais com as seguintes instituições: MIT, Universidade de AUSTIN, Carnegie Mellon University e Harvard Medical School.

A Tabela nº.: 17 resume as actividades desenvolvidas no âmbito da preparação de Cimeiras e Visitas Oficiais no decorrer de 2010, bem como ilustra os resultados alcançados no quadro dessas actividades de cooperação bilateral.

---

<sup>8</sup> Estas Cimeiras são anuais ou bianuais e realizam-se alternadamente em cada um dos países.

FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

Preparação de Cimeiras e Visitas Oficiais			
DATA/LOCAL	DESIGNAÇÃO	ENVOLVIMENTO DREBM	RESULTADOS
5 de Março, Lisboa	Visita do Presidente da República de Moçambique a Portugal	<u>Nº Reuniões preparatórias:</u> 1 <u>Actividades:</u> Preparação de ponto de situação da cooperação bilateral existente	Assinatura do Protocolo de Cooperação em Ciência e Tecnologia e posterior nomeação da Comissão Mista
18 a 20 Março, Luanda	Visita do MCTES a Angola	<u>Nº Reuniões preparatórias:</u> 1 <u>Actividades:</u> Levantamento das Unidades de Investigação, Laboratórios de Estado e Laboratórios Associados sobre a cooperação conjunta existente ou de futuro interesse	Assinatura do Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República de Angola, nas áreas do Ensino Superior e da Formação de Quadros, que inclui a mobilidade de investigadores e promoção e projectos conjuntos de investigação
22 e 23 Março, Tunis	Cimeira Luso-Tunisina	<u>Nº Reuniões preparatórias:</u> 3 <u>Actividades:</u> Preparação de ponto de situação da cooperação bilateral existente	Assinatura do Protocolo de Cooperação Científica Portugal/Tunísia
7 de Maio, Paris	Reunião de Alto Nível França – Portugal	<u>Nº Reuniões preparatórias:</u> 1 <u>Actividades:</u> Preparação de ponto de situação da cooperação bilateral existente	Assinatura durante a Reunião de Alto Nível de 2 Declarações conjuntas (Cooperação nos domínios das Ciências da Vida e da Saúde e Reforço da cooperação nos domínios da investigação C&T);  Assinatura em Julho de três acordos entre o INSERM e o Instituto de Medicina Nuclear (IMM), o Instituto Gulbenkian de Ciência (IGC) e o I3S, consórcio que agrupa o Instituto de Biologia Molecular e Celular (IBMC), o Instituto de Engenharia Biomédica (INEB) e o Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto (IPATIMUP).
19 de Maio, Lisboa	X Cimeira Luso-Brasileira	<u>Nº Reuniões preparatórias:</u> 2 <u>Actividades:</u> Preparação de ponto de situação da cooperação bilateral existente. Indicação e posterior divulgação dos Pontos de Contacto para as Comissões Científicas de Acompanhamento dos MoU já assinados	Assinatura de MoU para lançamento de Programa conjunto de Formação Avançada e Investigação no domínio dos Hidrocarbonetos.
2 de Junho, Marraquexe	XI Cimeira Luso-Marroquina	<u>Nº Reuniões preparatórias:</u> 4 <u>Actividades:</u> Preparação de ponto de situação da cooperação bilateral existente	Assinatura de Declaração Conjunta para reforço da cooperação em Investigação, Tecnologia e Ensino superior. Destaque para a investigação conjunta no âmbito do património e cooperação com INL.
8 de Junho, Lisboa	I Cimeira Luso-Cabo Verdiana	<u>Nº Reuniões preparatórias:</u> 1 <u>Actividades:</u> Preparação de ponto de situação da cooperação bilateral existente	(C&T não constou da Agenda)



Preparação de Cimeiras e Visitas Oficiais			
DATA/LOCAL	DESIGNAÇÃO	ENVOLVIMENTO DREBM	RESULTADOS
9 de Junho, Oeiras	III Cimeira Luso-Argelina	<u>Nº Reuniões preparatórias:</u> 2 <u>Actividades:</u> Levantamento às unidades de investigação, laboratórios de Estado e associados sobre a cooperação conjunta existente ou com interesse futuro	A Declaração Comum assinada entre os Chefes de Estado contempla o reforço das relações de cooperação nos domínios da ciência, da tecnologia e do ensino superior conferindo uma nova dinâmica à cooperação bilateral entre os dois países através da implementação de acções comuns, nomeadamente no domínio das TIC.
(a visita não se realizou)	Visita da Presidente da Argentina a PT	<u>Nº Reuniões preparatórias:</u> 1 <u>Actividades:</u> Levantamento da cooperação bilateral existente	
14 de Dezembro, Lisboa	Visita de Delegação Coreana	<u>Nº Reuniões preparatórias:</u> 1 <u>Actividades:</u> Preparação de ponto de situação da cooperação bilateral existente	Preparação de proposta de MoU entre FCT e Korea Science and Engineering Foundation
(a Cimeira foi adiada para 2011)	Cimeira Luso Espanhola	<u>Nº Reuniões preparatórias:</u> 1 <u>Actividades:</u> Preparação de ponto de situação da cooperação bilateral existente	-
23 e 24 de Setembro, Lisboa	Visita de delegação sérvia	<u>Nº Reuniões preparatórias:</u> 0 <u>Actividades:</u> Elaboração de ponto de situação da cooperação bilateral existente, e preparação da primeira Comissão Mista com vista à abertura de concursos.	Abertura do primeiro concurso para projectos bilaterais conjuntos, na sequência da assinatura do Programa de Trabalhos 2010 / 2012

TABELA Nº.: 17 - ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NA PREPARAÇÃO DE CIMEIRAS E VISITAS OFICIAIS

### CAMPANHAS DE NAVIOS ESTRANGEIROS EM ÁREAS MARÍTIMAS SOB SOBERANIA E JURISDIÇÃO NACIONAL

Em 2010 prosseguiu o acompanhamento pelo DREBM, em articulação com o MNE, dos pedidos de autorização para a realização de 42 campanhas oceanográficas em áreas marítimas sob soberania e jurisdição nacional (apenas uma campanha foi cancelada em 2010). Foram recolhidos os pareceres respectivos junto de peritos da comunidade científica da área, contando o DREBM para o efeito com o apoio da Comissão Oceanográfica Intersectorial do MCTES (COI-MCTES).

Foram recebidos 13 relatórios de campanhas oceanográficas, sendo 2 referentes a campanhas realizadas no ano de 2010, 8 no ano de 2009, e 1 nos anos de 2008, 2006 e 2004.

#### 2.4.3. RELAÇÕES MULTILATERAIS

##### LEVANTAMENTO DA PARTICIPAÇÃO NACIONAL NAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Em 2010 procedeu-se a um levantamento exaustivo sobre a participação nacional em todas as Organizações Internacionais.

No que respeita às 73 Organizações / Associações / experiências científicas Internacionais para as quais a FCT contribui anualmente com fundos, foi efectuado um levantamento sobre a data de adesão, as razões da adesão, os objectivos das Organizações, o acompanhamento da participação

## FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

nacional e comunidades científicas beneficiárias. Para as organizações que não são directamente acompanhadas pela FCT foi solicitado aos representantes nacionais informação que permita à FCT identificar a pertinência da razão da nossa participação.

Este estudo está na sua fase final e irá permitir identificar as Organizações/Associações Científicas onde Portugal deverá continuar a investir e aquelas em que, por razões de restrição orçamental, deveremos equacionar o nosso pedido de renúncia.

### COST – COOPERAÇÃO EUROPEIA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

---

A COST é o mais antigo e mais amplo quadro europeu para a coordenação de actividades de investigação financiadas a nível nacional, dela fazendo parte 36 países membros e um cooperante (Israel).

Prosseguiu em 2010 a promoção e acompanhamento da participação nacional na COST, incluindo o desenvolvimento do processo de adesão a 54 novas Acções COST e a nomeação de delegados nacionais aos respectivos Comités de Gestão e Grupos de Trabalho. O DREBM assegurou a participação nacional nas reuniões do Comité de Altos Funcionários (CSO), órgão decisor da COST, e na 5ª Conferência Ministerial, que teve lugar a 15 de Junho em Palma de Maiorca, integrando a delegação nacional.

### UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

---

A UNESCO tem por missão contribuir para a construção da paz, a erradicação da pobreza, o desenvolvimento sustentável e o diálogo intercultural através da educação, ciências, cultura, comunicação e informação. Muitos países membros estabeleceram Comissões Nacionais para a UNESCO, caso de Portugal.

O DREBM participou nas reuniões do Conselho Consultivo da Comissão Nacional da UNESCO, em representação do MCTES.

### GBIF – GLOBAL BIODIVERSITY INFORMATION FACILITY

---

A GBIF, estabelecida em Março de 2001, é uma entidade internacional aberta que tem por objectivo melhorar esforços científicos e técnicos para o desenvolvimento e manutenção de uma facilidade de informação global para a partilha de dados digitalizados sobre biodiversidade. É objecto de Memorandos de Entendimento, válidos por um certo período de tempo.

No âmbito da participação nacional na GBIF foi promovida a divulgação das respectivas actividades. Foi ainda promovida a apreciação pelo Conselho Científico das Ciências Naturais e do Ambiente da proposta de texto do novo Memorando de Entendimento da GBIF, a vigorar de 2012 a 2016, bem como os quatro cenários para o respectivo Plano Orçamental e Plano Estratégico.

### ESF – FUNDAÇÃO EUROPEIA PARA A CIÊNCIA

---

A ESF, criada em 1974, é uma organização internacional, que apoia a investigação científica na Europa, constituída actualmente por 78 Organizações Membro, provenientes de 30 países, e da qual a Fundação para a Ciência e Tecnologia é membro, tal como a Academia das Ciências de Lisboa.

É uma organização não governamental, apesar de os seus membros serem sobretudo agências de financiamento público, que tem como principal objectivo promover, a nível europeu, a excelência na Ciência. Mantém relações estreitas com outras instituições internacionais com interesses na área da investigação científica, incluindo a Comissão Europeia. Actua nos domínios da investigação médica,

ciências da vida e do ambiente, física e ciências da engenharia, humanidades e ciências sociais, para os quais foram oportunamente estabelecidos cinco Comitês Permanentes:

- Life Sciences Standing Committee (LESC);
- Physical and Engineering Standing Committee (PESC);
- Social Sciences Standing Committee (SCSS);
- Humanities Standing Committee (SCH);
- European Medical Research Councils (EMRC).

A par destes Comitês, estão igualmente estabelecidos Comitês de Especialidade - Nuclear Physics European Collaboration Committee (NuPPEC), European Marine Board (EMB), European Polar Board (EPB) e Materials Committee (MatSEEC), que se dedicam à implementação de estratégias de política científica em áreas específicas. O DREBM nomeou, acompanhou e apoiou a participação dos representantes nacionais nas actividades dos referidos Comitês.

O DREBM garantiu, em 2010, apoio financeiro aos delegados nacionais aos vários Comitês da ESF e à participação da comunidade científica nacional nas actividades da ESF, nomeadamente nos *Research Networking Programmes* (RNP's), nos projectos nacionais decorrentes do *European Collaborative Research Scheme* (EUROCORES) e no financiamento do Prémio EURIY.

O compromisso financeiro da FCT para a ESF em 2010 ascendeu a 809.470 €, como se descreve na tabela 18:

FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

COMITÉ	ÁREA	FINANCIAMENTO (€)		ENVOLVIMENTO DA FCT	OBJECTIVO
		RNP's	EUROCORES		
Comités Permanentes					
Life Sciences Standing Committee (LESC);	Ciências da Vida	36.000,00	113.455,00	Nomeação, apoio e acompanhamento dos representantes nacionais. Operacionalização e acompanhamento das acções	Identificação das prioridades científicas, estratégias e das agendas de investigação. Envolvimento dos investigadores nacionais nos programas de investigação internacionais.
Physical and Engineering Standing Committee	Física e Engenharia	78.000,00	101.436,00		
Social Sciences Standing Committee (SCSS);	Ciências Sociais	14.500,00	96.200,00		
Humanities Standing Committee (SCH)	Humanidades	41.000,00	49.135,00		
European Medical Research Councils (EMRC)	Ciências da Saúde	16.000,00	0,00		
Comités de Especialidade					
Nuclear Physics European Collaboration Committee (NuPPEC)	Física Nuclear		5.629,00	Nomeação, apoio e acompanhamento dos representantes nacionais. Operacionalização e acompanhamento das acções	Identificação das prioridades científicas, estratégias e das agendas de investigação. Envolvimento dos investigadores nacionais nos programas de investigação internacionais.
European Marine Board (EMB),	Ciência do Mar		4.000,00		
European Polar Board (EPB)	Ciência Polar		6.936,00		
Materials Committee (MatSEEC)	Materiais		5.000,00		
Prémio EURYI	Todas		140.000,00	Financia os premiados no desenvolvimento da sua carreira científica	Premiar investigadores jovens, em fase de assumpção de liderança científica
QUOTA FCT (Academia das Ciências de Lisboa)			102.179,01	Contribuição para as actividades de investigação desenvolvidas pela ESF	Promover e proporcionar a excelência da Ciência na Europa
<b>TOTAL</b>			<b>809.470,01</b>		

TABELA Nº.: 18 - RESUMO DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS E FINANCIAMENTO ATRIBUÍDO PELA FCT PARA A ESF

## OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

---

Uma das preocupações da agenda da OCDE é informar e participar no debate político sobre a contribuição da ciência, tecnologia e inovação para o avanço do conhecimento, crescimento económico sustentável, bem-estar social e criação de emprego. Para o efeito, estabeleceu um Comité de Política Científica e Tecnológica, onde a FCT assegura a representação nacional.

Em 2010 prosseguiu o apoio à participação nacional nas actividades desenvolvidas pelo referido Comité e Grupos subsidiários, nomeadamente o Fórum Global da Ciência, Grupo sobre os Centros de Recursos Biológicos e Grupo de Trabalho sobre Nanotecnologias. Continuou a ser assumido pelo DREBM o pagamento da contribuição nacional para o Fórum Global da Ciência e para a Agência de Energia Nuclear e respectivo Banco de Dados.

### INICIATIVA PLANT KBBE

---

A Plant KBBE assenta num acordo entre entidades financiadoras de vários países como a Alemanha, França, Espanha e Canadá no sentido de organizar concursos conjuntos na área da Genómica de Plantas. Este programa visa fomentar actividade de I&D no domínio da genómica, biotecnologia e melhoria de plantas e estimular a formação de consórcios transnacionais, entre centros de investigação públicos e entidades privadas.

Neste âmbito várias actividades foram levadas a cabo no sentido de lançar um concurso transnacional em 2010.

A FCT acompanhou as actividades que deram origem ao concurso sob o tema *Scientific and Technological Cooperation in Plant Genome Research as basis of the 'Knowledge - Based Bio-Economy'*, forneceu o apoio aos investigadores a nível nacional (documentação, elegibilidade e acompanhamento dos projectos seleccionados), e financiou a participação de 2 avaliadores portugueses, que fizeram parte do painel de avaliação da Plant-KBBE.

Neste concurso foram seleccionados 2 projectos com participação portuguesa, num valor total de 249.342 €.

### UNIÃO LATINA

---

A União Latina é uma organização internacional, fundada em 1954 pela Convenção de Madrid, e tem por objectivo destacar e difundir a herança cultural comum que está na base da identidade do mundo latino.

Entre as actividades desenvolvidas pela União Latina, e no âmbito de um Protocolo estabelecido com a FCT, destaca-se a atribuição do Prémio de Tradução Científica e Técnica em Língua Portuguesa, objecto de concurso anual, a cujo Júri a FCT preside, e que teve a sua XVIII edição em 2010.

Foram apresentadas 22 candidaturas, das quais foram aceites para avaliação 16. Após as avaliações efectuadas por especialistas nas respectivas áreas científicas, o Júri deliberou atribuir 1 Prémio (pecuniário) e 3 Menções Honrosas. Os prémios foram entregues em sessão integrada no Encontro Internacional sobre “Língua Portuguesa e Culturas Lusófonas num Universo Globalizado” patrocinado pela FCT, que se realizou na Fundação Gulbenkian em Outubro.

A FCT, através do DREBM, participou também na organização da Comemoração do Dia da Latinidade, que em 2010 distinguiu uma personalidade da área da ciência.

CYTED - CIENCIA Y TECNOLOGIA PARA EL DESARROLLO

---

Em 2010 teve lugar o habitual concurso anual do CYTED para novas redes e acções de coordenação nas seguintes áreas:

- Agro-alimentar
- Saúde
- Promoção do Desenvolvimento Industrial
- Desenvolvimento Sustentável, Mudanças Globais e Ecossistemas
- Tecnologias da Informação
- Ciência e Sociedade
- Energia

No âmbito do referido concurso, foi prestado apoio à comunidade científica interessada.

A procura do Programa por entidades portuguesas continuou a revelar-se significativa.

Do processo de selecção de projectos, e tendo em conta o orçamento disponível, resultou a participação de investigadores portugueses em mais 12 novos projectos.

Considerando os referidos novos projectos conjuntamente com os que já estavam a decorrer com participação portuguesa, verifica-se a ocorrência da mesma num total de 60 redes ou acções de coordenação.

De salientar que tal participação permitiu cooperação com investigadores de 18 países do espaço ibero-americano.

O maior envolvimento português verifica-se nas áreas da Saúde e da Promoção do Desenvolvimento Industrial.

Por outro lado, Espanha, Brasil, Argentina, México e Chile são os países para os quais se observa maior número de parcerias envolvendo investigadores portugueses.

OUTRAS ORGANIZAÇÕES CIENTÍFICAS DE TIPO FEDERATIVO

---

Prosseguiu em 2010 o acompanhamento pelo DREBM das actividades desenvolvidas por este tipo de organizações de que Portugal é membro e o pagamento das respectivas quotas. Continuou a ser prestado apoio financeiro às actividades de alguns Comités Nacionais, como o IGBP (*International Geosphere-Biosphere Programme*) e apoio logístico às reuniões da Comissão Nacional de Matemática/IMU (*International Mathematical Union*).

CERN – ORGANIZAÇÃO EUROPEIA PARA A INVESTIGAÇÃO NUCLEAR

---

Em 2010 deu-se continuidade aos trabalhos de coordenação da participação portuguesa no CERN, assegurando-se a participação nos diferentes órgãos de gestão da Organização.

Procedeu-se ao pagamento dos compromissos nacionais para com o CERN tanto no que respeita à contribuição nacional como à participação nas experiências do LHC e procedeu-se, ainda, ao pagamento das contribuições devidas ao LIP no âmbito das suas actividades relacionadas com o CERN e com o Observatório Pierre Auger.

Prosseguiu no ano de 2010 o levantamento e tratamento da participação portuguesa no CERN relativamente ao número e volume de contratos atribuídos às empresas portuguesas, número de

utilizadores, número de bolseiros/estudantes presentes no CERN, número de *staff* nacional, número de bolsas atribuídas pela ADI, para o período 2000/2010. A análise desta evolução demonstra uma efectiva e positiva participação nacional.

CERN	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009*
Empresas c/ contratos até 31/12/08						26	23	19	17	7
Contratos de bens						165	219	125	87	11
Montante dos contratos em bens até 31/12/2008*	2.094.965	3.429.290	2.423.355	1.208.793	1.990.410	2.842.447	3.730.988	2.610.855	1.612.650	755200
Montante dos contratos em serviços até 31/12/2008*	1.055.168	4.015.353	2.630.989	2.720.728	2.207.846	5.456.635	6.026.943	3.924.646	1.080.950	800
Nº Bolsas atribuídas AdI	4	0	18	26	15	12	9	8	10	12
Utilizadores	67	68	72	66	63	71	83	82	90	112
fellows/estudantes	19	11	31	59	55	56	40	41	44	42
Staff	23	24	27	32	34	37	42	39	37	34
Retorno industrial em comparação c/ todos Est. M.									2º e 9º	4º e 8º

TABELA Nº.: 19 - PARTICIPAÇÃO DE PORTUGAL NO CERN - PRINCIPAIS INDICADORES

\* As estatísticas para o ano n só estão disponíveis a partir de Abril do ano n+1.



O DREBM foi também responsável pela preparação e participação em quatro reuniões do Comité Financeiro e elaboração dos respectivos relatórios.

### EMBC - CONFERÊNCIA EUROPEIA DE BIOLOGIA MOLECULAR

Em 2010, continuaram os trabalhos de coordenação da participação portuguesa na EMBC, assegurando-se a representação nacional nos diferentes órgãos de gestão, tendo Portugal sido reeleito para a Vice-Presidência da Conferência.

Procedeu-se ao pagamento dos compromissos anuais para com a Organização e para com os Programas da EMBC, o “*EMBO Installation Grants*” (SDIG) e Young Instalattion Grants (YIP), tendo sido financiados um total de oito candidatos.

No 4º concurso do SDIG foi seleccionado um investigador nacional. Neste momento a FCT financia 8 investigadores, dos quais 2 em parceria com a Fundação Gulbenkian.

Foi actualizado o levantamento sobre o retorno em nº de bolsas (longa duração/curta duração/YIAP/SDIG) atribuídas pela EMBC a investigadores portugueses, no período 2000/2010, que revela um progressivo reforço da participação nacional.

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 <sup>9</sup>
EMBC										
Nº Bolsas atribuídas longa duração + sdig+Yiap	3	7	4	8	4	4	10	14	8	14
Bolsas curta duração	6	1	4	7	1	6	4	5	9	6
Staff							0	1	2	1

TABELA Nº.: 20 – PARTICIPAÇÃO DE PORTUGAL NA EMBC- PRINCIPAIS INDICADORES

O DREBM foi também responsável pela preparação e participação nas duas reuniões da Conferência com a elaboração dos respectivos relatórios.

### EMBL - LABORATÓRIO EUROPEU DE BIOLOGIA MOLECULAR

Em 2010, continuaram os trabalhos de coordenação da participação portuguesa no EMBL, assegurando-se a representação nacional nos diferentes órgãos de gestão, tendo sido integralmente satisfeito o compromisso anual para com a Organização.

Foi actualizado o levantamento da participação portuguesa no EMBL de 2000 a 2010 relativamente ao nº de utilizadores, nº de bolsas (PhD e PósDoc) atribuídas a estudantes portugueses, número de staff nacional. O tratamento desta informação parece indicar alguma estagnação na utilização nacional desta infra-estrutura científica.

<sup>9</sup> As estatísticas para o ano n só estão disponíveis a partir de Abril do ano n+1.

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 <sup>10</sup>
EMBL										
Bolsas atribuídas	9	9	9	13	12	17	15	14	12	10
Investigadores visitantes	9	11	16	17	16	18	8	8	6	8
Staff			1	1	1	4	5	5	7	8

TABELA Nº.: 21 - PARTICIPAÇÃO DE PORTUGAL NO EMBL - PRINCIPAIS INDICADORES

O DREBM foi também responsável pela preparação e participação em duas reuniões do Comité Financeiro e do Conselho e elaboração dos respectivos relatórios.

### ESO – OBSERVATÓRIO EUROPEU DO SUL

No que se refere ao ESO, foi dada continuidade aos trabalhos de coordenação da participação portuguesa nesta organização, tendo sido assegurada a participação nacional nos seus diferentes órgãos de gestão. À semelhança do CERN, foi integralmente satisfeito o compromisso com o ESO referente à contribuição de 2010.

No âmbito das actividades nacionais na área da astronomia continuou a ser assegurado o financiamento do Comité Director da Revista *Astronomy & Astrophysics*.

Foi actualizado o levantamento da participação portuguesa no ESO de 2000 a 2010 relativamente ao nº e volume de contratos atribuídos às empresas portuguesas, nº de utilizadores/observadores, número de *staff* nacional, número de bolsas atribuídas pela Agência da Inovação (ADI).

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 <sup>10</sup>
ESO										
Empresas c/ contratos		1			3	1	5	3	2	4
Montante dos contratos (€)		103.200			210.440	737	18.454	19.017	112.061	1.987.064
Bolsas atribuídas					2	1	0	0	1	0
Fellows / estudantes	2				1	2	3	3	7	9
Propostas observação				20	17	15	17	19	8	
Staff				1	1	1	3	3	3	4

TABELA Nº.: 22 - PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA NO ESO – PRINCIPAIS INDICADORES

<sup>10</sup> As estatísticas para o ano n só estão disponíveis a partir de Abril do ano n+1.

## ESRF – INFRAESTRUTURA EUROPEIA DE RADIAÇÃO DE SINCOTRÃO

Em 2010 deu-se continuidade aos trabalhos de coordenação da participação portuguesa no ESRF, tendo sido assegurada a participação nacional nos diferentes órgãos de gestão da Organização.

Foram cumpridos os correspondentes compromissos financeiros decorrentes da nossa associação.

Foi discutida e aprovada a renegociação do Acordo de Portugal como Estado Associado à Parceria de Biologia Estrutural (PSB), que irá vigorar para o período 2011/2015.

O DREBM foi também responsável pela preparação e participação numa reunião do Comité Administrativo e Financeiro e elaboração do respectivo relatório.

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 <sup>11</sup>
ESRF										
Empresas c/ contratos				1						
Montante dos contratos				22.000						
Bolsas atribuídas				2	2	1	1			
Utilizadores						40	39	32	32	56
% tempo de feixe										
Staff					1	2	3	3	3	3

TABELA Nº.: 23 - PARTICIPAÇÃO DE PORTUGAL NO ESRF - PRINCIPAIS INDICADORES

## CGIAR - CONSULTATIVE GROUP ON INTERNATIONAL AGRICULTURAL RESEARCH

Em 2010 procedeu-se ao pagamento do compromisso anual para com o Grupo e acordou-se a distribuição dos apoios nacionais pelos diferentes centros de investigação de CGIAR.

A representação nacional no CGIAR é assegurada por um delegado externo que nos reporta periodicamente tudo o que de essencial vai acontecendo.

### 2.4.4. COOPERAÇÃO COM OS PAÍSES DA CPLP

#### 2.4.4.1 COOPERAÇÃO COM O BRASIL

De entre os países que constituem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), merece particular destaque a colaboração com o Brasil, com o qual existem diversos instrumentos de cooperação, quer de carácter intergovernamental quer interinstitucional. Ao abrigo destes últimos, assinados entre a FCT e instituições congéneres, foram realizadas as seguintes actividades:

CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior): assinado novo texto do Convénio em Abril de 2010. Ao abrigo deste Convénio, tal como já foi indicado no ponto referente às relações bilaterais, foram financiados 82 projectos conjuntos de investigação, num total de 164 missões por parte dos investigadores portugueses. A verba dispendida foi de 410.000 €.

<sup>11</sup> As estatísticas para o ano n só estão disponíveis a partir de Abril do ano n+1.

## FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

Em todos os projectos dá-se particular ênfase à inclusão de alunos de Formação Avançada, quer portugueses quer brasileiros, que durante períodos de média duração fazem investigação no outro país.

No âmbito do concurso aberto em 2010 houve 139 candidaturas apresentadas à FCT para avaliação.

CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico): no âmbito do concurso aberto em 2008, foram financiados 8 projectos de investigação conjunta, num total de 32 missões de investigadores portugueses e brasileiros, relativas ao biénio 2009-2010. A verba dispendida com este Convénio em 2010 foi de 36.000 €.

No âmbito do concurso aberto em 2010 foram submetidas à FCT 62 candidaturas para avaliação.

FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo): o texto do Convénio encontra-se para revisão por ambas as partes.

### 2.4.4.2 COOPERAÇÃO COM OS PALOP E TIMOR-LESTE

---

A cooperação bilateral com este grupo de países limitou-se, em 2010, ao apoio à realização das seguintes actividades conjuntas:

Encontro Internacional sobre Educação Artística, Cabo Verde (organizado pela Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, o Centro de Investigação e Intervenção Educativas, em colaboração com o M\_eia - Mindelo\_Escola Internacional de Arte de Cabo Verde - Cabo Verde);

1ª Conferência de Física das Comunidades dos Países de Língua Portuguesa, Maputo (organizada pelo Instituto Superior Técnico e o Departamento de Física da Universidade Eduardo Mondlane – Moçambique).

De salientar ainda alguma colaboração com estes países no quadro de ERA-NETs e INCO-NETs.

### 2.4.5. COMISSÃO OCEANOGRÁFICA INTERSECTORIAL (COI-MCTES)

---

As actividades desenvolvidas pela COI-MCTES em 2010 e asseguradas na FCT pelo DREBM centraram-se no acompanhamento do Grupo Coordenador de Atribuição de Tempo de Navio de Investigação (GC-ATNI), traduzindo-se fundamentalmente na:

Organização e acompanhamento das reuniões do CG-ATNI realizadas na FCT;

Realização de um inquérito à comunidade científica nacional, sobre as suas necessidades em termos de navios nacionais para investigação marinha, e avaliação das respectivas respostas;

Actualização da página da COI-MCTES;

Abertura de concurso para submissão de candidaturas a tempo de navio para 2011, por parte da comunidade científica e respectiva comunicação das condições de acesso;

Início da avaliação das candidaturas a tempo de navio para 2011, no âmbito do acordo estabelecido entre o Instituto Hidrográfico e a FCT.

---

## PROJECTO EUROFLEETS

---

O EUROFLEETS - *Towards an Alliance of European Research Fleets* - é um projecto aprovado no âmbito da I3 – Iniciativa de Infra-estrutura Integrada, que se incluiu no tema Infra-estruturas de Investigação do Programa Capacidades do 7º PQ. O arranque formal teve início em Setembro de 2009.

Este projecto é formado por um consórcio que envolve um conjunto significativo de “actores chave” na área da investigação marinha, cobrindo todas as eco-regiões. Reúne 24 parceiros (Institutos de Investigação Marítima, Universidades, Fundações e PMEs) representando 16 Países Europeus, Estados Membros ou Países Associados, que acordaram não só em colocar à disposição do consórcio os seus navios de investigação, equipamento associado e *know-how*, mas também desenvolver actividades de coordenação entre si.

Em 2010 a FCT esteve envolvida em várias actividades deste projecto, sendo a mais relevante a liderança da tarefa cujo objectivo é a Formação de cientistas e técnicos marinhos a nível Europeu.

---

### 2.4.6. EXECUÇÃO FINANCEIRA

---

O DREBM garantiu a gestão e execução financeira do Projecto 6818 do orçamento de investimento (PIDDAC) da FCT, o qual integra fundamentalmente 2 componentes: cooperação bilateral e multilateral.

Em 2010, o orçamento executado foi de 35.136.246 €, distribuído da seguinte forma:

Cooperação Bilateral - O DREBM assegurou o financiamento da mobilidade de investigadores portugueses e estrangeiros que participam nos projectos de investigação aprovados. A despesa efectuada foi de 1.203.099 €, acrescida da despesa relativa ao painel de avaliação dos projectos bilaterais no valor de 59.241 €;

Cooperação Multilateral - Pagamento de quotas das Organizações Internacionais de que Portugal é membro e actividades da ESF cujo valor total foi de 32.730.170 €;

Deslocações de delegados nacionais representantes de Portugal em Organizações Internacionais (nas Nações Unidas, na UNESCO, na UE e no 7º PQ). Foram, assim, contabilizadas cerca de 600 missões, com um custo de 440.740 €, aproximadamente;

Despesas com a organização de conferências e *workshops*, no valor de 32.905 €;

Pagamento aos **NCP** (*National Contact Points*) – O DREBM preparou e acompanhou a execução dos 16 contratos celebrados entre a FCT e as várias instituições seleccionadas para prestação de serviços de Pontos de Contacto Nacional do 7ºPQ no valor de 670.091 €, em articulação com o GPPQ.

Para além das actividades atrás descritas, o DREBM garantiu ainda a gestão de verbas recebidas da Comissão Europeia relativas à participação da FCT em 28 redes europeias: ERA-NETs, INCO-NETs e EUROFLEETS.

A verba recebida em 2010 ascendeu a 421.231 €, tendo sido executado 262.546 € nas componentes de recursos humanos, deslocações e aquisição de serviços e trabalhos especializados, para a gestão das referidas redes.

---

### 2.4.7. OBJECTIVOS DO DREBM

---

Apresentam-se nesta secção os objectivos definidos para o DREBM, em 2010, e o seu grau de cumprimento face às metas estabelecidas. Os objectivos 1 e 6, constantes do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) da FCT constituem o contributo específico do Departamento para os resultados institucionais no ano em apreço.

#### OBJECTIVO 1

##### ELABORAÇÃO DE UMA METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO DO IMPACTO DAS PARTICIPAÇÕES EM REDES DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Elaboração de uma metodologia para avaliação do impacto das participações em redes de cooperação internacional.

Indicador – Prazo de execução

Meta: Entre 15 e 30 de de Outubro

Objectivo superado

O objectivo foi superado com a apresentação da Proposta Interna nº 323, a 6 de Outubro, onde se propunham as linhas gerais da metodologia para avaliação do impacto da participação em redes de cooperação internacional, para apoio à tomada de decisão sobre novas adesões.

#### OBJECTIVO 2

##### ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS DE BALANÇO DA PARTICIPAÇÃO NACIONAL EM ACTIVIDADES DE COOPERAÇÃO BILATERAL E NOVAS INICIATIVAS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Indicador – Número de relatórios no prazo definido

Meta – Entre 15 e 30 de Outubro

Objectivo superado

O objectivo foi superado, tendo sido entregues, antes de 15 de Outubro, 5 relatórios relativos à cooperação com a China, Índia, Brasil (CAPES e CNPq) e Tunísia e ainda 1 relatório relativo às acções COST.

#### OBJECTIVO 3

##### OPERACIONALIZAR AS PARTICIPAÇÕES EM NOVAS INICIATIVAS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NEGOCIADAS EM 2010

Indicador – Número de novas iniciativas.

Meta – 4 iniciativas

Objectivo superado

Foram implementadas 8 novas iniciativas negociadas em 2010: SEAS-ERA, HIVERA, CIRCLE-2, AFRICA-NET, MANUNET, BIODIVERSA 2, TRANSCAN, E-RARE 2), 6 das quais constam da lista de ERA-NETS activas do Anexo II a este Relatório

**OBJECTIVO 4****MAXIMIZAR O RETORNO DA PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA NAS ACÇÕES E ACTIVIDADES DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS**

Indicador - Este objectivo é avaliado através de 4 indicadores:

- Montante dos contratos realizados com a ESA, ESO e ESRF
- Retorno Industrial no CERN
- Nº de Bolsas
- Nº de utilizadores envolvidos

Meta – não inferior a 10% em relação ao ano anterior

Objectivo superado

Como se pode ver nas Tabelas 21, 22 e 23, e no Quadro seguinte, todos estes indicadores foram superados.

	<b>2009</b>	<b>2010</b>	Variação
bolsas	<b>42</b>	<b>50</b>	+19,05%
RI do CERN - posição relativa <sup>12</sup>	<b>9</b>	<b>8</b>	Sobe 1 posição
montante contratos ESO, ESA e ESRF	<b>11.112.061</b>	<b>19.587.064</b>	+76,27%
utiliz/equipas	<b>136</b>	<b>176</b>	+29,41%

QUADRO Nº.: 16 -OBJECTIVOS

**OBJECTIVO 5****MELHORAR O APOIO À INTERVENÇÃO DO MINISTRO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR NOS CONSELHOS PARA A COMPETITIVIDADE DA UE, EM TEMPO E NÚMERO DE SUPORTES DE INFORMAÇÃO**

Indicador - % dos suportes preparados com 2 semanas de antecedência.

Meta - 40% com 2 semanas de antecedência.

Objectivo superado.

O objectivo foi superado uma vez que 50% dos suportes finais de informação foram enviados com a antecedência estabelecida.

**OBJECTIVO 6****IMPLEMENTAR NOVOS ACORDOS BILATERAIS**

Indicador - Número de novos acordos implementados no prazo definido

Meta – Abertura de 2 novos concursos até 30 de Novembro

Objectivo superado

Foram abertos 2 concursos de novos acordos – Sérvia e Eslováquia; foi ainda submetida à tutela a proposta de implementação do MoU com Marrocos a assinar na próxima Cimeira no domínio do

<sup>12</sup> O objectivo era superado se a posição fosse melhor que a 10ª.

## FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

Património (Proposta Externa nº 18, enviada a 10 de Março). Há ainda a acrescentar a realização em 12 de Abril da primeira Comissão Mista para implementar o MoU assinado entre Portugal e Espanha, no domínio da Investigação Polar, destinada a activar e preparar a abertura de um concurso.

### OBJECTIVO 7

#### ELABORAR PROPOSTA DE FORMAÇÃO DO PESSOAL DO DREBM PARA 2011

Indicador – Prazo de elaboração da proposta

Meta – 15 de Outubro

Objectivo superado

Este objectivo deu origem à Proposta Interna nº 90, de 11 de Outubro.



## 2.5. GABINETE DE PROMOÇÃO DO PROGRAMA QUADRO (GPPQ)

O GPPQ tem a missão de, através da rede de Pontos de Contacto Nacional (NCPs), divulgar o 7ºPQ em Portugal, apoiar a participação de investigadores nacionais no 7ºPQ, servir de interface entre a comunidade científica nacional e a Comissão, e apoiar a FCT na gestão dos Delegados nacionais aos Comités do 7ºPQ e na preparação de análises que permitam a formulação de políticas relativas aos programas europeus de ID.

Em 2010, as actividades desenvolvidas podem ser resumidas nos pontos essenciais a seguir descritos.

### 2.5.1. DIVULGAÇÃO DO 7ºPQ

- Manutenção de um sítio web específico.

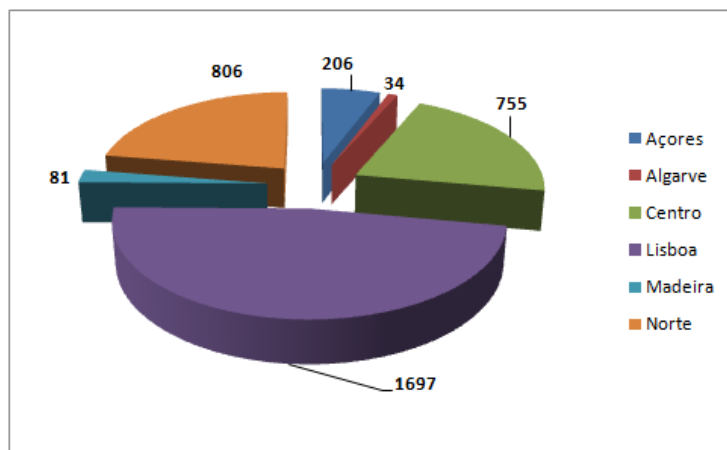
Ver [www.gppq.mctes.pt](http://www.gppq.mctes.pt).

- Realização em 2010 de noventa sessões públicas de formação e de divulgação, das quais 50 foram monotemáticas e 40 dedicadas a vários Temas ou Programas do 7º PQ, envolvendo cerca de 3600 participantes:

Programa Cooperação	N.º Sessões	Participantes	
		Total	Média
T1. Saúde *	23	753	33
T2. Alimentação, Agricultura e Pescas, e Biotecnologia (KBBE)	21	874	42
T3. Tecnologias da Informação e Comunicação (ICT) *	12	372	31
T4. Nanociências, Nanotecnologias, Materiais e Novas Tecnologias de Produção (NMP)	9	370	41
T5. Energia *	12	767	64
T6. Ambiente (incluindo alterações climáticas)	13	505	39
T7. Transportes (incluindo Aeronáutica)	13	456	35
T8. Ciências Socio-Económicas e Humanidades (SSH)	8	177	22
T9. Espaço	7	304	43
T10. Segurança	6	255	43
Programa Capacidades	N.º Sessões	Participantes	
Infra-estruturas de investigação	12	487	41
Investigação em benefício das PME	17	681	40
Regiões de conhecimento/Potencial de investigação/Apoio ao desenvolvimento coerente das políticas de investigação	12	484	40
Ciência na sociedade (SIS)	11	515	47
Cooperacao internacional	8	357	45
Programa Ideias	N.º Sessões	Participantes	
Total	14	565	40
Programa Pessoas	N.º Sessões	Participantes	
Total	10	369	37
Aspectos Legais e Financeiros do 7ºPQ, incluindo IPR	N.º Sessões	Participantes	
Total	4	83	21
EURATOM	N.º Sessões	Participantes	
Total	3	46	15
<b>TOTAL DE SESSÕES EM TODOS OS TEMAS E PROGRAMAS</b>	<b>90</b>	<b>3579</b>	<b>40</b>

QUADRO Nº.: 17 - SESSÕES PÚBLICAS DE FORMAÇÃO E DE DIVULGAÇÃO

Nota: As sessões PESSOAS são apenas aquelas em que foi solicitada a participação directa do GPPQ. A NCP realizou, por sua iniciativa, um conjunto de sessões que não se encontram reflectidas neste quadro.



QUADRO Nº.: 18 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PARTICIPANTES NAS ACÇÕES DE DISSEMINAÇÃO DO GPPQ DURANTE 2010

- Realização de vários milhares de reuniões presenciais e comunicação por e-mail ou telefone com investigadores do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, do Ensino Superior, de Empresas (nomeadamente as PME), Fundações e Associações, etc.
- Estabelecimento de parcerias formais com a *Enterprise Europe Network* (EEN), liderada em Portugal pelo IAPMEI e pela ADI, e com a COTEC, o que permitiu ao GPPQ promover um número muito maior de acções dirigidas para empresas, em particular para as PMEs, beneficiando das sinergias com essas entidades que permitem garantir uma maior participação de empresas nos eventos e uma maior receptividade à mensagem do GPPQ;
- Como forma de atrair uma ainda maior participação de actores empresariais, foi também organizada em 26 de Março de 2010 uma reunião de sensibilização com os Pólos e Clusters de competitividade, com a presença dos Secretários de Estado da Ciência (Prof. Manuel Heitor) e da Energia e Inovação (Prof. Carlos Zorrinho), e acompanhamento posterior de cada um para identificar empresas com maior capacidade de participação no 7ºPQ. Os resultados desta sessão foram depois capitalizados através de acções dinamizadas pelo GPPQ junto dos Pólos/Clusters, designadamente no mapeamento de interesses e necessidades, e na organização de acções de informação/formação bilaterais, visando a integração da candidatura aos PQ nos eixos estratégicos de cada Pólo, e curto e médio prazo;
- Participação no “Ciência 2010” organizado pela FCT com um stand sobre o 7ºPQ;
- Foram produzidos vários materiais de divulgação, enviados electronicamente para a comunidade científica e empresarial, distribuídos nas Sessões ou reuniões organizadas, e disponibilizados no site do GPPQ:
  - Brochuras – foram seleccionadas as brochuras mais importantes em área temática e colocadas à disposição para *download* no site do GPPQ;
  - Folhetos – foram actualizados regularmente os folhetos individuais sobre cada tema do 7ºPQ, incluindo as *Joint Technology Initiatives* (JTI), com informações sobre o Tema respectivo, sobre as *Calls* abertas (prazos de submissão e orçamento), e sobre o GPPQ (missão e contactos);
- Continuou a publicação, iniciada em Março de 2009, de uma Newsletter mensal, chamando a atenção para o que de mais importante se vai passando no 7ºPQ (Concursos, consultas, sessões de informação, etc.), e descrevendo mensalmente um caso de sucesso na participação portuguesa nos PQs, normalmente um projecto coordenado por uma equipe portuguesa.

- Foi também produzido um catálogo dos projectos liderados por Portugal no 6ºPQ, para ser distribuído nas sessões de promoção de 2011, e enviado para todas as entidades do sistema científico nacional, laboratórios de Estado, associações empresariais, etc., como inspiração para promoção de mais coordenações de projectos por equipas nacionais nos Programas-Quadro. Este catálogo está também disponível no site do GPPQ em versão electrónica.

### 2.5.2. APOIO AOS DELEGADOS NACIONAIS AOS COMITÉS DO 7ºPQ



Para além da gestão corrente do apoio às reuniões de Comité, foram organizadas duas reuniões de Delegados na FCT, em 3 de Fevereiro e em 17 de Setembro, para discutir questões de interesse comum, para uniformização das posições a tomar nos Comités e nos contactos com a Comissão Europeia.

Continuaram também a reunir os Grupos Temáticos de Acompanhamento (GTA) nas áreas temáticas de Cooperação e algumas das Capacidades (Regiões, Ciência na Sociedade) para apoio aos Delegados, com o mesmo duplo objectivo que levou à sua criação em 2009:

Ajudar os Delegados a terem uma visão mais ampla e melhor fundamentada dos desejos e necessidades dos

possíveis “clientes” do 7º PQ, por forma a poderem melhor defender os interesses nacionais nas reuniões dos Comités em Bruxelas.

Informar com grande antecedência os membros dos GTA, e, por extensão, a comunidade científica, do que será o 7ºPQ no futuro a curto e médio prazos, preparando-os melhor para uma participação mais bem sucedida nos concursos.

### 2.5.3. RESULTADOS DA PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA NO 7ºPQ EM 2010

Em 2010, a participação nacional (1,08%) foi inferior às metas pretendidas, i.e., ao nível das de 2008 e 2009 (1,2%). Uma análise mais detalhada (ver anexo) mostra que o desempenho no programa Capacidades, à excepção do apoio às PMEs, foi bastante fraco, e só o ter havido o melhor desempenho de sempre no programa IDEIAS (mais de 10,5 M€ em contratos) permitiu atingir um montante de financiamento significativo em 2010. A participação portuguesa no 7ºPQ pode ser resumida no conjunto de indicadores que constam da tabela seguinte, extensiva a todo o 7ºPQ desde o seu início em 2007 (dados retirados da base de dados oficial da Comissão Europeia – as verbas indicadas para a participação nacional referem-se aos valores dos contratos assinados), para comparação de 2010 com os anos anteriores.

## FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

	2007	2008	2009	2010
Nº de projectos com participação nacional	268	181	201	178
Nº de projectos com coordenação nacional	31	46	52	33
Nº de participações em projectos:				
Ensino Superior	107	67	74	65
Instituições de I&DT	103	82	89	78
Empresas	114	76	88	57
Outras	43	36	20	24
Taxa de sucesso nas propostas (PT/UE)	14,3% / 13,1%	21,24% / 20,3%	18,4% / 19,1%	23,9% / 17,3%
<b>Montante global (M€)</b>	<b>73.90</b>	<b>46.65</b>	<b>62.92</b>	<b>48.86</b>
Percentagem de financiamento PT/UE	<b>1.04%</b>	<b>1.25%</b>	<b>1.20%</b>	<b>1.08%</b>
Avaliadores PT (e em % do total UE)	183 (2,34%)	152 (2,75%)	151 (2,01%)	136 (1,85%)

TABELA Nº.: 24– PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA NO 7º PQ EM 2010

Da tabela pode-se ainda concluir que:

- Nos anos em que há menos verbas disponíveis para o tema ICT do Cooperação (2008 e 2010), o total das verbas conseguidas por entidades nacionais é sempre significativamente menor que nos restantes anos;
- As entidades nacionais têm conseguido um financiamento médio de perto de 60 M€/ano nos concursos do 7ºPQ;
- A taxa média de retorno de fundos (2007-2010) é de 1,11% das verbas colocadas a concurso;
- A distribuição de participações é equilibrada entre empresas, universidades e institutos de ID, embora, em termos de montantes contratados, as empresas baixem um pouco relativamente ao número de participações (21% dos fundos em contraste com 28% do número de participações).



GRÁFICO Nº.: 14 – PARTICIPAÇÃO POR TIPO DE ENTIDADE

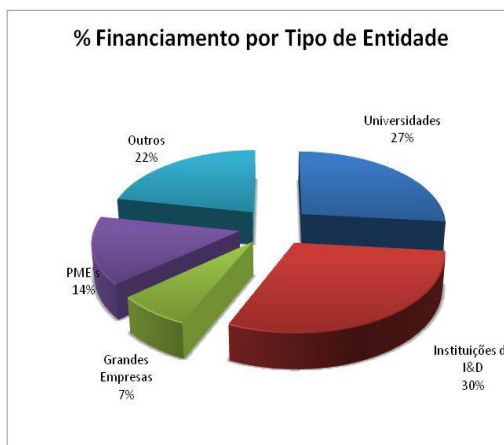


GRÁFICO Nº.: 15 - % FINANCIAMENTO POR TIPO DE ENTIDADE

A distribuição da participação por área temática pode ser visualizada nos dois Gráficos seguintes (0,8% representa a contribuição nacional para o orçamento do 7ºPQ):

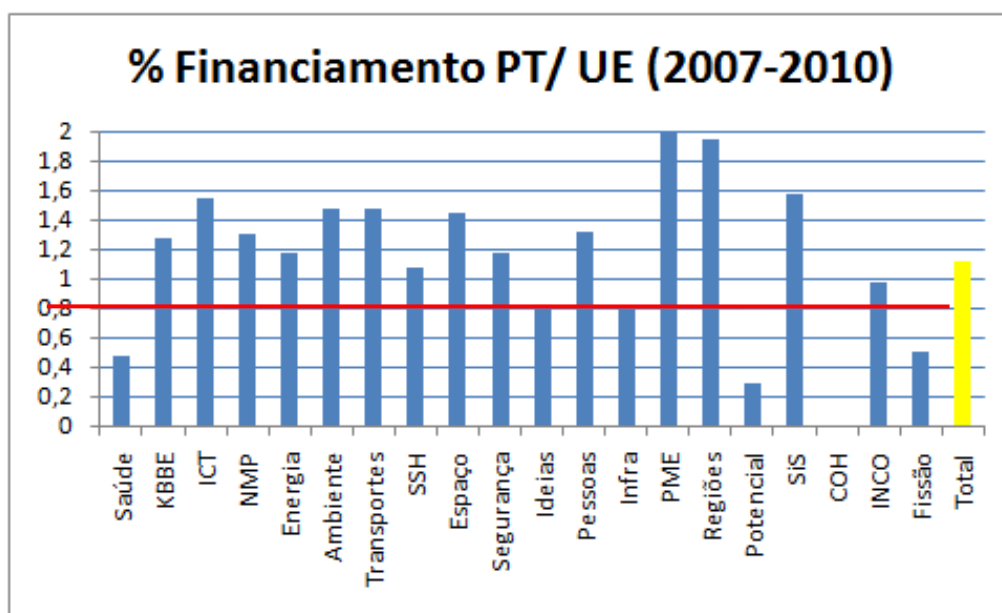


GRÁFICO Nº.: 16 - % FINANCIAMENTO PT/UE (2007-2010)

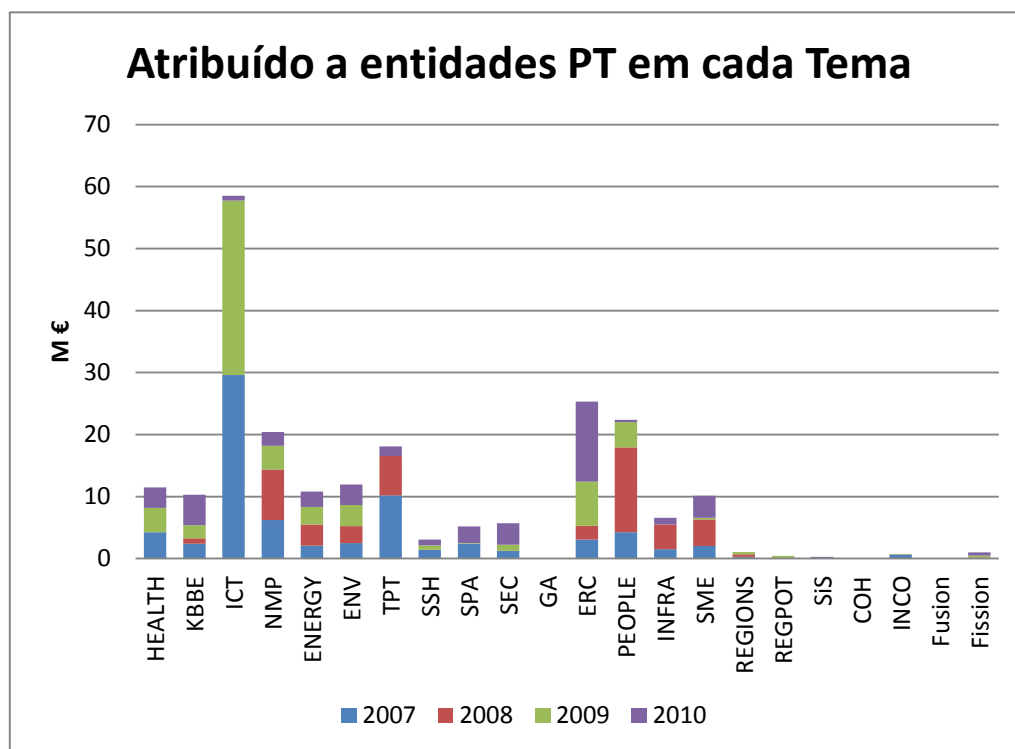


GRÁFICO Nº.: 17 – ATRIBUÍDO A ENTIDADES PT EM CADA TEMA

A participação por regiões é claramente dominada por Lisboa, com participações equilibradas entre Norte e Centro, sendo residual nas restantes regiões.

### Projectos PT por Região

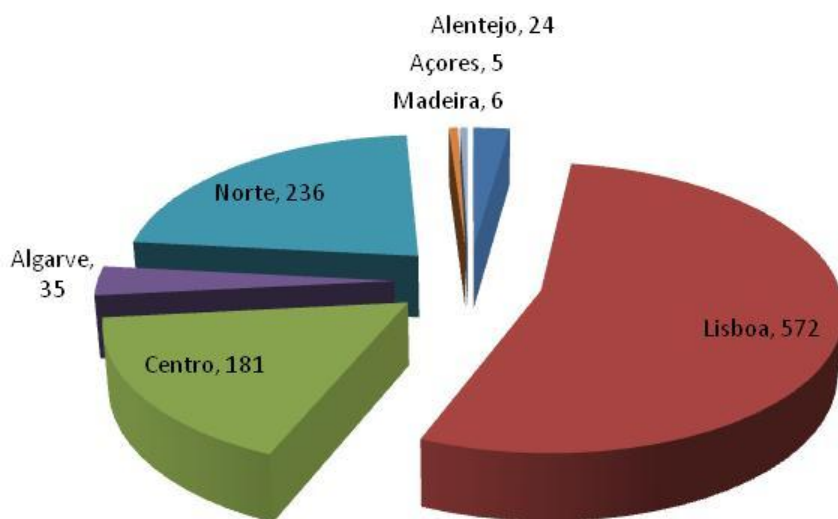


GRÁFICO Nº.: 18 – PROJECTOS PT POR REGIÃO

### Financiamentos por Região (M€)

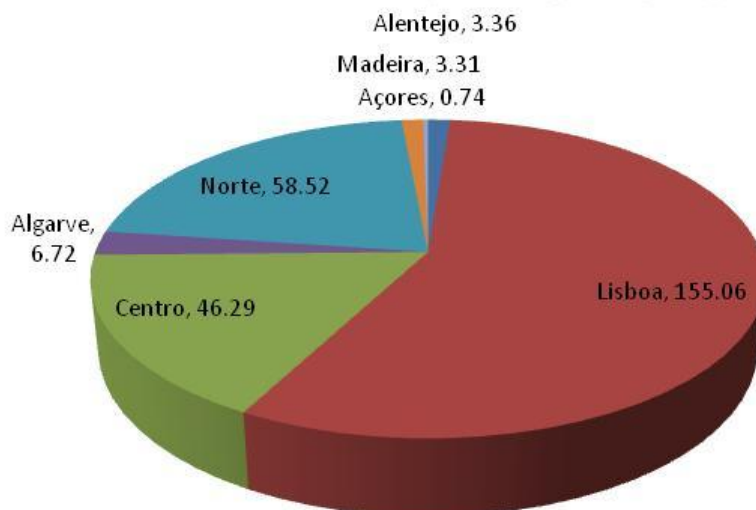


GRÁFICO Nº.: 19 – FINANCIAMENTOS POR REGIÃO (M€)

Relatório de Actividades 2010

Programa	Cooperação	Cooperação	Cooperação	Cooperação	Cooperação	Cooperação	Cooperação	Cooperação	Cooperação	Cooperação	Cooperação	Iniciativas Tecnológicas Conjuntas					
Tema	7.A.SP1.01	7.A.SP1.02	7.A.SP1.03	7.A.SP1.04	7.A.SP1.05	7.A.SP1.06	7.A.SP1.07	7.A.SP1.08	7.A.SP1.09	7.A.SP1.10	7.A.SP1.11	<a href="#">IMI-JU-2010</a>	<a href="#">ARTEMIS-2010-1</a>	<a href="#">ENIAC-2010-1</a>	<a href="#">FCH-JU-2009-1</a>	<a href="#">Clean Sky JTI</a>	
2010	Saúde	KBBE	ICT	NMP	Energia	Ambiente	Transportes	SSH	Espaço	Segurança	AG	18-01-2011 (1ª fase)	26-03-2010 (1ª fase)	30-07-2010 (1ª fase)	15-10-2009	23-Feb-10; 27-Apr-10; 30-06-2010; 20-07-2010; 12-Oct-10; 9-Dec-10	
<b>Propostas Apresentadas UE</b>	809	341	55	232	243	355	415	275	182	203	4	32	71	34	50	450	
<b>Propostas Apresentadas PT</b>	36	67	11	30	19	52	44	53	21	31	0	3	11	5	2	13	
<b>Propostas Coordenadas PT</b>	5	9		3	5	3	8	2	3	2	0	1	0	0	0	10	
<b>Projectos Aprobados UE</b>	123	61	21	106	46	61	87	19	71	40	1	7	10	10	31	153	
<b>Projectos Aprobados PT</b>	10	17	1	9	6	14	7	5	12	9	0	0	1	2	0	4	
<b>Projectos Coordenados PT</b>	0	1	0	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	2	
<b>Número de Participações PT</b>	Ensino Superior	6	10	0	3	0	7	1	1	2	0	0	0	1	2	0	1
	Empresas	0	2	2	2	5	5	0	6	9	0	0	1	0	0	14	
	Centros de Investigação	1	12	0	3	2	6	3	2	5	3	0	0	0	0	1	
	Outros	4	0	0	2	0	1	2	2	3	3	0	0	0	0	1	
	<b>Total</b>	11	24	2	10	7	19	11	5	16	15	0	0	2	2	0	0
<b>Financiamento UE</b>	624,29 M €	210,82 M €	69,28 M €	303,35 M €	250,47 M €	173,46 M €	230,83 M €	70,56 M €	111,13 M €	208,81 M €	0,24 M €	112 M €	27.998.068,74 €	33.579.698,00 €	71,30 M €	71,44 M €	
<b>Financiamento PT</b>	3,33 M €	5,10 M €	0,78 M €	2,22 M €	2,51 M €	3,29 M €	1,78 M €	0,92 M €	2,70 M €	3,95 M €		- €	120.520,00 €	95.988,00 €	- €	0,31 M €	
<b>Taxa de Sucesso UE</b>	15,2 %	17,89 %	38,18 %	45,69 %	18,93 %	17,18 %	20,96 %	6,91 %	39,01 %	19,7 %	25,0%	21,9%	14,08%	29,41%	62,0%	34,0%	
<b>Taxa de Sucesso PT</b>	27,78 %	25,37 %	9,09 %	30,0%	31,58 %	26,92 %	15,91 %	9,43 %	57,14 %	29,03 %	0,0%	0,0%	9,09%	40,00%	0,0%	30,8%	
<b>Percentagem de financiamento para Portugal</b>	0,53 %	2,42 %	1,12 %	0,73 %	1,0%	1,9 %	0,77 %	1,31 %	2,43 %	1,89 %	0,0%	0,0%	0,43%	0,29%	0,0%	0,43 %	
<b>Propostas em Reservelist UE</b>	20	129	3	14	6	18	27	18	18	7		0	n.d	n.d	n.d	n.d	
<b>Propostas em Reservelist PT</b>	3	21		1		5	2	3	4	2		0	n.d	n.d	n.d	n.d	
<b>Propostas Não Elegíveis UE</b>	21	17		13	6	21	14	14	2	6	2	n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	
<b>Propostas Não Elegíveis PT</b>		3		1	1	2	3	1				n.d	n.d	n.d	n.d	n.d	

TABELA Nº.: 25 - RESULTADOS DA PARTICIPAÇÃO NACIONAL EM 2010 – PROGRAMA COOPERAÇÃO E JTI

FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

Programa	Ideias	Pessoas	Capacidades	Capacidades	Capacidades	Capacidades	Capacida	Capacida	Capacida	EURATO	TOTAL
Tema	7.A.SP2.01	7.A.SP3.01	7.A.SP4.01	7.A.SP4.02	7.A.SP4.03	7.A.SP4.04	7.A.SP4.05	7.A.SP4.06	7.A.SP4.07	7.B.SP5.02	2010
2010	Ideias	Pessoas	Infra	PME	Regiões	Potencial	SiS	COH	INCO	Fissão	
<b>Propostas Apresentadas UE</b>											
	4882	6681	186	669	35	322	110		83	39	16226
<b>Propostas Apresentadas PT</b>											
	54	148	32	84	2	6	30		6	4	746
<b>Propostas Coordenadas PT</b>											
	49	143	1	9		6	1				249
<b>Projectos Aprovados UE</b>											
	467	1395	71	128	7	20	19		23	21	2807
<b>Projectos Aprovados PT</b>											
	7	34	13	20	0	0	4		3	4	178
<b>Projectos Coordenados PT</b>											
	7	18	0	4	0	0	0		0	0	33
<b>Número de Participações PT</b>											
	5	11	4	8	0	0	2		0	2	65
	0	2	0	18	0	0	0		0	0	57
	2	22	9	4	0	0	1		0	3	78
	0	2	0	1	0	0	1		3	0	24
	7	37	13	31	0	0	4		3	5	224
<b>Financiamento UE</b>											
	1.088,74 M €	531,77 M €	274,66 M €	135,14 M €	17,35 M €	38,47 M €	44,65 M €		17,89 M €	50,21 M €	4.513,70 M €
<b>Financiamento PT</b>											
	10,58 M €	4,76 M €	2,14 M €	3,59 M €			0,38 M €		0,06 M €	0,54 M €	48,86 M €
<b>Taxa de Sucesso UE</b>											
	9.57 %	20.88 %	38.17 %	19.13 %	20.00 %	6.21 %	17.27 %		27.71 %	53.85 %	17.30 %
<b>Taxa de Sucesso PT</b>											
	12.96 %	22.97 %	40.63 %	23.81 %	0.0 %	0.0 %	13.33 %		50.00 %	100.00 %	23.86 %
<b>Percentagem de financiamento para Portugal</b>											
	0.97 %	0.90 %	0.78 %	2.66 %	0,0%	0,0%	0,84%		0.32 %	1.09 %	1.08 %
<b>Propostas em Reserelist UE</b>											
	55	334	6	9	1	6	3		5	11	
<b>Propostas em Reserelist PT</b>											
		9	2	1			3			2	
<b>Propostas Não Elegíveis UE</b>											
	116	64	7	9	2	4	9		7	1	
<b>Propostas Não Elegíveis PT</b>											
		6	1	3			3		1		

Sem calls em 2010

TABELA Nº.: 26 - RESULTADOS DA PARTICIPAÇÃO NACIONAL EM 2010 (CONT.) – PROGRAMAS IDEIAS, PESSOAS, CAPACIDADES E EURATOM (FISSÃO APENAS)



### 3. ACÇÕES DIRECTAMENTE COORDENADAS PELO CONSELHO DIRECTIVO

#### 3.1. GABINETE DO ESPAÇO DA FCT

Este Gabinete tem como principal função apoiar e complementar a acção do corpo de Delegados Nacionais à ESA, Comiss e outras organizações internacionais nas quais Portugal é estado membro, em matérias relacionadas com o Espaço. O Gabinete do Espaço reporta directamente ao Conselho Directivo, em particular ao Presidente da FCT – Chefe da Delegação Portuguesa à ESA – e aos departamentos por ele indicados.

##### 3.1.1. REUNIÕES E EVENTOS PROMOVIDOS PELO GABINETE DO ESPAÇO DURANTE 2010

O quadro seguinte resume as principais reuniões e eventos promovidos pelo Gabinete do Espaço da FCT e as iniciativas nas quais o Gabinete do Espaço da FCT colaborou.

Data	Reunião/Evento
26 Fevereiro	Workshop da EADS Astrium
11 Março	Reunião de Delegados ESA
30 Abril	Evento Estágios tecnológicos no CERN, ESA e ESO
7 Junho	Bilateral ESA-Delegação Portuguesa: Retorno industrial
15 Junho	Reunião de Delegados ESA
8 Junho	Infoday EUMETSAT no Instituto de Meteorologia
25 Junho	Bilateral ESA-Delegação Portuguesa: Reforma Financeira
5-7 Julho	Tecnologias Espaciais no “Ciência 2010”
6-10 Setembro	Evento JENAM 2010
15 Outubro	Reunião de Delegados ESA
7 Dezembro	4º Fórum do Espaço – 10 anos de Portugal como estado membro da ESA

QUADRO Nº.: 19 - REUNIÕES E EVENTOS PROMOVIDOS PELO GABINETE DO ESPAÇO DA FCT

Para além destas iniciativas, o Gabinete do Espaço da FCT conduziu um conjunto de reuniões em empresas e institutos de I&D do sector espacial nacional, por forma a permitir que a FCT e a Delegação Portuguesa à ESA conhecessem mais de perto as competências e capacidades destas entidades.

Data	Reunião com a entidade
10 Fevereiro	Lusospace
1 Março	LIP – Laboratório de Instrumentação e Física Experimental de Partículas
15 Março	Efacec
22 Março	Spin.Works
27 Abril	Deimos Engenharia
13 Maio	Lógica Portugal
18 Maio	INOV
17 Dezembro	GMV Skysoft

QUADRO Nº.: 20 - REUNIÕES EM EMPRESAS E INSTITUTOS DE I&D DO SECTOR ESPACIAL NACIONAL

A FCT encomendou à empresa de consultoria Clama um *Estudo de impacto económico da participação Portuguesa na ESA* tendo em vista a celebração dos 10 anos de Portugal como estado membro da ESA e a necessidade de reflectir sobre os benefícios que a adesão de Portugal à ESA teve para o País.

Nos parágrafos seguintes são apresentadas em detalhe as principais iniciativas.

### 3.1.1.1 WORKSHOP EADS ASTRIUM

---

A empresa EADS ASTRIUM é uma das grandes empresas integradoras de tecnologia espacial na Europa, com capacidade de construir sistemas e satélites integralmente. Esta categoria de empresas colaboram em primeira linha de contratação com a ESA, subcontratando depois empresas mais pequenas e institutos de I&D na construção de subsistemas, estudos de I&D, prestação de serviços, etc.

Por iniciativa da EADS ASTRIUM, a Delegação Portuguesa – através da FCT – promoveu um workshop tempo como ponto central a apresentação das actividades da EADS ASTRIUM e visando o estabelecimento de um contacto próximo entre o sector espacial nacional e esta empresa.

### 3.1.1.2 REUNIÕES DE DELEGADOS NACIONAIS À ESA

---

Estas reuniões, convocadas e presididas pelo Chefe da Delegação (Presidente da FCT) com apoio do Gabinete do Espaço, realizam-se tipicamente na antecipação das reuniões do Conselho da ESA.

Têm como propósito estabelecer um ponto de contacto formal entre os vários elementos do Corpo de Delegados Nacionais à ESA, permitindo a troca de informações e recomendações pertinentes para as reuniões do Conselho da ESA, bem como a harmonização da posição nacional nos vários Comitês da ESA.

É em sede das reuniões de Delegados que são debatidas e definidas as linhas de acção visando apoiar e promover a participação Portuguesa nas actividades do sector espacial, em particular aquelas que se realizam no âmbito dos programas espaciais e tecnológicos da ESA e da UE.

### 3.1.1.3 EVENTO: ESTÁGIOS TECNOLÓGICOS NO CERN, ESA E ESO

---

Em 1997 Portugal, então estado cooperante da ESA, assinou um protocolo de formação de recursos humanos com a ESA que previa a organização regular de estágios de formação destinados a jovens recém-graduados em variados domínios científicos e tecnológicos com relevância para as actividades da Agência.

A Agência de Inovação (AdI) promove os concursos anuais que seleccionam, em parceria com a ESA, os candidatos Portugueses. A FCT apoia a acção da AdI, realizando a consulta de competências tecnológicas preferenciais junto da comunidade científica e industrial nacional. A FCT é também responsável pelo suporte financeiro das respectivas bolsas de estágio.

Em Abril de 2010 a FCT e a AdI organizaram o primeiro evento nacional dedicado aos estágios tecnológicos que decorrem não só na ESA, mas também no CERN e no ESO. Este evento resultou na publicação, pela AdI com o apoio da FCT, de uma análise retrospectiva dos programas de estágio.

Entre 1998 e 2010 (a figura apenas apresenta estatísticas até 2009) foram recolhidas pela AdI 565 candidaturas, das quais 137 foram aprovadas e efectivamente financiados pela FCT 87 estágios – uma média de 9 estagiários integrados por ano. A diferença entre candidaturas aprovadas e estágios iniciados deve-se às desistências de uma parte dos candidatos.

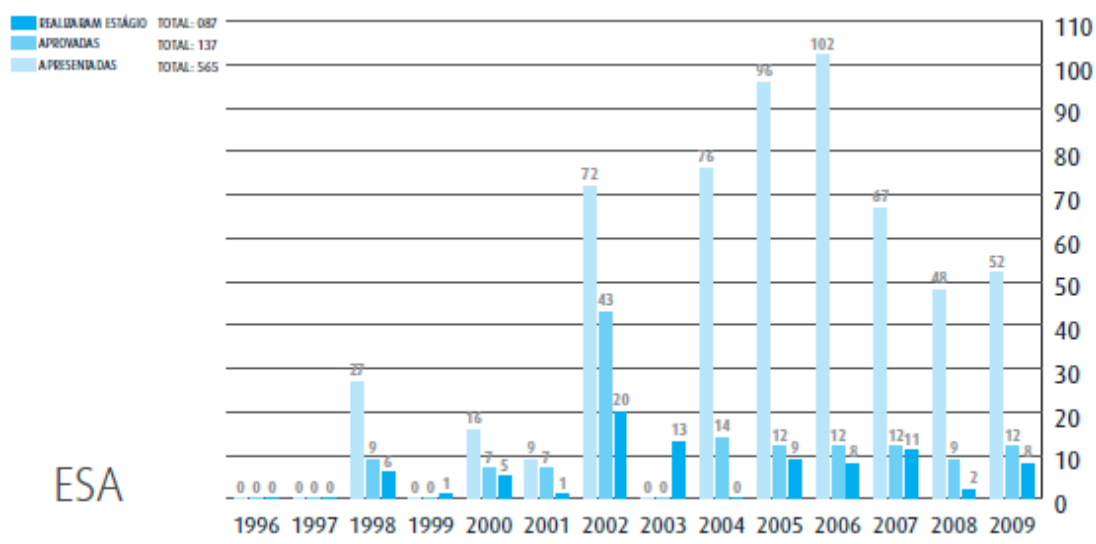


FIGURA Nº.: 33 - DISTRIBUIÇÃO DE CANDIDATURAS, NÚMERO DE CANDIDATURAS APROVADAS E ESTÁGIOS EFECTIVAMENTE INICIADOS NA ESA (EXTRAÍDO E ADAPTADO DO RELATÓRIO *ESTÁGIOS TECNOLÓGICOS NO CERN, ESA E ESO*<sup>13</sup>)

#### 3.1.1.4 REUNIÃO BILATERAL ESA-DELEGAÇÃO PORTUGUESA: RETORNO INDUSTRIAL

Após a nomeação dos novos Delegados ao Comité de Política Industrial da ESA (Eng. Luís Serina e Eng. Emir Sirage da FCT), considerou-se oportuno organizar com a ESA uma reunião bilateral com Portugal no sentido de esclarecer um conjunto de indicadores que medem a participação de empresas e institutos de I&D nacionais nas actividades desenvolvidas ao abrigo dos programas espaciais da ESA.

Esta reunião foi instrumental para a recolha preliminar de informações que seriam posteriormente utilizadas na elaboração do “Estudo de impacto económico da participação Portuguesa na ESA”.

#### 3.1.1.5 REUNIÃO BILATERAL ESA-DELEGAÇÃO PORTUGUESA: REFORMA FINANCEIRA

A ESA iniciou em 2008 um conjunto de reformas financeiras que visavam agilizar e otimizar a utilização de recursos financeiros da Agência, nomeadamente ao nível da recolha dos contributos financeiros dos seus estados membros.

A Reforma Financeira da ESA entrou em vigor em 2010, tendo o Executivo considerado oportuno reunir bilateralmente com cada estado membro prestando informações detalhadas sobre as principais alterações do sistema financeiro e administrativo da Agência.

#### 3.1.1.6 TECNOLOGIAS ESPACIAIS NO *CIÊNCIA 2010*

O Gabinete do Espaço da FCT contribuiu para o evento do MCTES *Ciência 2010* fornecendo conteúdos e sugerindo a lista de oradores que participaram nos painéis temáticos dedicados às tecnologias espaciais desenvolvidas em Portugal.

<sup>13</sup> Ver <http://www.adi.pt/estagiosinternacionaispt/RelatorioPT.pdf>.

### 3.1.1.7 4º FÓRUM DO ESPAÇO – 10 ANOS DE PORTUGAL COMO ESTADO MEMBRO DA ESA

A FCT, através do seu Gabinete do Espaço, sinalizou o aniversário dos 10 anos de participação nacional nas actividades da ESA em 7 de Dezembro de 2010 através do 4º Fórum do Espaço. À semelhança da edição do ano anterior (3º Fórum do Espaço 2009), foram convidados para este evento os principais actores nacionais do sector espaciais (mais de três dezenas de empresas e academia), bem como os principais intervenientes institucionais.

O formato do Fórum consistiu numa sessão comemorativa composta pelas intervenções do Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, do Director-Geral da ESA e a apresentação das principais conclusões do “Estudo de impacto económico da participação Portuguesa na ESA” desenvolvido pela Clama para a FCT.

A FCT pretende com a organização deste tipo de eventos aumentar a visibilidade do sector espacial Português evidenciando a importante capacidade tecnológica que foi possível construir ao longo de 10 anos de participação nos programas espaciais da ESA.

Ver <http://spaceforum.fct.mctes.pt/>

### 3.1.2. PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES DA ESA

O Gabinete do Espaço da FCT assegurou, no cumprimento da sua missão, a participação nacional nos Comités transversais da ESA (nomeadamente no Conselho, Comité de Política Industrial e Comité Administrativo e Financeiro). Para além destes, assegurámos também o suporte na representação nacional em todos os restantes Comités da ESA, providenciando apoio aos Delegados e Peritos externos nomeados pelo MCTES. O calendário de reuniões da ESA não é apresentado aqui dada a sua extensão.

### 3.1.3 PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES CONJUNTAS DA ESA E EC, SPACE COUNCILS, CONFERÊNCIAS E OUTROS EVENTOS INTERNACIONAIS

O Gabinete do Espaço assegura a representação nacional no High-Level Space Policy Group (HSPG), responsável pela discussão, definição e monitorização da implementação da Política Espacial Europeia. É em sede do HSPG que são construídas as agendas para os Conselhos do Espaço (Space Councils).

A FCT participou num conjunto de workshops dedicados a temas específicos do Espaço promovidos pelas Presidências da União Europeia (Espanha no primeiro semestre e Bélgica no segundo semestre). O quadro seguinte resume as principais iniciativas da ESA e da Comissão Europeia:

Data	Reunião/Evento
10 Março	Workshop on Security
19 Março	25ª Reunião do High Level Space Policy Group
3 Maio	Workshop on Space Governance
30 Junho	26ª Reunião do High Level Space Policy Group
14 Setembro	Encontro estados membros UE sobre assuntos Espaciais
25 Novembro	7º Conselho do Espaço da UE e da ESA

QUADRO Nº.: 21 - PRINCIPAIS INICIATIVAS DA ESA E DA COMISSÃO EUROPEIA

---

### 3.1.4. IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA ESPACIAL EUROPEIA

---

Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, no início de 2010, a União Europeia reforça a importância política das actividades Espaciais desenvolvidas ao abrigo da “Política Espacial Europeia” adoptada em 2007. As principais decisões respeitantes à colaboração entre a ESA, a Comissão Europeia e os respectivos estados membros na implementação desta política espacial são tomadas em sede do Conselho do Espaço. O Conselho do Espaço reúne pelo menos uma vez por ano integrado no Conselho da Competitividade da União Europeia.

A FCT tem vindo a acompanhar os trabalhos do grupo de alto-nível responsável pela preparação dos Conselhos do Espaço e as conferências de alto nível que se realizam em prole da implementação da Política Espacial Europeia.

A FCT colabora também com a REPER no acompanhamento das reuniões do “Grupo do Espaço” criado em 2010 para abordar as questões especificamente relacionadas com as actividades espaciais. Estas questões eram, até então, discutidas ao nível do “Grupo de Investigação”.

O papel da FCT nestes fora consiste em garantir que a participação nacional nos programas da ESA, enquanto estado membro desta Agência, é coerente em matérias estratégicas e programáticas com os esforços que se fazem em abrigo das iniciativas da Comissão Europeia no domínio Espacial. Embora as actividades desenvolvidas sejam predominantemente influenciadas pelo acordo de cooperação ESA-UE (estabelecido em 2003), é necessário garantir que os interesses de Portugal, e do sector espacial Português, são salvaguardados nas respectivas estruturas de decisão da Comissão Europeia.

---

### 3.1.5. TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

---

No que diz respeito à transferência de tecnologia, salientam-se os esforços de dinamização das transferências de conhecimento e competências dos mercados espaciais para os terrestres, e das entidades de investigação e universitárias para as industriais. Neste sentido, destaca-se a presença nas reuniões do grupo de trabalho do CREST, relacionado com transferência de conhecimento, da colaboração com o Gabinete de Transferência de Tecnologia da ESA e definição de iniciativas ao abrigo do programa UTEN (University Technology Enterprise Network).

De forma complementar à criação de competências tecnológicas na comunidade espacial nacional, têm sido dinamizados os processos de transferência de tecnologia, para mercados terrestres, e tendo como contexto a internacionalização de empresas noutros domínios, que possam beneficiar de tecnologia de origem espacial. Neste sentido, foi dado destaque no 4º Fórum do Espaço ao tópico de transferência de tecnologia.

---

### 3.1.6. INDICADORES

---

#### PARTICIPAÇÃO TECNOLÓGICA E RETORNO INDUSTRIAL NA ESA

O coeficiente de retorno industrial Português na ESA determina a capacidade das nossas empresas e instituições científicas e tecnológicas ganharem de forma competitiva projectos de desenvolvimento de tecnologia espacial e fornecimento de serviços e produtos.

A evolução deste indicador ao longo dos últimos 10 anos demonstra bem a capacidade competitiva do sector espacial Português suportado por uma estratégia de subscrição de programas espaciais

consistente com as competências tecnológicas nacionais. A partir de 2008 (altura em que terminou o período da *Task Force Portugal-ESA*) observa-se uma estabilização do valor do coeficiente de retorno industrial em torno dos 100%.

$$\text{Coef. Retorno industrial} = \frac{\text{valor total dos contratos adjudicados a entidades nacionais em todos os programas da ESA}}{\text{valor total ideal de contratos a adjudicar}}$$

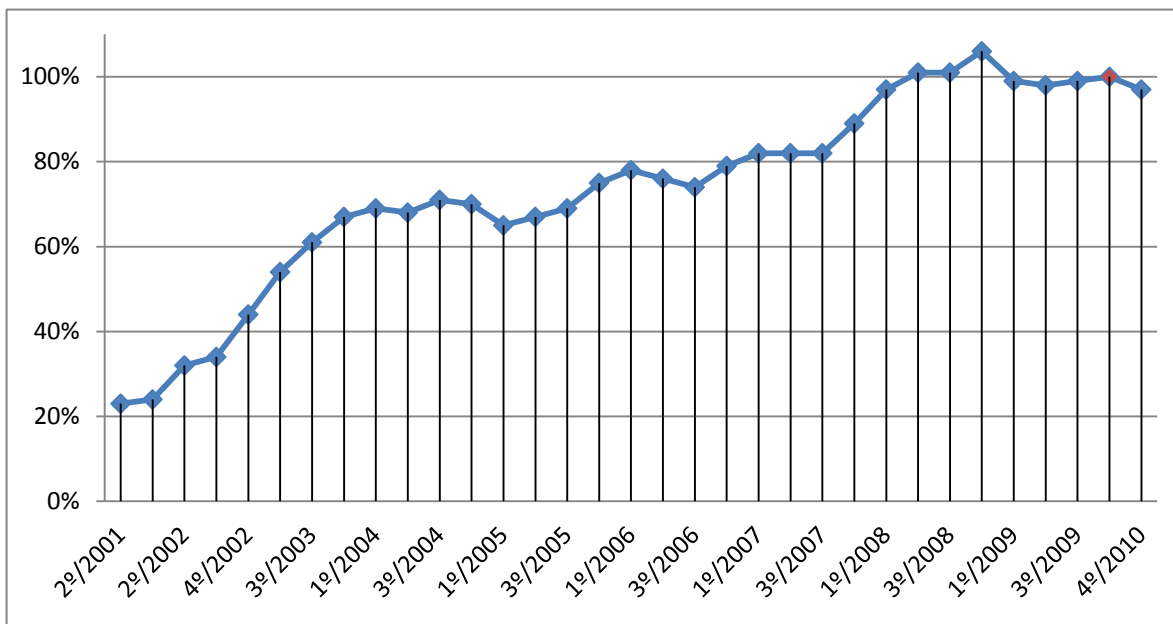


FIGURA Nº.: 34 - EVOLUÇÃO DO COEFICIENTE DE RETORNO INDUSTRIAL NA ESA PARA PORTUGAL ENTRE 2001 E 2010<sup>14</sup>

<sup>14</sup> Dados extraídos das estatísticas oficiais da ESA.

### 3.2. GESTÃO DOCUMENTAL

---

#### CONCEPÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE UM MÓDULO DE GESTÃO DOCUMENTAL

---

Durante o ano de 2010 procedeu-se ao acompanhamento do desenvolvimento do sistema de gestão de informação para a FCT, produzido pela empresa *GMV-Skysoft*, nomeadamente o módulo de gestão documental, tendo sido desenvolvidas acções no trabalho de adequação do sistema à FCT, na definição dos campos de meta-informação e em diversas funcionalidades na óptica do utilizador.

Mantém-se a expectativa de que este módulo possa permitir controlar o expediente e a circulação documental da instituição, de forma centralizada mas não integrada. Durante o ciclo de vida dos documentos, o sub-sistema permitirá saber, a qualquer altura, o seu estado, a sua localização, destinatário e acção pendente, historial de acessos e encaminhamentos.

Deu-se continuidade ao trabalho de acompanhamento e pesquisa junto dos serviços, de identificação dos processos de negócio, levantamento de necessidades em termos de recepção/envio de expediente e também de circulação documental.

Foi feita uma primeira apresentação do módulo a um grupo de colaboradores, procurando as equipas envolvidas no projecto de implementação do sistema fazer uma primeira avaliação relativamente à reacção dos futuros utilizadores.

Foram dados por concluídos os instrumentos essenciais ao funcionamento de um sistema de arquivo na FCT, nomeadamente o Plano de Classificação e a Tabela de Selecção, ficando apenas a aguardar-se a publicação em Portaria do Regulamento de Gestão de Documentos da FCT, IP. Deu-se também por concluído o Manual de Arquivo da FCT, IP.

### 3.3. ORGANIZAÇÃO E TRATAMENTO DO ARQUIVO E PATRIMÓNIO DA FCT

---

#### TRATAMENTO DE MASSAS ACUMULADAS E INVENTÁRIO DO ARQUIVO DA FCT

---

No início de 2010 foi dado como concluído o Relatório de Avaliação de Documentação Acumulada para a Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Ficou assim concluído o trabalho de identificação e avaliação da documentação acumulada, bem como de identificação dos fundos, ou parcelas de fundos, heranças da FCT, IP. Este Relatório foi alvo de parecer favorável da Direcção-Geral de Arquivos, pelo que de imediato se procedeu à sua aplicação, nomeadamente na separação da documentação para eliminação e de conservação permanente. Da documentação para eliminação, foram elaborados autos de eliminação e listagens de controlo. Esta acção permitiu libertar algum espaço nos depósitos, procedendo-se à reorganização das estantes e prateleiras, de maneira a rentabilizar o espaço afecto a arquivo.

Concluída a fase da avaliação, deu-se início (em Maio de 2010) à descrição da documentação de conservação permanente, em aplicação informática normalizada *DigitArq*, de acordo com as normas de descrição arquivística, ponto de partida para a elaboração do inventário do Arquivo Histórico da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (futuro *Arquivo de Ciência*).

Procurou-se entretanto identificar outros espólios de ciência (institucionais, pessoais) que possam ser integrados neste arquivo, como é o caso, por exemplo do arquivo da Junta de Energia Nuclear à guarda do Instituto Tecnológico e Nuclear.

Para além destas actividades foram efectuadas transferências diversas de documentação dos serviços para os depósitos afectos à FCT e também entre depósitos, de forma a rentabilizar o espaço.

Identificada a falta de espaço para arquivo, foram desenvolvidos esforços para encontrar um novo espaço que pudesse satisfazer as necessidades da instituição, seja para albergar os arquivos à guarda da FCT, como também para integração de outros espólios/arquivos entretanto identificados.



### 3.4. PROCESSAMENTO DE INFORMAÇÃO

---

De um ponto de vista de processamento de informação, a missão da FCT caracteriza-se pelo lidar com a enorme quantidade de dados decorrente da sua interacção com as entidades que realizam actividades de investigação científica e que compõem aquilo que se designou por Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN) organizadas de diferentes formas, de que se destacam:

- individualmente (bolsas e contratos);
- em grupos relativamente informais de pequena e média dimensão (projectos);
- em grupos de média ou grande dimensão estruturados de forma mais formal (unidades de I&D, Laboratórios Associados).

Para toda esta comunidade, organizada administrativamente de forma em grande parte transversal à sua organização científica (em universidades, institutos, empresas), a FCT necessita de anunciar que tem métodos de financiamento disponíveis, receber dados que permitam julgar da bondade das propostas, validar esses dados num formato que permita realizar avaliações eficazes, avaliar as propostas via *peer review*, comunicar aos interessados os resultados da avaliação, lidar com possíveis contenciosos administrativos ou científicos face ao resultado da avaliação, processar o financiamento atribuído, fiscalizar os gastos associados ao financiamento, comunicar activa e atempadamente com os investigadores e as instituições, reavaliar em fases intermédias ou finais do financiamento, permitir a auditoria por entidades cofinanciadoras, e reportar à tutela e publicamente as suas actividades. No essencial todos os programas da FCT compartilham estas características gerais com adaptações próprias da sua natural variedade de objectivos.

---

#### 3.4.1. INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÃO COM AS INSTITUIÇÕES O PORTAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

---

O desenvolvimento mais saliente ocorrido em 2010, que corresponde a uma solicitação sentida pela instituição em anos anteriores, corresponde à criação do [Portal de Ciência e Tecnologia \(PCT\)](#), uma plataforma de interacção entre a FCT e as instituições com que lida. Um ponto primordial desta interacção foi o de dar a possibilidade às instituições de definirem a sua própria estrutura de utilizadores face à FCT delegando responsabilidades de acordo com as suas necessidades e as aplicações disponíveis no portal. A segunda *web application* disponível pelo PCT corresponde à submissão de despesas para análise de elegibilidade no âmbito do financiamento de projectos ou de Unidades de I&D algo que também responde a compromissos perante o COMPETE e a IGF. A terceira aplicação desenvolvida no âmbito do PCT corresponde à Análise de Despesa a realizar na intranet da FCT por funcionários da FCT ou por funcionários de empresas contratadas para o efeito. Trata-se neste caso de uma *desktop application* em Java, a primeira produzida na FCT, pois, dadas as suas características, o paradigma de *web application* seria inadequado.

De notar que o PCT também é um salto qualitativo importante em termos de tecnologias e de organização. Foi realizado em Java (glassfish) com uma interface sofisticada, embora exigente devido às características específicas do problema de submissão de despesa, que tenta respeitar standards e boas práticas nesse campo. Provavelmente trata-se do projecto envolvendo um maior número de programadores realizado pela informática da FCT e que exigiu e continuará a exigir um esforço mais continuado.

Um pré requisito da criação do PCT foi o assumir que os utilizadores dos sistemas da FCT não são somente investigadores, mas também os funcionários e dirigentes das instituições que interagem

com a FCT. Uma consequência deste facto foi a necessária reestruturação, ainda parcelar, do sistema online de registo de utilizadores iniciando a sua dissociação de um sistema de currículos científicos.

O mesmo tipo de solicitações que motivaram a existência do PCT também levaram à criação de outros sistemas similares não englobados no PCT mas que, por razões imperativas de calendarização, foram desenvolvidos de forma *ad hoc*, nomeadamente no que toca à submissão de despesa relativa à contratação de doutorados. A sua manutenção foi-se revelando um esforço não compensador que recomenda vivamente a sua inclusão no PCT a curto prazo.

### 3.4.2. INFORMAÇÃO PÚBLICA, CONCURSOS

A informatização do processamento de dados ocorreu naturalmente na história da FCT em primeiro lugar naquelas acções em que a tecnologia disponível, a descida de preço e a existência de um estrangulamento no processamento de dados tornaram mais apetecível a sua efectivação. São exemplos a existência de um sítio web público desde o final do século passado, ou a adopção do que é ainda o modelo de recolha de dados via concursos *online* de bolsas ou projectos em 2003/4. Correspondem ambos a sistemas que atravessaram uma reorganização em 2007/9, face à evolução da tecnologia no caso do sítio web, e face às limitações de escalamento das primeiras implementações no caso dos concursos, pelo que em 2010 estiveram numa fase de alguma estabilidade no seu desenvolvimento, no entanto não interrompido.



### 3.4.3. ACTUALIZAÇÃO DE TECNOLOGIA E MÉTODOS EM SISTEMAS DE CONCURSOS

Um novo tipo de programa, o [Programa Welcome II](#), em que as candidaturas são apresentadas solidariamente por um investigador e uma instituição, motivou a criação de um novo tipo de portal de recolha de dados exactamente caracterizado por lidar com candidaturas apresentadas por um par investigador/instituição, o [Joint Application Portal \(JAP\)](#). Este foi desenvolvido com tecnologias contemporâneas e de acordo com os standards e boas práticas actuais (CSS 3, HTML 5) em PHP sobre um servidor Apache, o que constitui mais uma mudança paradigmática do modo como se desenvolve software na FCT. De notar que em grande parte este portal serviu o propósito de criação de um protótipo de novo portal para os grandes concursos de bolsas individuais, cujo portal actual embora estabilizado e utilizável começa a apresentar importantes lacunas de tecnologia e métodos, nomeadamente no que diz respeito à verificação fiável e automática dos ficheiros transferidos pelos candidatos. O desenvolvimento do portal de candidatura foi acompanhado pelo desenvolvimento de um backoffice específico que cumpre objectivos similares.



---

#### 3.4.4. OPTIMIZAÇÃO DO SISTEMA DE BASE DE DADOS CENTRAL

---

O núcleo do sistema de informação da FCT reside num sistema de bases de dados MSSQL Server. A sua crescente utilização com um crescimento de informação acumulada extremamente rápido e a crescente dependência de todos os serviços do seu correcto e eficiente funcionamento exigem que os métodos usados na sua parametrização e manutenção evoluam e correspondam às boas práticas recomendadas. No âmbito do suporte Premier contratualizado com a Microsoft Portugal decorreu um Risk Assessment Program (RAP) relativo ao MSSQL instalado na FCT que, na opinião de todos os envolvidos, serviu para introduzir melhorias consideráveis nos sistemas existentes e funcionou como uma oportunidade de aprendizagem importante.

---

#### 3.4.5. BASE DE DADOS DE AVALIADORES

---

A gestão de todo o processo de avaliação, nomeadamente a escolha de avaliadores, é extremamente importante para a missão da FCT. A sistematização desta informação de maneira a permitir a tomada de decisões atempadas quanto ao conjunto de avaliadores a utilizar nos diferentes programas, o assegurar os pagamentos aos mesmos, maioritariamente estrangeiros, e a comunicação à Direcção Geral de Contribuições e Impostos das verbas retidas, motivaram o desenvolvimento de todo um subsistema que pretende agrupar métodos díspares e não sistematizados até agora.

---

#### 3.4.6. INTERCÂMBIO DE DADOS COM O COMPETE/QREN

---

Iniciada em 2009, consolidou-se em 2010 a integração de dados de projectos de I&D fornecidos pela FCT no SIQREN, o sistema de informação onde estão registados os financiamentos apoiados pelo COMPETE. Tem sido um trabalho complexo, envolvendo inovação tecnológica para a FCT (enviar e receber dados em XML através de webservices) e uma dimensão considerável. A comunicação de dados entre duas entidades distintas com culturas, hábitos e opções tecnológicas não coincidentes é sempre um desafio não limitado à vertente tecnológica exigindo adaptações, validações e criação de registos possibilitando auditoria futura. O processo preparatório a nível de gestão para todas estas alterações está descrito na secção 3.5.

---

#### 3.4.7. ACOMPANHAMENTO DE PROJECTOS EM OUTSOURCING

---

Há duas ordens de razões que justificam a utilização de software especialmente criado em regime de outsourcing. A utilização de software relativamente standard usado frequentemente em organismos públicos adaptado a solicitações da instituição, são exemplos os sistemas GIAF, myGIAF, fornecidos pela empresa INDRA, e necessidades que ultrapassem a capacidade de resposta *in house* para um fim específico e transitório, de que são exemplo a contratualização da parametrização de um sistema de gestão documental e a conversão de sistemas baseados em Filemaker para SQL server, contratualizados com a empresa gmv (ex Skysoft). O acompanhamento destes projectos e a sua integração com sistemas locais constituíram esforços que se intensificaram consideravelmente em 2010.

---

#### 3.4.8. MANUTENÇÃO DE SOFTWARE E HARDWARE

---

O extenso parque informático da FCT requer manutenção que não se compadece com métodos não automatizados. Um desenvolvimento importante consistiu nos primeiros passos na utilização de

ferramentas como o System Center Configuration Manager e System Center Operation Manager da Microsoft.

As crescentes necessidades de computação e armazenamento de dados (motivadas em grande parte pelo projecto de gestão documental) e o facto do espaço físico disponível para instalações de racks de servidores ser limitado levaram à adopção de sistemas Blade como o standard de servidor a utilizar oferecendo vantagens inegáveis também quanto a gastos energéticos e necessidades de ar condicionado.

Os sistemas de backup passaram neste período a usar como suporte discos rígidos com ligações *fiber channel*, mais uma vez um facto grandemente influenciado pelo projecto de gestão documental.

---

#### 3.4.9. METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO

---

Há 8 anos atrás os projectos de software desenvolvidos pela informática local eram feitos em regime de avença em que tipicamente um programador era responsável pelo código e o testava na sua máquina pessoal. 2010 foi o ano da adopção em grande escala das ferramentas colaborativas normais em grupos de maior dimensão e maturidade: repositórios de código, ambientes de qualidade e produção distintos, etc. Provavelmente, estas mudanças acabam por ser as que maior relevância e impacto futuro poderão ter no Grupo de Informática da FCT.

### 3.5. INTERACÇÃO COM O COMPETE

---

A interacção com a Comissão Directiva do COMPETE - Programa Operacional Factores de Competitividade em todos os aspectos relacionados com o papel da FCT como Organismo Intermédio deste programa operacional e a especificação de funcionalidades necessárias à execução de projectos com co-financiamento FEDER foi realizada através da Assessoria para a área de projectos. Destacam-se como relevantes em 2010 os seguintes aspectos.

---

#### 3.5.1. APROVAÇÃO DO COMPLIANCE ASSESMENT DA FCT NO ÂMBITO DO COMPETE

---

Na sequência dos trabalhos desenvolvidos em 2009 e que se prolongaram em 2010, a IGF visitou a FCT em 12 de Abril de 2010 com o objectivo de avaliar o cumprimento dos requisitos necessários à aprovação pela EU do Compliance Assessment do POFC no que diz respeito à FCT enquanto organismo Intermédio. Em 20 de Setembro de 2010 a EU aprovou, sem restrições, o referido documento.

---

#### 3.5.2. A FCT COMO ORGANISMO PAGADOR DE FUNDOS FEDER DO COMPETE

---

Foram negociadas com o COMPETE e com o IFDR as condições que conduziram a que a FCT fosse organismo pagador de fundos FEDER. Em 1 de Março de 2010 foi assinado pela FCT, COMPETE e IFDR o protocolo para o estabelecimento do regime de fluxos financeiros entre o IFDR, o POFC e a FCT que atribuiu à FCT o papel de Organismo Intermédio do POFC com subvenção global, e assinada a 2ª adenda ao contrato de delegação de competências do POFC na FCT que confirma a FCT como organismo pagador de fundos FEDER.

---

#### 3.5.3. SUBMISSÃO ELECTRÓNICA E ANÁLISE DE DESPESA

---

A submissão electrónica de despesa em projectos co-financiados pelo FEDER é um requisito deste fundo que a FCT também adoptou para os projectos com financiamento exclusivo por fundos nacionais. Foram especificadas as funcionalidades de submissão electrónica e de análise de despesas, implementados pelo Grupo de Informática, através do Portal de Ciência e Tecnologia (PCT).

Não foram identificadas grandes dificuldades ou resistências fortes por partes das instituições beneficiárias na adaptação a esta nova metodologia de reporte de despesa executada. Para este facto resultou a qualidade da funcionalidade disponibilizada e também o apoio célere que, através de um endereço próprio de e-mail, foi dado aos beneficiários pelos técnicos da FCT. Foram escritos e disponibilizados manuais de apoio às funcionalidades de delegação de acessos ao PCT e de submissão electrónica de despesa. Um conjunto de FAQs disponibilizado no PCT foi sendo actualizado face às questões colocadas.

## 4. RECURSOS NECESSÁRIOS

---

### 4.1. RECURSOS HUMANOS

---

A FCT debateu-se na primeira década do século com um sério problema de diminuição dos seus efectivos.

Em 2009, assistiu-se a uma inversão dessa situação, tendo aumentado o número de trabalhadores de 131, em 31.12.2008, para 182, em 31.12.2009, em virtude da realização da quase totalidade de vários procedimentos concursais comuns para constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, efectuados ao abrigo do descongelamento de vagas autorizado pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Pública, com a concordância do Senhor Ministro de Estado e das Finanças.

Em 2010, realizaram-se mais alguns procedimentos concursais, tendo sido preenchidos os postos de trabalho a seguir indicados segundo a unidade orgânica em que os novos trabalhadores foram integrados e respectivas carreiras:

- Assessoria ao Conselho Directivo: 1 técnico superior para área de gestão documental e 2 técnicos superiores de Secretariado;
- Departamento de Gestão e Administração: 2 assistentes técnicos;
- Departamento de Formação dos Recursos Humanos em Ciência e Tecnologia: 1 assistente técnico;
- Departamento de Suporte à Rede de Instituições Científicas e Tecnológicas: 1 assistente técnico;
- Departamento de Relações Europeias, Bilaterais e Multilaterais: 2 técnicos superiores e 1 assistente técnico.

No final do ano estavam ainda a decorrer dois procedimentos concursais para preenchimento de um lugar na carreira/categoria de técnico superior e de três lugares na carreira / categoria de assistente operacional.

Iniciaram também funções como técnicas superiores, no Departamento de Suporte à Rede de Instituições Científicas e Tecnológicas e no Departamento de Programas de Projectos e Projectos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico, duas diplomadas do Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP), ministrado pelo Instituto Nacional de Administração.

É assim evidente o esforço de melhoria em termos de recursos humanos, sendo de destacar que a maioria dos/as candidatos/as que celebraram contratos em funções públicas tinham usufruído de formação nos serviços para as actividades específicas que a missão da FCT exige, ao abrigo de bolsas previstas no Regulamento do DFRH.

Face ao exposto no parágrafo precedente fica patente que se mantém a situação de grave carência de recursos humanos qualificados, algo imprescindível para fazer face aos desafios crescentes que o organismo tem de enfrentar, perante utentes (internos e externos) com um grau de exigência crescente.

---

#### 4.1.1. COLABORADORES POR TIPO DE RELAÇÃO LABORAL

---

Data	Trabalhadores em funções públicas	Bolseiros
31.12.2008	131	64
31.12.2009	182	23
31.12.2010	192	18

QUADRO Nº.: 22 - TRABALHADORES EM FUNÇÕES PÚBLICAS

Em 31 de Dezembro de 2010, a FCT contava 192 trabalhadores em funções públicas, nos termos expostos no Balanço Social em anexo e que agora se resume.

---

#### 4.1.2. RECURSOS HUMANOS POR SEXO, CARGO E CARREIRA

---

Cargos e carreiras	Sexo	
	Masculino	Feminino
Direcção Superior	2	1
Dirigentes Intermédios	1	5
Técnicos Superiores/Docentes	31	93
Coordenador Técnico	0	2
Especialista e Técnico de Informática	4	8
Assistente Técnico	10	29
Assistente Operacional	5 <sup>15</sup>	1
<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>139</b>

QUADRO Nº.: 23 - CARGOS E CARREIRAS POR GÉNERO

O grupo de pessoal com um maior número de efectivos era o dos técnicos superiores, o qual representava cerca de 63% do total dos efectivos. Seguiu-se o grupo de pessoal dos assistentes técnicos, com 21% do número total de trabalhadores.

Os efectivos do sexo feminino eram 139 e representavam cerca de 72% do total dos efectivos, enquanto os do sexo masculino eram apenas 53, ou seja, 28% da globalidade dos efectivos.

O grupo com a maior taxa de feminização era o dos técnicos superiores, onde em 121, 91 eram do sexo feminino.

Analisando os grupos de pessoal que abarcavam o maior número de trabalhadores, podemos referir que as mulheres representavam cerca de 76% do total dos assistentes técnicos e de 75% do total dos técnicos superiores.

---

<sup>15</sup> Dois motoristas abrangidos pelo regime de contrato de trabalho no âmbito do Código do Trabalho.

#### 4.1.3. RECURSOS HUMANOS POR ESCALÃO ETÁRIO

A distribuição dos trabalhadores por faixa etária não sofreu alterações significativas relativamente ao ano anterior.

Efectivamente, em 2010, o escalão etário com um maior número de trabalhadores era o que se compreendia entre os 35 e os 39 anos, cerca de 22% do total, seguido pelo grupo etário com idades compreendidas entre 30 e 34 anos, cerca de 18%.

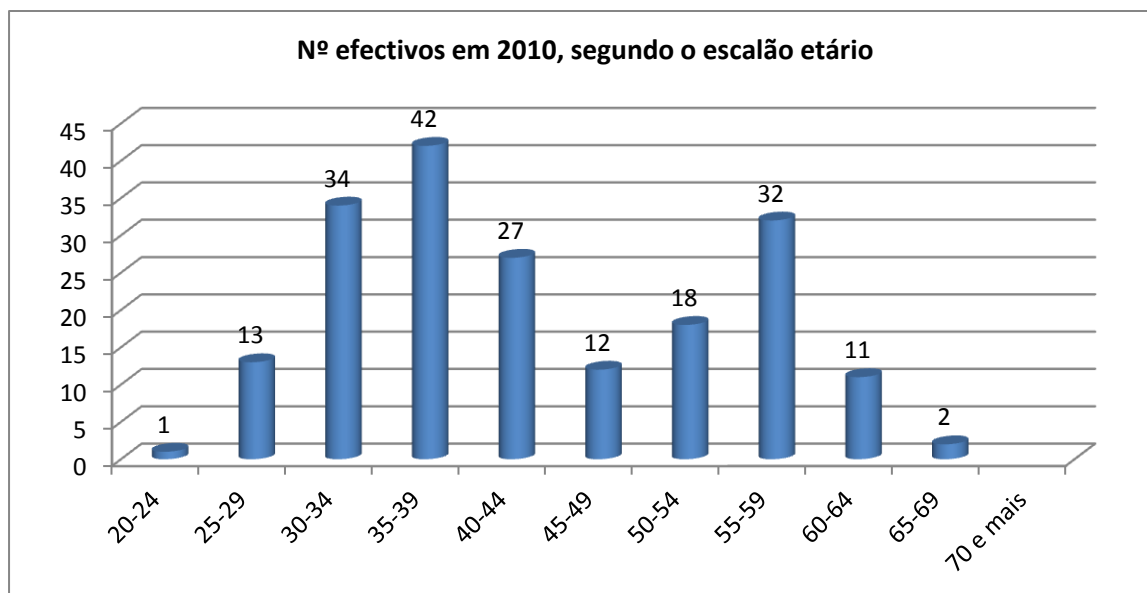


GRÁFICO Nº.: 20 - Nº EFECTIVOS EM 2010, SEGUNDO O ESCALÃO ETÁRIO

#### 4.1.4. RECURSOS HUMANOS POR ESTRUTURA HABILITACIONAL

A licenciatura era o grau académico mais representado, englobando cerca de 57% dos efectivos. Dos 131 que possuem no mínimo uma licenciatura, 97 eram do sexo feminino e 34 do sexo masculino, sendo que 70% do total dos trabalhadores do sexo feminino tem no mínimo uma licenciatura, contra 64% do total dos trabalhadores do sexo masculino. Em 2008, o grau académico que concentrava um maior número de funcionários já era a licenciatura, mas apenas representava cerca de 38% do total.

Este aumento é o resultado do esforço efectuado para reforçar os quadros do organismo com trabalhadores mais qualificados.

Como níveis académicos menos representados encontramos os 6 anos de escolaridade e o Bacharelato, os quais apenas traduziam, cada um, cerca de 1% do total dos trabalhadores. O 6º ano de escolaridade em 2008 era o nível com menos colaboradores, ficando-se pelos 3% do total.



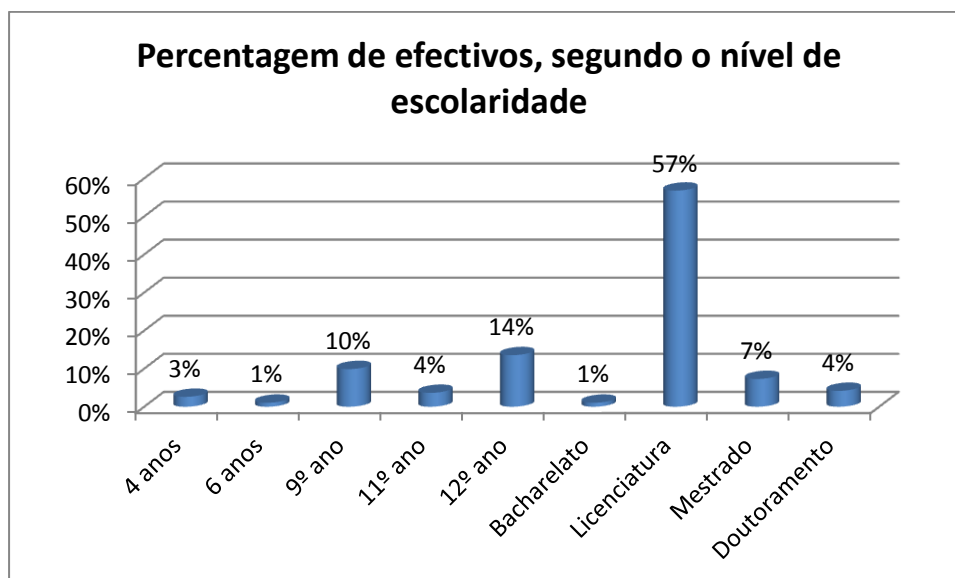


GRÁFICO Nº.: 21 - Nº EFECTIVOS EM 2010, SEGUNDO O ESCALÃO ETÁRIO

#### 4.1.5. RECURSOS HUMANOS POR ANTIGUIDADE

A entrada de novos trabalhadores em funções públicas durante o ano de 2009 também teve repercussões quanto a este indicador, passando o intervalo de antiguidade até aos 5 anos a ser o que apresenta uma maior concentração de trabalhadores, cerca de 42%, seguido pelo intervalo de antiguidade entre os 35 e os 39 anos de serviço, com 14% dos efectivos.

No extremo oposto encontram-se os intervalos de antiguidade entre os 5 e os 9 anos e mais de 40 anos de serviço com 2% e 3% dos trabalhadores, respectivamente.

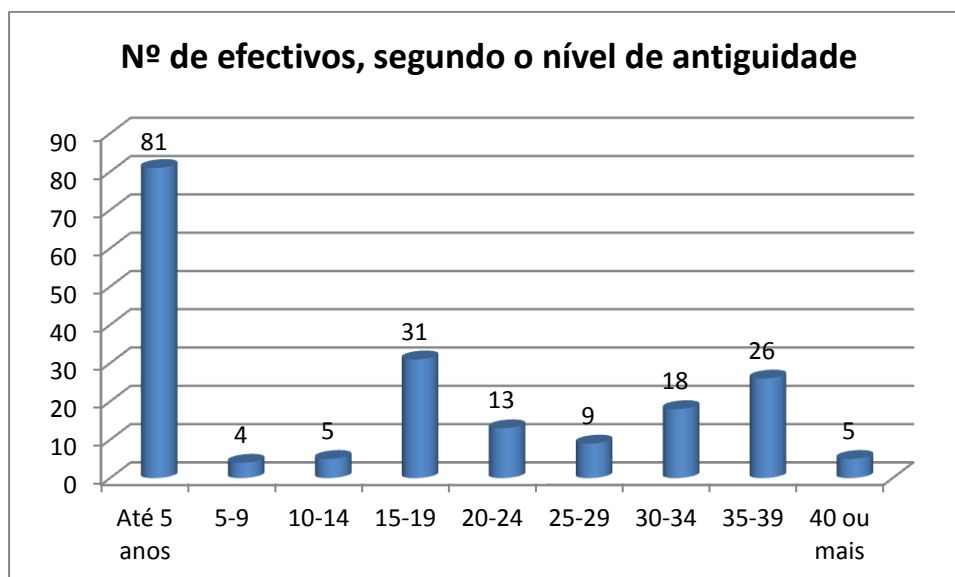


GRÁFICO Nº.: 22 - Nº DE EFECTIVOS, SEGUNDO O NÍVEL DE ANTIGUIDADE

---

#### 4.1.6. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

---

Relativamente à formação profissional, em 2010, os trabalhadores frequentaram acções de a FCT em áreas tão diversas como:

- FORGEP (Programa de Formação em Gestão Pública);
- Gestão Pública;
- Contratação pública;
- Contabilidade pública;
- Plataforma electrónica de contratação e de compras públicas;
- Arquivo e documentos digitais;
- Qualidade em serviços públicos.

No ano de 2010, houve um total de 71 participações em acções de formação profissional, sendo 19 participações em acções internas e 52 em acções externas.

No que toca à duração das formações, apenas 10 acções tiveram uma duração superior a 120 horas e 47 acções tiveram uma duração inferior a 30 horas.

O total de horas dispendido em formação profissional foi de 3215 horas e o custo total das acções realizadas em 2010 foi de 22349,45€.

---

#### 4.1.7. PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

---

À semelhança do que já sucedera no ano anterior, e no âmbito do protocolo anteriormente estabelecido com o ISCTE, a equipa SAD/MCTES continuou a apoiar, embora de modo menos constante, a implementação do sistema de avaliação do desempenho, nos termos previstos pela Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, nos serviços do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Também em 2010 foram elaborados *Tableau de Bord* de acordo com a metodologia Balanced Scorecard e EFQM/CAF para os três subsistemas do Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP), isto é, para o QUAR (SIADAP 1); para os departamentos do organismo e dirigentes intermédios (SIADAP 2) e para os restantes trabalhadores (SIADAP 3).

No âmbito dos SIADAP 2 e 3 foram contratualizados objectivos ou competências com todos os trabalhadores que reuniam os requisitos para tal nos termos da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro.

Foi efectuada a monitorização do SIADAP tanto pela equipa SAD/MCTES, como também internamente, pela Divisão de Gestão de Recursos Humanos.

---

#### 4.1.8. PRINCIPAIS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

---

Como principais actividades desenvolvidas pela área do pessoal em 2010, para além das habitualmente desenvolvidas pelos recursos humanos, podemos enunciar as seguintes:

- Estudo e aplicação da nova legislação aplicável aos trabalhadores em funções públicas, especialmente no que respeita às questões relacionadas com a protecção social;
- Recepção das candidaturas aos sete procedimentos concursais abertos ou, embora abertos no ano anterior, ainda a decorrer em 2010 para constituição de relações jurídicas de emprego público, por tempo indeterminado; registo de candidaturas na BD e elaboração das listagens para os júris;
- Implementação da marcação de férias através da base de dados “MyGIAF”;
- Aplicação da metodologia CAF - Common Framework Assessment ao Departamento de Gestão e Administração.

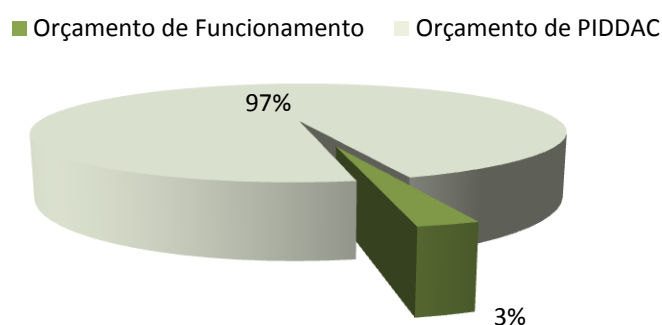
## 4.2. RECURSOS FINANCEIROS EM 2010

O Orçamento da FCT integra o Orçamento de Funcionamento e o Orçamento de Investimentos do Plano (PIDDAC).

Em 2010 o orçamento inicial ascendeu a 534.747.988€, com a seguinte afectação:

Orçamento de Funcionamento	13.988.761€
PIDDAC	520.759.227€

## Orçamento Inicial



Fontes de Financiamento	Orçamento		Receita cobrada (c/ integração de saldos autorizados)	Despesa paga	Grau de Execução
	Inicial	Corrigido Utilizável			
	(1)	(2)			
<b>Transferências OE</b>	368.403.000	349.888.241	349.612.504	348.436.150	99,66%
<b>Transferências FEDER - QREN:</b>	68.919.227	54.135.564	47.953.517		
Projectos co-financiados			26.976.136	26.880.378	99,65%
Reembolso de pagamentos efectuados com fundos nacionais			20.977.381	20.977.381	100,00%
<b>Transferências FEDER - QCA III</b>		2.277.321	2.269.854	2.269.853	100,00%
<b>Transferências FSE</b>	82.450.000	86.379.231	73.727.416	73.725.798	100,00%
<b>Transferências UMIC</b>	1.350.000	1.270.967	1.350.000	1.194.331	88,47%
<b>Transferências UE (7º PQ IDT e MFEEE*<sup>16</sup>)</b>	3.708.561	4.368.333	913.124	316.274	34,64%
<b>Receitas Próprias</b>	9.917.200	32.866.687	7.609.659	7.490.900	98,44%
<b>Total</b>	<b>534.747.988</b>	<b>531.186.344</b>	<b>483.436.074</b>	<b>481.291.065</b>	<b>99,56%</b>

QUADRO Nº.: 24 - EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO GLOBAL: FUNCIONAMENTO E INVESTIMENTO, POR FONTES DE FINANCIAMENTO

Relativamente à receita do FEDER/QREN (47,6M€), uma parte correspondeu ao reembolso à FCT por conta dos pagamentos feitos em anos anteriores, exclusivamente através de verbas nacionais, no âmbito da execução de projectos de I&D elegíveis ao POFC/QREN, cujas candidaturas só puderam ser submetidas para aprovação da Autoridade de Gestão do POFC em finais de 2009.

<sup>16</sup> MFEEE – Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu.

Em seguida apresenta-se a evolução orçamental nas suas componentes: funcionamento e investimento (PIDDAC).

#### 4.2.1. ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO

Programas, Actividades e Fontes de Financiamento	Orçamento Inicial	Fonte de financiamento (%)
<b>PROGRAMA 19</b> - Investigação e Ensino Superior - MCTES		
<b>ACT-258</b> – Gestão administrativa		
311 - Transferências OE	7.903.000	56.5%
480 - Transferências da União Europeia para Projecto WELCOME	3.160.500	22.6%
480 - Transferências da União Europeia para Projectos ERA-NET	548.061	4.0%
510 - Receitas Próprias	1.007.200	7.2%
510 - Reposições não abatidas nos pagamentos	20.000	0.1%
610 - UMIC-Agência para a Sociedade do Conhecimento,IP	1.350.000	9.6%
<b>Total</b>	<b>13.988.761</b>	<b>100.0%</b>

QUADRO Nº.: 25 – ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO (DOTAÇÕES INICIAIS)

Por aplicação do disposto nos nºs 3, 4, 5 e 6 do artigo 2º da Lei n.º 3B/2010, de 31 de 28 de Abril, ficaram cativos no orçamento de funcionamento 500.909€.

#### EVOLUÇÃO ORÇAMENTAL

O orçamento de funcionamento foi reforçado por:

- Integração dos saldos de gerência anterior - **918.264€**;
- Reembolsos POCI e POSC - **6.196.456€**, referentes a despesas pagas pela FCT em anos anteriores na execução de projectos co-financiados pelo FEDER e FSE, no âmbito daqueles programas operacionais do QCA III;
- Receita proveniente da U.E. (7º PQ de I&D) para as redes Era-Net's - **45.454€**.

O quadro seguinte resume a execução do orçamento de funcionamento, por fontes de financiamento.

Fontes de financiamento	Inicial	Receita Cobrada	Despesa paga	Saldo
	(1)	(2)	(3)	(4)=(2)-(3)
Transferências OE	7.903.000	7.402.091	6.852.278	549.813
Transferências FSE e FEDER (POCI e POSC/QCA III)	-	6.166.843	6.165.710	1.133
Transferências UMIC	1.350.000	1.350.000	1.194.331	155.669
Transferências UE - Era-Nets	548.061	903.028	306.178	596.850
Transferências UE - Welcome	3.160.500			0
Auto Financiamento (AF)	1.027.200	1.325.087	1.265.749	59.338
<b>Total</b>	<b>13.988.761</b>	<b>17.147.049</b>	<b>15.784.246</b>	<b>1.362.803</b>

QUADRO Nº.: 26 - EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO POR FONTES DE FINANCIAMENTO

	Despesa paga	% do total
Despesas com o pessoal	6.043.701	38,3%
Aquisição de bens e serviços correntes	4.111.720	26,0%
Transferências correntes	4.572.875	29,0%
Total Despesas de Capital	1.055.950	6,7%
<b>Total Despesas</b>	<b>15.784.246</b>	<b>100,0%</b>

QUADRO Nº.: 27 - REPARTIÇÃO DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO POR AGRUPAMENTO ECONÓMICO

Salienta-se que o valor da despesa em aquisição de serviços inclui os encargos com o aluguer do edifício onde está instalado o Pavilhão do Conhecimento.

Os reembolsos do QCAIII, foram maioritariamente reinvestidos no programa de formação avançada para pagamento a bolseiros e custos de formação (propinas de doutoramento de bolseiros).

#### 4.2.2. ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO (PIDDAC)

Programas, Actividades e Fontes de Financiamento	Orçamento Inicial	Fonte de financiamento (%)
<b>PROGRAMA 19</b> - Investigação e Ensino Superior - MCTES		
<b>MEDIDA 4</b> – Investigação Científica de Carácter Geral (c/16 Projectos)		
311 - Transferências de OE	360.500.000	69.2%
412 - Transferências de FEDER	68.919.227	13.2%
442 - Transferências de FSE	82.450.000	15.8%
510 - Receitas Próprias	8.890.000	1.8%
<b>Total</b>	<b>520.759.227</b>	<b>100.0%</b>

QUADRO Nº.: 28 – ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO (DOTAÇÕES INICIAIS)

Em virtude do disposto nos nºs 2 e 5 do artigo 2º da Lei do OE para 2010 e do disposto no nº 2 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 72-A/2010 de 18 Junho, a cativação foi de 72.831.559€ (correspondente a 20% do OE inicial).

#### EVOLUÇÃO ORÇAMENTAL

O orçamento do PIDDAC sofreu as seguintes alterações:

- Reforço por reposições não abatidas nos pagamentos - **3.216.613€**;
- Reforço por verbas do MFEEE - **10.096€**;
- Reforço FEDER - **2.481.388€**;
- Descativação aprovada pela tutela das Finanças - **57.565.938€** (Nov e Dez), incluiu uma parcela (2.940.706€) para reforço do orçamento do Fundo de Acção Social do Ensino Superior (bolsas da acção social escolar).

Nos quadros 5 e 6 apresentam-se a execução do PIDDAC, por fontes de financiamento e áreas de intervenção do investimento em C&T, assegurado pela FCT.

Fontes de Financiamento	Orçamento		Receita Cobrada	Despesa Paga	Saldo
	Inicial	Utilizável			
	(1)	(2)			
Transferências do OE	360.500.000	342.372.982	342.210.413	341.583.872	626.541
Transferências FEDER - QREN	68.919.227	51.858.243	47.953.517	47.857.759	95.758
Projectos co-financiados			26.976.136	26.880.378	95.758
Reembolso de pagamentos efectuados com fundos nacionais			20.977.381	20.977.381	0
Transferências FSE- QREN	82.450.000	82.460.096	69.830.427	69.829.941	486
U.E. - MFEEE			10.096	10.096	0
Receitas Próprias	8.890.000	10.592.295	6.284.572	6.225.151	59.421
<b>Total</b>	<b>520.759.227</b>	<b>508.260.997</b>	<b>466.289.025</b>	<b>465.506.819</b>	<b>782.206</b>

QUADRO Nº.: 29 - SÍNTESE DA EXECUÇÃO DO PIDDAC POR FONTES DE FINANCIAMENTO

Unidade: €

Áreas de intervenção da FCT	Orçamento inicial	Receita cobrada	Despesa Paga
<b>I. Formação Avançada de recursos humanos e Emprego Científico</b>	<b>222.000.000</b>	<b>213.951.795</b>	<b>213.895.425</b>
Formação avançada	173.000.000	163.688.780	163.632.430
Emprego Científico	49.000.000	50.263.015	50.262.995
<b>II. Instituições I&amp;D e Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas</b>	<b>106.300.000</b>	<b>97.249.169</b>	<b>96.898.938</b>
Laboratórios Associados, Centros I&D e Laboratórios de Estado	83.560.000	86.018.938	85.806.297
Instituto Ibérico Internacional de Nanotecnologia	15.000.000	8.000.000	8.000.000
Instalações e equipamentos científicos	4.650.000	1.408.398	1.274.131
Fundo de Apoio à Comunidade Científica (FACC)	3.090.000	1.821.833	1.818.510
<b>III. Projectos de I&amp;D</b>	<b>113.856.047</b>	<b>85.310.532</b>	<b>85.140.660</b>
<b>IV. Cultura Científica e Tecnológica</b> (inclui rede de Centros de Ciência Viva)	<b>20.000.000</b>	<b>13.438.809</b>	<b>13.438.809</b>
<b>V. Cooperação Internacional em C&amp;T</b>	<b>57.200.000</b>	<b>55.529.534</b>	<b>55.497.793</b>
Parcerias Internacionais (MIT, CMU, UTAustin, Havard, Sloan School, Instituto Fraunhofer)	21.700.000	20.419.741	20.419.739
Cooperação Internacional em C&T (inclui contribuições de Portugal para Organizações Internacionais de C&T)	35.500.000	35.109.792	35.078.054
<b>VI. Assistência Técnica</b>	<b>1.403.180</b>	<b>809.186</b>	<b>635.193</b>
<b>Total</b>	<b>520.759.227</b>	<b>466.289.025</b>	<b>465.506.818</b>

QUADRO Nº.: 30 - SÍNTESE DA EXECUÇÃO DE 2010 POR ÁREAS DE INTERVENÇÃO

O nível de execução da despesa face à receita cobrada situou-se em 99,8%. Apenas as despesas enquadradas na assistência técnica da gestão dos fundos comunitários apresentam um nível de execução abaixo desta média (78,5%).

O gráfico seguinte ilustra a repartição da despesa por área de intervenção da FCT, destacando-se a Formação Avançada e o apoio ao Emprego Científico com 46%, seguindo-se o apoio a Instituições de I&D e equipamentos de C&T com 21%, o financiamento de Projectos de I&D com 18%, a Cooperação Internacional em C&T com 12% e a Cultura Científica e Tecnológica com 3%.

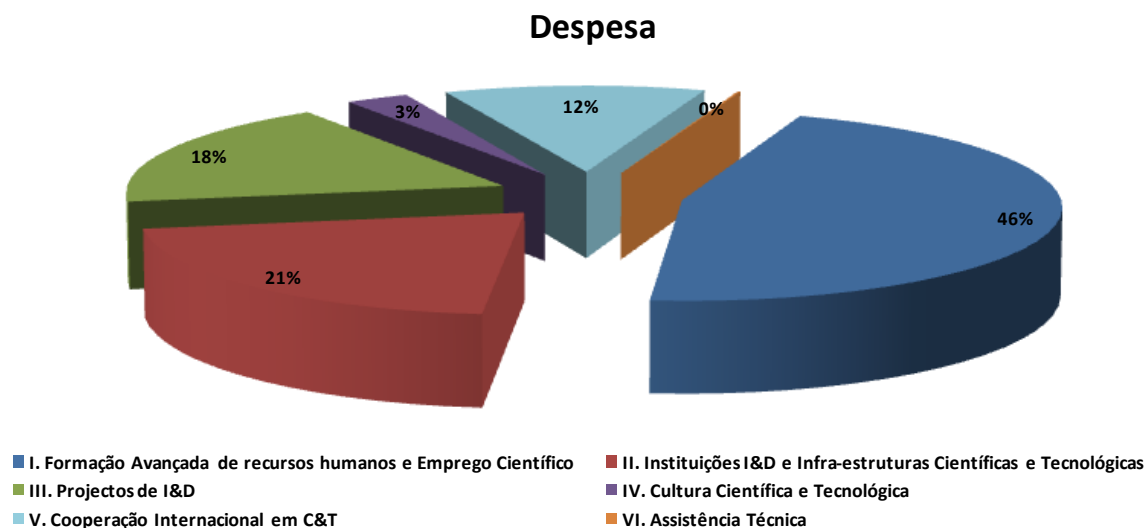


GRÁFICO Nº.: 23 - DESPESA

Em 2010 a FCT prosseguiu o objectivo de adaptar e equipar os seus serviços com os meios considerados necessários à melhoria da qualidade do seu desempenho.

Nesse contexto, foi concretizada a remodelação do espaço ocupado pelo Departamento de Gestão e Administração (DGA), compreendendo 26 postos de trabalho, com uma área total de 364 m<sup>2</sup>. O valor gasto nesta obra de remodelação foi de 150.585€.



## ACTIVIDADES DOS CONSELHOS CIENTÍFICOS

---

### CONSELHO CIENTÍFICO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES

---

Desde a sua homologação pelo Ministro em 3 de Maio de 2010 até final de Dezembro de 2010 foram realizadas três reuniões do Conselho Científico das Ciências Sociais e Humanidades (CCCSH): 8 de Julho, 23 de Setembro e 18 de Novembro. O Conselho é presidido pelo Professor José Mattoso.

O principal objectivo destas primeiras reuniões foi o de delinear colectivamente uma estratégia para este Conselho e a programação das suas actividades em 2010-2011.

Primeiramente foram produzidos pelos membros relatórios preliminares sobre o estado da arte nas áreas disciplinares de investigação representadas no Conselho. A partir da análise e discussão destes relatórios individuais, o Conselho preparou um guião e programou audições de todas as 132 unidades de investigação e desenvolvimento em CSH financiadas pela FCT, calendarizadas para 2011, com vista à produção e publicação de um relatório sobre vários pontos críticos da investigação em Ciências Sociais e Humanas em Portugal.

### CONSELHO CIENTÍFICO DAS CIÊNCIAS DA VIDA E DA SAÚDE

---

O Conselho Científico das Ciências da Vida e da Saúde, CCCVS, reuniu 4 vezes durante o seu segundo ano de actividades, tendo discutido vários temas/documentos sugeridos pelo CD da FCT, apresentando propostas e emitindo pareceres, bem como participado em diversas actividades no país e em reuniões internacionais, em representação de Portugal.

A sua Agenda incluiu a discussão de assuntos relacionados com:

- a avaliação de projectos, nomeadamente, indicando avaliadores para os painéis de concursos e avaliação final de relatórios de projectos;
- proposta de candidatura de cientistas portugueses a prémios internacionais na área da Saúde e participação de jovens investigadores na reunião anual de prémios Nobel;
- emissão de pareceres a pedido do CD da FCT, nomeadamente, em pedidos do MCTES, como ex: a criação de centros de Ensaios Clínicos em PT e estudo *Sustentabilidade e competitividade na Saúde em Portugal* promovido pelo Health Cluster - Portugal, bem como participação em networks internacionais do tipo ERA-Nets;
- participação em reuniões internacionais em representação de Portugal: como membro do conselho científico no European Medical Research Council da European Science Foundation-ESF; como membro do *Management Board* na iniciativa piloto *EU Joint Programming - Neurodegenerative Diseases, JPND*;
- organização de uma reunião informal sobre o tema *Investigação em Doenças Neurodegenerativas - Alzheimer em PT* na Universidade de Coimbra.

Além disso, o CCCVS elaborou documentos e emitiu pareceres, sobre assuntos específicos que importa aqui referir, devido à necessidade (urgência) de ponderação e futura implementação:

- *Personal Grants - Developing Careers document: New strategies for research incentives/career development.*

## FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

- *Evaluation of a program for Resident MDs/PhDs: MD/PhD Program Clinical Research Training.*
- Avaliação das candidaturas a *Internos-Doutorandos* do programa dos Ministérios da Saúde e da Ciência.

---

### CONSELHO CIENTÍFICO DAS CIÊNCIAS NATURAIS E DO AMBIENTE

---

O Conselho Científico das Ciências Naturais e do Ambiente, foi constituído durante o ano 2010 e teve as suas primeiras duas reuniões a 26 de Outubro e 20 de Dezembro respectivamente. Nestas reuniões começou-se a delinear o programa de actividades deste Conselho e das suas agendas destacando-se discussões sobre a participação de Portugal na *Global Biodiversity Information Facility (GBIF)*, e na *Intergovernmental Platform on Biodiversity and Ecosystem Services (IPBES)*, bem como o eventual apoio da FCT à Algoteca de Coimbra e à comunidade científica portuguesa que desenvolve investigação Polar. O processo de avaliação das bolsas de doutoramento e pós-doutoramento também foi discutido.

---

### CONSELHO CIENTÍFICO DAS CIÊNCIAS EXACTAS E ENGENHARIAS

---

Foram realizadas duas reuniões do Conselho Científico das Ciências Exactas e Engenharias (CCCEE) em 22 de Fevereiro e 19 de Maio de 2010. A reunião de Fevereiro foi a última em que esteve presente o Coordenador Executivo, Prof. Alberto Pinto.

De acordo com as respectivas actas:

- Foram analisadas parcerias internacionais existentes (MIT, UT Austin) e proposta a criação de novas parcerias internacionais com as Universidades de Cambridge, Warwick e Califórnia.
- Foi analisada a participação portuguesa em *Joint Programmings* e discutido o interesse em diversificar essa participação para novas áreas.
- Foi iniciada a discussão sobre avaliação e progressão na carreira dos investigadores *Ciência*.
- Foi apresentada e discutida a proposta de criação de uma *Graduate School of Portugal*.

## ANEXOS

### ANEXO I PROGRAMA NACIONAL DE RE-EQUIPAMENTO CIENTÍFICO

#### ANÁLISE DETALHADA DOS INDICADORES DE REALIZAÇÃO FÍSICOS E DE RESULTADOS

Os Indicadores de Realização Físicos e de Resultados foram obtidos a partir dos dados fornecidos pelos Investigadores Responsáveis nos Relatórios Finais validados e que se reportam a 234 projectos concluídos até finais de 2010.

#### DISTRIBUIÇÃO, POR INTERVALOS DE CUSTO UNITÁRIO E POR REGIÃO, DO TOTAL DAS PEÇAS DE EQUIPAMENTO ADQUIRIDAS

Das 2873 peças de equipamento adquiridas com um custo total de € 89 541 294,44 (Gráficos G e H), importa salientar:

- 2636 (92%) peças com um custo unitário inferior a 100 000,00 €:
  - têm um custo global de 33 880 385,07 €;
  - 64,5% estão instaladas em Lisboa e Vale do Tejo, 23% (Norte) e 7% (Centro).
- 171 (6%) peças com um custo unitário no intervalo [100 000, 250 000] € :
  - têm um custo total de 24 811 856,35 €;
  - 41,5% estão instaladas em Lisboa e Vale do Tejo, 30% (Norte) e 22% (Centro).
- 50 (2%) peças com um custo unitário no intervalo [250 000, 500 000] €:
  - têm um custo total de 15 377 601,74 €;
  - localizam-se: Norte (14), Centro (11), Lisboa e Vale do Tejo (9), Alentejo (1) e Não Regionalizáveis (15).
- 7 (0,2%) peças com um custo unitário no intervalo [500 000,750 000] €:
  - têm um custo total de 4 533 296,01 €;
  - estão instaladas: Norte (3), Centro (1), Lisboa e Vale do Tejo (3).
- 6 (0,2%) peças com um custo unitário no intervalo [750 000, 1 000 000] €:
  - têm um custo total de 4 327 003,34 €;
  - localizam-se: Norte (1), Lisboa e Vale do Tejo (2), Não Regionalizáveis (3).
- 3 (0,1%) peças com um custo unitário superior a 1 000 000,00 €:
  - custaram 6 611 161,93 €;
  - localizam-se: Centro (2), Não Regionalizável (1).

Em resumo, os equipamentos adquiridos com um custo unitário situado nos intervalos:

- [500 000, 1 000 000] € e ]1 000 000, +∞[ constituem um número reduzido de peças (16 de um total de 2873) e localizam-se no Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo e Não Regionalizáveis e o seu custo global representa 17,3% do custo total dos equipamentos adquiridos (Gráficos G e H);
- [0, 100 000] € constituem 92 % das peças de equipamento, e o seu custo global representa 38% do custo total dos equipamentos;
- [100 000, 250 000] € constituem 6% de peças de equipamento e representam 28% do custo total dos equipamentos.

## FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

Em síntese, o custo das peças de equipamento com um custo unitário compreendido nos intervalos [0, 100 000] € e [100 000, 250 000] €, representa 98% das peças do equipamento adquirido e constitui 65,5 % do investimento em equipamento.

Podemos assim concluir que o PNRC foi essencialmente um programa de renovação e actualização de equipamentos de médio porte, com excepção das Redes de Espectrometria de Massa, Imagiologia Funcional Cerebral, Microscopia Electrónica e Ressonância Magnética Nuclear.

Face ao exposto anteriormente, a análise do investimento/financiamento atribuído no PNRC deve ter em conta o número de peças de equipamento, o custo das mesmas, a distribuição regional e por área científica.

### DISTRIBUIÇÃO, POR INTERVALOS DE CUSTO UNITÁRIO E POR ÁREA CIENTÍFICA, DO TOTAL DE PEÇAS E DO CUSTO TOTAL DOS EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS

No que se reporta à análise da distribuição do equipamento adquirido por área científica e por intervalos de custo unitário, a mesma deve ter em consideração o nº de peças e o valor de custo por forma a evidenciar o valor do investimento/financiamento atribuído (Gráficos I e J):

- 2636 (92%) peças de equipamento com um custo unitário inferior a 100 000,00 €, estão afectas às Áreas Científicas de:
  - Ciências Sociais e Humanas (32,4%), Engenharia Electrotécnica e Informática (13,4%), Ciências Biológicas (11,3%), Física (9,2%), Engenharia Civil (8,4%), o que representa 75% das 2636 peças de equipamento adquiridas neste intervalo.

A análise feita para este intervalo relativa ao custo total dos equipamentos adquiridos ilustra, entre outros, os seguintes resultados:

- Ciências Biológicas (15%), Ciências e Engenharia dos Materiais (10%), Engenharia Electrotécnica e Informática (10%), Engenharia Civil (9%), Ciências do Mar (9%), Engenharia Química e Biotecnologia (7%), Física (7%), Engenharia Mecânica (6%), Ciências Agrárias (5%), Ciências da Saúde (5%), Química (5%) e Ciências Sociais e Humanas (4%).

No intervalo em apreço salienta-se a diferença das percentagens nas Áreas de Ciências Sociais e Humanas e Ciências Biológicas quando a análise é feita por número total de peças ou por custo das mesmas.

- 171 (6%) peças com um custo unitário no intervalo [100 000, 250 000] € distribuem-se pelas Áreas Científicas seguintes: Química (16,4%), Ciências e Engenharias dos Materiais (14%), Física (10%), Ciências do Mar (9,4%), Ciências Biológicas (9%), Ciências da Saúde (6,4%), Engenharia Electrotécnica e Informática (6%), o que representa 71% das 171 peças de equipamento adquiridas neste intervalo.

A análise feita para este intervalo relativa ao custo total dos equipamentos adquiridos ilustra, entre outros, os seguintes resultados:

- Ciências e Engenharia dos Materiais (16%), Química (13%), Física (9%), Ciências Biológicas (9%), Ciências do Mar (9%), Ciências da Saúde (8%), Engenharia Electrotécnica e Informática (5%), Engenharia Civil (5%) e Ciências da Terra e do Espaço (5%).

- 50 (1,7%) peças com um custo unitário no intervalo [250 000, 500 000] € distribuem-se pelas Áreas Científicas e Redes seguintes: Ciências Biológicas (20%), Rede Nacional de Ressonância Magnética Nuclear (18%), Ciências do Mar (12%), Ciências e Engenharias dos Materiais (12%), Química (10%), o que representa 72 % das 50 peças de equipamento adquiridas neste intervalo.

A análise feita para este intervalo relativa ao custo total dos equipamentos adquiridos ilustra, entre outros, os seguintes resultados:

- Rede Nacional de Ressonância Magnética Nuclear (20%), Ciências Biológicas (14%), Ciências do Mar (12%), Ciências e Engenharias dos Materiais (12%), Química (11%).
- 7 (0,2%) peças com um custo unitário no intervalo [500 000, 750 000] € distribuem-se pelas Áreas Científicas e Redes seguintes: Ciências Biológicas (29%), Rede Nacional de Microscopia Electrónica (29%), Física (14%), Ciências da Terra e do Espaço (14%) e Ciências e Engenharias dos Materiais (14%) que representam 100 % das 7 peças de equipamento adquiridas neste intervalo.

A análise feita para este intervalo relativa ao custo total dos equipamentos adquiridos ilustra os seguintes resultados: Rede Nacional de Microscopia Electrónica (27%), Ciências Biológicas (24%), Ciências e Engenharias dos Materiais (19%), Ciências da Terra e do Espaço (16%) e Física (13%) que representa 100 % do custo das 7 peças de equipamento adquiridas neste intervalo.

- 6 peças com um custo unitário que se situa no intervalo [750 000, 1 000 000] €, distribuem-se pelas Áreas Científicas e Redes seguintes:
  - Ciências do Mar (33,3%), Rede Nacional de Espectrometria de Massa (33,33 %), Rede Nacional de Ressonância Magnética Nuclear (16,7%) e Ciências da Terra e do Espaço (16,7%), que representa 100 % das 6 peças de equipamento adquiridas neste intervalo.

A análise feita para este intervalo relativa ao custo total dos equipamentos adquiridos ilustra os seguintes resultados:

- Ciências do Mar (36%), Ciências da Terra e do Espaço (22%), Rede Nacional de Espectrometria de Massa (20%) e Rede Nacional de Ressonância Magnética Nuclear (22%), que representa 100 % das 6 peças de equipamento adquiridas neste intervalo.
- 3 peças com um custo unitário superior a 1 000 000,00 €, foram adquiridas pelas seguintes Redes Nacionais:
  - Imagiologia Funcional Cerebral (33,33%), Microscopia Electrónica (33,33 %) e Ressonância Magnética Nuclear (33,33 %).

A análise feita para este intervalo relativa ao custo total dos equipamentos adquiridos ilustra os seguintes resultados:

- Imagiologia Funcional Cerebral (49%), Ressonância Magnética Nuclear (28%) e Microscopia Electrónica (23%).

GRÁFICOS

<b>A</b>	Projectos não Integrados em Redes Repartição, por Área Científica, do Total do Financiamento Aprovado
<b>B</b>	Redes Nacionais Repartição, por Rede, do total do Financiamento Aprovado e Identificação dos respectivos Pólos Fundadores
<b>C</b>	Repartição, por Região, do Total do Financiamento Aprovado no âmbito do PNRC
<b>D</b>	Repartição do Total do Financiamento Aprovado no âmbito do PNRC e do Financiamento Atribuído aos contratos com RF validado pela FCT, à data de 31/12/2010, por Fonte de Financiamento
<b>E</b>	Distribuição do Financiamento Atribuído aos contratos com RF validado pela FCT, à data de 31/12/2010, por Região
<b>F</b>	Distribuição do Financiamento Atribuído aos contratos com RF validado pela FCT, à data de 31/12/2010, por Área Científica
<b>G</b>	Distribuição, por intervalos de custo unitário e por Região, do Total das Peças de Equipamento Adquiridas nos contratos com RF validado pela FCT, à data de 31/12/2010
<b>H</b>	Distribuição, por intervalos de custo unitário e por Região, do Custo Total dos Equipamento Adquiridos nos contratos com RF validado pela FCT, à data de 31/12/2010
<b>I</b>	Distribuição, por intervalos de custo unitário e por Área Científica, do Total das Peças de Equipamento Adquiridas nos contratos com RF validado pela FCT, à data de 31/12/2010
<b>J</b>	Distribuição, por intervalos de custo unitário e por Área Científica, do Custo Total dos Equipamento Adquiridos nos contratos com RF validado pela FCT, à data de 31/12/2010
<b>K</b>	Impacto do Financiamento Atribuído aos contratos com RF validado pela FCT, à data de 31/12/2010, na criação e manutenção de postos de trabalho, por Região
<b>L</b>	Impacto do Financiamento Atribuído aos contratos com RF validado pela FCT, à data de 31/12/2010, na criação e manutenção de postos de trabalho, por Área Científica
<b>M</b>	Impacto do Financiamento Atribuído aos contratos com RF validado pela FCT, à data de 31/12/2010, na formação superior (mestrado, doutoramento e pós-doutoramento), por Região
<b>N</b>	Impacto do Financiamento Atribuído aos contratos com RF validado pela FCT, à data de 31/12/2010, na formação superior (mestrado, doutoramento e pós-doutoramento), por Área Científica

A

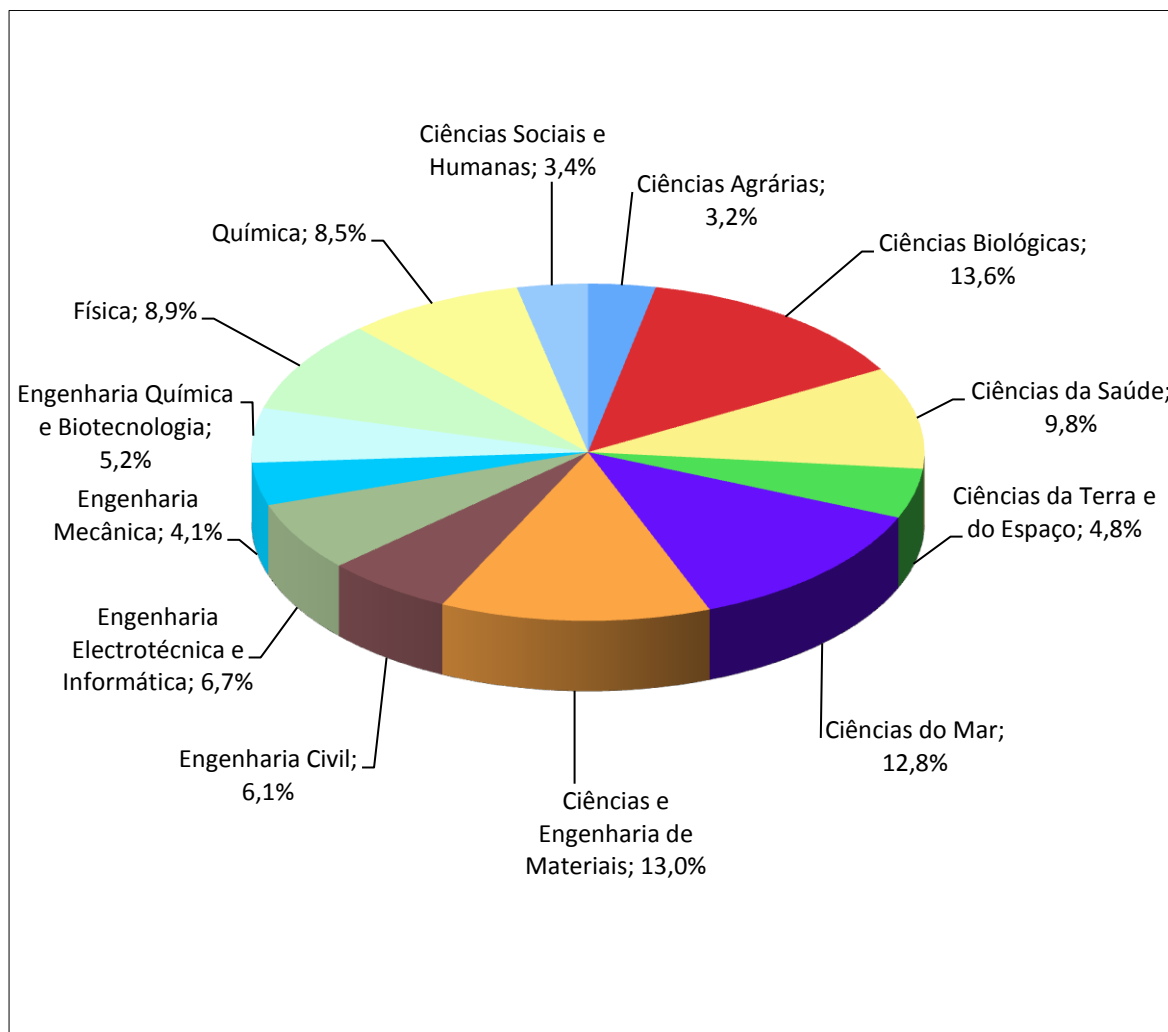


Gráfico A - Projectos não Integrados em Redes. Repartição, por Área Científica, do Total do Financiamento Aprovado.

Área Científica	N.º de Projectos / Contratos	Máximo do Financiamento Previsto (€)	% Financ. Previsto por AC / Total	% Financ. Prev / Financ. Global do PNRC
Ciências Agrárias	14	2.328.496,00	3,2%	2,5%
Ciências Biológicas	29	9.767.086,00	13,6%	10,6%
Ciências da Saúde	15	7.036.399,00	9,8%	7,7%
Ciências da Terra e do Espaço	12	3.432.592,00	4,8%	3,7%
Ciências do Mar	7	9.194.513,00	12,8%	10,0%
Ciências e Engenharia de Materiais	25	9.360.019,00	13,0%	10,2%
Engenharia Civil	11	4.412.487,00	6,1%	4,8%
Engenharia Electrotécnica e Informática	22	4.799.621,00	6,7%	5,2%
Engenharia Mecânica	15	2.936.874,00	4,1%	3,2%
Engenharia Química e Biotecnologia	13	3.758.300,00	5,2%	4,1%
Física	18	6.391.394,00	8,9%	7,0%
Química	21	6.127.314,32	8,5%	6,7%
Ciências Sociais e Humanas	12	2.445.803,59	3,4%	2,7%
<b>TOTAL</b>	<b>214</b>	<b>71.990.898,91</b>	<b>100,0%</b>	<b>78,4%</b>

B

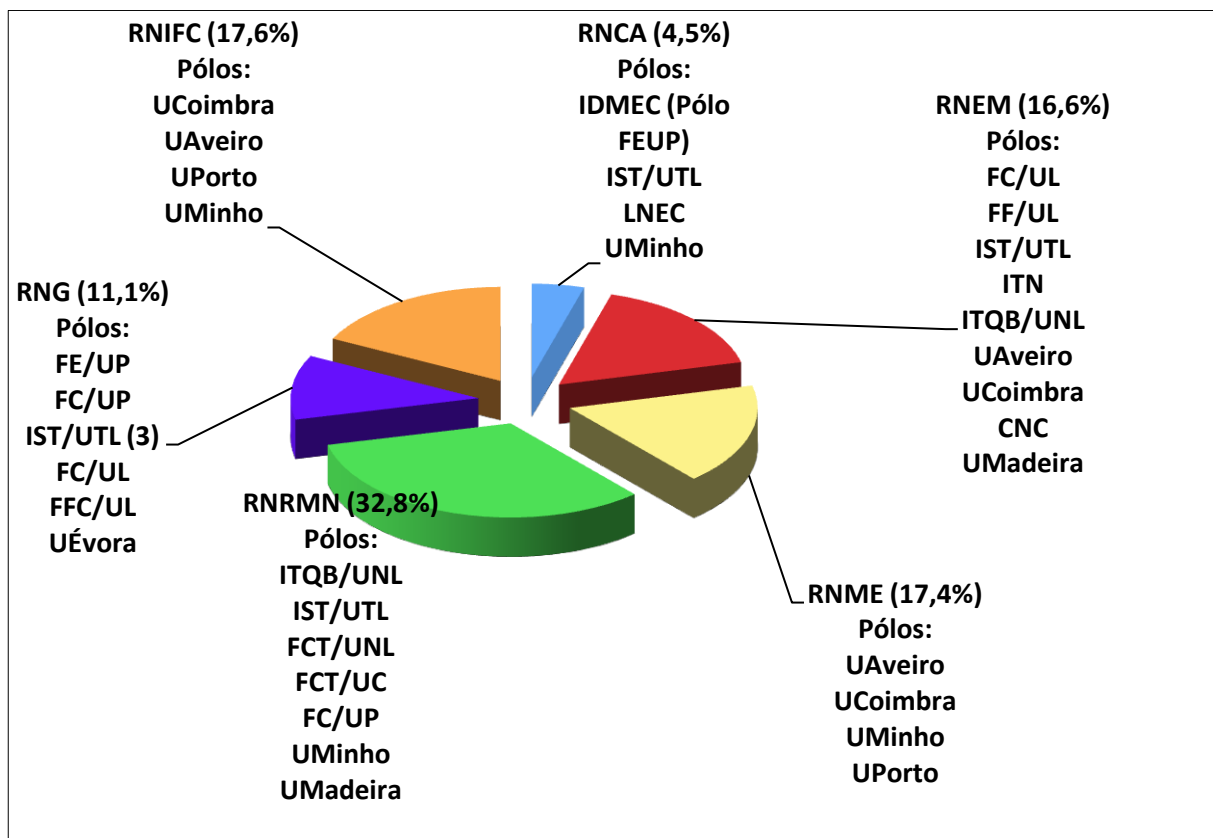


Gráfico B - Redes Nacionais. Repartição, por Rede, do total do Financiamento Aprovado e Identificação dos respectivos Pólos Fundadores.

Designação da Rede Nacional	N.º de Pólos da Rede	Máximo do Financiamento Previsto (€)	% Financ. Rede / Total Financ. Redes	% Financ. Prev / Financ. Global do PNRC
Computação Avançada (RCA)	4	895.000,00	4,5%	1,0%
Espectrometria de Massa (REM)	9	3.299.998,49	16,6%	3,6%
Microscopia Electrónica (RME)	4	3.448.653,00	17,4%	3,8%
Ressonância Magnética Nuclear (RRMN)	7	6.500.000,00	32,8%	7,1%
Geofísica (RNG)	6	2.200.000,00	11,1%	2,4%
Imagiologia Funcional Cerebral (RNIFC)	4	3.485.950,00	17,6%	3,8%
<b>Total</b>		<b>19.829.601,49</b>	<b>100,0%</b>	<b>21,6%</b>



C

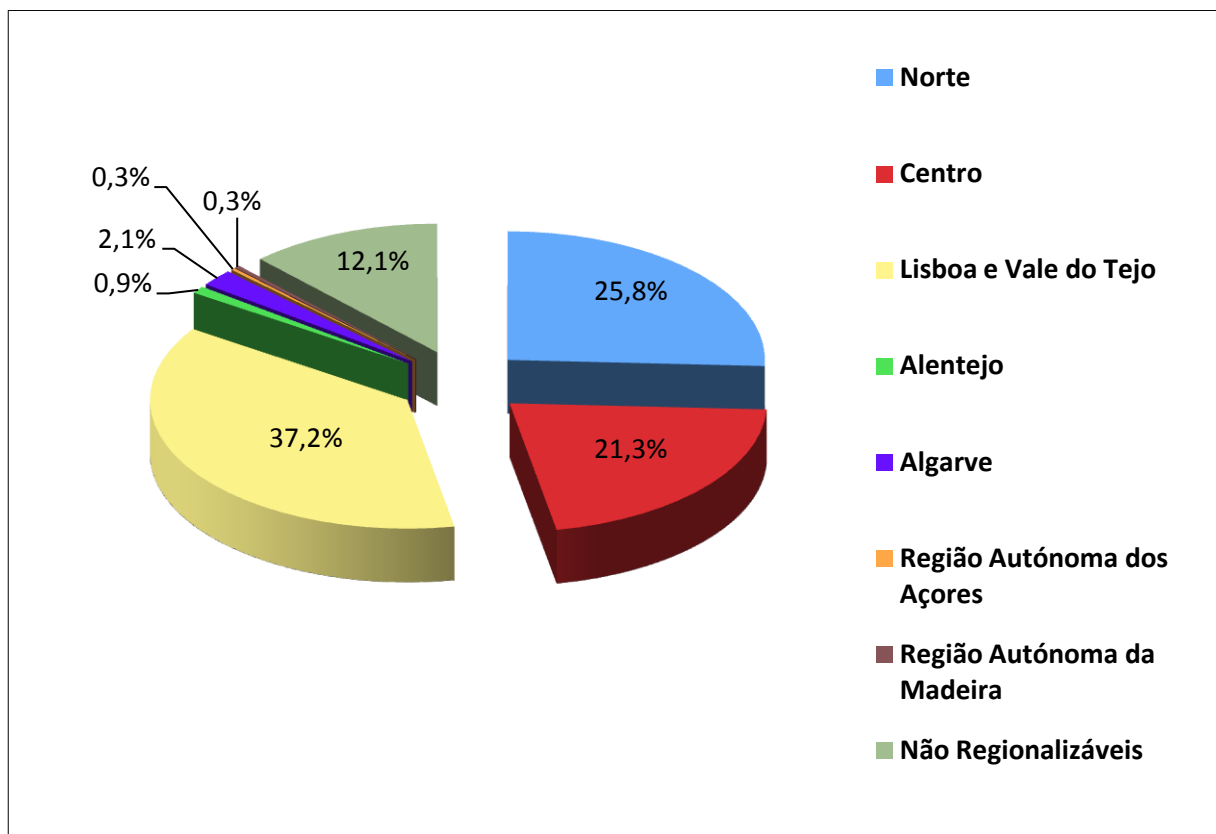
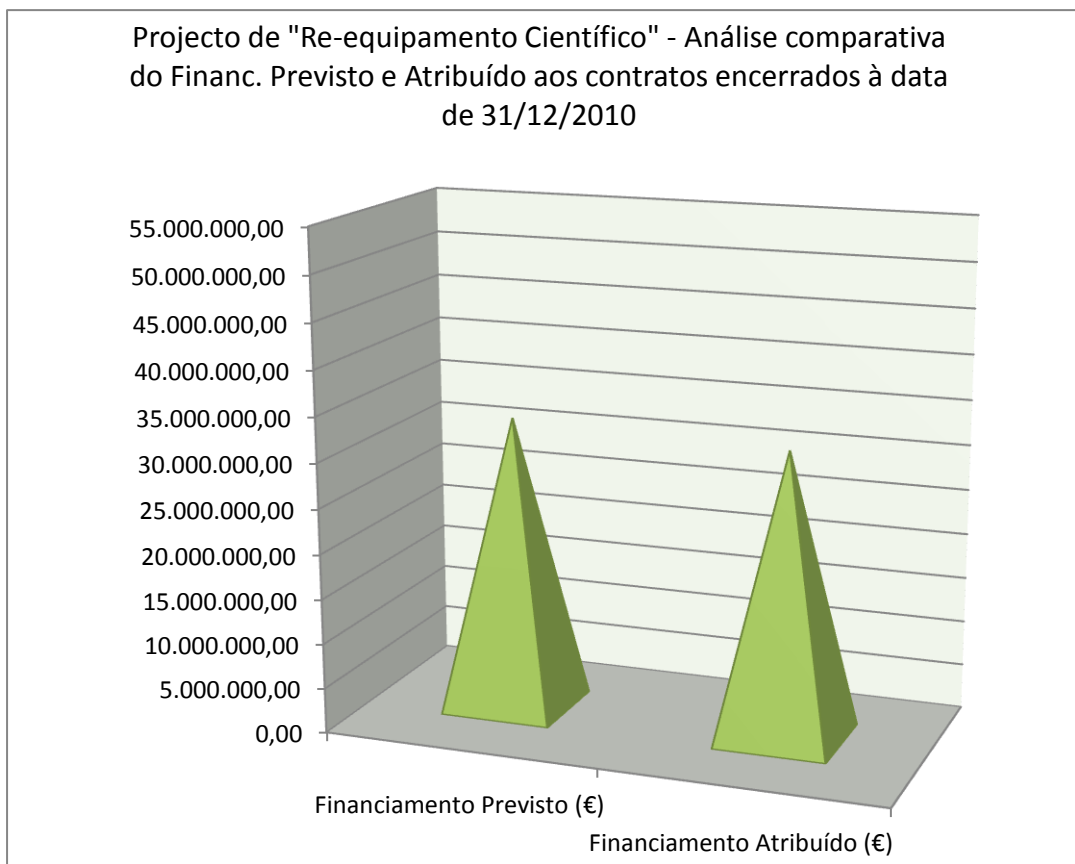
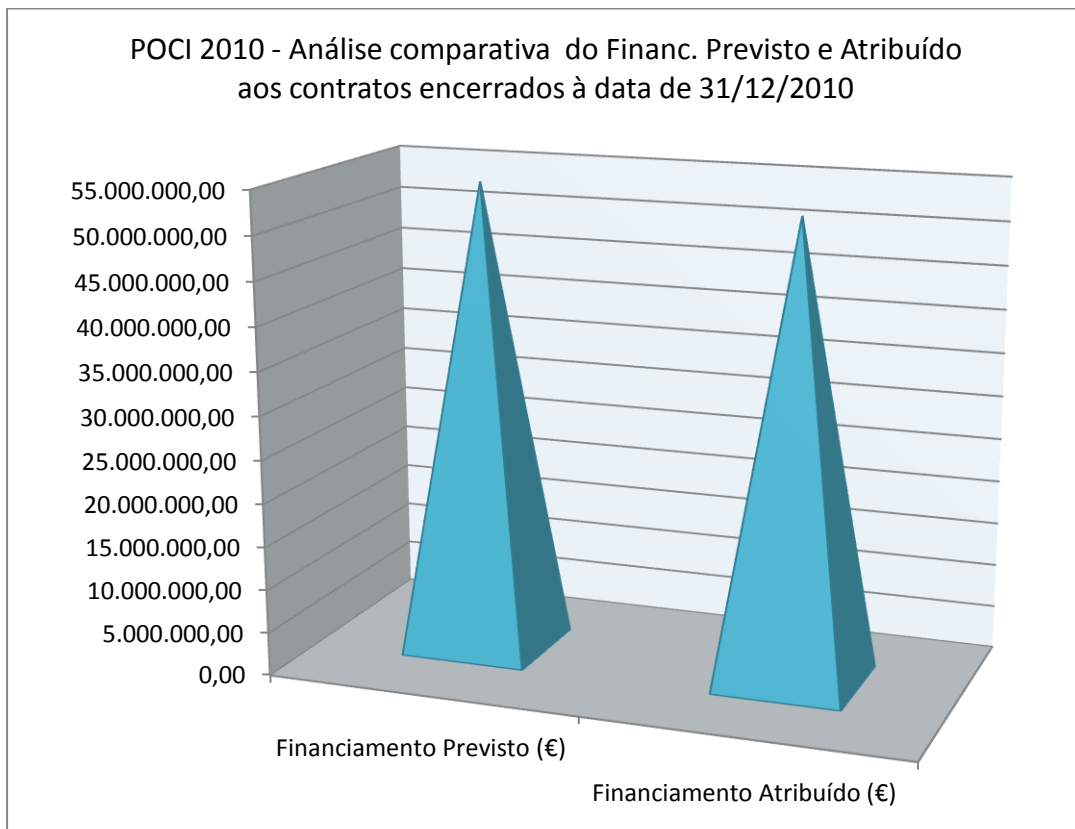
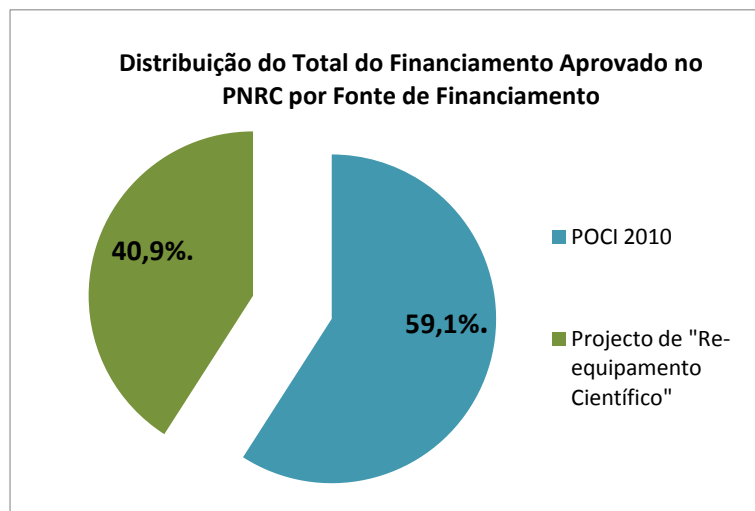


Gráfico C - Repartição, por Região, do Total do Financiamento Aprovado no âmbito do PNR

Região	N.º de Projectos	Máximo do Financiamento Previsto (€)	% Financ. Previsto por Região / Total
Norte	76	23.653.340,00	25,8%
Centro	41	19.567.127,32	21,3%
Lisboa e Vale do Tejo	105	34.182.583,95	37,2%
Alentejo	4	832.099,13	0,9%
Algarve	9	1.930.350,00	2,1%
Região Autónoma dos Açores	2	234.500,00	0,3%
Região Autónoma da Madeira	2	320.500,00	0,3%
Não Regionalizáveis	2	11.100.000,00	12,1%
<b>TOTAL</b>	<b>241</b>	<b>91.820.500,40</b>	<b>100,0%</b>

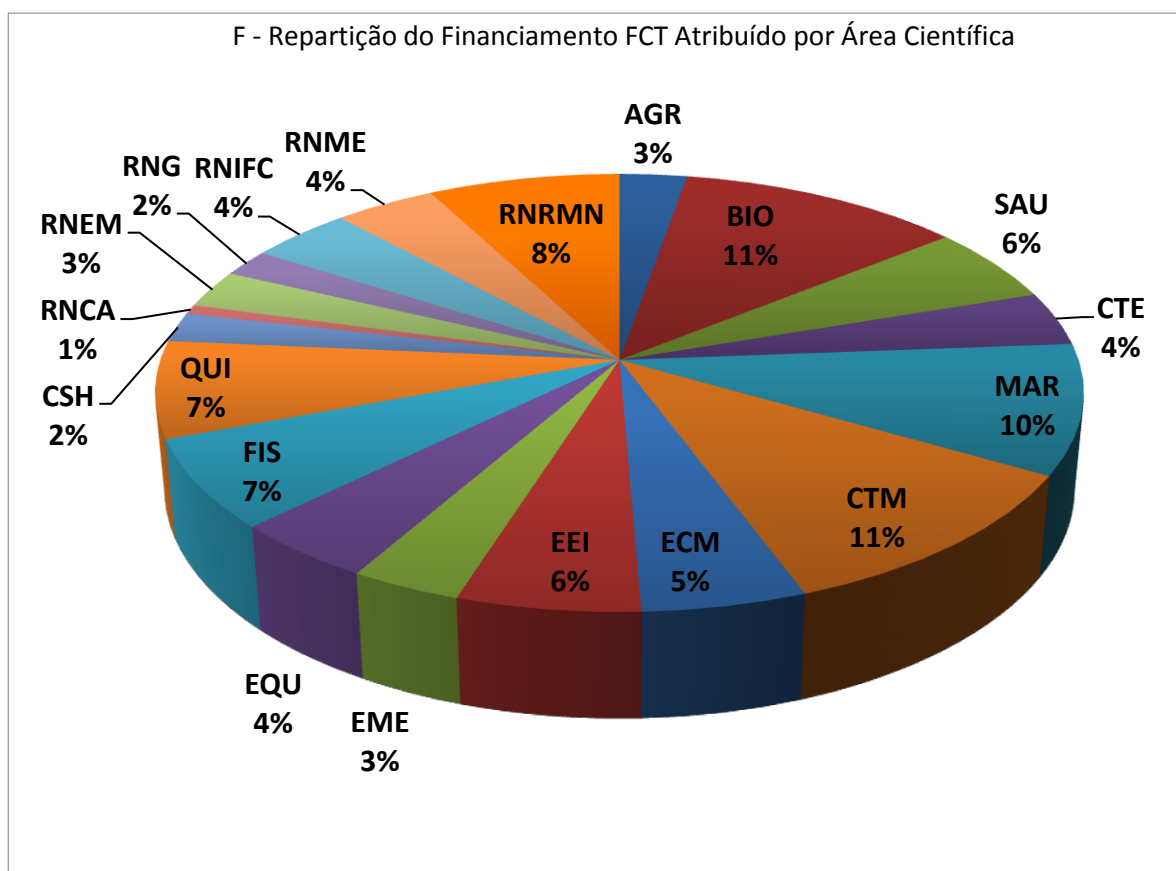
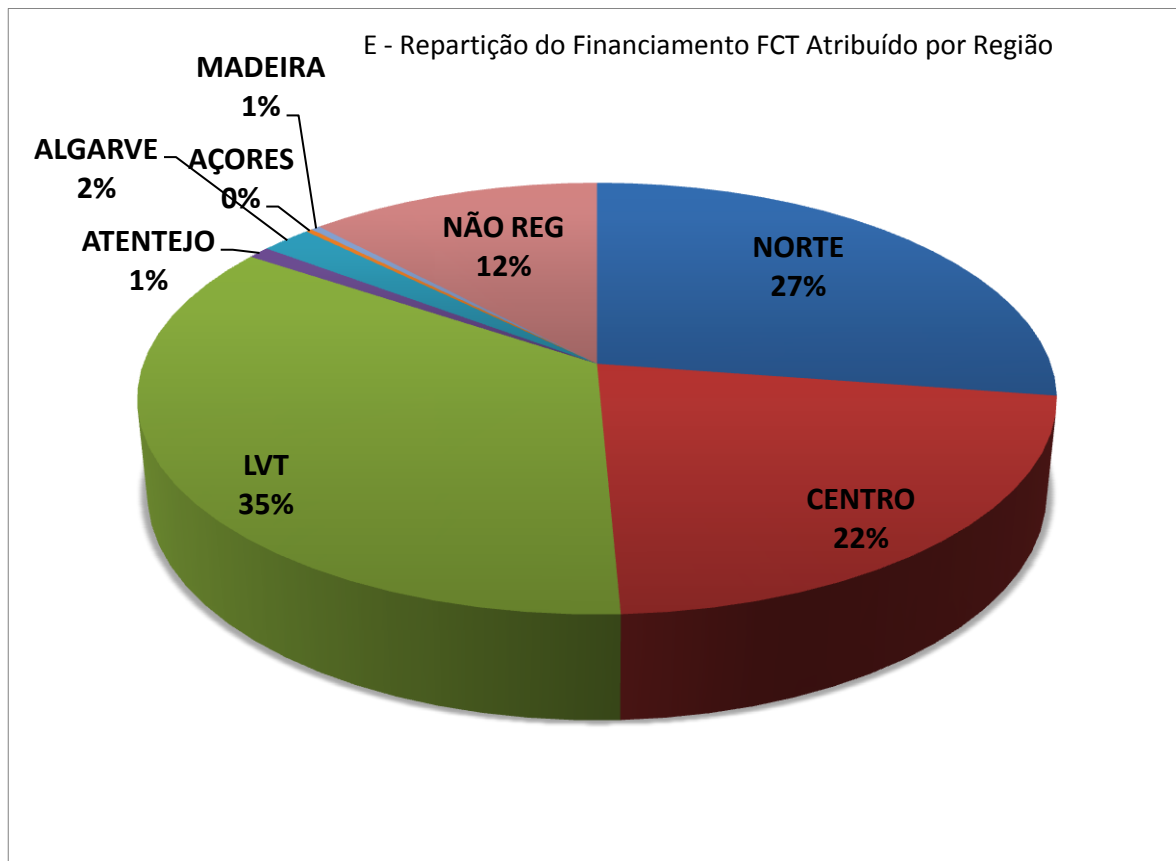
D





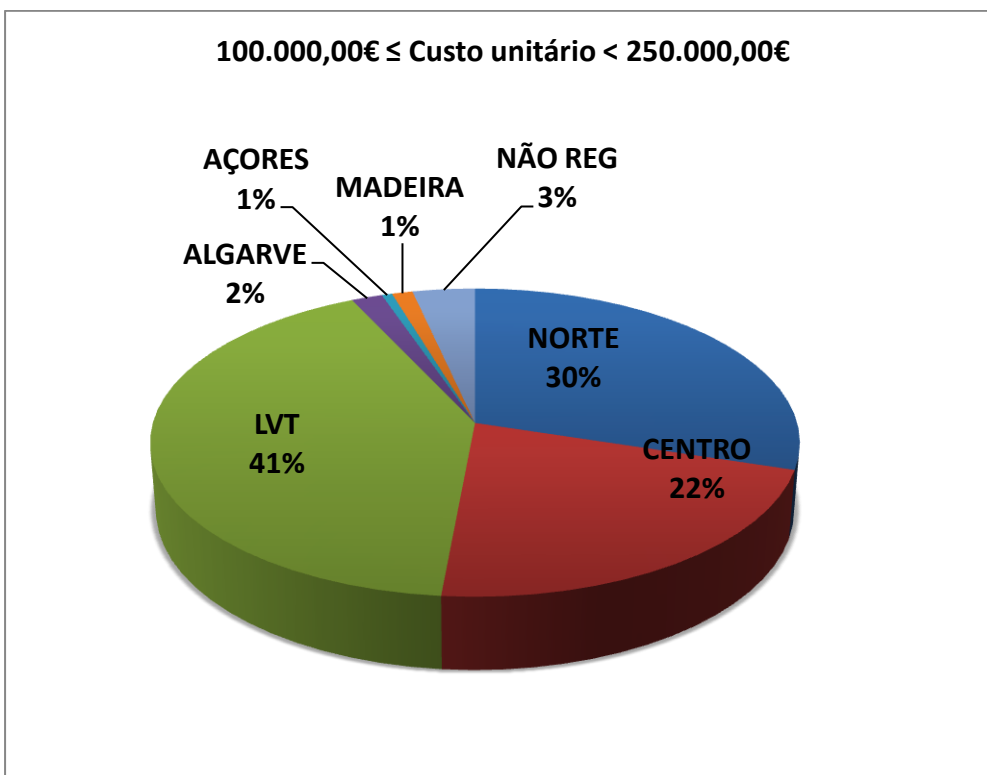
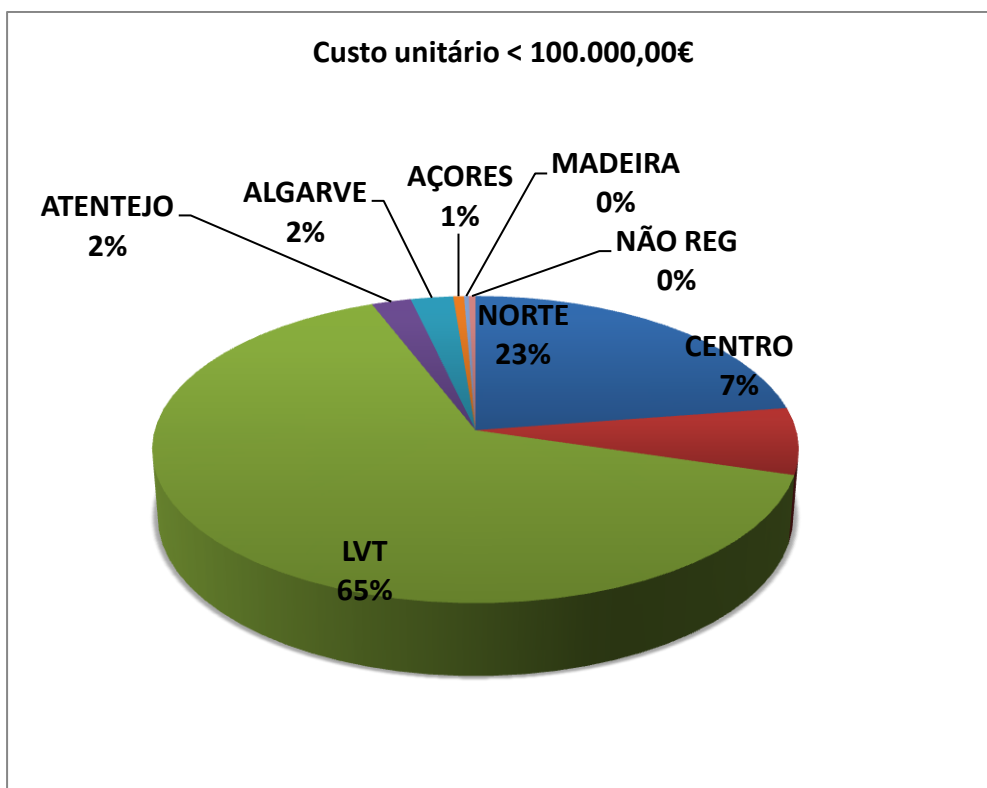
Fonte de Financiamento	Dados de Aprovação			Dados relativos aos contratos encerrados à data de 31/12/2010				Taxa execução Finan. Atribuído aos Contratos encerrados / Máx. Financ. Previsto PNRC
	N.º de Projectos	Máximo do Financiamento Previsto (€)	% Financ. Previsto por Fonte / Total	N.º de Projectos com RF Validado	Financiamento Previsto (€)	Financiamento Atribuído (€)	Taxa execução face ao Financ. Previsto	
1	2	3	4 = 3 em %	5	6	7	8 = 7/6	9 = 7/3
POCI 2010	121	54.238.357,32	59,1%	121	54.238.357,32	52.471.262,09	96,7%	96,7%
Projecto de "Re-equipamento Científico"	120	37.582.143,08	40,9%	113	32.752.699,08	31.749.725,63	96,9%	84,5%
<b>TOTAL</b>	<b>241</b>	<b>91.820.500,40</b>	<b>100,0%</b>	<b>234</b>	<b>86.991.056,40</b>	<b>84.220.987,72</b>	<b>96,8%</b>	<b>91,7%</b>

E, F

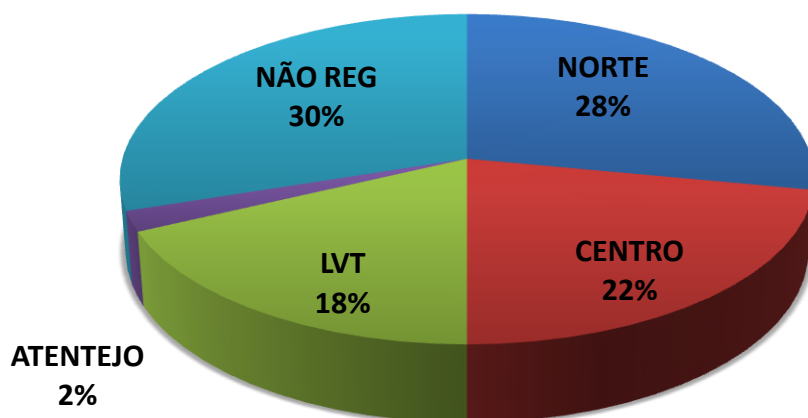


Designação da Área Científica	Sigla	Distribuição Regional do Financiamento Atribuído (€)									
		Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	Reg. Aut. Açores	Reg. Aut. Madeira	Não Regionaliz.	Total do Financ. Atribuído	% por Área
Ciências Agrárias	AGR	320.072,22		1.244.869,84	172.035,25	378.727,10		165.611,88		<b>2.281.316,29</b>	<b>2,7%</b>
Ciências Biológicas	BIO	2.445.356,80	1.346.147,52	5.462.114,36	165.000,00	154.599,73	99.500,00			<b>9.672.718,41</b>	<b>11,5%</b>
Ciências da Saúde	SAU	1.701.066,80	1.837.435,13	1.195.808,42						<b>4.734.310,35</b>	<b>5,6%</b>
Ciências da Terra e do Espaço	CTE	1.253.038,48	378.689,27	1.718.235,91						<b>3.349.963,66</b>	<b>4,0%</b>
Ciências do Mar	MAR	1.697.526,33	854.872,57	1.902.127,03				3.609.990,07		<b>8.064.516,00</b>	<b>9,6%</b>
Ciências e Engenharia de Materiais	CTM	3.830.942,87	1.629.812,15	3.367.691,69		429.260,97				<b>9.257.707,68</b>	<b>11,0%</b>
Engenharia Civil	ECM	1.054.680,79	995.646,89	2.155.198,55						<b>4.205.526,23</b>	<b>5,0%</b>
Engenharia Electrotécnica e Informática	E EI	1.603.755,06	1.611.019,40	1.093.413,95		375.605,96				<b>4.683.794,37</b>	<b>5,6%</b>
Engenharia Mecânica	EME	1.090.725,89	200.000,00	1.550.015,85						<b>2.840.741,74</b>	<b>3,4%</b>
Engenharia Química e Biotecnologia	EQU	1.517.694,79		2.074.610,10			120.852,35			<b>3.713.157,24</b>	<b>4,4%</b>
Física	FIS	1.764.648,93	1.882.603,28	1.904.180,81						<b>5.551.433,02</b>	<b>6,6%</b>
Química	QUI	1.951.421,05	1.814.575,56	2.010.435,67		230.720,00				<b>6.007.152,28</b>	<b>7,1%</b>
Ciências Sociais e Humanas	CSH	561.629,37		912.499,23	159.990,28	192.161,14				<b>1.826.280,02</b>	<b>2,2%</b>
Rede Nacional de Computação Avançada	RNCA	389.838,81		190.558,28						<b>580.397,09</b>	<b>0,7%</b>
Rede Nacional de Espectrometria de Massa	RNEM		472.438,00	1.732.325,58				151.325,42		<b>2.356.089,00</b>	<b>2,8%</b>
Rede Nacional de Geofísica	RNG	401.496,41		1.017.117,64	264.495,63					<b>1.683.109,68</b>	<b>2,0%</b>
Rede Nacional de Imagiologia Funcional e Cerebral	RNIFC		3.471.464,41							<b>3.471.464,41</b>	<b>4,1%</b>
Rede Nacional de Microscopia Electrónica	RNME	1.462.657,25	1.978.653,00							<b>3.441.310,25</b>	<b>4,1%</b>
Rede Nacional de Ressonância Magnética Nuclear	RNRMN							6.500.000,00		<b>6.500.000,00</b>	<b>7,7%</b>
<b>Total por Região</b>		<b>23.046.551,85</b>	<b>18.473.357,18</b>	<b>29.531.202,91</b>	<b>761.521,16</b>	<b>1.761.074,90</b>	<b>220.352,35</b>	<b>316.937,30</b>	<b>10.109.990,07</b>	<b>84.220.987,72</b>	<b>100,0%</b>
<b>% por Região</b>		<b>27,4%</b>	<b>21,9%</b>	<b>35,1%</b>	<b>0,9%</b>	<b>2,1%</b>	<b>0,3%</b>	<b>0,4%</b>	<b>12,0%</b>	<b>100,0%</b>	

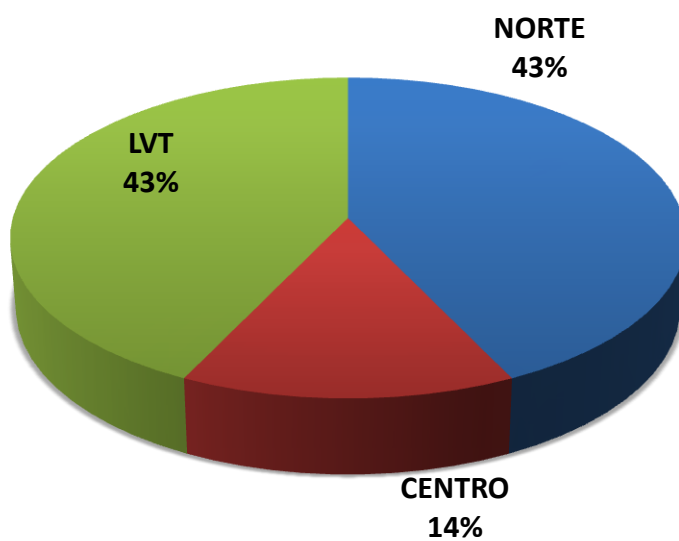
DISTRIBUIÇÃO, POR INTERVALOS DE CUSTO UNITÁRIO E POR REGIÃO, DO TOTAL DAS PEÇAS DE EQUIPAMENTO ADQUIRIDAS NOS CONTRATOS COM RF VALIDADO PELA FCT, À DATA DE 31/12/2010



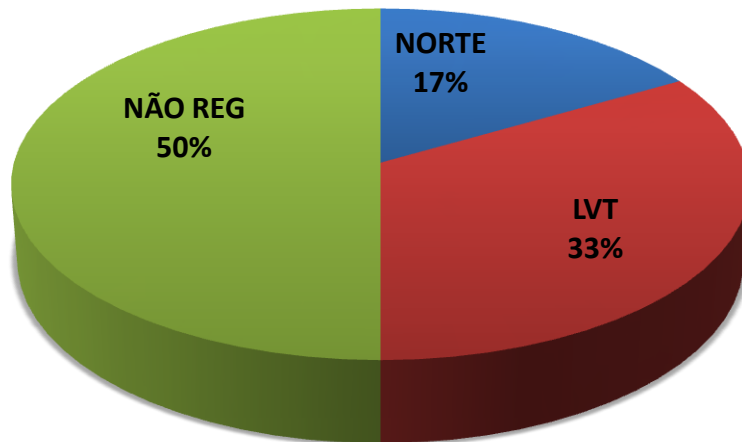
250.000,00€ ≤ Custo unitário < 500.000,00€



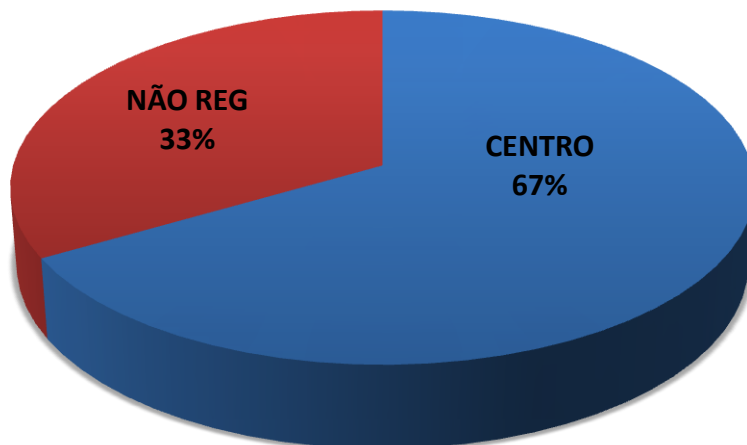
500.000,00€ ≤ Custo unitário < 750.000,00€



**750.000,00€ ≤ Custo unitário < 1.000.000,00€**



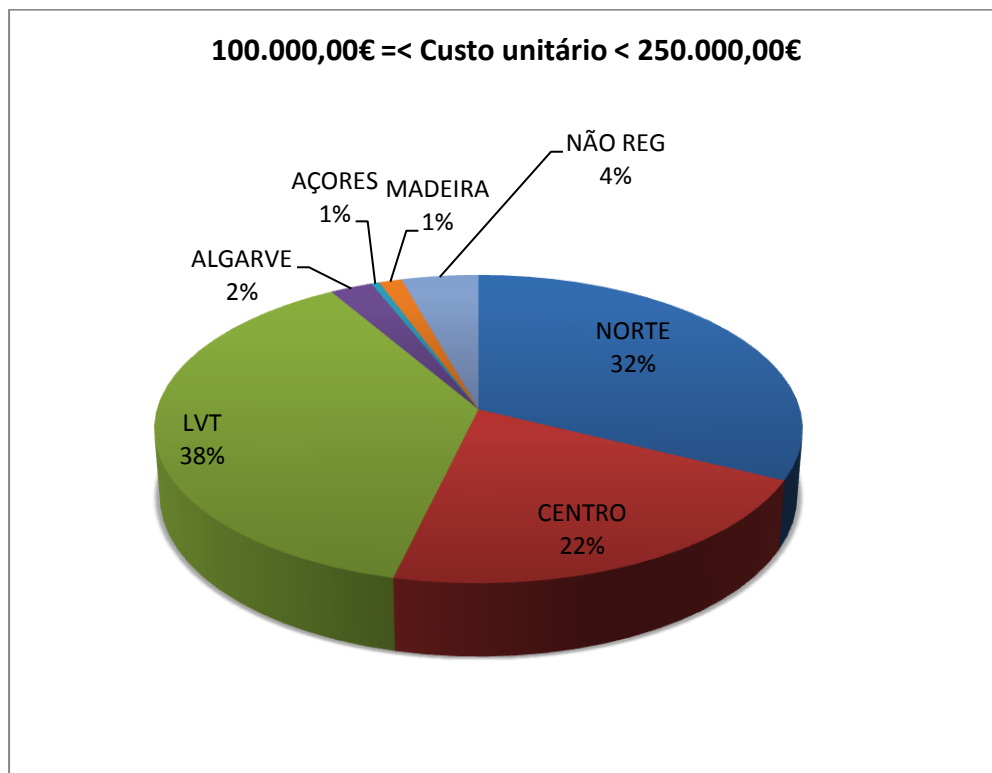
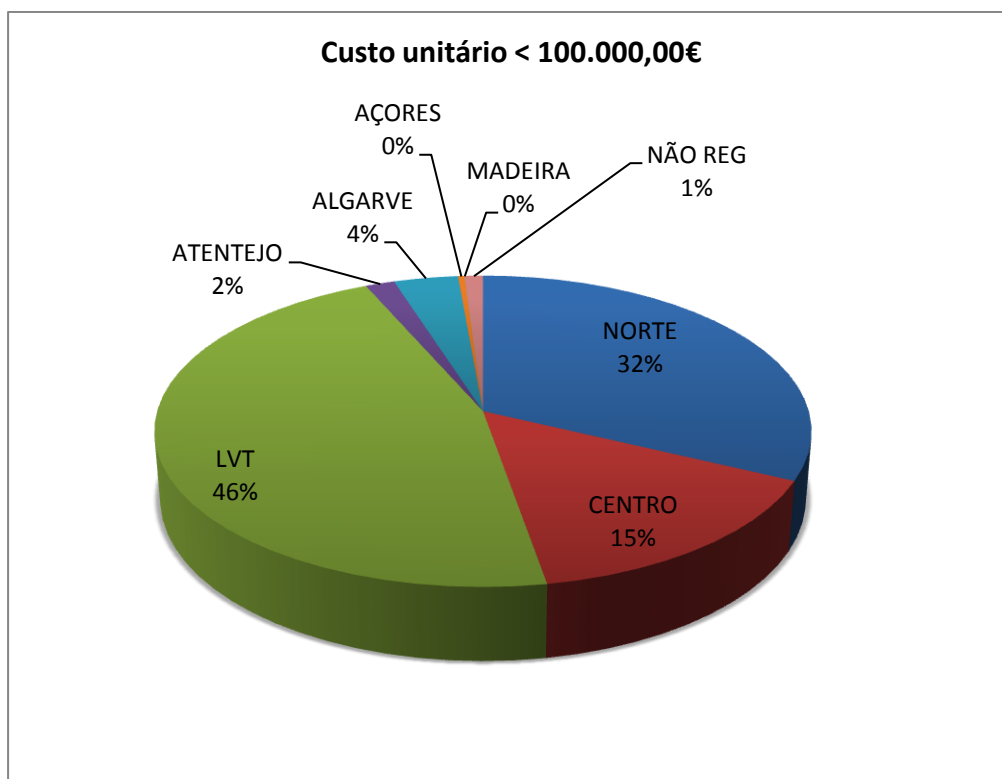
**Custo unitário > 1.000.000,00€**



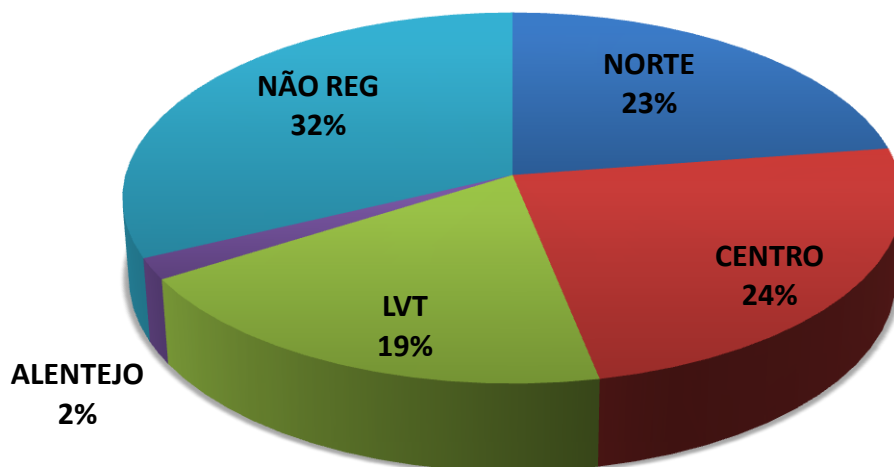


Região	Abreviatura	N.º de Peças de Equipamento Adquiridas						Total por Área
		Custo unitário < 100.000,00 €	100.000,00 € =< Custo unitário < 250.000,00 €	250.000,00 € =< Custo unitário < 500.000,00 €	500.000,00 € =< Custo unitário < 750.000,00 €	750.000,00 € =< Custo unitário < 1.000.000,00 €	Custo unitário >= 1.000.000,00 €	
Norte	<b>NORTE</b>	596	51	14	3	1	0	665
Centro	<b>CENTRO</b>	185	37	11	1	0	2	236
Lisboa e Vale do Tejo	<b>LVT</b>	1700	71	9	3	2	0	1785
Alentejo	<b>ATENTEJO</b>	59	0	1	0	0	0	60
Algarve	<b>ALGARVE</b>	63	3	0	0	0	0	66
Região Autónoma dos Açores	<b>AÇORES</b>	16	1	0	0	0	0	17
Região Autónoma da Madeira	<b>MADEIRA</b>	7	2	0	0	0	0	9
Não Regionalizáveis	<b>NÃO REG</b>	10	6	15	0	3	1	35
<b>Totais por Intervalos (em n.º)</b>		<b>2636</b>	<b>171</b>	<b>50</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>2873</b>
<b>Totais por Intervalos (em %)</b>		<b>91,8%</b>	<b>6,0%</b>	<b>1,7%</b>	<b>0,2%</b>	<b>0,2%</b>	<b>0,1%</b>	<b>100,0%</b>

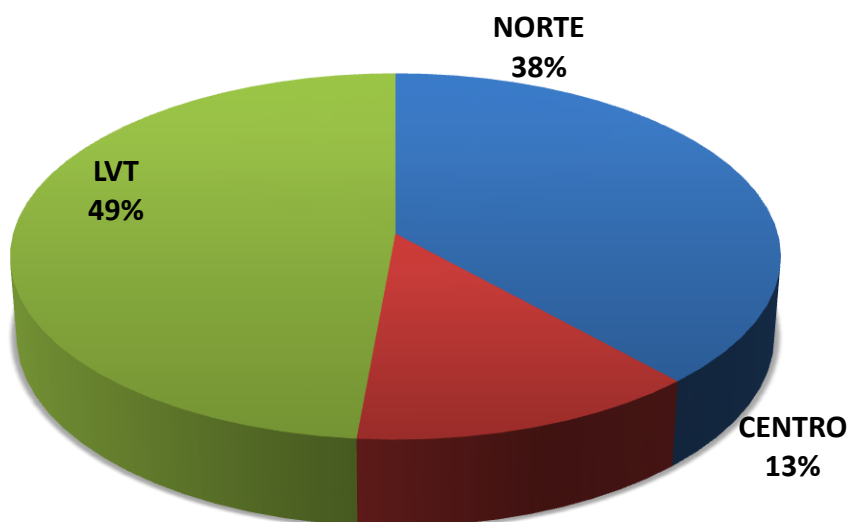
DISTRIBUIÇÃO, POR INTERVALOS DE CUSTO UNITÁRIO E POR REGIÃO, DO CUSTO TOTAL DOS EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS NOS CONTRATOS COM RF VALIDADO PELA FCT, À DATA DE 31/12/2010



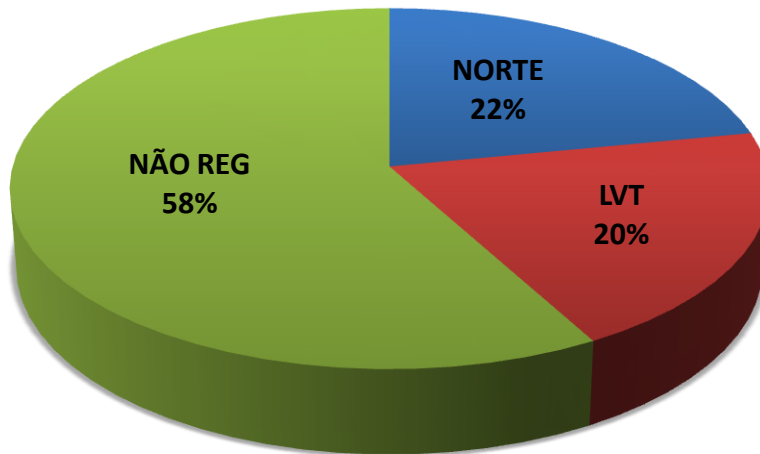
250.000,00€ =< Custo unitário < 500.000,00€



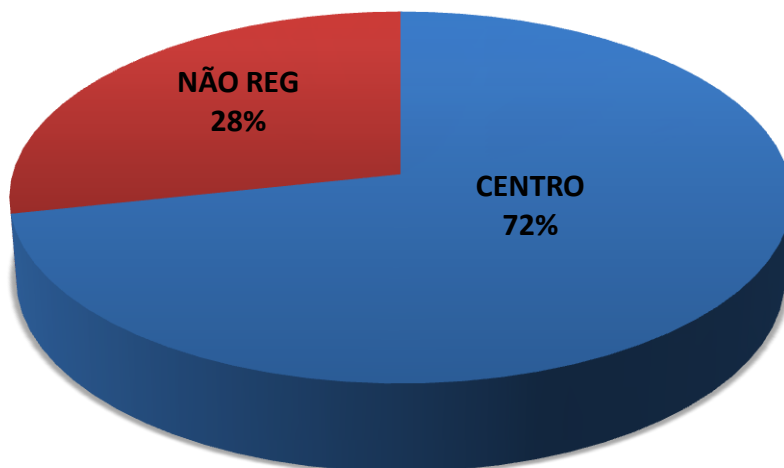
500.000,00€ =< Custo unitário < 750.000,00€



750.000,00€ =< Custo unitário < 1.000.000,00€

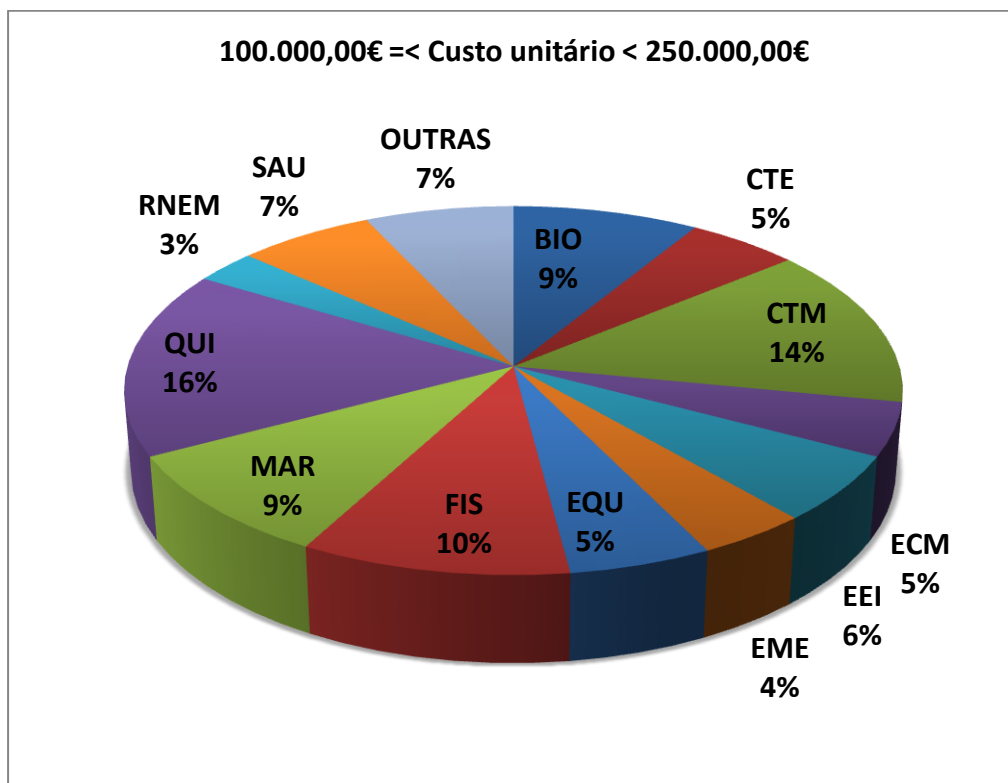
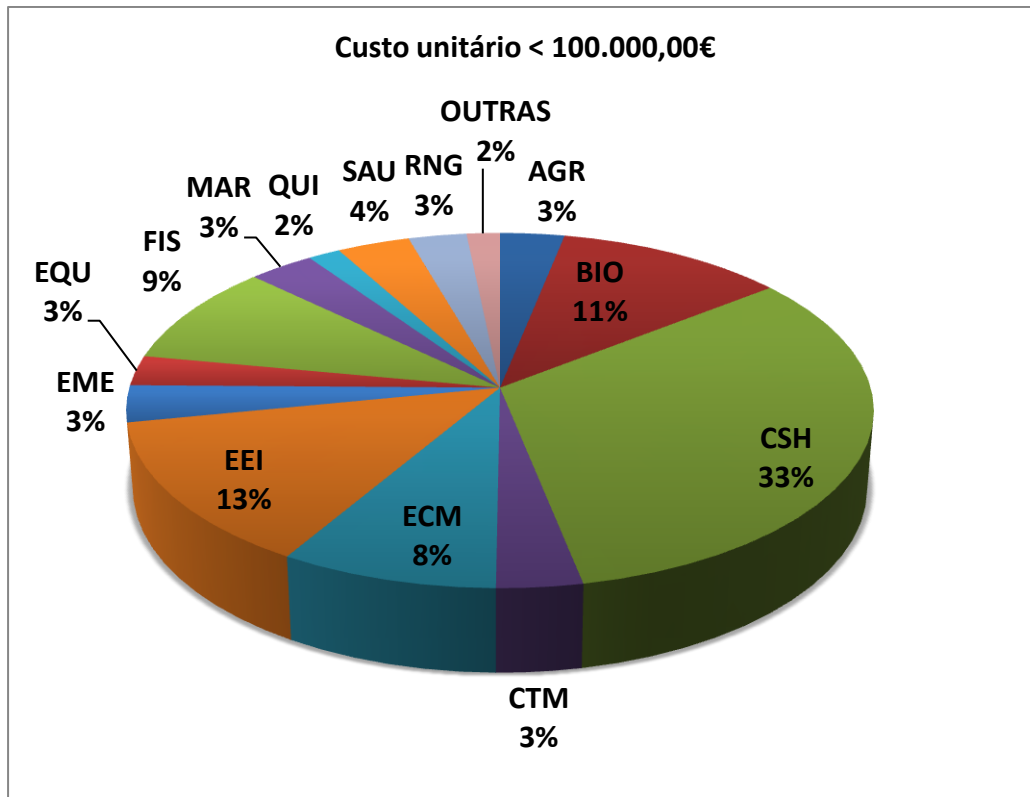


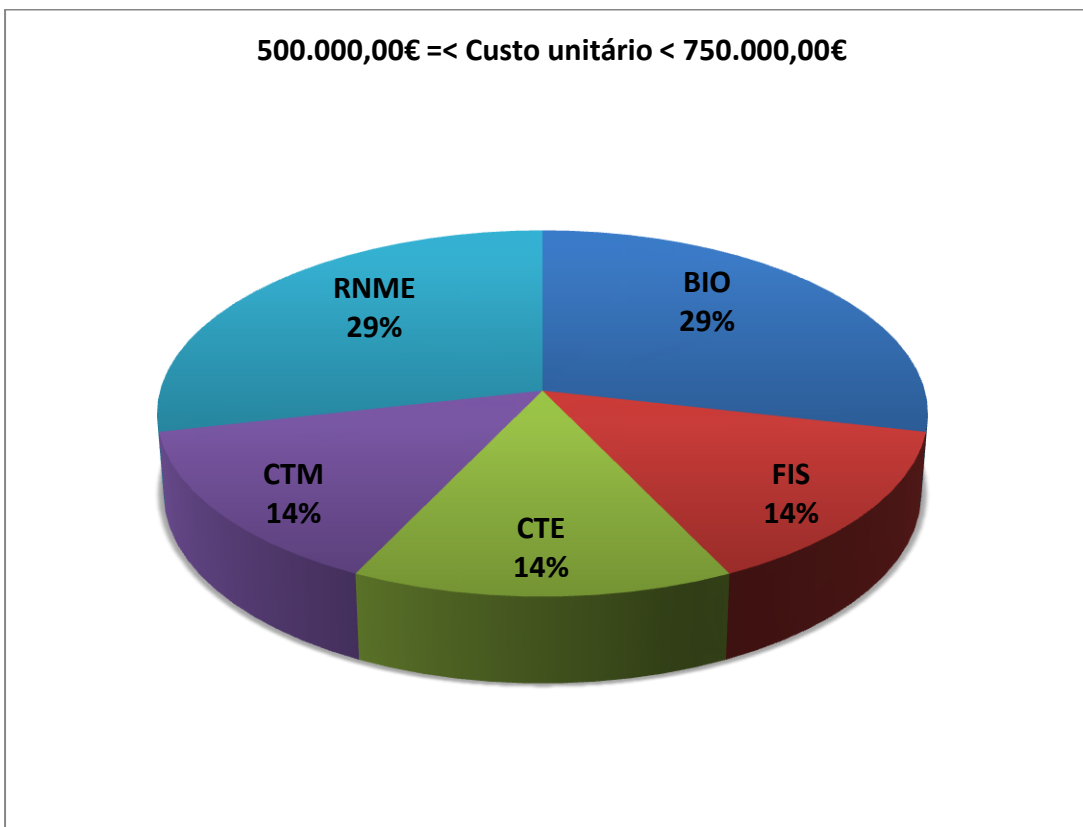
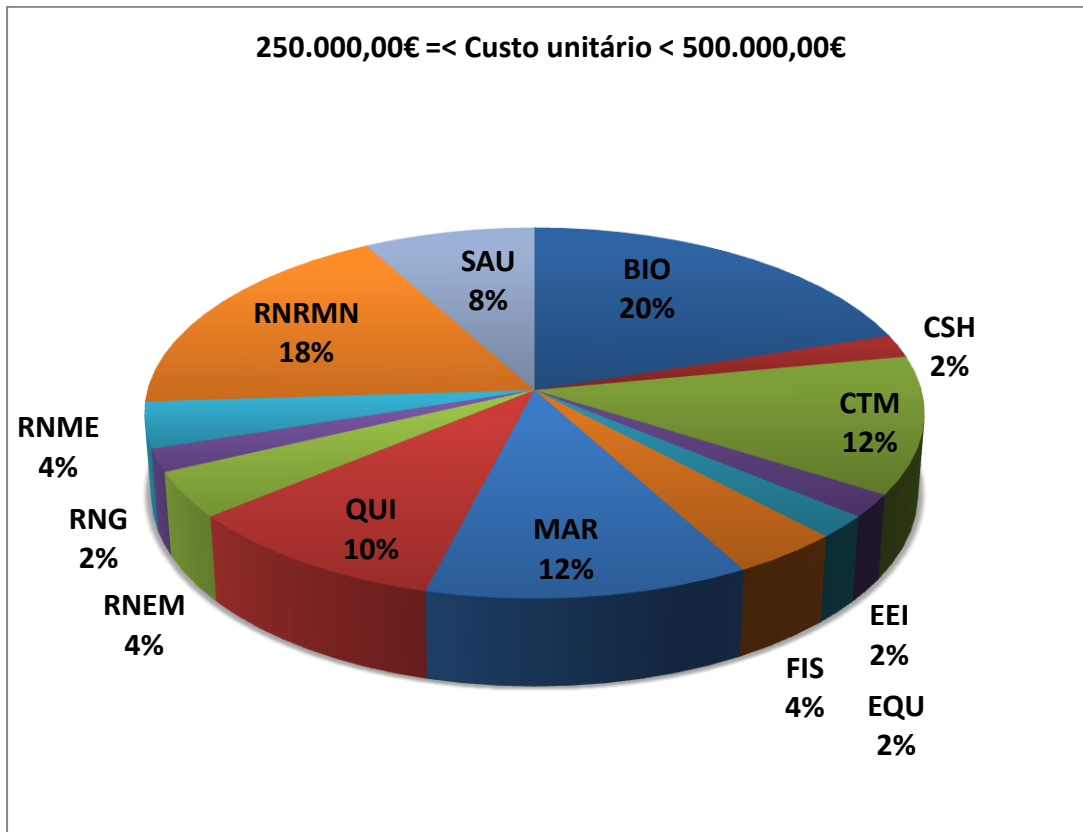
Custo unitário > 1.000.000,00€



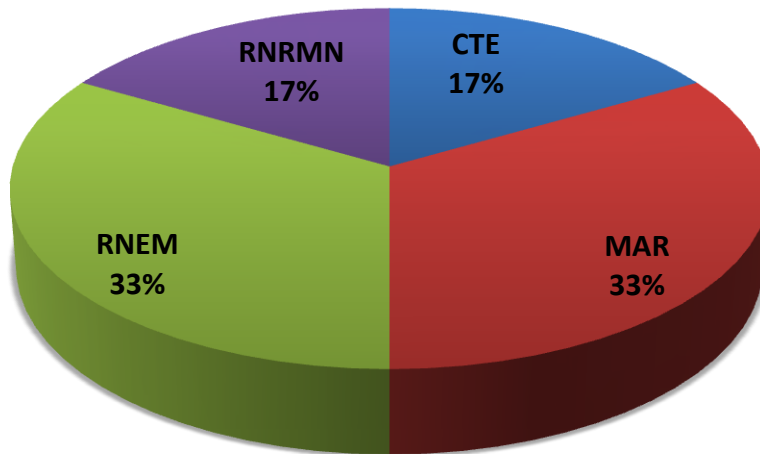
Região	Abreviatura	Custo dos Equipamentos Adquiridos						Total por Área
		Custo unitário < 100.000,00 €	100.000,00 € =< Custo unitário < 250.000,00 €	250.000,00 € =< Custo unitário < 500.000,00 €	500.000,00 € =< Custo unitário < 750.000,00 €	750.000,00 € =< Custo unitário < 1.000.000,00 €	Custo unitário >= 1.000.000,00 €	
Norte	<b>NORTE</b>	10.872.577,47	8.012.964,56	3.479.979,07	1.737.563,63	948.796,66	0,00	25.051.881,39
Centro	<b>CENTRO</b>	5.135.653,19	5.317.031,68	3.721.558,93	593.422,38	0,00	4.735.651,93	19.503.318,11
Lisboa e Vale do Tejo	<b>LVT</b>	15.639.804,33	9.375.775,17	2.953.641,76	2.202.310,00	867.952,36	0,00	31.039.483,62
Alentejo	<b>ATENTEJO</b>	550.111,53	0,00	285.600,00	0,00	0,00	0,00	835.711,53
Algarve	<b>ALGARVE</b>	1.214.017,12	595.377,92	0,00	0,00	0,00	0,00	1.809.395,04
Região Autónoma dos Açores	<b>AÇORES</b>	122.812,51	115.900,82	0,00	0,00	0,00	0,00	238.713,33
Região Autónoma da Madeira	<b>MADEIRA</b>	6.386,92	319.302,90	0,00	0,00	0,00	0,00	325.689,82
Não Regionalizáveis	<b>NÃO REG</b>	339.022,00	1.075.503,30	4.936.821,98	0,00	2.510.254,32	1.875.500,00	10.737.101,60
<b>Totais por Intervalos (em n.º)</b>		<b>33.880.385,07</b>	<b>24.811.856,35</b>	<b>15.377.601,74</b>	<b>4.533.296,01</b>	<b>4.327.003,34</b>	<b>6.611.151,93</b>	<b>89.541.294,44</b>
<b>Totais por Intervalos (em %)</b>		<b>37,8%</b>	<b>27,7%</b>	<b>17,2%</b>	<b>5,1%</b>	<b>4,8%</b>	<b>7,4%</b>	<b>100,0%</b>

DISTRIBUIÇÃO, POR INTERVALOS DE CUSTO UNITÁRIO E POR ÁREA CIENTÍFICA, DO TOTAL DAS PEÇAS DE EQUIPAMENTO ADQUIRIDAS NOS CONTRATOS COM RF VALIDADO PELA FCT, À DATA DE 31/12/2010

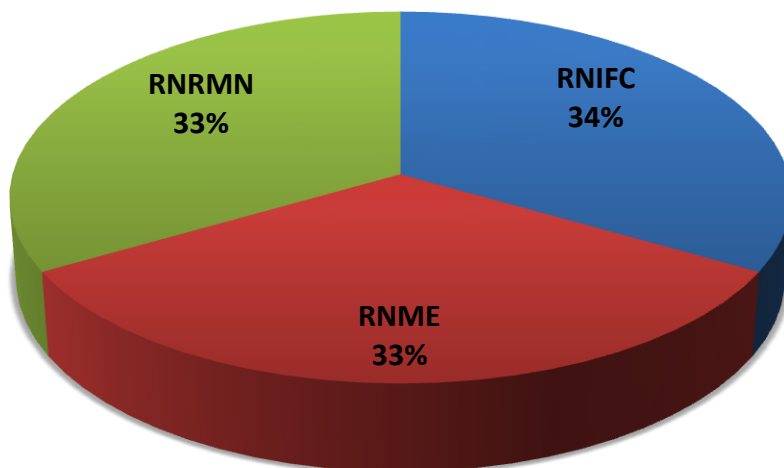




750.000,00€ =< Custo unitário < 1.000.000,00€



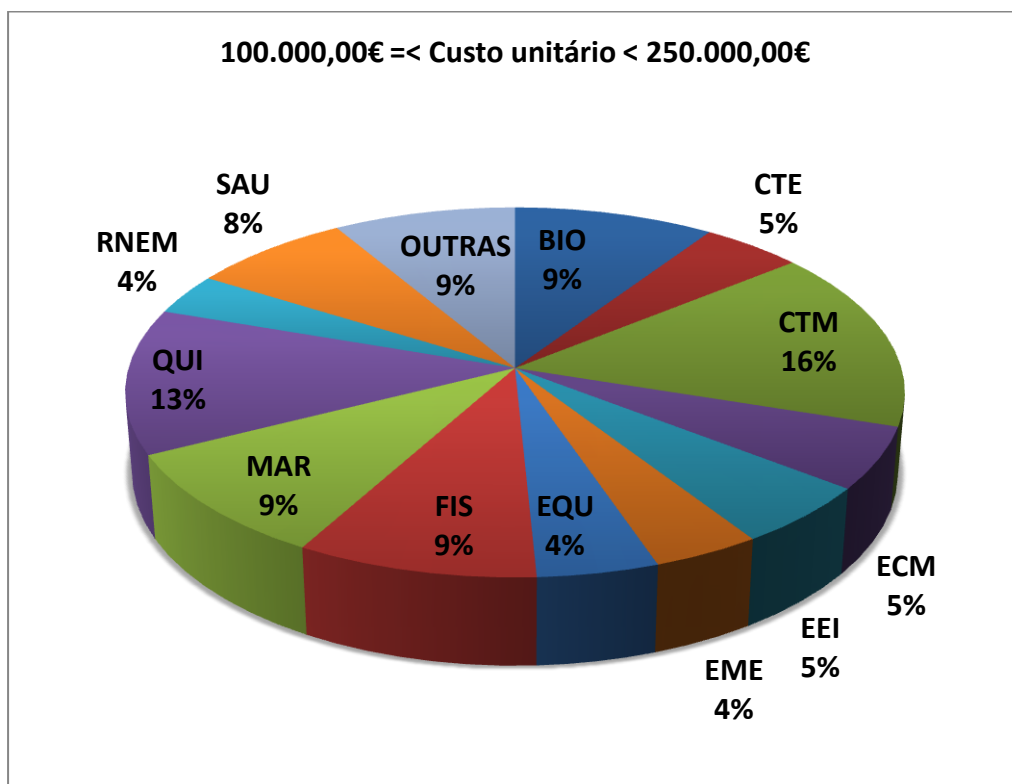
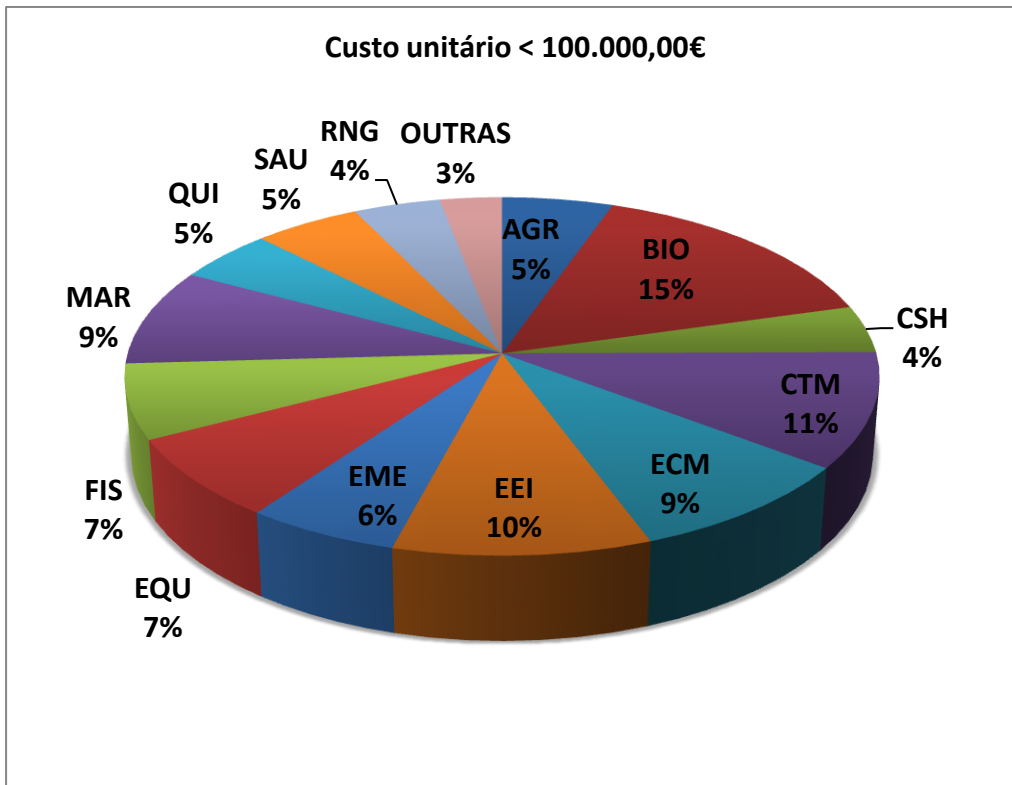
Custo unitário > 1.000.000,00€

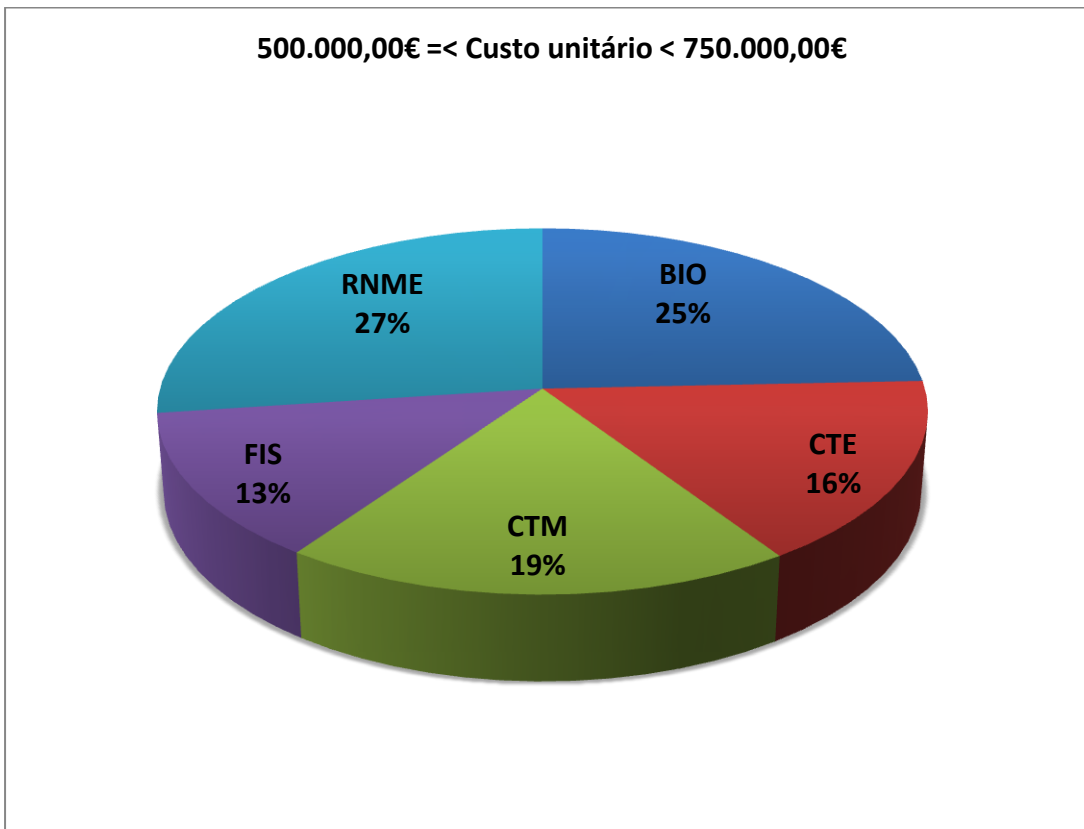
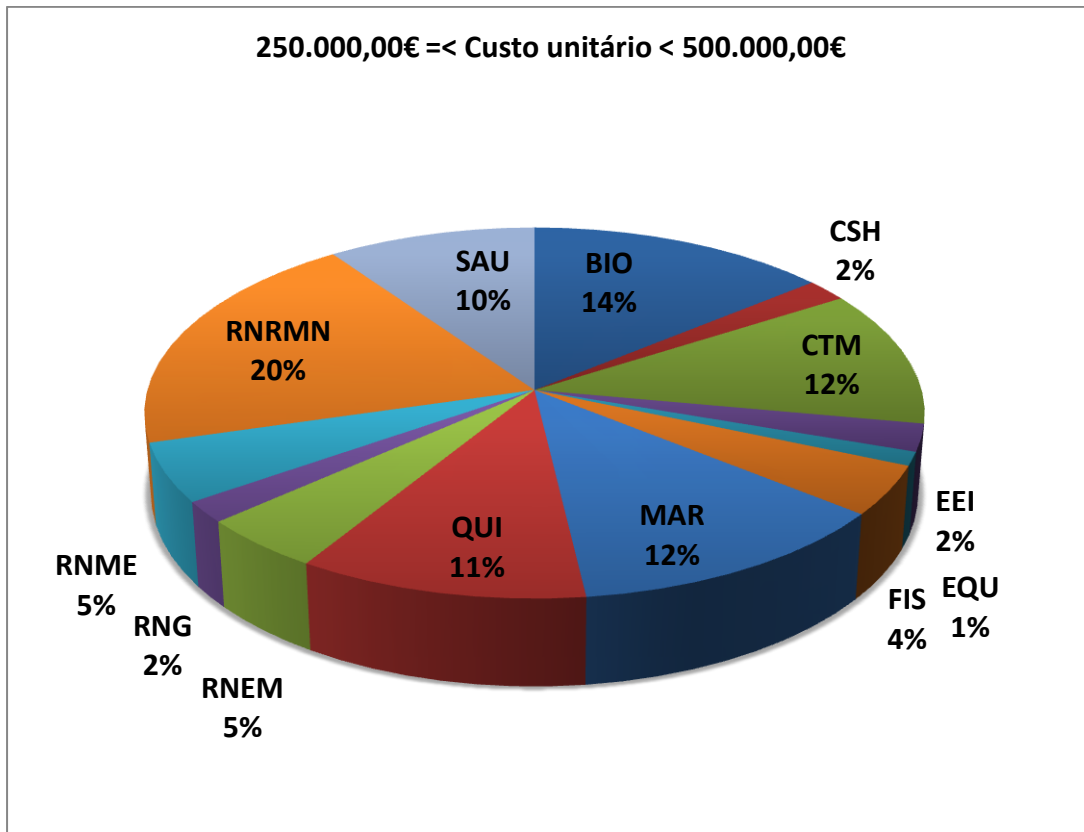




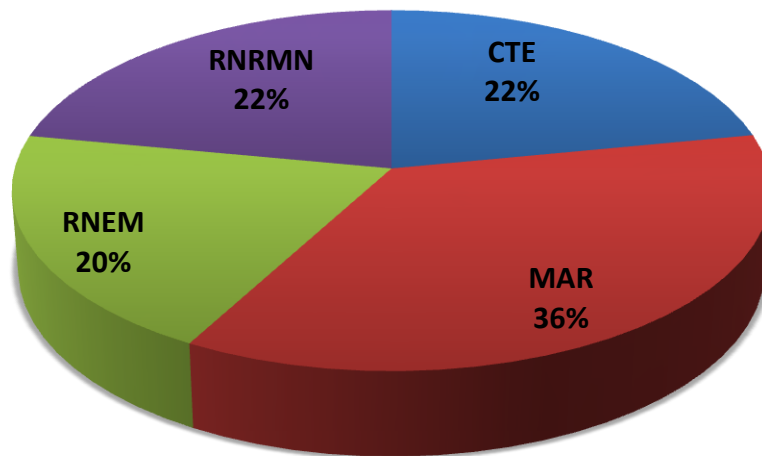
Designação da Área Científica	Sigla	N.º de Peças de Equipamento Adquiridas						Total por Área
		Custo unitário < 100.000,00 €	100.000,00 € =< Custo unitário < 250.000,00 €	250.000,00 € =< Custo unitário < 500.000,00 €	500.000,00 € =< Custo unitário < 750.000,00 €	750.000,00 € =< Custo unitário < 1.000.000,00 €	Custo unitário >= 1.000.000,00 €	
Ciências Agrárias	AGR	83	3	0	0	0	0	86
Ciências Biológicas	BIO	297	15	10	2	0	0	324
Ciências da Saúde	SAU	94	11	4	0	0	0	109
Ciências da Terra e do Espaço	CTE	22	9	0	1	1	0	33
Ciências do Mar	MAR	85	16	6	0	2	0	109
Ciências e Engenharia de Materiais	CTM	87	24	6	1	0	0	118
Engenharia Civil	ECM	221	8	0	0	0	0	229
Engenharia Electrotécnica e Informática	EEI	352	10	1	0	0	0	363
Engenharia Mecânica	EME	88	7	0	0	0	0	95
Engenharia Química e Biotecnologia	EQU	72	9	1	0	0	0	82
Física	FIS	242	17	2	1	0	0	262
Química	QUI	42	28	5	0	0	0	75
Ciências Sociais e Humanas	CSH	855	1	1	0	0	0	857
Rede Nacional de Computação Avançada	RNCA	1	3	0	0	0	0	4
Rede Nacional de Espectrometria de Massa	RNEM	9	5	2	0	2	0	18
Rede Nacional de Geofísica	RNG	75	0	1	0	0	0	76
Rede Nacional de Imagiologia Funcional e Cerebral	RNIFC	0	1	0	0	0	1	2
Rede Nacional de Microscopia Electrónica	RNME	2	2	2	2	0	1	9
Rede Nacional de Ressonância Magnética Nuclear	RNRMN	9	2	9	0	1	1	22
<b>Totais por Intervalos</b>		<b>2636</b>	<b>171</b>	<b>50</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>2873</b>
<b>Totais por Intervalos (em %)</b>		<b>91,8%</b>	<b>6,0%</b>	<b>1,7%</b>	<b>0,2%</b>	<b>0,2%</b>	<b>0,1%</b>	<b>100,0%</b>

DISTRIBUIÇÃO, POR INTERVALOS DE CUSTO UNITÁRIO E POR ÁREA CIENTÍFICA, DO CUSTO TOTAL DOS EQUIPAMENTO ADQUIRIDOS NOS CONTRATOS COM RF VALIDADO PELA FCT, À DATA DE 31/12/2010

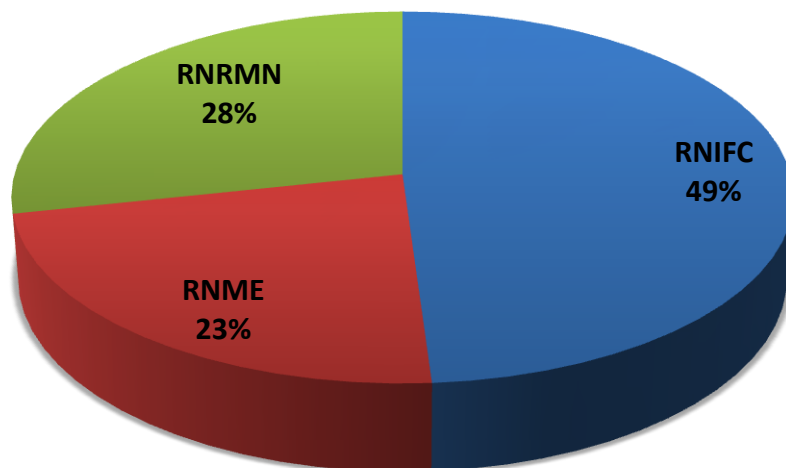




750.000,00€ =< Custo unitário < 1.000.000,00€



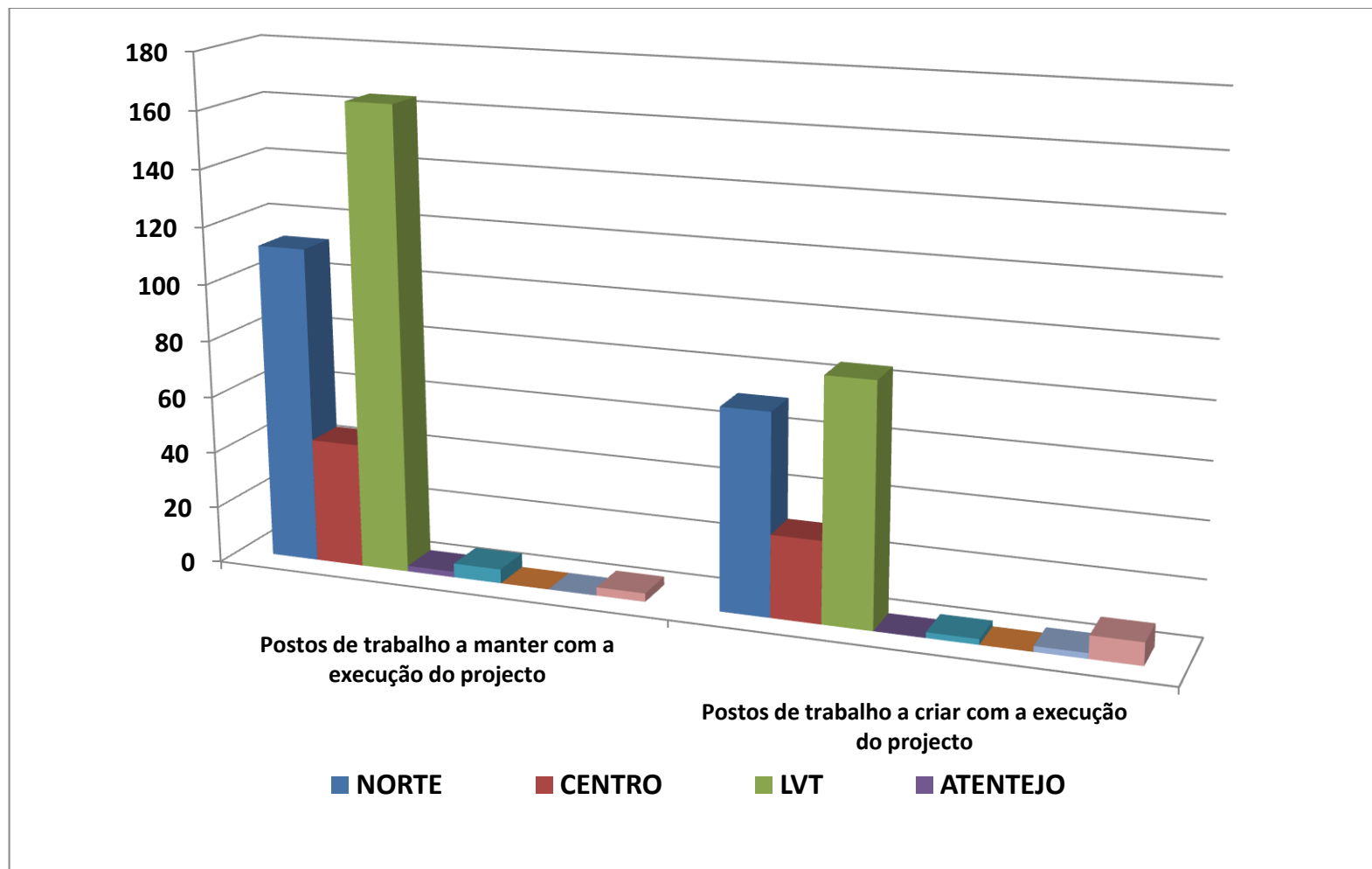
Custo unitário > 1.000.000,00€



		Custo unitário < 100.000,00 €	100.000,00 € =< Custo unitário < 250.000,00 €	250.000,00 € =< Custo unitário < 500.000,00 €	500.000,00 € =< Custo unitário < 750.000,00 €	750.000,00 € =< Custo unitário < 1.000.000,00 €	Custo unitário >= 1.000.000,00 €	Total por Área
Ciências Agrárias	<b>AGR</b>	1.822.921,81	537.147,48	0,00	0,00	0,00	0,00	2.360.069,29
Ciências Biológicas	<b>BIO</b>	5.157.788,32	2.338.622,60	2.162.449,78	1.102.200,00	0,00	0,00	10.761.060,70
Ciências da Saúde	<b>SAU</b>	1.758.006,61	1.875.686,33	1.495.864,32	0,00	0,00	0,00	5.129.557,26
Ciências da Terra e do Espaço	<b>CTE</b>	582.467,47	1.180.384,25	0,00	739.310,00	948.796,66	0,00	3.450.958,38
Ciências do Mar	<b>MAR</b>	2.956.890,31	2.347.394,73	1.897.301,98	0,00	1.557.984,32	0,00	8.759.571,34
Ciências e Engenharia de Materiais	<b>CTM</b>	3.517.582,02	3.927.179,53	1.825.721,82	869.000,00	0,00	0,00	10.139.483,37
Engenharia Civil	<b>ECM</b>	3.070.062,87	1.350.366,48	0,00	0,00	0,00	0,00	4.420.429,35
Engenharia Electrotécnica e Informática	<b>EEI</b>	3.324.239,26	1.320.928,78	367.157,84	0,00	0,00	0,00	5.012.325,88
Engenharia Mecânica	<b>EME</b>	1.978.723,04	986.054,73	0,00	0,00	0,00	0,00	2.964.777,77
Engenharia Química e Biotecnologia	<b>EQU</b>	2.496.370,69	1.108.709,87	183.089,76	0,00	0,00	0,00	3.788.170,32
Física	<b>FIS</b>	2.289.768,66	2.202.393,45	665.781,80	593.422,38	0,00	0,00	5.751.366,29
Química	<b>QUI</b>	1.612.902,90	3.150.904,11	1.648.050,70	0,00	0,00	0,00	6.411.857,71
Ciências Sociais e Humanas	<b>CSH</b>	1.449.214,73	119.843,20	299.186,21	0,00	0,00	0,00	1.868.244,14
Rede Nacional de Computação Avançada	<b>RNCA</b>	12.925,67	620.469,01	0,00	0,00	0,00	0,00	633.394,68
Rede Nacional de Espectrometria de Massa	<b>RNEM</b>	44.525,26	893.711,08	713.766,90	0,00	867.952,36	0,00	2.519.955,60
Rede Nacional de Geofísica	<b>RNG</b>	1.425.737,52	0,00	285.600,00	0,00	0,00	0,00	1.711.337,52
Rede Nacional de Imagiologia Funcional e Cerebral	<b>RNIFC</b>	0,00	235.950,00	0,00	0,00	0,00	3.235.514,41	3.471.464,41
Rede Nacional de Microscopia Electrónica	<b>RNME</b>	81.675,93	228.910,72	794.110,63	1.229.363,63	0,00	1.500.137,52	3.834.198,43
Rede Nacional de Ressonância Magnética Nuclear	<b>RNRMN</b>	298.582,00	387.200,00	3.039.520,00	0,00	952.270,00	1.875.500,00	6.553.072,00
<b>Totais por Intervalos</b>		<b>33.880.385,07</b>	<b>24.811.856,35</b>	<b>15.377.601,74</b>	<b>4.533.296,01</b>	<b>4.327.003,34</b>	<b>6.611.151,93</b>	<b>89.541.294,44</b>
<b>Totais por Intervalos (em %)</b>		<b>37,8%</b>	<b>27,7%</b>	<b>17,2%</b>	<b>5,1%</b>	<b>4,8%</b>	<b>7,4%</b>	<b>100,0%</b>

K

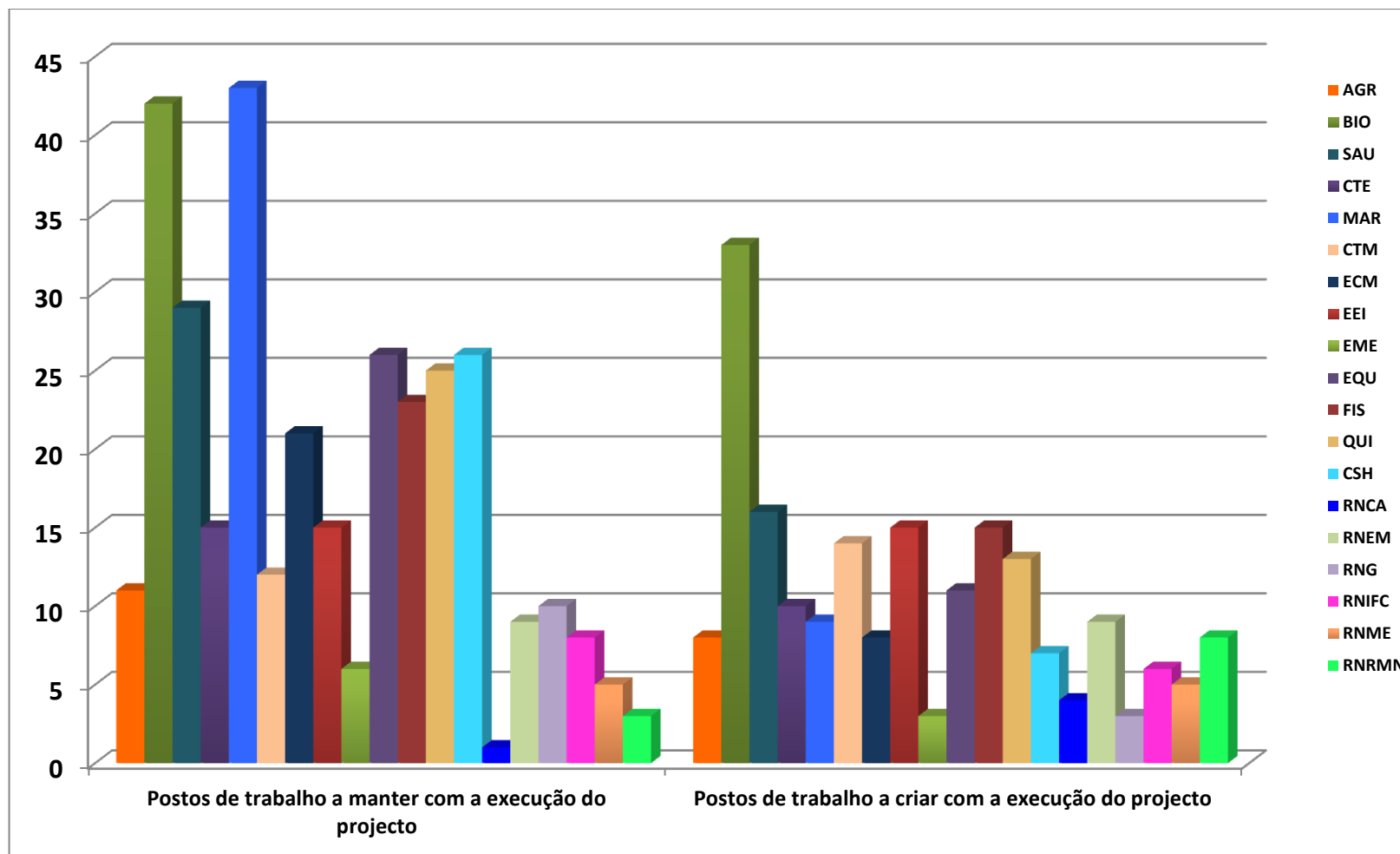
IMPACTO DO FINANCIAMENTO ATRIBUÍDO AOS CONTRATOS COM RF VALIDADO PELA FCT, À DATA DE 31/12/2010, NA CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO, POR REGIÃO



Região	Abreviatura	Financiamento FCT Atribuído (€)	Indicadores de Resultados: Emprego					
			Postos de trabalho a manter com a execução do projecto		Postos de trabalho criados com a execução do projecto		Total por Região	
			N.º	%	N.º	%	N.º	%
Norte	NORTE	23.046.551,85	112	33,9%	71	36,0%	183	34,7%
Centro	CENTRO	18.473.357,18	44	13,3%	29	14,7%	73	13,9%
Lisboa e Vale do Tejo	LVT	29.531.202,91	164	49,7%	85	43,1%	249	47,2%
Alentejo	ATENTEJO	761.521,16	2	0,6%	0	0,0%	2	0,4%
Algarve	ALGARVE	1.761.074,90	5	1,5%	2	1,0%	7	1,3%
Região Autónoma dos Açores	AÇORES	220.352,35	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Região Autónoma da Madeira	MADEIRA	316.937,30	0	0,0%	2	1,0%	2	0,4%
Não Regionalizáveis	NÃO REG	10.109.990,07	3	0,9%	8	4,1%	11	2,1%
<b>Total</b>		<b>84.220.987,72</b>	<b>330</b>	<b>100,0%</b>	<b>197</b>	<b>100,0%</b>	<b>527</b>	<b>100,0%</b>

L

IMPACTO DO FINANCIAMENTO ATRIBUÍDO AOS CONTRATOS COM RF VALIDADO PELA FCT, À DATA DE 31/12/2010, NA CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO, POR ÁREA CIENTÍFICA

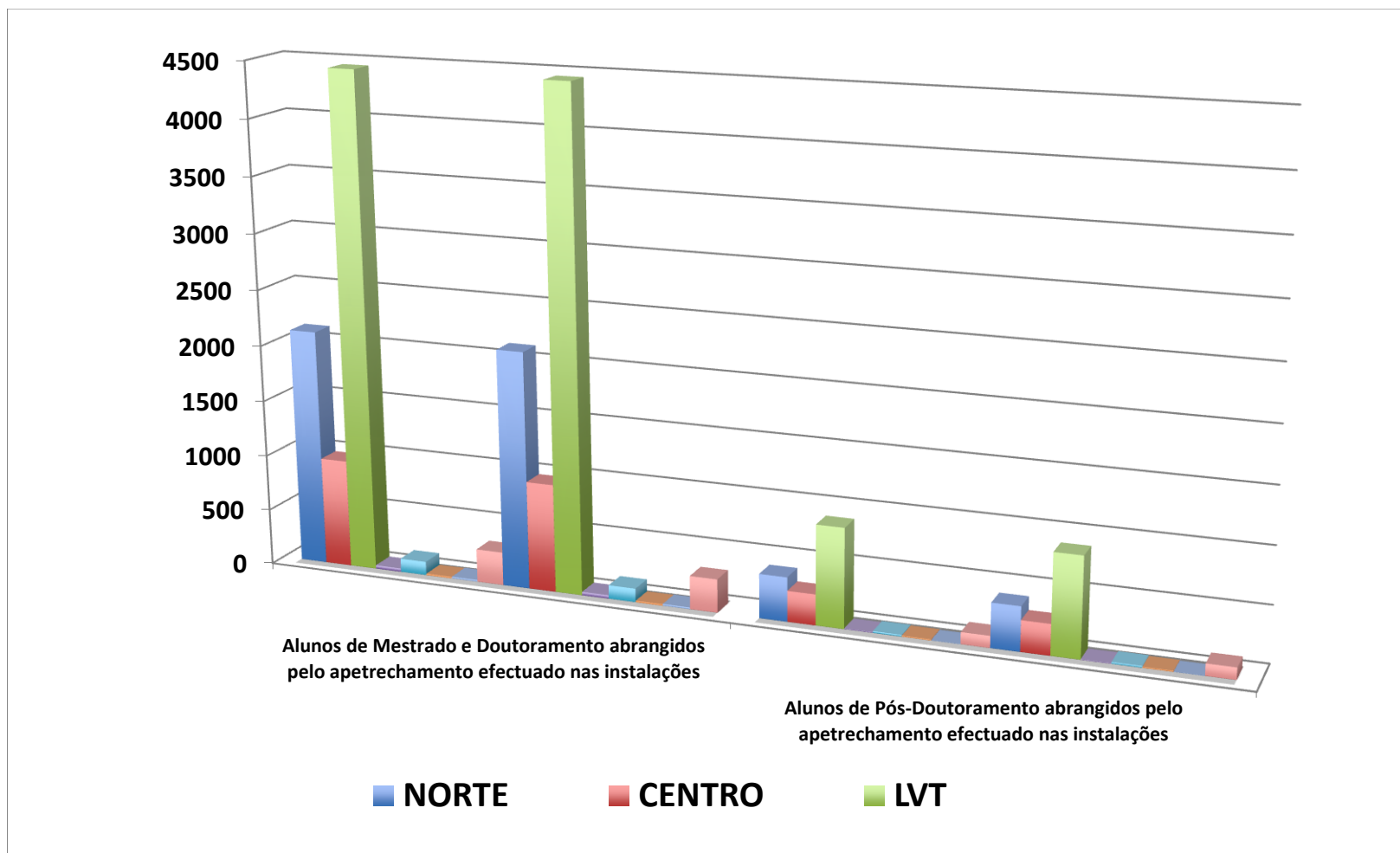




Designação da Área Científica	Sigla	Financiamento FCT Atribuído (€)	% do Financ. Atribuído por Área Científica	Indicadores de Resultados: Emprego					
				Postos de trabalho a manter com a execução do projecto		Postos de trabalho criados com a execução do projecto		Total por Área Científica	
				N.º	%	N.º	%	N.º	%
Ciências Agrárias	AGR	2.281.316,29	2,7%	11	3,3%	8	4,1%	19	3,6%
Ciências Biológicas	BIO	9.672.718,41	11,5%	42	12,7%	33	16,8%	75	14,2%
Ciências da Saúde	SAU	4.788.472,48	5,7%	29	8,8%	16	8,1%	45	8,5%
Ciências da Terra e do Espaço	CTE	3.349.963,66	4,0%	15	4,5%	10	5,1%	25	4,7%
Ciências do Mar	MAR	8.064.516,00	9,6%	43	13,0%	9	4,6%	52	9,9%
Ciências e Engenharia de Materiais	CTM	9.257.707,68	11,0%	12	3,6%	14	7,1%	26	4,9%
Engenharia Civil	ECM	4.205.526,23	5,0%	21	6,4%	8	4,1%	29	5,5%
Engenharia Electrotécnica e Informática	EEI	4.683.794,37	5,6%	15	4,5%	15	7,6%	30	5,7%
Engenharia Mecânica	EME	2.840.741,74	3,4%	6	1,8%	3	1,5%	9	1,7%
Engenharia Química e Biotecnologia	EQU	3.713.157,24	4,4%	26	7,9%	11	5,6%	37	7,0%
Física	FIS	5.551.433,02	6,6%	23	7,0%	15	7,6%	38	7,2%
Química	QUI	6.007.152,28	7,1%	25	7,6%	13	6,6%	38	7,2%
Ciências Sociais e Humanas	CSH	1.826.280,02	2,2%	26	7,9%	7	3,6%	33	6,3%
Rede Nacional de Computação Avançada	RNCA	580.397,09	0,7%	1	0,3%	4	2,0%	5	0,9%
Rede Nacional de Espectrometria de Massa	RNEM	2.356.089,00	2,8%	9	2,7%	9	4,6%	18	3,4%
Rede Nacional de Geofísica	RNG	1.683.109,68	2,0%	10	3,0%	3	1,5%	13	2,5%
Rede Nacional de Imagiologia Funcional e Cerebral	RNIFC	3.471.464,41	4,1%	8	2,4%	6	3,0%	14	2,7%
Rede Nacional de Microscopia Electrónica	RNME	3.441.310,25	4,1%	5	1,5%	5	2,5%	10	1,9%
Rede Nacional de Ressonância Magnética Nuclear	RNRMN	6.500.000,00	7,7%	3	0,9%	8	4,1%	11	2,1%
<b>Total</b>		<b>84.275.149,84</b>	<b>100,0%</b>	<b>330</b>	<b>100,0%</b>	<b>197</b>	<b>100,0%</b>	<b>527</b>	<b>100,0%</b>

M

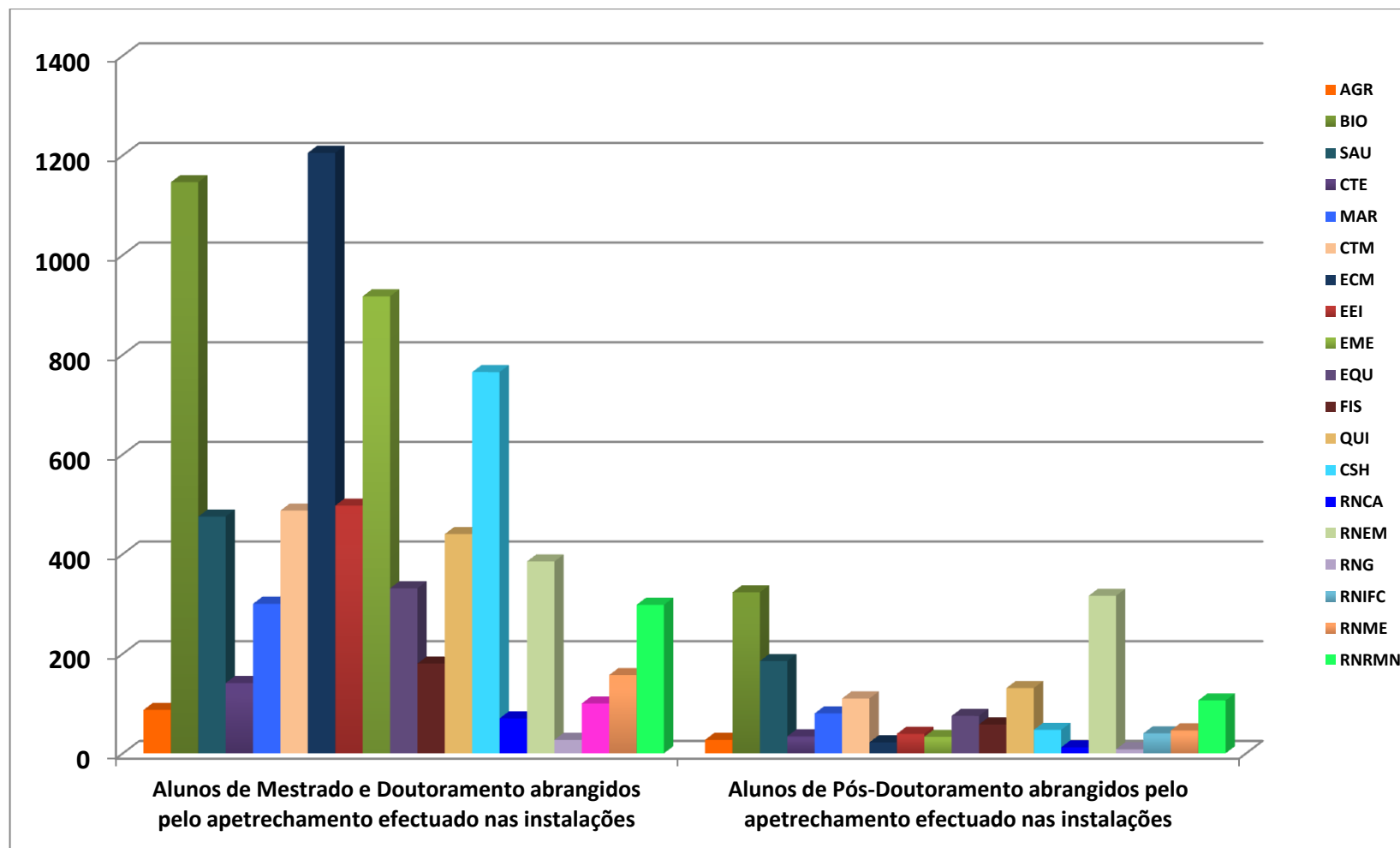
IMPACTO DO FINANCIAMENTO ATRIBUÍDO AOS CONTRATOS COM RF VALIDADO PELA FCT, À DATA DE 31/12/2010, NA FORMAÇÃO SUPERIOR (MESTRADO, DOUTORAMENTO E PÓS-DOUTORAMENTO), POR REGIÃO



Região	Abreviatura	Financiamento FCT Atribuído (€)	Indicadores de Resultados: Formação					
			Alunos de Mestrado e Doutoramento abrangidos pelo apetrechamento efectuado nas instalações		Alunos de Pós- Doutoramento abrangidos pelo apetrechamento efectuado nas instalações		Total por Região	
			N.º	%	N.º	%	N.º	%
Norte	NORTE	23.046.551,85	2118	26,4%	393	23,2%	2511	25,9%
Centro	CENTRO	18.473.357,18	966	12,1%	274	16,2%	1240	12,8%
Lisboa e Vale do Tejo	LVT	29.531.202,91	4445	55,5%	885	52,3%	5330	54,9%
Alentejo	ATENTEJO	761.521,16	31	0,4%	6	0,4%	37	0,4%
Algarve	ALGARVE	1.761.074,90	122	1,5%	16	0,9%	138	1,4%
Região Autónoma dos Açores	AÇORES	220.352,35	13	0,2%	9	0,5%	22	0,2%
Região Autónoma da Madeira	MADEIRA	316.937,30	15	0,2%	3	0,2%	18	0,2%
Não Regionalizáveis	NÃO REG	10.109.990,07	298	3,7%	106	6,3%	404	4,2%
<b>Total</b>		<b>84.220.987,72</b>	<b>8008</b>	<b>100,0%</b>	<b>1692</b>	<b>100,0%</b>	<b>9700</b>	<b>100,0%</b>
			<b>82,6%</b>		<b>17,4%</b>		<b>100,0%</b>	

N

IMPACTO DO FINANCIAMENTO ATRIBUÍDO AOS CONTRATOS COM RF VALIDADO PELA FCT, À DATA DE 31/12/2010, NA FORMAÇÃO SUPERIOR (MESTRADO, DOUTORAMENTO E PÓS-DOUTORAMENTO), POR ÁREA CIENTÍFICA



Designação da Área Científica	Sigla	Financiamento FCT Atribuído (€)	% do Financ. Atribuído por Área Científica	Indicadores de Resultados: Formação					
				Alunos de Mestrado e Doutoramento abrangidos pelo apetrechamento efectuado nas instalações		Alunos de Pós-Doutoramento abrangidos pelo apetrechamento efectuado nas instalações		Total por Área Científica	
				N.º	%	N.º	%	N.º	%
Ciências Agrárias	AGR	2.281.316,29	2,7%	87	1,1%	27	1,6%	114	1,2%
Ciências Biológicas	BIO	9.672.718,41	11,5%	1146	14,3%	323	19,1%	1469	15,1%
Ciências da Saúde	SAU	4.788.472,48	5,7%	475	5,9%	185	10,9%	660	6,8%
Ciências da Terra e do Espaço	CTE	3.349.963,66	4,0%	141	1,8%	34	2,0%	175	1,8%
Ciências do Mar	MAR	8.064.516,00	9,6%	300	3,7%	80	4,7%	380	3,9%
Ciências e Engenharia de Materiais	CTM	9.257.707,68	11,0%	487	6,1%	110	6,5%	597	6,2%
Engenharia Civil	ECM	4.205.526,23	5,0%	1205	15,0%	22	1,3%	1227	12,6%
Engenharia Electrotécnica e Informática	E EI	4.683.794,37	5,6%	497	6,2%	39	2,3%	536	5,5%
Engenharia Mecânica	EME	2.840.741,74	3,4%	917	11,5%	33	2,0%	950	9,8%
Engenharia Química e Biotecnologia	EQU	3.713.157,24	4,4%	331	4,1%	75	4,4%	406	4,2%
Física	FIS	5.551.433,02	6,6%	180	2,2%	58	3,4%	238	2,5%
Química	QUI	6.007.152,28	7,1%	440	5,5%	131	7,7%	571	5,9%
Ciências Sociais e Humanas	CSH	1.826.280,02	2,2%	765	9,6%	47	2,8%	812	8,4%
Rede Nacional de Computação Avançada	RNCA	580.397,09	0,7%	70	0,9%	12	0,7%	82	0,8%
Rede Nacional de Espectrometria de Massa	RNEM	2.356.089,00	2,8%	385	4,8%	316	18,7%	701	7,2%
Rede Nacional de Geofísica	RNG	1.683.109,68	2,0%	27	0,3%	8	0,5%	35	0,4%
Rede Nacional de Imagiologia Funcional e Cerebral	RNIFC	3.471.464,41	4,1%	100	1,2%	40	2,4%	140	1,4%
Rede Nacional de Microscopia Electrónica	RNME	3.441.310,25	4,1%	157	2,0%	46	2,7%	203	2,1%
Rede Nacional de Ressonância Magnética Nuclear	RNRMN	6.500.000,00	7,7%	298	3,7%	106	6,3%	404	4,2%
<b>Total</b>		<b>84.275.149,84</b>	<b>100,0%</b>	<b>8008</b>	<b>100,0%</b>	<b>1692</b>	<b>100,0%</b>	<b>9700</b>	<b>100,0%</b>
				<b>82,6%</b>		<b>17,4%</b>		<b>100,0%</b>	

**ANEXO II**  
**DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES EUROPEIAS, BILATERAIS E MULTILATERAIS**

**LISTA DE ERA-NETS ACTIVAS EM 2010**

	<b>REDE</b>	<b>Domínio Científico</b>
FÍSICA E MATEMÁTICA	ASPERA 2	Astropartículas
	COMPLEXITY-NET	Interdisciplinar (Física, Matemática, Ciências da Computação, etc.)
ENERGIA	FENCO-ERA	Emissões CO2
AMBIENTE	IWRM	Água
	Biodiversa	Biodiversidade
	Biodiversa2	
	Net Biome*	
	ARIMNet	Agricultura Mediterrânica
CIRCLE 2	Alterações Climáticas	
CIÊNCIAS DO MAR	SEAS-ERA	Ciências do Mar
MATERIAIS E NANOTECNOLOGIAS	ERA-COBUILD	Construção
	MNT-ERA.NET II	Micro e Nano Tecnologias
	NanoSciE++	Nanociências
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO	E-Infranet	Infraestruturas-TICs
AERONÁUTICA	AIR-TN 2	Aeronáutica
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E BIOTECNOLOGIA	ERA-IB	Biotecnologia industrial
CIÊNCIAS DA SAÚDE	EuroNanoMed	Nanomedicina
	PathoGenoMics	Microorganismos Patogénicos Humanos
	E-Rare*	Doenças raras
	E-Rare 2	
	HIVERA	VIH/Sida
CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES	NORFACE II	Ciências Sociais
	HERA	Humanidades
	URBAN-NET	Desenvolvimento Urbano Sustentável
PAÍSES TERCEIROS	New INDIGO	Cooperação C&T EU-Índia
	EULANEST	Coordenação Cooperação C&T EU-América Latina

\*A FCT participou nestas 2 redes apenas nos concursos transnacionais

---

**ACORDOS DE COOPERAÇÃO BILATERAL EM C&T**


---

País	ACORDO / CONVÉNIO
Alemanha	Convénio de Cooperação Científica entre a FCT e o DAAD (Deutscher Akademischer Austauschdienst)
Angola	Acordo de Cooperação Científica e Técnica entre Portugal e Angola
Argentina	Acordo Específico de Cooperação Científica e Tecnológica entre a República Portuguesa e a República da Argentina, cujos organismos executores são pela Parte Portuguesa a FCT e pela Parte Argentina o MINCyT (Ministerio de Ciencia, Tecnologia y Innovación Productiva)
Brasil	Acordo de Cooperação Científica e Técnica entre Portugal e Brasil
	Convénio de Cooperação Científica entre a FCT e o CNPq
	Convénio de Cooperação Científica entre a FCT e a CAPES
	Convénio de Cooperação Científica entre a FCT e a FAPESP
	Memorando de Entendimento entre o MCTES de Portugal e o MCT do Brasil no âmbito das Ciências Sociais na CPLP
	Convénio de Cooperação Científica entre a FCT e a FAPERJ
Cabo Verde	Acordo de Cooperação entre Portugal e Cabo Verde nos domínios C&T e Ensino Superior
Chile	Convénio de Cooperação Científica e Tecnológica entre a FCT e a CONICYT (Comissão Nacional de Ciência e Tecnologia)
China	Convénio Básico de Cooperação Científica e Técnica
RAEM de Macau	Protocolo de Cooperação entre a FCT, a Universidade de Macau e a Fundação de Macau
Eslováquia	Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre Portugal e a Eslováquia
Eslovénia	Acordo de Cooperação Científica e Técnica entre Portugal e a Eslovénia
Espanha	Convénio de Cooperação Científica entre a FCT e o CSIC (Consejo Superior de Investigaciones Científicas)
	Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre Portugal e Espanha
EUA	Acordo de Cooperação e Defesa com os Estados Unidos da América (Cooperação com a NASA)  Cabe à FCT o pagamento anual de 3 viagens a Huntsville, Alabama, E.U.A., para participação de dois estudantes e um professor de uma Escola Secundária portuguesa no "International Space Camp".
França	Programa de Acções Integradas PESSOA, assinado em 2004
	Convénio FCT/CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique)
Guiné-Bissau	Acordo de Cooperação entre Portugal e Guiné nos domínios C&T e Ensino Superior

FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA

País	ACORDO / CONVÉNIO
Hungria	Convénio de Cooperação Científica e Tecnológica entre a FCT e o NORT (National Office for Research and Technology)
Índia	Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre Portugal e a Índia
	Memorando de Entendimento no Domínio das Ciências e Tecnologias do Mar
Itália	Convénio de Cooperação Científica e Tecnológica FCT/CNR (Consiglio Nazionale delle Ricerche)
Marrocos	Convénio de Cooperação Científica e Tecnológica entre a FCT e o CNRST (Centre National pour la Recherche Scientifique et Technique)
	Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre Portugal e Marrocos
Moçambique	Acordo de Cooperação entre Portugal e Moçambique nos domínios C&T e Ensino Superior
Polónia	Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre Portugal e a Polónia
Reino Unido	Convénio FCT/ British Council
República Checa	Convénio FCT/Academia das Ciências da República Checa
S. Tomé e Príncipe	Acordo de Cooperação entre Portugal e S. Tomé nos domínios C&T e Ensino Superior
Sérvia	Programa de Cooperação Científica e Tecnológica
Tunísia	Procès Verbal de Cooperação Científica e Tecnológica entre Portugal e a Tunísia
	Protocolo de Cooperação nos domínios do Ensino Superior e Investigação Científica entre Portugal e a Tunísia



**ANEXO III**  
**DEPARTAMENTO DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO: AQUISIÇÕES EM 2010**

---

A despesa em equipamento e software informáticos ascendeu a 146.125€, e em equipamento administrativo foi de 76.585€. Apresenta-se em seguida a lista dos equipamentos adquiridos.

<b>AQUISIÇÕES EFECTUADAS EM 2010</b>	
<b>Designação do bem</b>	<b>Quantidade</b>
COMPUTADOR ACER VERITON	36
COMPUTADOR NEC POWERMATE ML470	36
COMPUTADOR IMAC 21.5"	33
COMPUTADOR PORTÁTIL DELL LATITUDE	4
DISCO EXTERNO	3
KIT 4 UTILIZADORES	5
IMPRESSORA DE ETIQUETAS	3
LEITOR ÓPTICO DATALOGIC HERON D130	10
EXPANSÃO DE MEMÓRIA 1GB	4
SOFTWARE WINDOWS SERVER ENTERPRISE	2
SOFTWARE WINDOWS SERVER STANDARD	15
SYSTEM CENTER CONFIGURATION MANAGER SERVER	1
SYSTEM CENTER DATA PROTECTION MANAGER SERVER	1
SYSTEM CENTER OPERATIONS MANAGER SERVER	1
SYSTEM CENTER MANAGEMENT SUITE ENTERPRISE	17
SOFTWARE DIVERSO	15
CENTRAL TELEFÓNICA	1
CADEIRA	28
BIOMBO	11
ESTORE	45
SISTEMA CENTRALIZADO DE AR CONDICIONADO	1
ESQUENTADOR ELECTRICO	1
FRIGORÍFICO	1